


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

MAURICIO BERNARDINO GONÇALVES

**DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DO CAPITAL E TEORIAS DE TRANSIÇÃO
EM TROTSKI E MÉSZÁROS**



ARARAQUARA – SP
2015

MAURICIO BERNARDINO GONCALVES

**DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DO CAPITAL E TEORIAS DE TRANSIÇÃO
EM TROTSKI E MÉSZÁROS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Maria Orlanda Pinassi

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA – SP
2015

MAURICIO BERNARDINO GONÇALVES

**DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DO CAPITAL E TEORIAS DE TRANSIÇÃO
EM TROTSKI E MÉSZÁROS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Maria Orlanda Pinassi

Bolsa: CNPq

Data da defesa: 02 de julho de 2015

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof^a Dr^a Maria Orlanda Pinassi
Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara/SP [UNESP]

Membro Titular: Prof^a Dr^a Silvia Beatriz Adoue
Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara/SP [UNESP]

Membro Titular: Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio
Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília/SP [UNESP]

Membro Titular: Prof^a Dr^a Maria Cristina Soares Paniago
Universidade Federal de Alagoas [UFAL]

Membro Titular: Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto
Universidade Federal de São Paulo [UNIFESP]

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Para Ana Oliveira, com amor.
Para Tânia Benites e Rosiane Mesquita – *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

Nada é produzido individualmente. Gostaria de mencionar apenas algumas das pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que esta tese pudesse ser feita.

Primeiramente a minha orientadora, a professora *Maria Orlanda Pinassi*, que a partir de uma convivência por vezes mais próxima e por outras nem tanto – já que a distância geográfica ainda tem seu peso – desde o início do mestrado ensinou-me muito, dentro e fora da sala de aula, e sempre me deixou livre para seguir meus próprios caminhos, com seus erros e acertos.

A professora *Silvia Adoue*, hermana, que me foi apresentada por Maria Orlanda, e na qual descobri uma co-orientadora informal. Com ela aprendi para além dos livros o que significa *práxis* emancipatória.

Agradeço também especialmente o amigo *Rafael Massuia*, que apesar da distância física e da irregularidade dos contatos, sempre esteve pronto para colaborar tanto em questões administrativas quanto em polêmicas teóricas e políticas. Um dia voltaremos a comer esfihas com suco de fruta, camarada!

Aos meus pais, *Paulo* e *Noemi*, que buscaram me mostrar a centralidade das tarefas do doutorado e ajudaram criando uma série de condições, aquelas silenciosas mas por isso mesmo tão decisivas, sem as quais muito pouco é possível.

Aos professores – especialmente *Fabio Kazuo Ocada*, *Marcos Del Roio* e *Michel Zaidan* –, que participaram de algumas das etapas anteriores: trabalho de conclusão de curso e dissertação de mestrado.

Aos colegas de curso – especialmente *Ariella Araújo*, *Rosemeire Salata* e *Géssica Trevisan* – que com a convivência tornaram menos difíceis os dias de solidão em Araraquara/SP.

Uma vez que nossos interesses e caminhos se aproximaram nos últimos anos, lembro do camarada *Pablo Polese*, que mesmo distante, e com sua grande capacidade analítica, me ensinou muito sobre o tema deste trabalho.

Aos colegas do GEMOC – *Grupo de Estudos Modernidade do Capital* –, especialmente *Alberto Luis*, cujas sessões colaboraram de diversas formas para a produção de um estoque comum, clássico e dinâmico de conhecimentos, fundamental para quaisquer reflexões sociológicas, históricas, políticas, filosóficas e/ou econômicas.

À Fundação PMG, que fez investimentos extraordinários em horas cruciais e que aceitou condições que outras fundações dificilmente aceitariam. Ao CNPq.

A *Ana Oliveira*, por tudo.

Cada um, a partir dos seus devidos lugares e levando em conta as circunstâncias que os fizeram cruzar em algum momento a feitura deste trabalho, teve sua parcela de colaboração, com uma dica, uma crítica, uma troca de ideias, uma conversa, um encontro. Saber reconhecer isso é uma *necessidade*. A todos, obrigado!

“A Liga Spartakus não é um partido que queira chegar ao poder passando por cima da massa trabalhadora ou servindo-se dela. (...) A Liga Spartakus nunca tomará o poder a não ser pela vontade clara e inequívoca da grande maioria da massa proletária em toda a Alemanha. Ela só tomará o poder se essa massa aprovar conscientemente seus projetos, objetivos e métodos de luta. A revolução proletária não pode chegar a uma total lucidez e maturidade senão subindo, passo a passo, o amargo gólgota de suas próprias experiências, passando por vitórias e derrotas. A vitória da Liga Spartakus não se situa no começo, mas no fim da revolução: ela identifica-se à vitória dos milhões de homens que constituem a massa do proletariado socialista”.

Rosa Luxemburgo (2011, p.297-298).

“Os tresnoitados confusionalistas do espontaneísmo tem tanto direito de referir-se a Rosa como os miseráveis burocratas do Comintern a Lenin. Deixemos de lado as questões secundárias, superadas pelos acontecimentos e com plena justeza podemos colocar nosso trabalho pela Quarta Internacional sob o signo dos “três L’s”, não apenas sob o signo de Lenin, mas também de Luxemburgo e Liebknecht”.

Leon Trotsky (2007b, s/p).

“(...) a indispensável reafirmação dos objetivos estratégicos gerais de uma transformação socialista irreversível em escala global – que inevitavelmente questiona a viabilidade do “socialismo em um só país”, por maior que este seja – não pode por si só fornecer respostas necessárias. A “verdade geral” do socialismo em seu desdobramento histórico necessita das *mediações materiais praticamente viáveis* através das quais ele pode ser articulado com êxito, sob as restrições vigentes, pelo agente social *disponível* – por maior que seja sua fragmentação inicial devida à divisão tradicional do trabalho –, como a “verdade concreta” e a progressiva satisfação da vida cotidiana de massas populares mais amplas. Portanto, só é possível aproximar-se do objetivo fundamental de uma reestruturação socialista da sociedade em sua totalidade – isto é, a alteração radical das “condições de existência industrial e política e, conseqüentemente, de toda a maneira de ser” do povo – na medida em que o próprio agente social em desenvolvimento consiga superar, com a ajuda daquelas mediações materiais historicamente específicas e mutáveis, suas próprias divisões internas. É por isso que a saída da tragédia histórica do movimento socialista só pode se dar pela *unificação* fundamental das perspectivas revolucionárias complementares de Lenin e Luxemburgo”.

István Mészáros (2007, p.414-5).

RESUMO

A partir de 2008, com a eclosão da mais importante crise econômica desde 1929, o discurso e o ideário neoliberais perderam ainda mais força, uma vez que o Estado revelou-se o fiador último do sistema do capital em nível global. Os problemas sociais em escala mundial que estão nas raízes da crise se acumulam sem que haja perspectivas positivas para as suas resoluções. Ao lado disso, a possibilidade de uma ordem social alternativa ao capital e o legado teórico-político de Karl Marx recomeçam, ainda que timidamente, a ser debatidos. A partir desse cenário, a questão da transição pós-capitalista, e pós-capital, se coloca, com a intensificação da crise, como um problema muito importante para teorias de mudanças sociais substantivas. Este trabalho investiga duas delas: a da *revolução permanente* de Leon Trotski e a da *luta para além do capital* de István Mészáros, tidas como representativas do que a teoria social inspirada em Marx produziu no último século sobre a questão. Enquanto a primeira se viu envolvida com as repercussões – e descaminhos – da principal experiência prática de transição pós-capitalista no século 20, a segunda avalia as insuficiências daquela experiência e os requisitos para uma teoria *geral* de transição. Aqui, levamos em conta o problema da transição tendo como um dos eixos principais a questão do Estado. A teoria da revolução permanente de Trotski, que passa por vários momentos, reafirma – incorporando alguns elementos específicos – as características essenciais do problema do Estado e da transição emanados dos clássicos da teoria social marxista. Todavia, trabalhando com uma metodologia e uma perspectiva originais em relação à categoria da totalidade – que abre um campo ainda não explorado para as teorias de transformações sociais –, deixa um legado de validade duradoura sobre o tema. A segunda, por sua vez, avança em direções e abordagens até então não suficientemente desenvolvidas – em certo sentido mudando o foco das perguntas e respostas sobre a questão – e coloca as balizas para uma teoria de longo alcance sobre a transição pós-capital.

Palavras-chave: Capital. Transição. Estado. Trotski. Mészáros. Emancipação.

ABSTRACT

From 2008 until now, with the outbreak of the most important economic crisis since 1929, the discourse and the neoliberal ideology had lost even more strength, once the state has proved to be the ultimate guarantor of the capital system in a global level. The social problems worldwide that are on the roots of the crisis pile up without positive outlook for its resolutions. Beside this, the possibility of a social alternative order to capital and the theoretical-political legacy of Karl Marx are now, although timidly, being again debated. From this scenario, the issue of post-capitalist transition, and post-capital, arises, with the intensification of the crisis, as a very important problem for theories of substantive social changes. The work thus investigates two of them: the permanent revolution from Leon Trotsky and the struggle beyond capital from István Mészáros, taken as representative of the social theory inspired by Marx and produced in the last century on the issue. While the first became involved with the repercussions – and detours – of the main practical experience of post-capitalist transition in the 20th century, the second assesses the shortcomings of that experience and the requirements for a *general* theory of transition. Here, we consider the problem of transition having the question of the state as one of its main focus. Trotsky's theory of permanent revolution has different moments but as a whole reaffirms – incorporating some specific elements – the essential characteristics for the problem of the state and transition given from the classics of marxist social theory. However, working with a methodology and a original perspective on the totality category – which opens a field unexplored for social changes theories –, he leaves a legacy of great validity on the subject. The second, in turn, moves on directions and approaches insufficiently developed until now – in a sense shifting the focus of the questions and answers on the issue – and puts the beacons for a long range theory of post-capital transition.

Keywords: Capital. Transition. State. Trotsky. Mészáros. Emancipation.

SUMÁRIO

1 Introdução	11
2 O sistema do capital em ascensão: Karl Marx e a transição	19
2.1 Da Gazeta Renana (1842) à Mensagem do Comitê Central à Liga [dos comunistas] (1850)	20
2.2 A guerra civil na França (1871) e Crítica do programa de Gotha (1875)	36
2.3 Uma transição para além de Marx	47
3 A teoria da revolução permanente em Leon Trotski	50
3.1 A unidade do pensamento de Leon Trotski	50
3.2 Trotski e os dilemas da transição a partir da revolução russa	64
3.3 Trotski e a caracterização da natureza social da URSS	91
4 Luta para além do capital e transição em István Mészáros	132
4.1 A distinção entre capital e capitalismo	134
4.2 O caráter imanentemente incontrolável do sistema do capital	137
4.3 A época de crise estrutural do capital	140
4.4 O fenecimento do Estado em geral	145
4.5 Mészáros e a luta para além do capital	150
5 Leon Trotski, István Mészáros e a transição	165
Referências	176

1 – Introdução

“As transições duma ordem social para outra envolvem os mais difíceis e profundos problemas de materialismo histórico”.

Sweezy In Bettelheim e Sweezy (1978, p.144).

1.1

Observar como o problema da transição aparece na produção teórica de um dado autor é um critério bastante frutífero – uma espécie de fio condutor que ilumina e dá relevo aos aspectos fundamentais – para a avaliação dialética de sua obra. Todo grande autor marxista está, direta ou indiretamente, preocupado com a questão da revolução, com a questão da transição. Pois, se o marxismo é uma teoria social sobre a sociedade burguesa, é também e ao mesmo tempo uma prática que busca a sua superação. É uma filosofia da práxis.

O presente texto não é uma história das teorias de transição marxistas. É uma tentativa de utilizar o marxismo na análise das teorias de transição elaboradas pelos marxistas Leon Trotski e István Mészáros. Por quê? Porque eles talvez tenham sido, cada um em seu tempo, os que mais se preocuparam com o problema da transição, entendido de modo abrangente, e porque nos legaram, até certo ponto, sistemas teóricos que buscam explicar o desenvolvimento do capital em suas respectivas épocas e as possíveis alternativas a ele. Porque a transição se colocou para eles como o problema crucial de suas vidas. E também, porque qualquer teoria de transição ou da revolução para os dias de hoje não pode ignorar suas obras¹. Mas, teoria da transição ou da revolução para os dias de hoje?

Bem, depois da ascensão do neoliberalismo desde o fim dos anos 1970 aproximadamente, dificilmente alguém dirá que ele continua com a força de outrora. Na verdade, após uns 20 anos de uma hegemonia praticamente absoluta, os sinais do início de sua fadiga foram dados no plano político provavelmente com a insurreição e a ofensiva zapatista no México em 1994 e com a “Batalha de Seattle” em 1999. Depois disso, vieram os Fóruns Sociais Mundiais (a partir de 2001), a onda de rebeliões e lutas massivas na América Latina durante os anos 2000, com a chegada de diversos governos “pós-neoliberais” e, mais recentemente, os protestos gigantescos no emblemático ano de 2011, que talvez resumam o

¹ Não somente eles. Lenin e Gramsci, pelo menos, também tiveram a transição como um de seus problemas principais. A questão é que Trotski e Mészáros, pelas próprias circunstâncias históricas em que produziram o essencial de suas obras, foram obrigados a resguardar, reafirmar ou reelaborar os fundamentos para uma teoria marxista de transição em épocas de isolamento e reação brutais. Porque talvez encarnem os problemas e dilemas mais fortes para a transição em momentos decisivos do século 20. Todavia, não se poderá elaborar uma teoria de transição para os dias de hoje *apenas* com eles.

“espírito do tempo”: a rebelião na Grécia contra a Troika, os protestos *Occupy*, os *Indignados* na Espanha, a *Geração à Rasca* em Portugal, a *Primavera Árabe*. O clima chegou ao Brasil com as *Jornadas de junho* (2013).

No plano econômico, aconteceram no mesmo período as crises cambial-econômicas mexicana (1994), dos tigres asiáticos (1997), russa (1998) e brasileira (1999). E, finalmente, a constatação de uma crise muito maior, sistêmica e de alcance mundial, a partir das hipotecas *subprime* nos EUA (2007), a falência de grandes instituições financeiras e suas estatizações – ou socialização de suas perdas privadas – e seus rebatimentos na zona do Euro (a partir de 2009). É o estágio em que nos encontramos atualmente.

O “espírito do tempo” anteriormente citado contém ingredientes bastante contraditórios. O cartaz “*capitalism isn’t working*” é carregado entre os manifestantes de diferentes latitudes. Ao mesmo tempo em que entramos em um ciclo de manifestações e revoltas com uma força e energia colossais que rejeitam o neoliberalismo global em suas diferentes formas de manifestação nacionais, não vislumbramos uma alternativa organizada e sistêmica a ele. O neoliberalismo torna-se velho e entra em exaustão. Mas o novo não consegue se afirmar.

É provável que estejamos vivenciando uma primeira fase, mais “espontânea” e menos estratégica, desse ciclo de protestos. Mas para superá-la, o debate sobre as alternativas que queremos se colocará como um imperativo. E aí uma bagagem teórica minimamente sólida sobre teorias de transição poderá ter importância vital, especialmente pelo peso das experiências passadas.

1.2

A maior parte do século 20 conviveu, com seus altos e baixos, com o espectro da revolução anticapitalista e com a questão da transição. Evidentemente, a revolução russa de 1917 deu atualidade histórica a eles e só podemos efetivamente perceber o seu declínio a partir da segunda metade da década de 1970 – a alternativa eurocomunista talvez seja um dos seus últimos capítulos – com a ascensão do neoliberalismo. A partir daí, praticamente desaparece a ideia de revolução social e, com ela, a própria questão da transição.

No interior do movimento comunista oficial, com a ascensão do stalinismo, é possível dizer que assistimos – com o VI Congresso da Internacional Comunista (1928), que converte a teoria do “socialismo em um só país” em sua doutrina oficial, e com o VII Congresso (1935), que retira a concepção de “revolução mundial” – o ocaso de uma teoria de transição que teve sua inspiração inicial com Lenin nos vinte primeiros anos do século 20. Ele

visualizou a maturação das condições objetivas para a revolução socialista internacional, a possibilidade de ruptura nos “elos mais fracos” da corrente do sistema e o começo de sua expansão para os países capitalistas centrais, que, diga-se de passagem, sempre foram para ele as frentes decisivas das lutas – curiosamente e de modo bastante relevante, o próprio Lenin no fim da vida começou a questionar esse esquema, especialmente por conta das experiências derrotadas das revoluções nos principais países do capitalismo, do insulamento da revolução russa e da relativa estabilização da economia mundial até mais ou menos o fim da década de 1920.

Após o VII Congresso da IC, o movimento comunista oficial vai se colocar no campo de defesa da democracia burguesa e da URSS. É o que Fernando Claudín (1986) chama de “revisão neorreformista staliniana”. A partir daí, o esquema teórico era mais ou menos o seguinte: dado que o capitalismo estava numa fase “agonizante” e não podia proporcionar nenhum desenvolvimento prolongado aos países capitalistas, diferentemente do que acontecia na URSS com suas forças produtivas em aumento exponencial, chegaria fatalmente o momento em que a relação de forças em escala mundial se inclinaria a favor do socialismo, inclusive se os proletários dos países capitalistas ainda não tivessem sido capazes de fazer suas revoluções. Estas aconteceriam como consequência da política do “socialismo num só país”. Trotski, ao contrário, permaneceu vinculado à perspectiva de uma revolução mundial permanente, cujas premissas estiveram ligadas aos ensinamentos de Marx e cuja mediação política vinculou-se, fundamentalmente, ao esquema original de Lenin já mencionado.

Assim, é importante enfatizar duas dimensões relacionadas à temática da transição: (1) a que se vincula à questão das premissas teóricas ou elementos marxistas fundamentais para se conceber *qualquer* transição efetiva, ou seja, o internacionalismo militante, o prevalência analítica do mercado e da economia mundiais, a superação do Estado e das classes sociais, a autogestão da vida econômico-social pelos trabalhadores, a progressiva eliminação da divisão social hierárquica do trabalho, etc.; (2) a que diz respeito ao diagnóstico de época e aos aspectos políticos e estratégicos que possibilitam a operacionalização da transição em um dado momento, ou seja, o seu esquema político.

A vitória na luta contra o fascismo alemão pela URSS durante a segunda grande guerra, todavia, dá ainda mais autoridade a então direção staliniana que, mesmo depois da leitura do relatório secreto de Nikita Krushev no XX Congresso do PCUS em 1956, divulgando os crimes de Stalin, não produzirá nenhuma teoria de transição alternativa à do neorreformismo anteriormente referido. A desestruturação ou o questionamento dos

indevidamente chamados “socialismo real” ou “socialismo soviético”, que começa a se afirmar mais ou menos na década de 1950, atinge um grau considerável no fim da década de 1960.

É mais ou menos nessa fase que começa a pesquisa de longo alcance de Mészáros sobre o “socialismo real”, o capital e a permanência da dominância de suas relações sociais por novas formas. Se a obra de Trotski e sua teoria de transição foram constituídas em um momento de grande efervescência e rupturas revolucionárias e, ao mesmo tempo, de trânsito para um capitalismo imperialista monopolista de Estado (as três primeiras décadas do século 20), a de Mészáros se estruturou em um processo visível de crise do modelo do dito “socialismo real” e da virada do sistema mundial do capital para um novo momento que ele chamou de época de crise estrutural.

Assim, Trotski e Mészáros vivenciaram, ainda que em diferentes momentos, a presença de um novo tipo de sociedade, nem capitalista nem socialista, em concorrência política com as demais sociedades tradicionalmente capitalistas, mas ao mesmo tempo integrada ao sistema mundial do capital. O primeiro viu sua emergência e sua consolidação, percebeu o estancamento inicial de seu ímpeto transicional e propugnou uma “revolução política” que pudesse destravá-la e que reestabelecesse o trânsito almejado em uma época histórica de embates extremos. O segundo, que também percebeu que não havia nada de socialista nas sociedades do leste europeu e que elas eram irreformáveis no sentido de se tornarem uma sociedade de transição, presenciou mais de perto o seu declínio e sua desestruturação irrevogável.

Ambos enfrentaram problemas parecidos: o surgimento de um novo tipo de sociedade a partir de uma revolução autenticamente popular e proletária com objetivos declarados de transição socialista e sua posterior corrupção e descaracterização. Trotski teve que defender as conquistas da URSS dos ataques dos liberais, dos anarquistas, e de ex-combatentes comunistas que no afã de denunciar corretamente o caráter não socialista e opressor do regime, acabavam por igualá-lo a qualquer Estado capitalista imperialista. Buscou manter vivo o fio de continuidade histórico do marxismo revolucionário em uma época em que talvez a mais rica geração de militantes do século 20 havia sido engolida pelo monstro burocrático que nasceu de seus mais belos sonhos. Mészáros, ao contrário, elabora suas teorizações fundamentalmente em uma fase onde o marxismo revolucionário como teoria social ou corrente política está sofrendo ataque concentrado ou já se encontra mesmo marginalizado pela emergência do neoliberalismo e pela “condição pós-moderna”.

Em suma, Trotski e Mészáros em certo sentido tentam entender os significados da evolução e do desenvolvimento da humanidade no século 20 e, nuclearmente, porque a transição não apenas não se consolidou, mas saiu mesmo do horizonte.

1.3

A temática da transição abrange diversos “níveis”: o *socioeconômico*, com o debate sobre a planificação socialista, a superação da lei do valor, o desaparecimento do mercado e do valor de troca, a ultrapassagem da divisão social hierárquica do trabalho e das classes, a estatização e/ou a socialização dos meios de produção, etc.; o *político*, principalmente com a ênfase no Estado pós-revolucionário ou na “ditadura do proletariado”, as relações entre as sociedades de transição e a democracia, o papel dos partidos políticos e da mobilização autônoma das massas, a questão da burocracia, etc.; o *cultural*, com a constituição de uma nova moralidade, a superação do individualismo egoísta, o desenvolvimento de novas relações e a ampliação dos sentidos humanos, etc. Alguns trabalhos sobre a transição às vezes enfatizam alguns desses níveis. E, por isso mesmo, são muito importantes².

Na apresentação das contribuições de Trotski e Mészáros, não nos concentraremos em nenhum desses aspectos em especial, mas aprofundaremos um ou outro na medida em que a argumentação assim o exigir. Assim, este trabalho não é um debate sobre os aspectos socioeconômicos, políticos ou culturais das obras, ou de uma obra específica de Trotski ou Mészáros tomados isoladamente. Buscaremos nos valer de alguns textos fundamentais e tentaremos captar as principais linhas que os atravessam, levando em conta as duas dimensões anteriormente citadas: (a) a concernente à maneira como tratam ou interpretam as categorias fundamentais da transição, e; (b) a que diz respeito ao diagnóstico de época e aos aspectos estratégicos operacionais específicos da transição, isto é, seus esquemas políticos.

² A luta política na antiga URSS gerou um importante debate sobre a transição, especialmente entre alguns bolcheviques como, por exemplo, Bukharin e Preobrazhenski. Ver Bujarin, Nicolai. *Teoría económica del período de transición* e Preobrazhenski, Evgeni. *La nueva económica*, ambos publicados em Córdoba-Argentina, Cuadernos de Pasado y Presente. Em geral, a vitória revolucionária ou a ascensão de governos com horizontes socialistas em alguns países da periferia do sistema após a segunda guerra mundial também produziram reflexões sobre a transição, como é o caso de Cuba, da China e mesmo do Chile. Algumas referências gerais e sobre problemas específicos da transição: Sweezy, Paul [et al]. *Teoría del proceso de transición*. Córdoba-Argentina: Cuadernos de Pasado y Presente 46, 1973; Bettelheim, Charles & Sweezy, Paul. *A transição para o socialismo*. Portugal: Edições 70, 1978; Netto, José Paulo. *Democracia e transição socialista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990; Bambirra, Vânia. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: UnB, 1993; Bertelli, Antonio Roberto. *Capitalismo de Estado e Socialismo: o tempo de Lenin (1917-1927)*. São Paulo: IPSO/IAP, 1999; Martorano, Luciano Cavini. *A burocracia e os desafios da transição socialista*. São Paulo: Anita Garibaldi e Xamã, 2002; Pericás, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004; Martorano, Luciano C. & Pinheiro, Milton (Orgs). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Essas dimensões estarão articuladas a um *núcleo analítico estratégico*: a questão da superação do Estado. O problema do Estado é efetivamente um dos cerne da temática da transição. Não porque a transição seja um problema fundamentalmente político. Nem porque o Estado seja uma mera “superestrutura”. Longe disso. Temos várias razões para atribuir importância ao problema do Estado na transição. Uma primeira é que “(...) a transição para o socialismo não segue nem pode seguir o caminho percorrido na transição do feudalismo para o capitalismo. (...) O socialismo em si não pode criar raízes e desenvolver-se nos limites da sociedade capitalista, como o capitalismo fez com o feudalismo” (Sweezy In Bettelheim e Sweezy, 1978, p.146-7). Ou seja, o socialismo não pode se desenvolver de modo estritamente material, paulatina e progressivamente nos interstícios da sociedade capitalista, como mais ou menos aconteceu com a sociedade capitalista no interior da ordem feudal. Isso implica que nenhuma transição é possível sem a transferência do poder *político* da classe dominante, personificação do capital, para a classe dos trabalhadores modernos. A tomada de poder de Estado pelo proletariado é um passo inicial ineliminável, ainda que muito insuficiente.

Mas, se o Estado burguês que é “tomado” tem que ser “destruído”, o Estado como uma estrutura política material de comando das relações sociais iníquas só pode ser “transcendido”, porque faz parte do sistema orgânico de reprodução do capital e de sua divisão estrutural e hierárquica do trabalho. Marx afirmou que “a *emancipação econômica* das classes trabalhadoras é o grande fim a que todo *movimento político* deve estar subordinado como um *meio*” (Marx apud Mészáros, 2007, p.373). Portanto, longe de atribuir centralidade ao Estado pós-revolucionário na transição – que ademais tem que ser um Estado fundamentalmente alterado ou um “Estado que já não é propriamente falando um Estado” (Lenin), uma vez que tem que deixar, ou ir deixando, de ser um organismo separado da sociedade –, a questão é perceber o lugar e a maneira como o Estado pós-revolucionário é concebido e tratado em suas teorias, ainda mais porque “‘o fenecimento do Estado’ (...) é inconcebível sem o ‘fenecimento do capital’ como regulador do processo sociometabólico” (Mészáros, 2002, p.601). Isso nos proporciona uma via de acesso importante às suas visões da transição como um todo.

No caso de Trotski, ênfase nos textos *Balanço e perspectivas* (1906), *Questões do modo de vida* (1923), *A revolução permanente* (1929), *O que é e para onde vai a URSS – A revolução traída* (1936) e *O programa de transição* (1938). Em Mészáros, atenção especial para *O poder da ideologia* (1989) e *Para além do capital* (1995).

1.4

Este trabalho está dividido em 4 partes. Na primeira, após esta introdução, abordaremos em linhas gerais a maneira como foi se construindo uma teoria de transição na obra de Marx. As partes dois e três são dedicadas às análises dos pensamentos de Trotski e Mészáros no que se refere à temática. E a quarta, servirá para uma avaliação das aproximações e afastamentos entre seus pensamentos.

Como o marxismo é sempre uma teoria social aberta a novos desenvolvimentos, os mais produtivos são exatamente aqueles que *superam dialeticamente* – realizando uma *aufhebung* – as observações realizadas por autores anteriores, explorando ou ampliando o campo de aplicação do corpo fundamental da teoria elaborada por Marx. Assim, será mais ou menos inútil procurar comparações entre os dois autores em tela – que em geral buscam colocar um contra o outro, como se seus pensamentos fossem incompatíveis e inconciliáveis. É evidente que os pensamentos de Trotski e Mészáros são bem distintos. Há aspectos tratados por um que estão apenas embrionariamente presentes, ou mesmo ausentes no outro. Ao mesmo tempo, temos consciência das angulações e diferentes direções que cada pensamento (e teoria) tomou e também não procuraremos torná-los artificialmente conectados como se fossem duas peças contínuas.

Seja como for, as complexidades da época em que vivemos faz com que a teoria social emancipatória necessite do concurso e da síntese dialética entre os pensamentos de vários autores, mesmo de alguns que habitam sistemas teóricos distintos. Foi mais ou menos isso que o próprio Marx fez em sua época, e é muito improvável que não precisemos de coisa parecida nos dias de hoje.

1.5

De que transição se está falando? De uma transição *socialista*. De uma transição para além do capital. Na *Crítica do programa de Gotha* (1875), Marx falou em dois momentos ou fases na luta pela sociedade emancipada ou sociedade comunista. Sabemos que ele não se preocupou com o estabelecimento de definições ou prospecções da sociedade do futuro, até porque ele não trabalhava com definições. O movimento marxista revolucionário consagrou os termos *socialista* e *comunista* para o que Marx chamou de fases “inferior” e “superior” da sociedade comunista, pois o “comunismo não é para nós um *estado de coisas* [*Zustand*] que deve ser instaurado, um *Ideal* para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento resultam dos pressupostos atualmente existentes” (Marx e Engels, 2007, p.38).

Depois de Marx, todavia, as coisas se tornaram mais complexas. A existência da URSS ativou elementos de uma sociedade completamente nova e colocou problemas impensados para a sua época. Se utilizamos com rigor os termos, veremos que uma transição pós-capitalista não é a mesma coisa que uma transição socialista. Pode haver rupturas com o capitalismo, e mesmo “expropriação dos expropriadores”, que não levam ao trânsito para o socialismo. É mérito de Mészáros ter demonstrado a distinção fundamental entre uma luta para além do capitalismo e uma transição para além do capital.

Os critérios fundamentais para uma autêntica transição socialista podem ser resumidos pelas palavras de Rosa Luxemburgo:

“O socialismo não pode ser e não será inaugurado por decreto; não pode ser estabelecido por qualquer governo, ainda que admiravelmente socialista. O socialismo deve ser criado pelas massas, deve ser realizado por todo o proletário. Onde as cadeias do capitalismo são forjadas, aí existem cadeias a serem rompidas. Somente isto é socialismo, e só assim ele pode nascer. As massas devem aprender a usar o poder usando o poder. Não há outro modo” (Luxemburgo apud Mészáros, 2007, p.325).

O presente texto³ pretende não apenas apresentar as características particulares das teorias de transição de cada um dos dois pensadores. Busca também chamar a atenção para a tarefa de elaboração de uma teoria de transição adequada aos dias de hoje, ao menos em suas características gerais. E para a necessidade de estudos específicos sobre uma série de aspectos relacionados a ela.

³ Quando do estudo teórico dos autores, teremos que realizar remissões históricas inevitáveis e na verdade absolutamente indispensáveis. Elas se referirão na grande maioria dos casos à experiência soviética, o mais desenvolvido exemplo de tentativa de transição socialista já realizado.

2 – O sistema do capital em ascensão: Karl Marx e a transição

“As classes trabalhadoras sabem que têm de passar por diferentes fases da luta de classe. Sabem que a substituição das condições econômicas da escravidão do trabalho pelas condições do trabalho livre e associado só pode ser o trabalho progressivo do tempo (essa transformação econômica), que isso requer não apenas uma mudança da distribuição, mas uma nova organização da produção – ou, antes, requer a liberação (desobstrução) das formas sociais de produção no atual trabalho organizado (engendrado pela indústria atual), libertando-as dos grilhões da escravidão, de seu atual caráter de classe – e o estabelecimento de sua harmoniosa coordenação nacional e internacional. Elas sabem que essa obra de regeneração será continuamente atrasada e impedida pela resistência de direitos adquiridos e egoísmos de classe. Elas sabem que a atual “ação espontânea das leis naturais do capital e da propriedade fundiária” só pode dar lugar à “ação espontânea das leis da economia social do trabalho livre e associado” mediante um longo processo de desenvolvimento de novas condições, tal como ocorreu com a “ação espontânea das leis econômicas da escravidão” e com a “ação espontânea das leis econômicas da servidão”. Mas elas sabem, ao mesmo tempo, que grandes passos podem ser dados desde já pela forma comunal de organização política e que é chegada a hora de iniciar esse movimento para elas mesmas e para o gênero humano”.

Marx (2011, p.131-32).

Já foi dito que a teoria de Marx tem como objeto e problema fundamentais o nascimento, a consolidação, a crise e a decadência da sociedade burguesa moderna⁴. A questão da revolução e da transição foi sempre para ele um problema grandioso e está ligada ao cerne de suas preocupações. Ela foi se desenvolvendo de modo paulatino: superação do neo-hegelianismo de esquerda, passagem da democracia radical ao comunismo, descoberta do proletariado como sujeito da emancipação, apropriação e aprofundamento da economia política, contatos políticos com o movimento dos trabalhadores, elaboração de *O capital*, lutas internas na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), etc. Não se pode dizer que tenha sido finalizada. A teoria social de Marx é uma obra inacabada exatamente porque é a expressão conceitual do movimento social real, totalizante e dinâmico da modernidade burguesa. E, por isso mesmo, é sempre passível de modificações, retificações e novas aproximações, ainda que com um norteamento mais ou menos definido.

⁴ Segundo o autor de *Para além do capital*, “A moldura de referência de Marx era *toda a fase histórica* da formação social do capital, de sua acumulação original até sua dissolução última” (Mészáros, 2002, p.594).

Se no *Manifesto comunista* (1848) inexistiam indicações materiais das mediações institucionais do exercício do poder político pelos trabalhadores, após a Comuna de Paris (1871) ele fala em “forma política finalmente descoberta” para a transição, para a emancipação *econômica* do trabalho. A época da maior parte da vida ativa, teórica e militante de Marx foi aquela do capitalismo liberal, clássico ou concorrencial, da consolidação do sistema do capital. Uma época em que ele teve que lutar de modo determinado – algumas vezes em concorrência, outras vezes em complementaridade – com e contra uma série de outras teorias sociais, e mesmo enriquecer a sua a partir de algumas delas, como, por exemplo, os chamados “socialismos utópicos”, as seitas comunistas, o proudhonismo, o lassallianismo, o bakuninismo, etc. O imperialismo, como uma nova fase do desenvolvimento do capital, começava a dar seus primeiros passos exatamente durante os últimos anos de sua vida. A sua presença na época de consolidação e ascensão histórica do sistema, e aqui está a sua grandiosidade, tornou possível a apreensão dos aspectos essenciais da ordem social que estava se desdobrando.

Será importante perceber, ainda que panoramicamente, e como ponto de partida para reflexões atuais, a maneira como a transição aparece em suas reflexões tendo como *eixos diagonais* o seu diagnóstico de época e a maneira como avaliou o desenvolvimento histórico, além de suas reflexões sobre o Estado.

2.1 Da Gazeta Renana (1842) à Mensagem do Comitê Central à Liga [dos comunistas] (1850)

Após a morte de Hegel, que identificava o Estado prussiano de sua época com a realização do “Estado racional” – mais ou menos de modo semelhante àqueles que interpretavam a frase do mestre “o que é real é racional” como uma reconciliação com o seu tempo presente tido como insuperável – Marx, próximo aos jovens hegelianos de esquerda, defendia a superação do Estado burocrático prussiano por um Estado democrático, por um “verdadeiro Estado”. Quando teve que se deparar com os “problemas materiais” surgidos pelo caso do “roubo” de lenha pelos pobres de florestas então privatizadas – um roubo para o que antes sempre fora entendido como um costume –, ele, à época redator da *Gazeta Renana* (outubro de 1842 a março de 1843), um jornal da burguesia liberal da província, começou a se revoltar com a parcialidade com que o Estado prussiano realmente existente, que deveria ser a materialização da esfera da “universalidade”, tratava os conflitos de interesses na sociedade civil e sucumbia

a propensões meramente privadas e egoístas ao invés de defender os interesses gerais e o equilíbrio de toda a comunidade.

“Se toda violação de propriedade, de forma indiferenciada, sem determinação mais precisa, é roubo, toda propriedade privada não seria roubo? (...) Reivindicamos para os pobres o *direito consuetudinário* e, mais precisamente, um direito consuetudinário que não seja local, mas um direito consuetudinário que seja o direito consuetudinário dos pobres de todos os países” (Marx apud Lowy, 2011, p.16).

Se aqui já está presente a indignação marxiana pelo rebaixamento da racionalidade do Estado aos interesses privados – “como assegurar a universalidade do Estado contra o ataque dos interesses privados que querem subjugar-lo?” (Lowy, 2011, p.22) –, a solução dessa questão ainda se encontra para ele na própria dimensão estatal, no que o Estado *deve* fazer para evitar a perda de sua universalidade, o que atesta sua movimentação no interior da filosofia do Estado e do direito de Hegel ou, em outros termos,

“a argumentação marxiana, mesmo que engenhosa, mostrava-se mais como uma “acomodação” do que como uma resolução efetiva para a contradição entre Estado e sociedade civil. (...) Marx acabava por reproduzir, com todas as suas consequências, o pressuposto da supremacia ontológica do Estado em relação à sociedade civil, pressuposto este que acompanhou todo o pensamento político ocidental até alcançar, na filosofia hegeliana, sua forma acabada” (Enderle, 2005, p.16).

É em sua lua de mel com Jenny von Westphalen em Kreuznach, em junho de 1843, quando tinha 25 anos, e em meio a beijos, abraços, declarações de amor e muitas leituras – sobre a história da revolução francesa, os clássicos da filosofia política e o próprio Hegel –, que Marx irá romper com a filosofia do direito do grande filósofo dialético idealista. Na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx se utilizará de Feuerbach para criticar a inversão hegeliana entre sujeito e predicado, povo e Estado, e chegará à conclusão que não é o Estado que funda e dinamiza o povo (*demos*), mas o contrário. Se Feuerbach tinha realizado a crítica da alienação religiosa invertendo os termos *deus* e *homem*, Marx utilizará um procedimento parecido para criticar a alienação política do Estado⁵.

“Hegel parte aqui do Estado e faz do homem o Estado subjetivado; a democracia parte do homem e faz do Estado o homem objetivado. Do mesmo modo que a religião não faz o homem, mas o homem faz a religião, não é a constituição que faz o povo, mas o povo que faz a constituição.

Na democracia, o Estado político [...] é apenas um conteúdo particular, como *uma forma de existência* particular do povo. [...] Os franceses da época moderna compreenderam assim que, na verdadeira democracia, *o Estado político desaparece*. Isso é justo na medida em que, como Estado político, como constituição, ele não vale mais para o todo” (Marx apud Lowy, 2011, p.20).

⁵ Há uma série de comentários sobre esse momento fundamental da trajetória marxiana. Lowy (2011) enfatiza o método inspirado na crítica da alienação religiosa de Feuerbach utilizada por Marx no ataque à concepção político-estatal de Hegel. Enderle (2005) e Netto (1990) mostram, cada um a seu modo, que Marx vai além de uma mera inversão entre sujeito e predicado de corte feuerbachiano na crítica a Hegel.

Agora, trata-se de entender “por que a universalidade é alienada no Estado e como ‘superar e suprimir’ essa alienação” (Lowy, 2011, p.22). Marx percebeu que “assim como os cristãos são iguais no céu e desiguais na terra, os diferentes membros do povo são iguais no céu de seu mundo político e desiguais na existência terrena da sociedade” (Marx apud Lowy, 2011, p.21). A revolução francesa significou um “progresso da História” uma vez que “transformou os estados políticos em estados sociais (...) fez das diferenças de estados da sociedade civil simples diferenças sociais” (Marx apud Lowy, 2011, p.21).

Ao mesmo tempo ele percebeu que a “sociedade civil atual é o resultado do princípio do individualismo; a existência individual é o objetivo final: a atividade, trabalho, conteúdo etc. são apenas meios” (Marx apud Lowy, 2011, p.21). Assim, é esta sociedade civil e sua “essência privada”, tendo seu surgimento sido possibilitado pela vitória da revolução francesa, que gera a alienação política no Estado e que faz com que esse seja uma falsa universalidade. Como saída, já vimos, ele propõe uma “verdadeira democracia” com ecos de soluções rousseauianas. A “verdadeira democracia supera o plano da *representação política* na *representação genérica*. Nela, cada homem “representa simplesmente o gênero”. Ele “é, aqui, representante não por meio de uma outra coisa, que ele representa, mas por aquilo que ele é e faz” (Marx apud Enderle, 2005, p.26). Um Marx “democrata radical”. Uma democracia assim implicaria a superação não apenas do Estado político alienado, mas também da própria sociedade civil privatizada. Uma superação simultânea da forma política e do conteúdo social.

Seja como for, a atenção de Marx na *Crítica* já não está mais no “Estado político alienado”. É por isso que Netto afirma que a *Crítica* é o passo inicial da transição marxiana da superação da filosofia à construção de sua teoria social.

“A ‘inversão’ vai necessariamente acompanhada de uma nova compreensão daquela relação, que se apresenta como *não-orgânica* e sim *dialética*, com o Estado posto não mais como mediação universal dos interesses privados e gerais e sim como instância alienada da representação da (igualmente alienada) contraposição público/privado; a autonomia que a *Filosofia do direito* confere ao Estado, ‘à esfera política’ como tal, é dissolvida pela remissão à vida social” (Netto, 1990, p.60).

Ou, dito de outra maneira, “na *Crítica*, Marx encontrou o seu objeto. Faltava desvendar sua ‘anatomia’” (Enderle, 2005, p.26).

2.1.1

Após a lua de mel em Kreuznach e já em Paris, Marx conclui dois artigos que seriam publicados posteriormente, em fevereiro de 1844, com Arnold Ruge no único número dos *Anais Franco-Alemães: Sobre a questão judaica* (escrito entre agosto e dezembro de 1843) e *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* (finalizado em dezembro de 1843).

O primeiro foi escrito em resposta ao texto *A questão judaica*, de Bruno Bauer (novembro de 1842). Este negava os direitos cívicos aos judeus enquanto não rejeitassem sua religião e não “renunciasses à sua pretensão de se constituírem num povo “ancorado em sua essência oriental”, “eternamente separado dos outros””. Para Bauer, a emancipação dos judeus “somente seria possível por meio de uma “mudança total de sua essência”” (Bensaid, 2010, p.18). Em outras palavras, um Estado que pressupõe a religião não é um Estado verdadeiro. Bauer, portanto, defendia o ateísmo de Estado e confundia emancipação política com emancipação humana. Para ele “o homem deve renunciar ao “*privilégio da fé*” para poder acolher os direitos humanos universais” (Marx, 2010, p.47).

Marx subverte os termos do debate. Não se tratava de realizar uma crítica presa ao nível religioso nem de negar os direitos de cidadãos aos judeus, mas de emancipar a crítica de todas as formas de teologia.

“Só onde o Estado político existe em sua forma plenamente desenvolvida, a relação do judeu, e de modo geral do homem religioso, com o Estado político, ou seja, a relação entre a religião e o Estado, pode emergir em sua peculiaridade, em sua pureza. A crítica a essa relação deixa de ser uma crítica teológica no momento em que o Estado deixa de comportar-se teologicamente para com a religião, no momento em que ele se comporta como Estado, isto é, politicamente, para com a religião. A crítica transforma-se, então, em crítica do Estado político” (Marx, 2010, p.37).

Ora, a revolução francesa já tinha separado a religião do Estado e transformado as crenças confessionais em questões de âmbito privado. Mesmo no Estado político mais desenvolvido à época, o dos EUA, a religião não apenas continuava existindo, mas permanecia mesmo com seu “frescor e força vitais” (Marx, 2010, p.38). Tratava-se de descobrir neste Estado, plena e politicamente emancipado, a situação que permitia a continuidade e o desenvolvimento do judaísmo na e com a História e a “necessidade de ilusões” que as religiões expressavam. Ou, em outras palavras, como “a existência da religião é a existência de uma carência, a fonte dessa carência só pode ser procurada na essência do próprio Estado” (Marx, 2010, p.38).

Marx continua, por outros meios, a crítica da alienação política que começara em sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel* anterior:

“Onde o Estado político atingiu sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um brinquedo na mão de poderes estranhos a ele” (Marx, 2010, p.40).

Por isso Bensaïd diz que “esse tema do desdobramento entre sociedade civil e Estado, homem e cidadão, vai desempenhar um papel-chave na crítica da cidadania desenvolvida em *Sobre a questão judaica*” (Bensaïd, 2010, p.13). Daí a limitação fundamental e insuperável da emancipação política, que ao mesmo tempo Marx não deixa de considerar “um grande progresso”. O Estado político pleno e alienado tem que ser transcendido por uma emancipação que supere a cisão entre ele e a sociedade burguesa que o suporta.

“A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, pessoa moral.

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] como forças *sociais* e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força *política*” (Marx, 2010, p.54).

Marx desenvolve aqui a crítica ao Estado político moderno, e ainda a retomará várias vezes, mesmo que modificada, como, por exemplo, nas *Glosas críticas* (1844), n’*A guerra civil na França* (1871) e na *Crítica do programa de Gotha* (1875). Seu pensamento vai sendo enriquecido com novos elementos e categorias – especialmente da economia política –, e a relação da emancipação humana com a problemática do Estado também se modifica. Se ele já percebe claramente a distinção entre as emancipações humana e política, e as contradições insuperáveis desta última, a primeira não pode ser realizada através do Estado político alienado e *incompleto* instituído pela modernidade burguesa. Por hora, Marx está em busca de um “Estado verdadeiramente democrático e real”. Mas essa posição será alterada muito pouco tempo depois.

Sobre o desenvolvimento histórico-social, tanto na *Crítica de 1843* como em *Sobre a questão judaica*, Marx considera o caráter progressivo da emancipação política em relação à idade feudal anterior – “A emancipação *política* de fato representa um grande progresso” (Marx, 2010, p.41). Todavia, mesmo neste momento não se trata de um progresso linear. Há sérias contradições. Numa passagem pouco citada deste último texto, Marx mostra o rebaixamento da natureza (meio-ambiente) e da mulher no período histórico dominado pelo “judaísmo secular”:

“A visão que se obtém da natureza sob a dominação da propriedade privada e do dinheiro é o desprezo real, a degradação prática da natureza, que de fato se pode constatar na religião judaica, ainda que apenas na forma de ilusão. Nesse sentido, Thomas Müntzer afirma ser insuportável “que toda criatura tenha sido transformada em propriedade, os peixes na água, as aves no ar, as plantas na terra – também a criatura deve tornar-se livre”. (...) A própria relação de gênero, a relação entre

homem e mulher etc., torna-se um objeto de comércio! A mulher é negociada” (Marx, 2010, p.58).

Mas o tema da transição não está seriamente presente nas preocupações de Marx até aqui. Até porque ainda não ultrapassamos o seu momento “democrata radical”, que já é revolucionário, ainda que não comunista, mesmo que os sinais das limitações desse momento já possam ser percebidos.

É com o seu *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* que ele pontua pela primeira vez a necessidade de uma “revolução radical”. Com ela temos o “primeiro esboço da ideia de “revolução permanente” que Marx desenvolveria em seguida em 1850”⁶ (Lowy, 2011, p.27) e também a noção de que “a dialética das revoluções europeias pressupõe a ideia, ainda não explícita, do desenvolvimento desigual e combinado” (Bensaid, 2010, p.15).

Como ultrapassar o atraso abstrato e especulativo alemão em relação à França e Inglaterra, por exemplo, e não ficar preso às limitações insuperáveis de uma emancipação meramente política? – “Como poderia a Alemanha, em *salto mortale*, superar não só as próprias barreiras mas também as das nações modernas (...)?” (Marx, 2005, p. 152). Que sujeito poderia realizar esse salto? As respostas:

“A Alemanha, como deficiência da atual política constituída em sistema, não será capaz de demolir as barreiras alemãs específicas sem demolir as barreiras gerais da política atual” (Marx, 2005, p.153), “Na Alemanha, a emancipação total constitui uma *condition sine qua non* para qualquer emancipação parcial” (Marx, 2005, p.155) e “Na formação de uma classe que tenha *cadeias radicais*, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil (...) de uma esfera que possua caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma *reparação particular* porque o mal que lhe é feito não é um *mal particular*, mas o *mal em geral* (...) de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas (...) A dissolução da sociedade, como classe particular, é o *proletariado*” (Marx, 2005, p.155).

Aqui, Marx ainda utiliza o dualismo “feuerbachiano” entre atividade filosófica como “cabeça” da emancipação e o proletariado como “coração” e “base passiva”. Mas os caminhos

⁶ Há a menção de Marx ao termo *revolução permanente* em *Sobre a questão judaica*. Mas aqui ele serve para mostrar sua limitação quando vinculado à perspectiva *política* da emancipação: “A *dissociação* do homem em judeu e cidadão, em protestante e cidadão, em homem religioso e cidadão, essa dissociação não é uma mentira frente à cidadania, não constitui uma forma de evitar a emancipação política, mas é a *própria emancipação política*; ela representa o modo *político* de se emancipar da religião. No entanto: nos períodos, em que o Estado político é gerado por meio da violência como Estado político a partir da sociedade burguesa, em que a autolibertação humana procura realizar-se sob a forma da autolibertação política, o Estado pode e deve avançar até a *abolição da religião*, até a *destruição* da religião; porém somente na medida em que avance até a abolição da propriedade privada, até o *maximum*, até o confisco, a taxa progressiva, em que avance até a abolição da vida, até a *guilhotina*. Nos momentos em que está particularmente autoconfiante, a vida política procura esmagar seu pressuposto, a sociedade burguesa e seus elementos, e constituir-se como a vida real e sem contradição do gênero. No entanto, ela só consegue fazer isso caindo em contradição *violenta* com suas próprias condições de vida, ou seja, declarando a revolução como *permanente*, e, em consequência disso, o drama político termina tão necessariamente com a restauração da religião, da propriedade privada, de todos os elementos da sociedade burguesa, quanto a guerra termina com a paz” (Marx, 2010, p.42).

para o “materialismo monista” das *Teses sobre Feuerbach* (1845) ganhavam novos elementos.

2.1.2

Desde outubro de 1843 em Paris, entre reuniões com líderes e representantes do movimento operário e socialista francês e diversas leituras, Marx entra em contato em fevereiro de 1844 com o “Esboço de uma crítica da economia política” de Engels, que mais tarde será avaliado – no prefácio à primeira edição da *Contribuição à crítica da economia política* de 1859 – como um “genial esboço”. Ele, que iniciara desde fins de 1843 estudos sobre os clássicos da economia política, em agosto de 1844 terminará os *Manuscritos econômico-filosóficos*, apenas publicados em 1932. Esses escritos são importantes por vários aspectos, mas o fundamental é que “Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, porém, Marx dá um passo à frente crucial, superando radicalmente a “parcialidade política” de sua própria orientação e as limitações de um quadro conceitual característico de seu desenvolvimento na fase de “democratismo revolucionário” (Mészáros, 2006, p.75). O quadro conceitual de Marx se voltara para a esfera da produção da vida material e teve na categoria de *autoalienação do trabalho* o “ponto de Arquimedes de sua grande síntese” (Mészáros, 2006, p.76).

Aquelas contradições entre a vida privada e a vida pública, entre burguês e cidadão, entre Estado político alienado e sociedade civil que Marx começou a visualizar desde a *Crítica de 1843* a Hegel será tratada com a ajuda da centralidade da categoria trabalho e de sua autoalienação ao longo da história. Ele com isso começa a traçar uma análise mais robustamente *econômica* da sociabilidade burguesa, e também lança as bases para uma teoria do desenvolvimento do gênero humano que terá continuidade com *A ideologia alemã* (1845). O comunismo passa a ser então a possibilidade histórica da superação positiva da autoalienação do trabalho. Especialmente aqui, com a constatação de que o “sistema de Marx *in statu nascendi* está virtualmente concluído” (Mészáros, 2006, p.89), é possível perceber a concepção mais uma vez contraditória e dialética do desenvolvimento de sua teoria social em construção.

“Que a *divisão do trabalho* e a *troca* assentam-se sobre a *propriedade privada* não é outra coisa senão a afirmação de que o *trabalho* é a essência da propriedade privada, uma afirmação que o economista nacional não pode demonstrar, e que nós queremos demonstrar para ele. Justamente nisso, no fato de *divisão do trabalho* e *troca* serem figuras da propriedade privada, justamente nisso repousa a dupla demonstração, tanto de que a vida *humana* necessitou da *propriedade privada* para a sua efetivação, como, por outro lado, de que ela agora necessita da supra-sunção da propriedade privada” (Marx, 2004, p.156).

Se muitos afirmam que o sistema de Marx contém elementos de uma teleologia fechada, Mészáros, ao contrário, mostra que

“As ações humanas não são inteligíveis fora de sua moldura sócio-histórica. Mas a história humana, por sua vez, está longe de ser inteligível sem algum tipo de *teleologia*. Se, porém, esta é de um tipo “fechado”, *apriorístico* – isto é, todas as variedades de *teleologia teológica* –, o sistema filosófico que utiliza essa concepção de teleologia será, ele mesmo, um “sistema fechado”.

O sistema marxiano, ao contrário, é organizado em termos de uma teleologia inerentemente histórica – “aberta” – que não pode admitir “fixidez” em nenhuma fase. Podemos ilustrar isso, de maneira breve, antecipando alguns pontos principais (...), com referência a duas afirmações marxianas em particular:

1) Segundo Marx, toda necessidade é “necessidade *histórica*”, ou seja, “uma necessidade *em desaparecimento*”. Esse conceito não só torna inteligíveis as múltiplas transformações e transições dos fenômenos sociais em termos de *necessidade* histórica, como também, ao mesmo tempo, deixa a porta bem aberta para o desenvolvimento futuro da sociedade humana;

2) O “objetivo” da história humana é definido por Marx em termos da imanência do desenvolvimento humano (em oposição ao *transcendentalismo a priori* da teleologia teológica), ou seja, como a realização da “essência humana”, da “humanidade”, do elemento “especificamente humano”, da “universalidade e liberdade do homem” etc., por meio da “auto-atividade prática do homem”, primeiro de uma forma alienada, e mais tarde de uma forma positiva, auto-sustentada de atividade vital, estabelecida como uma “necessidade interior”. O homem, como o “ser automegador da natureza”, tem de desenvolver – por intermédio da dialética objetiva de uma complexidade crescente das necessidades e objetivos humanos – de acordo com as leis objetivas mais fundamentais da ontologia, das quais – e isso é de importância vital – seu próprio papel mediador ativo é uma parte essencial. Assim, o sistema marxiano permanece aberto porque o “objetivo” mesmo da história é definido em termos inerentemente históricos, e não como um alvo fixo. Na concepção de Marx, a história permanece aberta de acordo com a necessidade ontológica específica da qual a teleologia humana automegradora é parte integral: pois não pode haver nenhum modo de predeterminar as formas e modalidades da “*automegração*” humana (cujas complexas condições teleológicas só podem ser satisfeitas no curso dessa mesma automegração), exceto reduzindo arbitrariamente a complexidade das ações humanas à crua simplicidade das determinações mecânicas. Nunca se pode alcançar um ponto na história no qual seja possível dizer: “agora a substância humana foi plenamente realizada”. Pois uma tal delimitação privaria o ser humano de seu atributo essencial: seu poder de “automegração” e “autodesenvolvimento” (Mészáros, 2006, p.111).

No mesmo mês de agosto de 1844, Marx escreve uma resposta no *Vorwärts!* – órgão de imprensa dos operários alemães emigrados – a um artigo de Arnold Ruge, seu antigo amigo e co-editor dos *Anais Franco-Alemães*. O texto “Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano” tem como pano de fundo o debate sobre o levante dos tecelões da Silésia em junho de 1844, primeira revolta operária da história moderna da Alemanha. Marx encontra materialmente a confirmação de suas ideias sobre o proletariado desenvolvidas na sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*. Além da superação da concepção do proletariado como elemento ou solo passivo que receberia o ativo “relâmpago do pensamento” (Marx, 2005, p.156), o que mais chama a atenção neste pequeno texto é a crítica radical que Marx desfere ao Estado e a distinção que ele estabelece entre uma “revolução política com alma social” e uma “revolução social com alma política”.

Aqui já não se trata de estabelecer um “Estado verdadeiro” ou uma “verdadeira democracia”, que era sua proposta até antes da “Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução”. Marx vai atacar os fundamentos de um entendimento político das mazelas sociais. É neste texto e em passagens que reproduzimos abaixo que alguns intérpretes de Marx vão perceber o caráter negativo⁷ que ele atribui à dimensão política – o que outros chamam de “ontonegatividade”. Se essa interpretação for correta, e de fato parece ser esse o caso, não há base real alguma para as críticas *estatistas* que uma série de tendências anarquistas fazem ao legado de Marx. Sobre o Estado, diz Marx em sentenças que começam a se tornar clássicas:

“O Estado não pode suprimir a contradição entre a finalidade e a boa vontade da administração, por um lado, e seus meios e sua capacidade, por outro, sem suprimir a si próprio, pois ele *está baseado* nessa contradição. Ele está baseado na contradição entre a *vida pública* e a *vida privada*, na contradição entre os *interesses gerais* e os *interesses particulares*. Em consequência, a administração deve restringir-se a uma atividade formal e negativa, porque o seu poder termina onde começa a vida burguesa e seu labor. Sim, frente às consequências decorrentes da natureza associal dessa vida burguesa, dessa espoliação recíproca dos diversos círculos burgueses, frente a essas consequências a *lei natural* da administração é a *impotência*. Porque essa dilaceração, essa sordidez, esse *escravismo* da sociedade burguesa é o fundamento natural sobre o qual está baseado o Estado moderno, assim como a sociedade “burguesa” do escravismo era o fundamento natural sobre o qual estava baseado o Estado antigo. A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis. (...) Se quisesse eliminar a impotência de sua administração, o Estado moderno teria de eliminar a atual *vida privada*. Se ele quisesse eliminar a vida privada, teria de eliminar a si mesmo, porque ele existe *tão somente* como antítese a ela. Porém, nenhum *vivente* julgará que as deficiências de sua existência estejam fundadas no *princípio* de sua vida, na essência de sua vida, mas sempre em circunstâncias *exteriores* à sua vida. O suicídio é antinatural. O Estado não pode, portanto, acreditar que a impotência seja inerente à sua administração, ou seja, a si mesmo” (Marx In Marx e Engels, 2010, p.39-40).

É por isso que é necessário superar o “entendimento político” das coisas. É por isso que é necessário “superar o princípio da política, que é a *vontade*” (Marx In Marx e Engels, 2010, p.41). Assim, a questão não é realizar uma “revolução política” ou “revolução pura e simples”, pois “toda e qualquer revolução dissolve a *antiga* sociedade, nesse sentido ela é *social*. Toda e qualquer revolução derruba o *antigo poder*; nesse sentido, ela é *política*” (Marx In Marx e Engels, 2010, p.51).

Trata-se de constituir a “verdadeira comunidade dos humanos” e isso é possível apenas através de uma “revolução política com alma social”:

“A revolução como tal – a derrubada do poder constituído e a *dissolução* das relações antigas – é um *ato político*. No entanto, sem revolução o *socialismo* não poderá se concretizar. Ele necessita desse *ato político*, já que necessita recorrer à *destruição* e à *dissolução*. Porém, quando tem início a sua *atividade organizadora*, quando se manifesta o seu *próprio fim*, quando se manifesta a sua *alma*, o socialismo se desfaz do seu invólucro *político*” (Marx In Marx e Engels, 2010, p.52).

⁷ No sentido de ser essencialmente limitada e somente poder existir no interior de uma estrutura social parcial e desigual.

Temos aqui mais algumas ideias que Marx não abandonará durante toda a vida: (a) a necessidade de uma revolução para a transição à “verdadeira comunidade dos humanos”; (b) a necessidade do socialismo se desfazer de seu “invólucro político” para manifestar a sua “alma”. A teoria de Marx mostra-se necessariamente revolucionária e antiestatal. Com a descoberta do papel ativo do proletariado na emancipação estavam colocadas as bases para a elaboração da *filosofia da práxis*.

2.1.3

Em *A ideologia alemã*, escrito por Marx e Engels em Bruxelas entre 1845 e 1846, onde encontramos o acerto de contas dos dois com o neo-hegelianismo de esquerda, com Feuerbach e com o seu próprio passado, podemos dizer que surge uma nova teoria acerca do desenvolvimento histórico das sociedades humanas – Lowy fala em uma “primeira e brilhante formulação de uma nova concepção da História” (Lowy, 2011, p.36), e um novo método de apreensão da vida social.

Vinculada à questão da transição, temos a noção inovadora – agora indo além do papel ativo do proletariado na revolução – de que uma autêntica emancipação é uma autoemancipação do proletariado, isto é, a alteração simultânea das condições existentes e dele próprio numa rica dialética. Uma revolução é necessária não apenas por um critério político – porque a classe dominante não abdicará de sua dominação –, mas por uma necessidade de automodificação que o próprio proletariado precisa exercer sobre si mesmo. Nesse sentido, uma revolução proletária, e evidentemente um processo de transição, é o trabalho de modificação concomitante do proletariado sobre as circunstâncias e sobre as reminiscências dessas circunstâncias nele próprio. Está, portanto, afirmado o caráter revolucionário da teoria marxiana como filosofia da práxis⁸.

“(…) que tanto para a criação em massa dessa consciência comunista quanto para o êxito da própria causa faz-se necessária uma transformação massiva dos homens, o que só se pode realizar por um movimento prático, por uma revolução; que a revolução, portanto, é necessária não apenas porque a classe dominante não pode ser derrubada de nenhuma outra forma, mas também porque somente com uma revolução a classe que derruba detém o poder de desembaraçar-se de toda a antiga imundície e de se tornar capaz de uma nova fundação da sociedade” (Marx e Engels, 2007, p.42).

⁸ Isso também está presente na terceira tese sobre Feuerbach (1845): “A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como *prática revolucionária*” (Marx e Engels, 2007, p.533-4).

O que está mais ou menos consolidada na nova concepção histórica inaugurada por Marx (e Engels) é a superação de qualquer noção ligada ao âmbito da moralidade ou de viés idealista-especulativo. O comunismo não é o fim da linha de uma sucessão de fases históricas. É a abertura de uma nova época na história da humanidade. É um *movimento* de emancipação. Ver a citação de Marx no tópico 1.5 da *Introdução* acima.

Marx nem se preocupa em realizar prospecções sobre a sociedade futura⁹ nem embasa sua teoria em fundamentos ligados a um *Sollen* (dever-ser). Isso não significa que a teoria da revolução e da transição em Marx abdique de um autêntico compromisso moral com a emancipação dos trabalhadores. Significa apenas que não é sobre ele que a teoria se estrutura.

Na elaboração de sua nova concepção da História, ele procura elucidar as condições efetivas que possibilitam a emancipação e a superação da “pré-história da humanidade”. Não é qualquer sociedade nem qualquer momento histórico que possibilita o surgimento de comunismo. A transição exige a chegada de uma época de um “desenvolvimento universal das forças produtivas”, de um “intercâmbio global”, de “indivíduos empiricamente histórico-mundiais”. Não se constrói comunismo em meio à escassez, ainda que esse termo contenha certo grau de relatividade. Na citação a seguir, vários marxistas encontraram o subsídio para demonstrar a incapacidade de uma transição ou construção socialista em países periféricos. Também se percebe claramente o princípio internacionalista e mundial da transição na teoria marxiana.

“Essa “alienação” [*Entfremdung*] para usarmos um termo compreensível aos filósofos, só pode ser superada, evidentemente, sob dois pressupostos *práticos*. Para que ela se torne um poder “insuportável”, quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente “sem propriedade” e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e cultura existente, condições que pressupõem um grande aumento da força produtiva, um alto grau de seu desenvolvimento – e, por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas (no qual já está contida, ao mesmo tempo, a existência empírico humana, dada não no plano local, mas no plano *histórico-mundial*) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, pois sem ele apenas se generalizaria a escassez e, portanto, com a *carestia*, as lutas pelos gêneros necessários recomençariam e toda a velha imundice acabaria por se restabelecer; além disso, apenas com esse desenvolvimento universal das forças produtivas é posto um intercâmbio universal dos homens e, com isso, é produzido simultaneamente em todos os povos o fenômeno da massa “sem propriedade” (concorrência universal),

⁹ Uma clássica citação sobre a sociedade comunista: “Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder o seu meio de vida – ao passo que, na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico” (Marx e Engels, 2007, p.38)

tornando cada um deles dependente das revoluções do outro; e, finalmente, indivíduos empiricamente universais, *histórico-mundiais*, são postos no lugar dos indivíduos locais. Sem isso, 1) o comunismo poderia existir apenas como fenômeno local; 2) as próprias forças do intercâmbio não teriam podido se desenvolver como forças *universais* e, portanto, como forças insuportáveis; elas teriam permanecido como “circunstâncias” doméstico-supersticiosas; e 3) toda ampliação do intercâmbio superaria o comunismo local. O comunismo, empiricamente, é apenas possível como ação “repentina” e simultânea dos povos dominantes, o que pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial associado a esse desenvolvimento” (Marx e Engels, 2007, p.38-9).

Por fim, ligados de modo mais direto à questão da transição, uma vez que *A ideologia alemã* é um texto que possibilita uma infinidade de desdobramentos temáticos, temos o caráter antiestatal e antiteológico da teoria de Marx. No que tange o Estado, ele diz que

“(…) os proletários, para afirmar a si mesmos como pessoas, tem de supressumir sua própria condição de existência anterior, que é, ao mesmo tempo, a condição de toda a sociedade anterior, isto é, o trabalho. Eles também se encontram, por isso, em oposição ao Estado, a forma pela qual os indivíduos se deram, até então, uma expressão coletiva, e tem de derrubar o Estado para impor a sua personalidade” (Marx e Engels, 2007, p.66).

A teoria do desenvolvimento do gênero humano que aparece neste texto é uma exposição em linguagem “mais histórica” do sistema “in statu nascendi” que os *Manuscritos econômico-filosóficos* haviam elaborado em linguagem “mais filosófica”. Não há finalismo ou teleologia fechada no processo histórico.

“A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições, o que então pode ser especulativamente distorcido, ao converter-se a história posterior na finalidade da anterior, por exemplo, quando se atribui à descoberta da América a finalidade de facilitar a irrupção da Revolução Francesa, com o que a história ganha finalidades à parte e torna-se “uma pessoa ao lado de outras pessoas” (tais como: “Autoconsciência, Crítica, Único” etc.), enquanto o que se designa com as palavras “destinação”, “finalidade”, “núcleo”, “ideia” da história anterior não é nada além de uma abstração da história posterior, uma abstração da influência ativa que a história anterior exerce sobre a posterior” (Marx, 2007, p.40).

Com Marx e Engels ainda em Bruxelas, e por solicitação da Liga dos Justos, vem à tona o *Manifesto comunista*, publicado em fevereiro de 1848. Trazendo de modo resumido sua nova concepção da história humana, a diferença em relação a outras formas de “socialismo”, o papel do proletariado nas revoluções de seu tempo e as medidas concretas que ele deveria tomar o *Manifesto comunista* é o texto político mais editado e impresso da literatura universal. Este documento é vital para o tema da transição em Marx porque explicita e condensa o fundamental, ainda que eles tenham desenvolvido várias questões posteriormente, de seus entendimentos sobre o processo transicional. Há aqui em germe a

noção das diferentes fases da transição que Marx retomará na *Crítica do programa de Gotha*. A conquista do poder político é o objetivo inicial inescapável do proletariado. Estão presentes as ideias importantes de “conquista da democracia” e a concepção do Estado como “proletariado organizado como classe dominante”. O objetivo essencial, após a “conquista da democracia” e da “organização do proletariado como classe dominante” é a “concentração de toda a produção nas mãos dos indivíduos associados” onde “o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos”.

“O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (Marx e Engels, 2005, p.51).

“Vimos antes que a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia. O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas” (Marx e Engels, 2005, p.58).

“Quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classes e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão da outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente como classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe. Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos” (Marx e Engels, 2005, p.59).

Ou seja, ainda que Marx não mencione a expressão *ditadura do proletariado*¹⁰, dá-nos uma primeira aproximação dela: “O termo apareceu pela primeira vez na análise marxiana – é irrelevante se originário ou não de Blanqui – logo após a derrota de 1848-49, ou seja, no contexto de uma possível nova versão de situações parcialmente semelhantes às revoluções de 48” (Hobsbawm, 1983, p.311).

¹⁰ É na carta de Marx a Weydemeyer de 05 de março de 1852 onde o termo vem à tona: “No que me concerne, não me cabe o mérito de haver descoberto nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi: 1) demonstrar que a existência das classes está ligada somente a *determinadas fases de desenvolvimento da produção*; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à *ditadura do proletariado*; 3) que essa própria ditadura nada mais é que a transição à *abolição de todas as classes* e a uma *sociedade sem classes*”. É uma expressão usada muito pouco durante a obra marxiana e que gerou uma série de interpretações no interior da tradição marxista, algumas mais “estatais, partidárias e autoritárias” e outras distantes dessas visões. Engels, na *Introdução* de 1891 ao livro *A guerra civil na França*, de Marx, diz: “Pois bem, senhores, quereis saber como é esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado” (Engels, 2011, p. 197). A Comuna de Paris foi tudo, menos estatal, partidária (no sentido principal utilizado por “partido” na maior parte do século 20) e autoritária. Hobsbawm afirma que “nada indica que Marx tenha jamais usado o termo “ditadura” para indicar uma forma institucional específica de governo, mas tão somente para definir o *conteúdo* mais que a forma assumida pelo domínio de um grupo ou de uma classe” (Hobsbawm, 1983, p.311).

Entre meados da década de 1840 e o início da década de 1850, o diagnóstico de época de Marx e Engels era de que o capitalismo estava vivendo uma crise avançada e de que a vitória definitiva do proletariado era uma possibilidade concreta¹¹ – uma visão “profundamente equivocada, de que o sistema estava muitíssimo próximo de seus limites estruturais“ (Netto, 1998, p.liv). O interessante é que o proletariado à época (1848) não se constituía como uma parcela considerável da população, sendo mesmo muito reduzido na maior parte dos países da Europa¹². Isso não os impediu de afirmar que “o movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria” (Marx e Engels, 2005, p.50). Temos aqui um importante ensinamento do método de Marx e Engels: eles não desprezavam, mas, ao mesmo tempo, não baseavam suas elaborações apenas nos dados empíricos. Se estivessem mirando apenas o que aparecia diante deles, não seria possível afirmar o protagonismo fundamental do proletariado na superação da ordem burguesa: “apenas uma rigorosa análise das tendências estruturais da ordem burguesa, capaz de **projetá-las** acertadamente poderia antecipar a centralidade do proletariado nos processos de transformação social substantiva – e é sobre tal análise que se funda o *Manifesto*” (Netto, 1998, p.xli). A área de abrangência da revolução era concebida como mais ou menos ligada ao continente europeu, aos países desenvolvidos do sistema: “A fase decisiva da futura revolução proletária se verificaria nos países que conheceram a revolução burguesa e o desenvolvimento de um capitalismo avançado, isto é, a França, a Inglaterra, os Estados alemães e provavelmente os Estados Unidos. Mas, por outro lado, excetuada a Inglaterra, ainda não existia um verdadeiro proletariado” (Hobsbawm, 1983, p.333-4).

Segundo o historiador inglês anteriormente citado, Marx trabalhava com duas hipóteses para o desenvolvimento da revolução, especialmente na Alemanha: (a) um proletariado embrionário, conduzido por intelectuais comunistas, assumiria a direção de uma revolução que a burguesia demonstrara não querer ou poder fazer, ou (b) haveria a continuação do processo de radicalização da revolução burguesa (Hobsbawm, 1983, p.319).

¹¹ Diz Engels retrospectivamente em 1895 em seu prefácio para *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, de Marx: “A história não deu razão a nós nem a quem pensou de modo semelhante. Ela deixou claro que o nível de desenvolvimento econômico no continente naquela época nem de longe estava maduro para a eliminação da produção capitalista; ela provou isso mediante a revolução econômica que tomou conta de todo o continente a partir de 1848 e só então instalou de fato a grande indústria na França, na Áustria, na Hungria, na Polônia e, mais recentemente, na Rússia e fez da Alemanha um país industrial de primeira grandeza – tudo isso sobre uma base capitalista que no ano de 1848, portanto, ainda tinha muita capacidade de expansão” (Engels, 2012, p.16).

¹² “A classe trabalhadora (...) crescia de uma forma vertiginosa. Contudo, exceto na Grã-Bretanha, na melhor das hipóteses podia ser contada em centenas de milhares, mas não em milhões. Comparada com o total da população do mundo, ainda era numericamente desprezível e, em todo o caso – uma vez mais com a exceção da Grã-Bretanha e alguns pequenos núcleos em outros países –, era uma classe desorganizada (Hobsbawm, 1982, p.192, p.325).

Antes de adentrarmos no texto de março de 1850, o *Manifesto* possui também algumas importantes anotações sobre o evoluir histórico. A passagem de que “A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (Marx e Engels, 2005, p.51) é muito utilizada para caracterizar a obra marxiana como determinista. Esta outra, ainda do mesmo texto – “Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito” (Marx e Engels, 2005, p.40) – tem servido muitas vezes para demonstrar o seu caráter aberto.

Sobre essa “tensão” entre progressismo e dialética do desenvolvimento na obra de Marx, que essas passagens do *Manifesto* mais ou menos resumem, Lowy diz que “seria falso concluir de todas essas observações críticas que o *Manifesto* não escapa do quadro da filosofia ‘progressista’ da História, herdada do pensamento das Luzes e de Hegel. (...) Marx e Engels recusam uma visão linear da História” (Lowy, 2011, p.48). Netto, por outro lado, lembra pertinentemente que “Marx e Engels, já por esta época, tinham suficientemente esclarecida a questão do papel do sujeito social (coletivo, classista) na história (...)”, que é somente a “articulação de *tendências determinadas objetivamente e vontade política (de classe) organizada* que pode assegurar que a queda da burguesia e a vitória do proletariado ‘são igualmente inevitáveis’” e que, portanto, o *Manifesto* “não absolutiza, deterministicamente, a chance única da vitória proletária e da emancipação pelo comunismo (...)” (Netto, 1998, p.xlviii-xlix).

É na *Mensagem do Comitê Central à Liga [dos comunistas]* de março de 1850 e já no exílio inglês londrino, quando a revolução na Europa, a “primavera dos povos”, já estava virtualmente derrotada – “depois da capitulação dos húngaros e dos venezianos em agosto de 1849, a revolução estava morta. Com a única exceção na França, todos os antigos comandos foram restaurados no poder (...) e os revolucionários espalharam-se no exílio (Hobsbawm, 1982, p.34)” – que Marx (e Engels) proclama pela primeira vez a ideia de uma *revolução permanente*. Ainda que não tivesse percebido à época a vitória da reação, ele entendeu que não era possível ter ilusões na burguesia alemã nem na dos muitos países retardatários. O proletariado deveria se constituir como partido autônomo e estabelecer um “governo próprio dos operários”.

“Paralelamente aos novos governos oficiais, eles devem constituir simultaneamente os governos operários revolucionários próprios, seja na forma de diretorias comunais e conselhos comunais, seja por meio de clubes operários ou comitês

operários, de modo que os governos democráticos burgueses não só percam de imediato o respaldo que tinham nos trabalhadores, mas se vejam de saída fiscalizados e intimidados por instâncias representativas de toda a massa de trabalhadores. Em suma: desde o primeiro instante da vitória, a desconfiança não deve ser dirigida contra o partido reacionário derrotado, mas contra os que até ali foram seus aliados, contra o partido que pretende explorar sozinho a vitória conquistada conjuntamente” (Marx e Engels, 2010, p.68).

A burguesia não iria levar à frente as reivindicações de sua época “clássica” e “heroica” como acontecera na França no fim do século XVIII até porque já percebia as benesses de conciliar com o absolutismo¹³. Caberia ao proletariado, portanto, tornar a *revolução permanente* e impulsionar as transformações democráticas e também socialistas agora dialeticamente combinadas.

“(…) é de nosso interesse e é nossa tarefa tornar a revolução permanente até que todas as classes proprietárias em maior ou menor grau tenham sido alijadas do poder, o poder estatal tenha sido conquistado pelo proletariado e a associação dos proletários tenha avançado, não só em um país, mas em todos os países dominantes no mundo inteiro, a tal ponto que a concorrência entre os proletários tenha cessado nesses países e que ao menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos dos proletários. Para nós, não se trata de modificar a propriedade privada, mas de aniquilá-la, não se trata de camuflar as contradições de classe, mas de abolir as classes, não se trata de melhorar a sociedade vigente, mas de fundar uma nova” (Marx e Engels, 2010, p.64).

Lowy diz que esta é a “formulação mais explícita e coerente, na obra de Marx e Engels, da ideia de revolução permanente” (Lowy, 2010, p.18). Após a derrota de 1848-49 e ainda por algum tempo, Marx pensou a possibilidade revolucionária como residindo especialmente no aprofundamento permanente da revolução a partir da aliança do então minoritário proletariado com o partido democrático pequeno-burguês, que era composto à época da “maioria dos moradores burgueses das cidades, os pequenos comerciantes industriais e os mestres de obras, mas contando também entre suas fileiras com os agricultores e o proletariado rural, na medida em que este ainda não encontrou um ponto de apoio no proletariado autônomo das cidades” (Marx e Engels, 2010, p.62).

Ainda que as condições da revolução proletária na Rússia de outubro de 1917 não fossem exatamente as mesmas do contexto europeu de meados do século 19 – mesmo que com algumas semelhanças –, não deixa de ser surpreendente que Leon Trotski no seu texto *Balço e perspectivas* (1906) “não parece conhecer a *Mensagem do Comitê Central à Liga*

¹³ “(…) Os regimes conservadores restaurados estavam bem preparados para fazer concessões ao liberalismo econômico, legal e até cultural dos homens de negócios, desde que isto não significasse um recuo político (...). Os anos reacionários de 1850 viriam a ser, em termos econômicos, um período de sistemática liberalização. Em 1848-49, os moderados liberais fizeram então duas importantes descobertas na Europa ocidental: que revoluções eram perigosas e que algumas de suas mais substanciais exigências (especialmente nos assuntos econômicos) poderiam vir a ser atingidas sem elas. A burguesia cessara então de ser uma força revolucionária” (Hobsbawm, 1982, p.40).

[dos comunistas]; sua fonte terminológica é um artigo sobre a Rússia publicado em 1905 pelo biógrafo de Marx, Franz Mehring (...)” (Lowy, 2011, p.54).

Pouco depois desse período de contrarrevolução e derrota generalizadas, Marx e Engels não tiveram esperança numa “revolução proletária vitoriosa por cerca de duas décadas” e “a questão fundamental da estratégia política nesse período é que não consideravam iminente nem provável a passagem do poder ao proletariado, embora estivessem dispostos a levar em conta qualquer eventualidade” (Hobsbawm, 1983, p.321-22).

2.2 A guerra civil na França (1871) e Crítica do programa de Gotha (1875)

Do início da década de 1850 até mais ou menos a redação da *Crítica do programa de Gotha* (1875) temos um momento de expansão e estabilização gigantesca do capitalismo. Durante esta fase, especialmente depois de 1857, Marx não esperará a eclosão de uma nova crise econômica europeia¹⁴. É desse período que data uma carta dele a Engels que István Meszáros tanto chama a atenção¹⁵ e que terá uma importância grandiosa na argumentação do filósofo húngaro:

“A tarefa histórica da sociedade burguesa é o estabelecimento do *mercado mundial*, pelo menos em seus contornos básicos, e de um modo de produção que se apoie em suas bases. Como o mundo é redondo, parece que isso foi realizado com a colonização da Califórnia e da Austrália e com a anexação da China e do Japão. Para nós a *questão difícil* é a seguinte: A revolução no continente é iminente e seu caráter será imediatamente socialista; *não será ela necessariamente esmagada neste pequeno canto do mundo*, visto que em um terreno muito maior o desenvolvimento da sociedade burguesa ainda está em ascendência?” (Marx apud Meszáros, 2002, p.1042).

A ilusão da iminência da revolução no continente seria dissipada logo em seguida por Marx, e o que se pode destacar aqui é que está colocada uma perspectiva de longo alcance, de um viés que privilegia o *desenvolvimento histórico-mundial do sistema* e as contradições que ele ainda tem potencial de deslocar dado seu processo de ascendência, infelizmente não interrompido por revoluções vitoriosas “como ação ‘conjunta’ e simultânea dos povos dominantes” no “canto do mundo” “a partir do desenvolvimento universal das

¹⁴ Datação retirada de pesquisa do renomado historiador inglês: “Se no período de 1848 a guerra fora encarada como consequência e extensão lógica da revolução europeia, bem como condição necessária de seu sucesso, nos vinte anos seguintes, porém, ela foi a maior fonte de esperança de subverter o *status quo*, desencadeando as tensões internas em todos os países. Depois de 1857, dissipou-se a esperança de que se pudesse chegar a isso graças a uma crise econômica. Daí por diante nem Marx nem Engels depositaram mais esperanças sérias, a curto prazo, numa crise econômica, sequer em 1891” (Hobsbawm, 1983, p.337).

¹⁵ Na edição brasileira de *Para além do capital* (2002) da Boitempo Editorial, a carta é citada como possuindo datas diferentes: na página 590, a data é 8 de outubro de 1857; na página 1042, a data é 8 de outubro de 1858. Nesta última referência há uma interrogação no fim da citação. Esta mesma interrogação é inexistente na primeira referência.

forças produtivas e do relacionamento mundial a elas vinculado”– a Europa na época de Marx. Será sobre essa ênfase, com suas implicações teóricas e políticas, que Mészáros construirá grande parte de seu sistema teórico.

Estamos no período de avaliação das derrotas e dos requisitos para uma possível vitória. Marx já deixou para trás a concepção “explosiva” e a tese do esgotamento civilizatório do sistema que ainda eram suas até o início da década de 1850¹⁶. A transição como um processo longo, mesmo que sem elidir os seus momentos explosivos, e no qual alguns pressupostos históricos precisam se desenvolver, já pode ser percebida na famosa citação de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (1852):

“As revoluções burguesas como as do século XVIII precipitam-se rapidamente de sucesso em sucesso, um efeito dramático é suplantado pelo próximo, pessoas e coisas parecem refulgir como brilhantes, respira-se diariamente o êxtase; porém, elas têm vida curta, logo atingem o seu ponto alto e uma longa ressaca toma conta da sociedade antes que, novamente sóbria, aprenda a apropriar-se dos resultados do seu período impetuoso e combativo. Em contrapartida, as revoluções proletárias como as do século XIX encontram-se em constante autocrítica, interrompem continuamente a sua própria marcha, retornam ao que aparentemente conseguiram realizar para começar tudo de novo, zombam de modo cruel e minucioso de todas as meias medidas, das debilidades e dos aspectos deploráveis das suas primeiras tentativas, parecem jogar o seu adversário por terra somente para que ele sugue dela novas forças e se reerga diante delas em proporções ainda mais gigantescas, recuam repetidamente ante a enormidade ainda difusa dos seus próprios objetivos até que se produza a situação que inviabiliza qualquer retorno e em que as próprias condições gritam: *Hic Rhodus, hic salta!* [Aqui é Rodes, salta aqui mesmo!] *Hier ist die Rose, hier tanze!* [Aqui está a rosa, dança agora!]” (Marx, 2011b, p.29-30).

E também no folheto *Revelações sobre o processo dos comunistas de Colônia* (1853): “Vocês vão precisar enfrentar quinze, vinte, cinquenta anos de guerra civil, de lutas populares, não só para mudarem a situação real, mas também para se modificarem vocês mesmos e para adquirirem a capacidade de exercer o poder político” (Marx apud Negt, 1989, p.134-35).

Neste período de estabilização e crescimento econômico-civilizacional burguês (1850-1875), Marx e Engels “só podiam apostar numa combinação das tensões políticas internas com um conflito internacional de tal ordem, que gerasse um estado de coisas de

¹⁶ A respeito da ideia de revolução em Marx, o ilustre comentarista brasileiro já citado diz que “mesmo que se recuse, à partida, qualquer aproximação de Marx e Engels em 1848 à herança de Blanqui, parece inequívoco, pela leitura atenta do Manifesto, que os nossos dois autores identificavam a ideia de revolução à de insurreição (não sendo o inverso necessariamente verdadeiro). A revolução é pensada essencialmente como ruptura, evento eversivo de curta duração e concentrado num tempo compactado; a revolução é pensada exclusivamente no seu momento explosivo. Todas as indicações – biográficas e documentais – sugerem que os dois autores, a partir de meados da década de 1850, reelaboraram essa concepção, operando um tratamento mais complexo e mediatizado dela. O desempenho de ambos, à frente da Associação Internacional dos Trabalhadores (a Primeira Internacional), deixa claro que passaram a conceber a revolução como também um largo trajeto de (auto)educação dos trabalhadores (Netto, 1998, p.lv).

molde a possibilitar a eclosão do movimento revolucionário” (Hobsbawm, 1983, p.334). Foi o que aconteceu na França no fim de 1870 e início de 1871. Antes da aparição da Comuna de Paris (1871), Marx já havia percebido a necessidade de “despedaçar” a máquina governamental – burocrática e militar –, por exemplo, n’*O 18 de brumário*. Mas ainda não tinha as respostas materiais acerca do que colocar no lugar. As ações dos *communards* blanquistas, neojacobinos, proudhonianos, internacionalistas, do povo e do proletariado de Paris forneceram muitas pistas.

Quando a Comuna de Paris eclodiu em 18 de março de 1871, após uma tentativa fracassada de Adolphe Thiers e da “Assembleia dos rurais” de recolher a artilharia e desarmar a Guarda Nacional após o armistício com a Prússia de Bismarck e a assinatura do tratado preliminar de paz – capitulação do Governo de Defesa Nacional comandado pelo mesmo Thiers –, contra a vontade da grande maioria dos cidadãos franceses de Paris, Marx – o mesmo valendo para Bakunin – não estava esperançoso com o seu desdobramento¹⁷. A partir de então, e durante 72 dias (18 de março a 29 de maio de 1871), surgiu a primeira experiência histórica de tomada de poder da classe trabalhadora. Ele então declarou que a Comuna era “a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho” (Marx, 2011, p.59). No que consistia essa forma?

A “classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (Marx, 2011, p.54). A destruição de tal máquina estatal começou a se dar com as seguintes medidas políticas, econômicas, sociais, militares: a Comuna como um órgão de trabalho, legislativo e executivo ao mesmo tempo, e não um corpo parlamentar; abolição da “polícia dos costumes”, do exército e do alistamento permanente; armamento de todo o povo, organizados como Guarda Nacional; isenção de pagamento de alugueis atrasados e supressão da casa de penhores; reconhecimento de estrangeiros eleitos para a Comuna, já que sua bandeira era a da “república universal”; forte limitação salarial dos funcionários e membros da Comuna e revogabilidade dos mandatos, o mesmo valendo para os magistrados; transferência dos bens da Igreja para o patrimônio nacional; tratamento da religião como uma questão de âmbito privado; educação gratuita para todos; “um levantamento estatístico das fábricas paralisadas pelos fabricantes e a elaboração

¹⁷ Segundo um importante comentarista português, “Só numa carta endereçada a Kugelmann em 17 de abril de 1871, exatamente um mês após a conquista do poder pelo operariado de Paris, Marx reconheceu pela primeira vez claramente a oportunidade da revolução, apesar de cinco dias antes, escrevendo ao mesmo correspondente, ter já expressado simpatia pela iniciativa” (Bernardo, 2011, p.78). Sobre Bakunin, ver no mesmo texto as páginas 79-82. Intitulado “A Comuna de Paris para além dos mitos”, o texto de João Bernardo, a partir de uma posição “comunista antiautoritária”, contém informações históricas importantes para contextualizar algumas das posições de Marx e Engels – e de Bakunin – perante a Comuna.

de planos para o gerenciamento dessas fábricas pelos trabalhadores anteriormente empregados, agora reunidos em sociedades cooperativas, assim como para a organização dessas sociedades em uma grande liga”¹⁸ (Engels, 2011, p.192); reforma urbanística e simbólica com a “queima da guilhotina aos pés da estátua de Voltaire” (González, 1982, p.83), a derrubada da coluna da praça Vendôme e a “demolição da Capela Expiatória erigida como desagravo à execução de Luís XVI”¹⁹ (Engels, 2011, p.192); entre outras.

“A Comuna de Paris, é claro, deveria servir como modelo para todos os grandes centros industriais da França”. Em tal regime comunal como autogoverno dos produtores, restariam poucas funções para um governo central que não seriam suprimidas “mas desempenhadas por agentes comunais e, portanto, responsáveis. A unidade da nação não seria quebrada, mas, ao contrário, organizada por meio de uma constituição comunal e tornada realidade pela destruição do poder estatal, que reivindicava ser a encarnação daquela unidade, independente e situada acima da própria nação, da qual não passava de uma excrescência parasitária” (Marx, 2011, p.58).

As medidas anteriormente citadas caminhavam no sentido de buscar suprimir progressivamente a estrutura burocrático-administrativa do Estado como um órgão separado e acima da sociedade, ao mesmo tempo em que privilegiavam a autogestão material e a constituição de órgãos de mediação político-econômica dos e pelos trabalhadores. Não foram ditadas por um plano prévio, mas desenvolvidas por uma série de circunstâncias difíceis e de emergência, além da combinação das lutas de vários agrupamentos de trabalhadores com referências ideológicas as mais distintas – proudhonianos, blanquistas, neojacobinos, internacionalistas, comunistas, entre outros²⁰. A Comuna de Paris foi obra do povo trabalhador da capital francesa e de alguns representantes de outras nacionalidades – do proletariado da época, enfim. O próprio Marx aprendeu com a experiência da Comuna. Tratava-se de uma nova civilização em gestação²¹. As classes dominantes de Versalhes e do

¹⁸ O autor português anteriormente mencionado diz que “(...) a documentação que hoje se conhece permite saber que, segundo os projetos da Comissão do Trabalho e das Trocas, a partir do começo de maio, estava igualmente prevista a expropriação completa das manufaturas pertencentes aos grandes capitalistas e a generalização da gestão operária, que em todos os casos assumiria a forma cooperativa” (Bernardo, 2011, p.85).

¹⁹ Um autor argentino coloca bem a dimensão urbanística da Comuna: “Não foi a derrubada da coluna a única medida da Comuna para intervir na reescritura do espaço simbólico urbano. Sua obra de governo está intimamente vinculada à supressão dos ornamentos, repositórios ou sinais onde se evidenciam as concepções do mundo que animaram a história interior do Estado francês durante todo o século” (González, 1982, p.78).

²⁰ Os adeptos das ideias de Marx e Engels eram extremamente minoritários no interior dos órgãos decisórios da Comuna.

²¹ Marx esboça os traços das civilizações antagônicas: (a) “(...) não havia mais cadáveres no necrotério, assaltos noturnos, os furtos eram raros; (...) as ruas de Paris estavam seguras, e isso sem polícia de nenhuma espécie. “Não ouvimos mais falar” – dizia um membro da Comuna – “de assassinato, roubo e agressão” (...). As cocotes seguiram o rastro de seus protetores, os fugitivos homens de família, de religião e, acima de tudo, de

velho continente, representadas pela ajuda de Bismarck, foram impiedosas com os *communards* e utilizaram de uma violência desmedida e contrária a todos os padrões modernos de beligerância.

Marx e Engels ao fazer o balanço da experiência também apontaram algumas medidas que os *communards* não deveriam ter deixado de realizar. Entre elas, duas principais: uma no campo econômico, como a não expropriação ou controle do Banco da França – “O mais difícil de entender é, de certo, o respeito sagrado com que se permaneceu diante das portas do Banco da França. O banco nas mãos da Comuna – isso valia mais do que dez mil reféns” (Engels, 2011, p.194); e a outra no militar, como a não ofensiva à Versalhes antes que esta tivesse tempo de se rearmar para destruir a Comuna – “Em sua relutância em continuar a guerra civil iniciada por Thiers e sua investida impetuosa contra Montmartre, o Comitê Central cometeu, aí, um erro decisivo ao não marchar imediatamente sobre Versalhes, então completamente indefesa, pondo assim um fim às conspirações de Thiers e seus ‘rurais’” (Marx, 2011, p.52).

No turbilhão revolucionário, de cerco militar prussiano, de ataques e rearmamento vindos de Versalhes, de disputas internas das diversas tendências e frações políticas, o aspecto decisório, de coesão e coordenação políticas também dificultou a vitória dos *communards* durante a guerra civil. Como combinar a necessária divisão e concatenação de tarefas político-militares, muitas vezes ainda hierárquicas, com os aspectos democráticos de tomada de decisão de uma nova ordem em ascensão? As palavras a seguir exibem o drama:

“(...) Rossel – ex-capitão da artilharia do Império e delegado de guerra – renuncia, deixando uma carta reveladora da falta de linha político-militar da Comuna (...): “não posso seguir assumindo responsabilidades onde todos deliberam e ninguém obedece” (...). O Exército regular – os *pantalons rouges* – tinham ocupado Moulin-Saquet, reduto avançado da Comuna, enquanto os federados dormiam. Em Issy torna-se insustentável a manutenção do forte. Dombrowsky é enviado até lá. As autoridades da Comuna não conseguem se entender. Quem manda? O Comitê de Salvação Pública? O Comitê Central da Guarda? A Comissão Executiva da Comuna? Rossel? Dombrowsky?” (González, 1982, p.74).

propriedade. Em seu lugar, as verdadeiras mulheres de Paris voltavam a emergir: heroicas, nobres e devotadas como as mulheres da antiguidade. Trabalhando, pensando, lutando, sangrando: assim se encontrava Paris, em sua incubação de uma sociedade nova (...)” (Marx, 2011, p.66); (b) “(...) o mesmo desdém, no massacre, pela idade e pelo sexo, o mesmo sistema de tortura dos prisioneiros, as mesmas proscricões, mas agora de uma classe inteira, (...) a mesma indiferença pela chacina de pessoas inteiramente estranhas à luta (...) E depois desses horrores, vejam agora a outra face, ainda mais horripilante, da civilização burguesa tal como ela é descrita por sua própria imprensa! “Com disparos esparsos”, escreve o correspondente parisiense de um jornal conservador de Londres, “ainda zumbindo à distância e com feridos abandonados entre as tumbas do cemitério de Père-Lachaise, com 6 mil insurretos gravemente feridos vagando em uma agonia de desespero no labirinto das catacumbas, enquanto pelas ruas se veem infelizes arrastados para serem abatidos pela *mitrailleuse*, é revoltante ver os cafés cheios dos devotos do absinto, dos bilhares e dominós, ver mulheres depravadas perambulando pelos bulevares e ouvir o barulho das orgias perturbando o silêncio da noite nos *cabinets particuliers* [gabinetes particulares] dos restaurantes elegantes” (Marx, 2011, p.73).

Engels termina assim sua *Introdução* de 1891 para *A guerra civil na França* (1871), de Marx: “(...) o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, (...) ele é um mal que o proletariado vitorioso herda na luta pelo domínio de classe (...). Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado” (Engels, 2011, p.197). Pode a Comuna de Paris ser considerada uma espécie de modelo para dissolução do Estado – e conseqüentemente para a transição – na teoria marxiana/marxista? Aqui a questão reside na dialética entre universalidade e particularidade. Talvez a resposta mais adequada seja ao mesmo tempo: “sim e não”.

Sim, no sentido de que algumas tarefas que a Comuna iniciou ou esboçou são mais ou menos inescapáveis para qualquer processo de transição – como, por exemplo, a autogestão pelos trabalhadores da vida econômica e sua coordenação através de um plano comum; a representação política revogável a qualquer tempo num órgão decisório que vincula execução e legislação dificultando o crescimento de um corpo administrativo-burocrático separado; a desmobilização e a supressão do exército e das forças armadas e sua substituição por milícias populares; uma nova estrutura institucional organizada através de Comunas locais e distritais etc.

Não, pois cada processo de transição é particular e se liga a condições específicas que tem que resolver seus próprios problemas. Assim, não se pode esperar que as soluções dadas pela Comuna em seu tempo se constituam como “receitas” ou “modelos” para outros processos de transição²². Mézáros afirma que Marx “esquece-se que um Estado de *emergência* extremo – como a Comuna de Paris necessariamente foi – não pode ser o modelo do desenvolvimento futuro do Estado do proletariado e de suas complexas funções internas e internacionais em circunstâncias normais” (Mézáros, 2002, p.1049).

Em 1874, Marx faz comentários críticos ao livro *Estatismo e anarquia*, de Mikhail Bakunin. É também uma fonte importante para as reflexões sobre a transição. Nele, o revolucionário alemão busca elucidar a necessidade de um período de transição até a abolição do Estado, período este que o líder anarquista é incapaz de perceber e aceitar. Bakunin pergunta: “O proletariado ocupará porventura os postos mais altos do governo?”. Marx anota: “Num sindicato, por exemplo, o comitê executivo é formado pelo sindicato inteiro? Cessará toda a divisão de trabalho na fábrica e as diferentes funções que decorrem dela? E na

²² A Comuna foi uma experiência que aconteceu fundamentalmente em Paris e não envolveu a parte agrária da França e por conseqüência os problemas ligados ao campesinato. Por outro lado, teve que se virar com suas próprias forças devido ao cerco prussiano e ao ataque de Versalhes e não pôde contar com ajuda e o reforço recíproco de outras localidades e nações, o que certamente poderia ter alterado a forma e a modalidade de resolução de várias de suas tarefas de transição.

formação social bakuniniana de **baixo para cima** estarão todos em **cima**? Então não haverá mais **baixo**” (Marx, 2012, p.113).

E o que Marx mais chama a atenção: o autogoverno dos trabalhadores a partir do nível social mais imediato. Bakunin pergunta: “Os alemães são aproximadamente 40 milhões de pessoas. Serão, por exemplo, todos os 40 milhões membros do governo?”. Marx comenta: “*Certainly!* [Certamente!] Pois a questão começa com o autogoverno da comuna” (Marx, 2012, p.113).

Bakunin critica Marx pelo caráter “autoritário/ditatorial” que o “Estado de transição” marxiano exibiria. Mas o que fica claro além das incorretas noções de meios e fins em antagonismo que ele atribui à teoria marxiana da transição²³ é a inexistência de mediações e consequentemente de qualquer teoria de transição no pensamento do líder anarquista²⁴. Diz o russo sobre o pensamento do alemão:

“Esse jugo dominador, a ditadura, é, dizem eles, o meio de transição necessário para a consecução da mais completa libertação do povo: anarquia ou liberdade é o fim, a dominação ou a ditadura é o meio. Assim, para a libertação das massas populares, é necessário primeiro escravizá-las. Sobre essa contradição repousa nossa polêmica. Eles asseguram que apenas a ditadura, que, afinal, é a sua própria, pode fundar a liberdade do povo; nós retrucamos: nenhuma ditadura pode ter outra finalidade senão **perpetuar-se**, e ela **só pode servir para gerar e procriar a escravidão entre o povo que a suporta; a liberdade só pode ser criada mediante a liberdade** (do eterno *citoyen* Bakunin, ironiza Marx), isto é, mediante a sublevação de todo o povo e a livre organização das massas de baixo para cima.

Enquanto a teoria político-social dos socialistas anti-Estado ou anarquistas conduz de modo **intransigente** e direto à mais plena ruptura com todos os governos, com todas as formas de política burguesa, não deixando nenhuma outra saída a não ser a revolução social...” (Bakunin apud Marx, 2012, p.116-7).

Mas como criar a liberdade futura mediante uma liberdade inexistente do presente? Como romper “de modo intransigente e direto” com todos os governos? Falta dialética na teoria do revolucionário russo. Marx responde assim à pergunta “O que quer dizer o proletariado organizado como classe dominante?”:

²³ Sobre a relação dialética entre meios e fins durante a transição, diz Marx: “A classe trabalhadora não esperava milagres da Comuna. Os trabalhadores não tem nenhuma utopia já pronta para introduzir *par décret du peuple* [por decreto do povo]. Sabem que, para atingir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, tende irresistivelmente, terão de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens” (Marx, 2011, p.60).

²⁴ Sobre a inexistência de uma teoria de transição anarquista, diz Mészáros: “As variedades do voluntarismo anarquista, de Proudhon a Bakunin, são diametralmente opostas a tal visão, já que são incapazes de compreender a pesada dimensão econômica da tarefa” (Mészáros, 2002, p.574). Ou ainda: “O argumento definitivo de Bakunin em favor da abolição imediata do Estado era uma referência à natureza humana, a qual, alegava ele, é tentada pela existência do Estado a perpetuar o domínio da minoria privilegiada sobre a maioria. Desse modo curioso, o “anarquismo libertário” expôs sua ascendência liberal-burguesa, com todas as suas contradições (...). Bakunin, em sua própria versão da relação estipulada entre Estado e a “natureza humana” arbitrariamente postulada, simplesmente inverteu a equação, alegando que a tendência *natural* à dominação de *classe* (que noção mais absurda!) desaparecerá, de algum modo misterioso, com a imediata abolição revolucionária por decreto do Estado” (Mészáros, 2002, p.577).

“Quer dizer que os proletários, em vez de combater individualmente as classes economicamente privilegiadas, adquiriram força e organização suficientes para empregar meios comuns de coerção contra elas; porém, eles só podem empregar meios econômicos que suprimam seu próprio caráter assalariado, portanto seu caráter de classe; com sua vitória total chega ao fim, por conseguinte, sua dominação, uma vez que seu caráter de classe [desapareceu]” (Marx, 2012, p.113).

Em 1875, aconteceu na cidade de Gotha um congresso de unificação entre a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (vinculada ao legado de Ferdinand Lassalle) e o Partido Socialdemocrata dos Trabalhadores (vinculado aos dirigentes Wilhelm Liebknecht, Wilhelm Bracke e August Bebel, próximos a Marx). Este redigiu um texto crítico ao programa de unificação realizado. Segundo um comentador já citado, “trata-se de um texto coerente de combate contra o socialismo aliado ao Estado” que “acabou se transformando num texto canônico do ‘marxismo-leninismo’” e ao mesmo tempo insere-se no horizonte das “ideias antiestatistas que Marx desenvolveu ao longo de sua vida, desde sua crítica da filosofia do Estado de Hegel em 1843 (...)” (Lowy, 2012, p.10-12).

Marx, na *Crítica do programa de Gotha* (1875), ao criticar os limites das noções de ‘Estado livre’, ‘internacionalismo’ etc. e a economia política contida no documento de unificação, acaba tendo que fornecer mais alguns elementos sobre a problemática da transição, mesmo que de um modo bastante geral. O mais importante é que neste texto aparecem reflexões sobre a distinção entre as fases “inferior” e “superior” da nova sociedade.

Na sociedade cooperativa ou comunista, temos a superação da lei do valor²⁵ e da troca dos produtos do trabalho pelos diferentes produtores, pois

“quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (Marx, 2012, p.32).

Mas esse momento, que é fundamentalmente de apropriação das condições objetivas de trabalho pelos produtores associados ou a transcendência das estruturas de controle e poder sociais que são emanadas de uma organização social alienada de trabalho, não pode ser atingido sem um período “inferior” de transição onde ainda impera a troca de equivalentes ou o mesmo princípio do direito burguês e suas limitações: “uma quantidade igual de trabalho em uma forma é trocada por uma quantidade igual de trabalho em outra forma”, de modo alterado evidentemente, já que “ninguém pode dar nada além de seu trabalho e, por outro

²⁵ Ver o capítulo 19 de *Para além do capital: O sistema comunal e a lei do valor*.

lado, nada pode ser apropriado pelos indivíduos fora dos meios individuais de consumo” (Marx, 2012, p.30).

Um período de transição é inescapável exatamente por conta da herança dessas estruturas alienantes e da incapacidade de eliminá-las por decreto. Em consequência, o próprio Estado não pode ser eliminado de um só golpe, mas tem que ser transcendido no processo e é por isso que Marx, mais uma vez, fala em um período de transição, “cujo Estado não pode ser senão a *ditadura revolucionária do proletariado*” (Marx, 2012, p.43). A essa altura, esperamos que essa fórmula não seja confundida com as caricaturas autoritárias e burocráticas da maior parte das sociedades pós-revolucionárias do século 20.

Marx termina a redação da *Crítica do programa de Gotha* com a expressão: “*dixi et salvavi animam meam*” – “disse e salvei minha alma”. O texto só foi publicado por Engels em 1891, ou seja, aproximadamente 16 anos após sua produção, já que à época seus correligionários se negaram a fazê-lo (em nome da unidade com os lassallianos). Tal expressão continha os dilemas que já se apresentavam ao movimento proletário emancipador poucos anos antes da morte de Marx. A partir do último quarto do século 19, o sistema do capital conseguira superar uma primeira fase geral de revoluções no continente europeu, que ocorreram mais ou menos de modo simultâneo nos países avançados – de maneira aproximada ao que teorizava *A ideologia alemã* –, e uma segunda fase de ascensão e consolidação vertiginosas nas duas ou três décadas seguintes. Entrava, portanto, num momento monopólico que ultrapassava a fase concorrencial, como um sistema integrado de Estados, alguns deles já em desenvolvimento imperialista. Essa nova fase trouxe alterações importantes na manifestação, fragmentação, organização e unidade das classes, especialmente do proletariado.

Ao mesmo tempo em que os partidos operários foram se tornando progressivamente de massas nos países mais desenvolvidos, sendo a Alemanha o caso mais emblemático, com a consolidação de direitos democráticos e de conquistas sociais possibilitadas pelo novo fôlego decorrente de seu período de ascensão e também do controle de regiões externas, a divisão do movimento dos trabalhadores em uma ala reformista e outra revolucionária foi se tornando cada vez mais evidente. Assim, o “disse e salvei minha alma” de Marx ao fim da *Crítica do programa de Gotha* dizia respeito também a esses novos desenvolvimentos objetivos do sistema e à dificuldade dos trabalhadores em conseguir realizar uma síntese histórica distinta para uma situação nova e mais complexa. Sobre isso, Hobsbawm afirma, por exemplo, que

“Poucos observadores, em 1849, poderiam ter predito que 1848 iria ser a última revolução geral no ocidente. As reivindicações políticas do liberalismo, radicalismo democrático e nacionalismo, apesar de excluírem a “república social”, viriam a ser

gradualmente realizadas nos 70 anos seguintes na maioria dos países desenvolvidos, sem maiores distúrbios internos, e a estrutura social da parte desenvolvida do continente iria provar a si mesma ser capaz de resistir às explosões catastróficas do século XX (...). A razão principal para isso reside na transformação e expansão econômica extraordinárias dos anos entre 1848 e o início da década de 1870 (...). Foi o período no qual o mundo tornou-se capitalista e uma minoria significativa de países “desenvolvidos” transformou-se em economias industriais” (Hobsbawm, 1982, p.49).

Engels chega mesmo a dizer que “mais uma vez ficou evidente que, ainda naquele tempo, vinte anos depois do período descrito no presente escrito – *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, de Marx –, esse governo da classe trabalhadora era uma impossibilidade” (Engels, 2012, p.18). Mas as dificuldades da nova etapa que se iniciava em meados da década de 1870, trouxe a necessidade de aprofundamento na própria teoria revolucionária. Marx ficou desconfortável com o manuscrito abandonado de *O capital*, pois como disse Engels, “a Parte III do Volume II, que trata da reprodução e da circulação do capital social, parecia a ele *necessitar de uma profunda revisão*” (Engels apud Mészáros, 2002, p.536).

Outra alteração fundamental desse período foi visualizada pelos ideólogos do sistema: “Eles perceberam que o surgimento do *trabalhador na qualidade de consumidor de massa* estenderia *radicalmente* o mercado, produzindo uma válvula de escape aparentemente, e para eles esperançosamente, sem limites para a expansão capitalista” (Mészáros, 2002, p.537). Evidentemente, tudo isso modificaria brutalmente os requisitos, a época e a estratégia necessária para a transição²⁶.

Essa “válvula de escape” proporcionada pelo desenvolvimento do seu novo momento histórico teve duas frentes interligadas fundamentais:

“A primeira foi a intensificação incansável do seu domínio *interno*; a segunda, a expansão e a multiplicação de seu poder em escala *global*. No segundo aspecto, isso

²⁶ Engels teve que se deparar de modo mais direto com esses desenvolvimentos nas últimas duas décadas de sua vida. O seu *prefácio*, escrito em 1895, a *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, de Marx – texto que é considerado o seu “testamento político” e que foi mutilado e esterilizado por adeptos de suas ideias –, traça em linhas gerais uma série de temas e problemáticas ligadas à estratégia política da transição no novo contexto de fins do século 19. Trata-se de um texto *clássico* e de certa forma muitas das categorias que Gramsci viria a desenvolver e aprofundar em seus Cadernos do Cárcere podem ser percebidas em embrião nas ideias que Engels esboça em seu “testamento”. As concepções de transição de Marx e Engels não podem ser consideradas idênticas. Eles eram pensadores autônomos, ainda que ligados um ao outro. Como bem colocou Florestan Fernandes: “É óbvio que K. Marx é uma figura ímpar na história da filosofia, das ciências sociais e do comunismo. Engels foi o primeiro a proclamar isto (...). Contudo, a modéstia de F. Engels não deve ser um fator de confusão. (...) F. Engels não era só um ‘segundo’ ou um ‘seguidor’: por várias vezes foi ele quem abriu os caminhos originais das investigações mais promissoras de K. Marx (...)” (Fernandes, 1983, p.16-17). Para os que quiserem perceber as especificidades da concepção de transição especialmente no último Engels a partir de uma interpretação crítica e com ênfase em seus aspectos problemáticos, conferir Polese (2013): “Engels e a posse dos meios de produção previamente centralizados no Estado”. Esse texto faz parte de um conjunto maior sobre o tema da transição e da superação do Estado intitulado *Apropriação do poder político e superação do Estado na transição socialista* e tem como base as teorizações de István Mészáros. Para uma visão mais geral da teoria da revolução no último Engels, ver Negt (1989).

significou mover-se de sua forma um tanto subdesenvolvida do Segundo Império (...) para *um sistema de imperialismos* (que de modo algum representava os limites últimos de sua articulação internacional). E, com relação ao seu desenvolvimento interno, a nova fase trouxe com ela o que pode ser chamada uma “*colonização interna*” de seu próprio mundo “metropolitano”, por meio da extensão e da intensificação da “dupla exploração” dos trabalhadores: como produtores e como consumidores” (Mészáros, 2002, p.539).

Mais ou menos em conformidade com esse nova fase, o próprio Marx no período final de sua vida cogitou a possibilidade de uma revolução vitoriosa em países não avançados do sistema, como foram os casos da Irlanda e da Rússia. A troca de cartas entre ele e Vera Zasulich, bem como o *Prefácio* de 1882 do *Manifesto comunista* à segunda edição russa, mostram o caráter plástico, antiteleológico e antiprogressista de sua estratégia revolucionária:

“(...) poderá a *obshchina* [comunidade rural, aldeã] russa – forma já muito deteriorada da antiga posse em comum da terra – transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria primeiramente passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente? Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista” (Marx e Engels, 2005, p.73).

35 ou 40 anos depois, não foi esse um dos dilemas da revolução russa de outubro de 1917? Lowy diz que “durante os anos 1870, pela leitura que fez de trabalhos de historiadores e antropólogos como Georg Maurer e Lewis Morgan (...), Marx se convenceu cada vez mais das qualidades positivas das comunidades ditas “primitivas” ou “arcaicas”, cujo modo de produção era orientado para os valores de uso e cuja estrutura democrática era o antípoda das hierarquias modernas” (Lowy, 2011, p.100).

De qualquer forma, a base da concepção da transição marxiana, mesmo no período final de sua vida, não vai deixar nunca de focar o caráter internacional e a totalidade do sistema, em desenvolvimento desigual e combinado. Um antigo revolucionário espanhol resume bem a visão estratégica marxiana para a transição:

“(...) a hipótese de Marx e Engels sobre o desenvolvimento concreto da revolução socialista era a seguinte: cobriria toda uma época histórica, seria um processo longo – não um ato – no qual sucederiam articuladamente as transformações estruturais, políticas, culturais, etc., em escala planetária; mas no começo deste processo, como condição essencial da sua abertura, situava-se a vitória da revolução (em sentido estrito) – como passagem do poder político para o proletariado – nos países mais desenvolvidos economicamente. E embora Marx e Engels não concebessem, em momento algum, que esta vitória fosse produzir-se simultaneamente, visualizavam-na como uma sucessão de revoluções políticas socialistas muito próximas entre si, estreitamente interdependentes. Lenin não se afastou, substancialmente, desta concepção global” (Claudín, 1988, p.52-53).

Hobsbawm diz que para Marx “o significado de uma revolução russa consistiria naturalmente em mudar a situação nos países desenvolvidos” (Hobsbawm, 1983, p. 334). Não

por “eurocentrismo”, mas pelo papel destes na totalidade histórica do desenvolvimento do sistema.

2.3 Uma transição para além de Marx

Ainda que tenha produzido os lineamentos gerais inescapáveis para uma prática de transição efetiva para além do domínio do capital e, conseqüentemente, do Estado, até mesmo Marx sofreu as restrições históricas de seu próprio tempo e da própria estrutura interna de sua perspectiva. É mais ou menos isso que diz Mészáros, num trabalho de crítica marxista de Marx pouco visto e realizado por teóricos posteriores ao criador da filosofia da práxis. No que se refere à moldura básica de referência de Marx, uma vez que ele se concentrava “na estrutura histórica mais ampla”, procurando demonstrar “o *caráter* inerentemente *transicional* (Übergangscharakter) do sistema capitalista como tal”, as “transformações e mediações parciais foram tratadas como de importância secundária” (Mészáros, 2002, p.594). Tal perspectiva trouxe problemas e enormes dificuldades para a operacionalização política mais imediata e para a conciliação dialética das *temporalidades* entre o curto prazo das intervenções diretas e o longo prazo dos objetivos fundamentais²⁷.

Todavia, a época de Marx era relativamente carente de mediações materiais e práticas necessárias para a realização dessa conciliação dialética e o fato dele ter sido “forçado a decidir-se por uma solução que simplesmente reitera o objetivo final como regra geral para guiar a ação imediata” (Mészáros, 2002, p.596) mostra as dificuldades de uma efetiva política transicional socialista, que deve ser capaz de “reconhecer, por um lado, as demandas da *temporalidade imediata* sem ser por elas aprisionado; e, por outro lado, como permanecer firmemente orientado para as perspectivas *históricas* últimas do projeto marxiano sem se afastar das determinações candentes do presente imediato” (Mészáros, 2002, p.597).

Dadas as limitações históricas da segunda metade do século 19, o autor húngaro mostra ainda que “não é, portanto, de modo algum surpreendente que Marx nunca tenha tido sucesso em sequer rascunhar os meros esboços de sua teoria do Estado”. Já que “o capital, durante a vida de Marx, estava muito distante da sua moderna articulação como um sistema

²⁷ Mészáros cita dois exemplos nos quais a inexistência de uma vinculação dialética entre as diferentes temporalidades de curto e longo prazo e a falta de mediações adequadas entre elas leva Marx a ambigüidades teóricas: (1) quando este menciona a necessidade de “descartar a política após a libertação”, nos seus comentários marginais a *Estatismo e anarquia*, de Bakunin, e; (2) nas frases finais de seu escrito *Salário, preço e lucro* (1865), onde ele diz que o proletariado “em vez do lema *conservador*: “*Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!*” deverá inscrever na sua bandeira esta divisa *revolucionária*: *abolição do sistema de trabalho assalariado!*” (Mészáros, 2002, p.594-5).

verdadeiramente global, sua estrutura geral de comando político, como sistema de Estados globalmente interligados, era muito menos visível em sua precisa mediaticidade” (Mészáros, 2002, p.597-8) – interpretação distinta daquelas que atribuem ao caráter *negativo* da *política* na obra de Marx a razão *suficiente* para a conseqüente inexistência de uma teoria do Estado em sua obra.

Além desses fatores, Mészáros questiona Marx especialmente quando este se nega a chamar o Estado do proletariado de Estado e avalia a Comuna de Paris como “a forma política de emancipação social” ou a “forma comunal de organização política” ao mesmo tempo em que atribui ao proletariado “a plena consciência de sua missão histórica”. O filósofo húngaro pergunta:

“Se a classe trabalhadora tem a missão histórica de elaborar, através da “nova forma política”, a plena emancipação do trabalho, e assim a emancipação da sociedade como um todo contra a tirania social da divisão do trabalho herdada, como uma tarefa de tal magnitude, complexidade e longa escala de tempo poderia ser realizada com base na redução das funções do Estado a um mínimo absoluto simplificado, quando, ao mesmo tempo, seria preciso conseguir também “aquela coordenação harmoniosa nacional e internacional” da produção e da distribuição – obviamente representando um problema da mais alta complexidade – de que falava Marx?” (Mészáros, 2002, p.1049).

Mészáros entende que Marx, na interpretação e teorização da Comuna, supõe que “este processo de redução e simplificação no plano político – pela transferência para o corpo social das tarefas anteriormente estatais – possa ser realizado substituindo-se imediatamente o Estado como tal por uma “nova forma política” não problemática” (...) e que ao fazer isso ele toma “um atalho ideal em direção ao futuro” (Mészáros, 2002, p.1050). Essa “substituição imediata” necessita, portanto, de uma visão que atribua existência efetiva à “plena consciência de sua missão histórica” por parte do proletariado, subestimando a sua fragmentação interna e assim superando – de modo ideal – uma lacuna histórica concretamente presente “que separa as condições atuais de miséria da “nova forma histórica” visada” (Mészáros, 2002, p.1050). Nesse processo, Marx minimizou a divisão que aparece no interior da própria classe trabalhadora. Para Mészáros, Marx “não pôde reconhecer a fragmentação e a estratificação do trabalho, pois isso complicaria muito, minaria fundamentalmente sua concepção da “forma política” transicional” (Mészáros, 2002, p.1054).

A partir dessas observações, o autor de *Para além do capital* pontua um importante elemento para uma teoria de transição: “Antes de tudo, a primeira função interna do Estado proletário – após um período relativamente curto – é a arbitragem de uma multiplicidade de interesses parciais complexos, e até contraditórios, que nascem da continuação da divisão social do trabalho. É por isso que o proletariado pode – e, sob tais condições, deve – “voltar

sua ditadura contra si mesmo” (...)” (Mészáros, 2002, p.1055). Retornaremos a esse ponto crucial.

Ainda no que tange a Marx, uma observação parece mais ou menos consensual entre os comentadores: a inexistência de um trabalho mais minucioso sobre os procedimentos e operacionalizações material-institucionais da transição. Netto, diz, por exemplo, que “é certo que Marx e Engels – salvo quanto à retomada, a propósito da Comuna de Paris, em 1871, da discussão centrada na *ditadura do proletariado* – nunca problematizaram a questão da processualística político-institucional num marco de dominação de classe proletária” (Netto, 1998, p.lxi). Hobsbawm coloca que Marx e Engels “não forneceram, tampouco, qualquer indicação concreta de uso prático sobre problemas como a natureza da socialização da economia ou as medidas necessárias para planificá-la” (Hobsbawm, 1983, p.344). E Mészáros afirma que “os problemas da transição para o socialismo nunca foram discutidos por Marx em detalhe (...)” (Mészáros, 2002, p.1044-5).

Independentemente dessas limitações e/ou lacunas na obra de Marx, muitas delas ligadas a barreiras históricas, as balizas fundamentais de sua teoria e os ensinamentos que deixou sobre a transição continuam como uma “plataforma basilar para novos voos”, inevitável para quaisquer desdobramentos sobre o tema. A ênfase de Marx recai quase sempre nas condições que tornam a transição possível, buscando fugir dos voluntarismos; em seu entendimento como um processo longo, multidimensional, antiestatal, centrado na reabsorção pelos trabalhadores associados dos poderes sociais usurpados por estruturas hierárquicas alienadas; em sua dimensão internacional, total, histórico-mundial e desigualmente combinada, e; no papel necessariamente ativo do proletariado como sujeito da autoemancipação da humanidade num desenvolvimento que supõe várias rupturas e autorrupturas, nada linear ou teleológico, de uma maneira ininterrupta ou *permanente*. E isso tudo com o objetivo de atingir um momento que possibilite o surgimento de uma “nova espontaneidade”, de um ponto em que as condições de libertação se tornam “irreversíveis” e gritam: *Hic Rhodus, hic salta!*

3 – A teoria da revolução permanente em Leon Trotski

“Não devemos construir o socialismo pelo caminho da burocracia. Não devemos criar uma sociedade socialista através de medidas administrativas. Apenas por meio de grande iniciativa, atividade individual, persistência e flexibilidade de opinião, arbítrio das massas, que sentem e sabem que a questão lhes diz respeito (...) apenas nessas condições será possível construir o socialismo. (...) A construção socialista só é possível com o crescimento da autêntica democracia revolucionária”.

Trotski apud Mandel (1995, p.125).

3.1 A unidade do pensamento de Leon Trotski

Provavelmente foi Nicolás Krassó²⁸ aquele quem buscou pela primeira vez e de modo global decifrar a unidade do pensamento de Trotski, ou seja, explicitar a *especificidade* de seu marxismo. O fato de que tenha colocado o problema e que a ele tenha dado uma resposta é um acontecimento muito importante para o deciframento do status da teoria e da práxis de Trotski na primeira metade do século 20 – e, com ela, dos caminhos e descaminhos do marxismo como uma teoria de emancipação, dado o papel colossal que Lev Bronstein teve como líder político e teórico do movimento dos trabalhadores.

O resultado a que Krassó chegou é impressionante. O marxismo de Trotski seria um “sociologismo”, ou seja, “não é a economia, mas as *classes sociais* que são separadas da complexa totalidade histórica e hipostasiadas, de maneira idealista, como os demiurgos de qualquer situação política dada. A luta de classes se converte na “verdade” interna e imediata de todo acontecimento político e as forças das massas nos únicos agentes históricos” (Krassó, 1972, p. 20). Sociologismo é outro nome para reducionismo sociológico. Krassó cobrava no ensaio referido a atenção à especificidade, e autonomia, que a esfera da política não tinha (ou não teria) na teoria de Trotski, ao contrário do que ocorria, segundo ele, na de Lenin.

Isso é verdadeiramente curioso, pois alguns dos mais referenciados estudiosos do conjunto da obra do revolucionário russo enfatizam justamente que a esfera da *política*, ou a dimensão da *subjetividade* – sua prevalência –, é justamente um dos elementos que singularizam o marxismo de Trotski. Mandel (1995), Coggiola (1990) e Bianchi (2007) se

²⁸ O hoje clássico texto de Krassó foi publicado originalmente em *New Left Review* n° 44, july-august, 1967, com o título “Trotsky’s Marxism”. Ele gerou um debate vigoroso, com réplicas e tréplicas, no qual participaram ainda Ernest Mandel, Monty Johnstone, Roberto Yepes e Tamara Deutscher. Todos esses textos foram reunidos por *Cadernos de Pasado y Presente* n° 15, Córdoba-Argentina, 1972, com o título “El marxismo de Trotski”.

aproximam aqui²⁹. Mas o inusitado, contra Krassó, é que foi o próprio Trotski quem afirmou em 1938, em *O programa de transição*, que “a crise histórica da humanidade se resume à crise da direção revolucionária” (Trotski, 2008, p.13) – seja qual for o julgamento que façamos dessa assertiva – ou em 1930, na *História da revolução russa*, quando colocou que

“é somente através do estudo do processus político nas massas que se pode compreender o papel dos partidos e dos líderes que não temos a menor intenção de ignorar. Constituem um elemento não autônomo do processus, porém muito importante. Sem organização dirigente, a energia das massas se volatilizará como o vapor não encerrado em caldeiras com bombas de pistão. O movimento, entretanto, não provém nem da caldeira nem do pistão, porém, ao contrário, do vapor” (Trotsky, 1978, p.16)³⁰.

Mas o importante parece exatamente ser o fato que mesmo tendo prevalência, a política não pode ser explicada apenas por si mesma quando levamos em conta o marxismo de Trotski. Pois como Mandel disse, Krassó não entende que o “problema consiste precisamente em compreender, ao mesmo tempo, a autonomia das instituições políticas e o *caráter relativo* de tal autonomia” (Mandel, 1972, p.49). Trotski percebe as autonomias relativas de cada uma das “esferas” ou “níveis” da realidade histórica e social, mas não as explica senão por remissão ao papel e à importância que guardam com relação à totalidade a que estão inseridas³¹. É preciso então entender os motivos, no interior de uma totalidade dinâmica, que fazem com que ela – a política – tenha prevalência em sua análise histórica e social.

Mas essas palavras devem ser situadas na totalidade do capitalismo de sua época. Segundo Lowy, “o que distingue o ponto de vista metodológico, o marxismo de Trotski daquele dominante na Segunda Internacional é, antes de tudo, a categoria de totalidade (...)” (Lowy, 1998, p.74).

Para Trotski, “o capitalismo ligando todos os países entre si pelo seu modo de produção e seu comércio, fez do mundo inteiro um só organismo econômico e político” (Trotski apud Lowy, 1998, p.74). É então a partir da totalidade do capitalismo mundial e do

²⁹ Pelo que tenho conhecimento foi Bianchi (2007) quem tentou responder ao desafio levantado por Krassó. E o fez estabelecendo o *internacionalismo metodológico* e a *centralidade da política nos processos revolucionários* como os dois elementos especificadores do marxismo de Trotski. Mandel e Coggiola reponderam às várias críticas de Krassó, mas não ao problema da unidade do pensamento de Trotski. Mesmo antes, Bianchi dizia que é preciso que “(...) identifiquemos qual é o problema chave que percorrerá sua obra. Em Trotski este problema não é, senão, a revolução mundial, corolário de sua teoria do desenvolvimento desigual e combinado” (Bianchi, 2001, p.103).

³⁰ Também Mendonça parece seguir um caminho análogo. Ele cita uma passagem do ensaio *Stalinismo e bolchevismo* (1937), de Trotski: “o bolchevismo (...) se considera um dos fatores da história, o fator ‘consciente’ – um fator muito importante, mas não o decisivo”, explicando que “no marxismo, o sujeito social *não* é uma categoria ontológica, daí a necessidade de uma *contraideologia* que lhe permita constituir-se como sujeito” (Mendonça, 2010, p.95).

³¹ Isto também poderá ser percebido mais abaixo quando da apresentação de um dos três aspectos fundamentais da teoria da *revolução permanente*: “a transformação permanente de todas as relações sociais no âmbito do processo de construção do socialismo” (Bianchi, 2008, p.239).

mercado internacional que conecta todos os povos e nações, mas de uma maneira internamente contraditória, que ele analisará cada “subparte” ou “nível” do sistema. É mais ou menos dessa forma que buscará entender o “desenvolvimento do capitalismo na Rússia” e sua particularidade em sua obra *Balanço e perspectivas* (1906). A especificidade da Rússia não se dá apenas por ela mesma. Ou seja, se dá em relação ao todo, ao capitalismo mundial, e mais imediatamente ao capitalismo europeu, na qual está inserida e subordinada. A referência a essa totalidade mundial é um recurso analítico permanente.

Uma das distinções ou descontinuidades fundamentais entre a fase do capitalismo *laissez-faire*, concorrencial ou “clássico” – época em que Marx viveu fundamentalmente – e o capitalismo imperialista (a partir aproximadamente das duas últimas décadas do século 19) – está exatamente na relação entre o Estado e a economia. Mas não só. Também na proliferação e prevalência de uma economia monopolista, com uma cada vez maior interpenetração entre o capital bancário e o industrial – o que Lenin chamou de *capital financeiro* – uma disputa por novos territórios e espaços de dominação, com um consequente impulso colonial e neocolonial, e uma maior importância global da esfera militar na expansão e valorização do valor. O Estado, portanto, é o vetor através do qual e sem o qual, o próprio processo de expansão e concentração do capital torna-se prejudicado. A noção de imperialismo como uma realidade ao mesmo tempo econômica e política, orgânica e mundial, para Trotski – “O internacionalismo de Trotsky e seu desdobramento na teoria da revolução permanente foi produto de uma concepção dual do imperialismo, como político e econômico” (Mandel, 1995, p.35) –, vem dessa articulação específica da economia capitalista com o Estado a seu serviço³². Segundo Fontes:

“A forma política do imperialismo, considerado como a etapa superior do capitalismo, expressava-se então através:

1. da concentração do poder monopólico e no aprofundamento da intimidade com o Estado das frações mais poderosas da burguesia;
2. na crescente luta pela inversão dos excedentes através das guerras de colonização. A ocupação econômica realizada pelo capital monopolista implicava no controle político direto através da colonização ou em formas de controle político indireto de países formalmente independentes (semicolônias), mas cuja dependência com relação aos países imperialistas se aprofundava. A partilha do mundo se completava e abria novas lutas (...);
3. na tentativa de assegurar uma cuidadosa segregação entre os trabalhadores dos diferentes planos nacionais, através da pacificação de uma camada superior de trabalhadores dos países imperialistas, criando uma aristocracia operária inclinada a apoiar a expansão dos capitais “nacionais”. Tal segregação implicava em divisões internas nos países imperialistas, na dessolidarização

³² A noção de imperialismo de Trotski, que “nunca desenvolveu uma teoria detalhada do imperialismo” (Mandel, 1980, p.32), parece essencialmente vinculada à teorização de Lenin: “A caracterização científica do capitalismo monopolista foi dada por Lenin em seu livro *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*” (Trotsky, 2005, p.164).

entre trabalhadores dos países imperialistas e os dos países colonizados ou semicolonizados” (Fontes, 2008, p.88).

Mas tal totalidade mundial se estrutura, ela mesma, historicamente. Entramos aqui na avaliação de época pelo marxista russo e de sua análise colocada num âmbito histórico-universal, ou da fase de desenvolvimento do capital, que com o imperialismo – e a partir da chegada da primeira guerra mundial – atinge seu momento de declínio. Os problemas ligados a essa caracterização de época são muito complexos. Mandel, por exemplo diz que:

“Trotsky corretamente colocou no centro de sua avaliação da economia do imperialismo, a contradição fundamental entre a nação-estado e o desenvolvimento (internacionalização crescente) das forças produtivas. Ele vê a mudança, de uma tendência predominantemente progressiva a uma predominantemente regressiva no modo de produção capitalista, como expressão do fato de que não apenas a apropriação privada (a motivação do lucro) mas também a persistência da nação-estado, estavam se tornando uma ameaça crescente ao desenvolvimento das forças produtivas. Isto significava que o mercado mundial se tornava elemento importante e até mesmo decisivo na análise do imperialismo” (Mandel, 1995, p.35)³³.

O critério do desenvolvimento – ou não – das forças produtivas para a avaliação da ascensão ou declínio de uma dada formação social, Trotski buscou recuperar de Marx³⁴. A clássica afirmação deste no *Prefácio da Contribuição à crítica da economia política (1859)* é conhecida:

“Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir” (Marx, 2007, p.46).

Para o fundador do Exército Vermelho, com a eclosão da primeira guerra mundial o modo de produção capitalista, em seu momento imperialista, entrava em uma fase (época) de

³³ Mészáros se referirá ao “antagonismo estrutural entre o capital transnacional em expansão e os Estados nacionais” como um dos quatro conjuntos de forças interativas constituidores da ativação dos limites absolutos do capital.

³⁴ Algumas passagens da obra de Trotski dão margem a uma interpretação “economicista” ou “reducionista” da categoria “forças produtivas”, quando desvinculadas do sentido e da unidade dinâmica de seu pensamento. Por exemplo: “O marxismo ensina que o desenvolvimento das forças produtivas constitui a base do processo sócio-histórico” (Trotsky, 2011, p.39). Mas, como sabemos, a obra de Trotski está longe de aproximar-se de versões passivas, deterministas ou fatalistas de certo marxismo. É o que diz Bianchi: “(...) se o convencionalismo da afirmação sobre as forças produtivas o conectava a seu ambiente intelectual, o desenvolvimento que lhe dava o levava muito além deste. A questão não estava plenamente resolvida no pensamento de Trotsky e reconhecer isso permite identificar a ambiguidade de certas formulações. É notável que essas fórmulas nas quais a história é conectada de modo mais direto ao desenvolvimento das forças produtivas digam respeito a uma definição ampla – “o marxismo ensina”, “o marxismo considera” – e se coloquem em um nível elevado de abstração como chaves para a compreensão do movimento da história universal e da constituição de um campo de possibilidades para a luta de classes. Mas para Trotsky são essas lutas, cujo resultado é imprevisível, que fazem a história concreta. A história concreta não é, desse modo, uma façanha da técnica e sim o resultado dessas lutas” (Bianchi, 2007, p.80).

declínio histórico irreversível, já que não possibilitava o desenvolvimento das forças produtivas. As palavras a seguir são notáveis pela clareza com que ele expõe suas ideias sobre o assunto:

“Marx ensina que nenhuma ordem social deixa a cena antes de ter esgotado suas possibilidades criadoras. O *Manifesto* fustiga o capitalismo porque ele bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, na sua época e mesmo durante várias décadas seguintes, este entrave possuía apenas um caráter relativo. Se, na segunda metade do século XIX, tivesse sido possível à economia se organizar sobre fundamentos socialistas, o ritmo de seu crescimento teria sido incomparavelmente mais rápido. Esta tese, teoricamente incontestável, não modifica o fato de que as forças produtivas continuaram a crescer em escala mundial, e sem interrupção, até a Primeira Guerra Mundial. Foi unicamente nos últimos vinte anos que, malgrado as mais modernas conquistas científicas e técnicas, se abriu a época da estagnação direta e da própria decadência da economia mundial. A humanidade começa a viver sobre o capital acumulado e a próxima guerra ameaça destruir por longo tempo as próprias bases da civilização. Os autores do *Manifesto* pensavam que o capital seria liquidado muito antes de passar de sua fase de relativo reacionarismo à sua fase de absoluto reacionarismo. Esta transformação, porém, só se consumou aos olhos da atual geração, fazendo de nossa época a época de guerras, revoluções e do fascismo” (Trotsky, 2005, p. 164).

Ecos de uma concepção progressista da história? Até certo ponto. Não há um tratamento mais apurado em Trotsky das categorias fundamentais da dialética marxiana³⁵. Mas, ao mesmo tempo, Trotsky não possui – como já dito – uma “concepção fechada” ou teleológica da história, seja ela de viés otimista, fatalista ou determinista. Em um texto escrito em 1938, um ano depois das palavras da citação acima, e comentando os requisitos para a construção de uma nova sociedade – trata-se de uma transcrição de um debate entre ele e alguns dirigentes do *Socialist Workers Party* dos Estados Unidos – ele diz que

“A terceira condição é o fator subjetivo. Esta classe deve compreender a posição que ocupa na sociedade e possuir suas próprias organizações. É a condição que está ausente hoje do ponto de vista histórico. Do ponto de vista social, não se trata apenas de uma possibilidade, mas de uma necessidade absoluta, no sentido de que ou virá o socialismo ou a barbárie. Eis aí a alternativa histórica” (Trotsky, 2008, p.99).

Pelas citações acima, fica mais ou menos evidente que os poderes cada vez mais destrutivos do capitalismo em crise eram bem visíveis e considerados por Trotsky. Ele os enfatizou por diversas vezes. Mas a análise de época de Trotsky parece carente de uma dialética mais adequada entre as forças produtivas e as destrutivas, já que sob o capital todas as forças de produção são também forças de destruição ou “Não há nenhum documento de cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento de barbárie” (Walter Benjamin). De

³⁵ Bianchi afirma, por exemplo, que “(...) não se pode deixar de destacar que suas tentativas de expor de modo mais sistemático a teoria marxista não apresentam o mesmo vigor teórico de suas obras históricas e políticas, nas quais as fórmulas mais rígidas cedem lugar a uma análise sutil do movimento da totalidade social. De caráter sintético e voltadas para a divulgação do pensamento de Marx e do marxismo, essas exposições sistemáticas incorrem muitas vezes em simplificações que permitem uma leitura reducionista (...)” (Bianchi, 2007, p.61).

qualquer forma, a transformação *qualitativa* da relação entre elas – “produção destrutiva” – ainda não estava historicamente plenamente configurada.

O conceito de uma época histórica de declínio histórico do modo capitalista de produção não coincide necessariamente com o de um declínio absoluto das forças produtivas (isto é, da produção material, incluindo o número e as habilitações da classe operária). Isso não era verdade, porém, em relação ao declínio do modo feudal de produção. Trotski nem sempre foi claro nessa questão – em especial no famoso trecho do Programa Transitório de 1938³⁶, que afirma explicitamente o contrário. Podemos considerar esse trecho mais como uma descrição daquilo que realmente ocorreu entre 1914 e 1939 – quando tal declínio era um fato inegável – do que como uma previsão do futuro a longo prazo. Em suas análises históricas mais completas, especialmente em seu Relatório ao Terceiro Congresso do Comintern de 1921, e em sua Crítica ao Programa do Comintern, de 1928, Trotski expõe sua posição de maneira mais completa e correta. Esse importante problema teórico tem várias implicações importantes. Se tivesse havido um declínio linear absoluto das forças produtivas, materiais e humanas, a partir da Primeira Guerra Mundial e por um período de tempo indefinido, então as possibilidades de revolução e socialismo mundiais se teriam tornado cada vez menos favoráveis, depois de perdidas as primeiras batalhas importantes, e as precondições do socialismo mundial se teriam deteriorado constantemente. Felizmente, a história mostrou que ocorria o oposto. E o próprio Trotski não estaria despreparado para aceitar o veredito da história” (Mandel, 1980, p.34-35).

Coube a Ernest Mandel tentar esclarecer o nexos existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e o declínio histórico do modo de produção capitalista. Como conceitos inter-relacionados eles só podem ser adequadamente apreendidos quando ligados à dialética entre a produção e a destruição no modo de reprodução ampliada da formação social capitalista.

“O indício de que um determinado modo de produção está em declínio não é o fato de que o crescimento das forças produtivas chegou definitivamente ao fim. Esse declínio se torna evidente quando as contradições entre o desenvolvimento produtivo e a ordem existente (as relações de produção) se tornam cada vez mais explosivas, quando os fenômenos da destruição, decadência e desperdício são qualitativamente maiores do que durante a ascensão do modo de produção, e quando a ameaça à civilização, criada por um maior crescimento das forças produtivas, é correspondentemente maior. Isso já ocorreu antes na história – por exemplo, na França do século XVIII e nos vinte anos que antecederam a revolução na Rússia. E é o que vem ocorrendo desde o início do “surto de prosperidade do pós-guerra” de 1948-68 no mundo capitalista” (Mandel, 1980, p.35-36).

A ausência de uma noção mais adequada dessa dialética entre produção e destruição no marxismo de Trotski pode ser entendida mais como uma limitação ligada em principal

³⁶ O trecho mencionado diz o seguinte: “A condição econômica necessária para a revolução proletária já alcançou, no geral, o mais alto grau de maturação possível no capitalismo. As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer. As novas invenções e os novos progressos técnicos já não conduzem a um crescimento da riqueza material. (...) As condições objetivas necessárias para a revolução proletária não estão somente maduras, elas começam a apodrecer. (...) Tudo depende agora do proletariado, ou seja, antes de mais nada, de sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade se resume à crise da direção revolucionária” (Trotsky, 2008, p.11-13).

medida às barreiras do seu tempo histórico do que a problemas intrínsecos às suas ideias³⁷. O capitalismo imperialista se mostraria capaz de uma adaptabilidade e de uma resistência, com formas renovadas de exploração extensiva e intensiva, que eram dificilmente visíveis à sua época. Duas caracterizações sobre a nova modalidade de expansão e acumulação do capital – posterior ao tempo de Trotski:

“Com o decorrer do tempo, as forças produtivas foram internacionalizadas numa escala ainda maior do que aquela prevista por Trotsky. Os trustes do Estado monopolista deram lugar não só a cartéis internacionais como a negócios multinacionais (transnacionais) que, no que diz respeito aos recursos de produção e, em menor grau, à propriedade, não estão mais ligados aos países de origem e estão fora do controle dos Estados imperialistas mais poderosos. Esta é a principal característica daquela fase do capitalismo que descrevemos como capitalismo tardio” (Mandel, 1995, p.36).

“Nos primórdios do século XXI, o que era uma fusão tensa entre capital bancário e capital industrial, apresenta-se como o predomínio do capital sob forma monetária (ou o capital portador de juros, conforme Marx) sobre o capital funcionante, tendo este último a função social (do ponto de vista da reprodução do capital) da extração da mais-valia. (...) O capital funcionante é aquele que atua diretamente na extração de mais-valia, qualquer que seja o seu porte e suas dimensões. É o capital que nos acostumamos a chamar de produtivo mas que é, sobretudo, produtivo de mais-valia. Atua, portanto, em qualquer atividade sobre a qual possa extrair mais-valor; produz mercadorias para satisfazer o “estômago ou a fantasia”, nos setores que tradicionalmente chamamos de industrial ou de serviços” (Fontes, 2008, p.94-5).

Será István Mészáros que, como veremos adiante, trabalhando com a noção de *produção destrutiva*³⁸ – que não se reduz apenas ao âmbito estritamente econômico – e mobilizando os conceitos de *limites relativos* e *absolutos*, proporcionará uma nova luz à questão do desenvolvimento (e declínio) histórico do sistema do capital.

Parece evidente que a caracterização da época (ou período) histórica é crucial para as teorias da revolução e da transição socialista. Ainda hoje ela mobiliza intervenções polêmicas. No marxismo brasileiro, por exemplo, sua repercussão pode ser percebida no debate entre Valério Arcary e Sérgio Lessa, que se resume ao posicionamento em relação à tese trotskiana do *déficit* de subjetividade revolucionária como fator explicativo fundamental para a não consolidação da transição socialista a partir das décadas iniciais do século 20, ou seja, em

³⁷ Isso faz com que, por exemplo, o problema ambiental não comparecesse em suas preocupações. O próprio Mandel coloca, por exemplo, que “como todos os grandes socialistas do século XX, Trotsky também não apresentava uma compreensão adequada do problema ecológico” (Mandel, 1995, p.34).

³⁸ A noção de *produção destrutiva* em Mészáros diz respeito a uma nova modalidade de interação dialética entre produção e consumo com vistas a lidar com os problemas de superprodução crônica. A produção destrutiva está associada à taxa de uso decrescente das mercadorias, ao complexo industrial-militar e à presença inseparável e cada vez mais importante do Estado capitalista (que tem a função de responder à atual reprodução ampliada do capital em um momento de crise estrutural).

última análise, pela continuada capacidade de adaptação e permanência do sistema do capital em crise³⁹.

As reflexões sobre a época de declínio histórico do capitalismo em Trotski se relacionam à maneira como ele trabalha a categoria de *totalidade* – com suas partes relativamente autônomas e diferenciadas já referidas acima. Mas também à sua vinculação com o caráter dual, econômico e político do imperialismo. É essa forma de abordá-la que se põe como o motor da elaboração de sua teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que não nasceu pronta, mas evoluiu a partir dos embates políticos e teóricos da época, e que pode ser entendida como uma de suas contribuições originais à teoria marxista⁴⁰ (tal concepção ou “teorização” já estava de certa forma em Marx⁴¹, mas Trotski não se refere a ela). É à teoria do desenvolvimento desigual e combinado que devem ser organicamente articuladas as outras principais construções tradicionalmente percebidas como características de seu marxismo: a teoria da revolução permanente e a caracterização da natureza da formação social “soviética”

³⁹ Essa polêmica está presente nas páginas da revista *Outubro*. Inicialmente com uma resenha crítica de Sérgio Lessa ao livro *As esquinas perigosas da história* (Xamã, 2004), de Valério Arcary: “Revolução e contra-revolução, fator subjetivo e objetividade” (*Outubro*, n.16, 2007). Depois, com a resposta de Arcary: “As esquinas perigosas da teoria marxista das revoluções: resposta à resenha crítica de Sérgio Lessa” (*Outubro*, n.18, 2009). Em resumo, Lessa argumenta que “Da perspectiva histórica proposta por Valério, há importantes questões que não podem receber uma resposta cabal: 1) a carência de direções revolucionárias não pode encontrar sua explicação última, o máximo a que se chega é constatar que não há vanguarda revolucionária porque os revolucionários não se constituíram em vanguarda; 2) a distinção entre crises políticas e crises revolucionárias vai sendo abolida (...); 3) a dualidade de poderes, uma categoria central das crises revolucionárias, deve ser matizada de tal modo a que não mais se apresente na sua forma clássica de um poder revolucionário constituído *vis-à-vis* os poderes contra-revolucionários (...). Todas estas três graves dificuldades teóricas (...) poderiam, as três, ser enfrentadas com maior sucesso a partir da constatação de que vivemos um período contra-revolucionário. (...) Por isso, a nosso ver, reduzir a questão da vanguarda à dimensão da subjetividade (...) é uma impropriedade. Clássico, em um período marcado pela contra-revolução, é a inexistência de vanguardas e partidos revolucionários (...)” (Lessa, 2007, p.170-1). Arcary diz que “O fenômeno das burocracias sindicais e políticas que nasceram como representações do movimento operário, em especial, a social-democracia e o stalinismo é uma das chaves para uma compreensão da longevidade da ordem imperialista” (Arcary, 2009, p.240-1). E ainda: “Diagnosticar uma crise de longuíssima duração e, ao mesmo tempo, concluir que as condições objetivas ficaram piores não é muito coerente. A fórmula de um período histórico contrarrevolucionário, associada à ideia de uma etapa de crise estrutural parece, pelo menos, estranha, senão contraditória. Se o período é contrarrevolucionário não haveria porque duvidar da capacidade do capitalismo de superar sua crise, como alias, aconteceu no passado, diante de derrotas. O capitalismo amplia os seus limites históricos – evitaremos a fórmula dos limites absolutos da acumulação de capital – se a revolução não triunfar porque descarrega sobre as outras classes os custos de sua perpetuação” (Arcary, 2009, p.243-4). A importância dessa polêmica está em relevar posições políticas e análises teóricas de intelectuais que se vinculam respectivamente aos ensinamentos de Mészáros, por um lado, e Trotski, por outro. Todavia, essas posições não podem ser tomadas como as únicas possíveis para aqueles que buscam desenvolver as ideias de Mészáros e Trotski.

⁴⁰ Mandel afirma que “com a possível exceção do conceito marxista da determinação econômica da luta de classes e da luta política, dificilmente qualquer ideia inovadora de origem não-burguesa foi assimilada de modo tão geral depois de meio século como essa ideia básica de Trotski – embora se deva dizer, de passagem, que os direitos do autor frequentemente não são reconhecidos” (Mandel, 1980, p.32).

⁴¹ No capítulo anterior Marx faz alusões a um desenvolvimento desigual e combinado (ou a uma “revolução permanente”) em pelo menos três momentos: na *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução* (1843), na *Mensagem do Comitê Central à Liga (dos comunistas)* (1850) e no *Prefácio* à segunda edição russa do *Manifesto comunista* (1882).

(de agora em diante o termo virá sem aspas, ainda que de modo rigoroso não seja adequado usar o termo “soviético” para designar uma sociedade que se consolidou justamente na medida em que excluía e se constituía como contrafação do autopoder dos *soviets* ou conselhos de trabalhadores, camponeses e soldados). Foi apenas dez anos antes de sua morte que Trotski a mencionou e a apresentou explicitamente:

“O capitalismo (...) preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Fica, assim, excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diferentes nações. (...) O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada, conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do *processus* histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto um caráter irregular, complexo, combinado. (...) As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade de ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa a aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha” (Trotsky, 1978, p.24-5).

Ainda que tenha sido apenas em 1930 que tal noção tenha sido explicitamente nomeada, ela estava presente *in statu nascendi*⁴², na sua seminal brochura *Balanço e perspectivas (1906)*. Para entender a importância dessa perspectiva metodológica e analítica, basta nos remetermos ao debate entre os marxistas sobre o caráter de uma possível revolução na Rússia entre fins do século 19 e as duas primeiras décadas do 20. No capítulo anterior, foi brevemente mencionada uma troca de correspondências entre Marx e Vera Zaslitch. Em uma delas (1881), Marx coloca que, “portanto, a ‘inevitabilidade histórica’ desse movimento [a separação radical do produtor dos meios de produção e a expropriação dos camponeses] é expressamente limitada aos países da Europa Ocidental” (Marx apud Bianchi, 2007, p.64-5), como forma de negar uma repetição mecânica entre o desenvolvimento do capitalismo, especialmente na Inglaterra, e nos demais países do sistema.

Já são conhecidos os argumentos de Trotski em 1906 sobre a provável (à época) revolução social na Rússia: por conta da posição subordinada ao mercado internacional – a dependência tecnológica e financeira do absolutismo czarista em relação ao capitalismo europeu –; da necessidade de se modernizar economicamente para evitar o assédio de nações vizinhas; da importância e centralidade do Estado burocrático-autocrático como elemento

⁴² Esta feliz expressão usada por Mészáros em sua análise do lugar dos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) na obra de Marx foi apropriada e sagazmente (re)utilizada por Pinassi (2006) na apreciação de *A teoria de alienação em Marx* (1970) e sua posição no interior do sistema teórico do próprio István Mészáros.

“dinamizador das relações sociais”⁴³; da inexistência de um desenvolvimento capitalista clássico (dos artesanatos, passando pelas oficinas e chegando às manufaturas modernas); da fraqueza social da burguesia local e das classes médias e de suas dependências do czarismo; da grande concentração do proletariado em poucas cidades altamente industrializadas com as mais modernas técnicas de produção; da incapacidade do campesinato – apesar de extremamente majoritário na estrutura social – de desenvolver um papel político independente; da impossível dominação política do proletariado em uma futura revolução e a manutenção de sua “escravização” econômica; da necessidade do proletariado vitorioso conseguir manter a aliança com a maioria dos camponeses a partir de uma política contra todos os restos feudais e de servidão da nação, ao mesmo tempo em que seus interesses começariam a entrar em contradição na medida em que o proletariado se dispusesse a levar adiante os seus objetivos *coletivistas* e *internacionalistas*; de como a revolução russa era um momento da revolução mundial e de que não conseguiria manter-se e desenvolver-se enquanto estivesse isolada e sem um mútuo reforçamento com as outras nações, especialmente as europeias, etc.

Por tudo isso, o texto de 1906 de Trotski conseguiu com mais de uma década de adiantamento descrever em suas linhas principais os caminhos e dilemas que a futura revolução russa enfrentaria a partir de outubro de 1917. Aqui, cumpriu-se a fórmula dialética marxiana expressa em 1843: “Não basta que o pensamento procure se realizar; a realidade deve compelir a si mesma em direção ao pensamento” (Marx, 2005, p.152). Estavam colocados os principais elementos da teoria da revolução permanente que Trotski desenvolveria e generalizaria posteriormente. De acordo com Deutscher,

“Em *Balanço e perspectivas* Trotski chegou ao auge de seu desenvolvimento. Os meses de prisão, no curso dos quais ponderou e digeriu a experiência recente, foram para ele a transição da mocidade para a idade madura, tão súbita e rápida quanto foram seus saltos da infância para a adolescência e desta para a vida adulta. Nesta brochura de oitenta páginas estava a soma e a substância do homem. Durante o resto de seus dias, como líder da Revolução, como fundador e chefe de um Exército, como protagonista de uma nova Internacional e finalmente como um exilado caçado, defenderia e desenvolveria as ideias que sintetizara em 1906” (Deutscher, 1968, p.178).

⁴³ Na Rússia, “O capitalismo aparece como um filho do Estado” (Trotsky, 2011, p.44).

Em resumo, as posições acerca do caráter (ou natureza) e dos sujeitos da revolução na Rússia se diferenciavam da seguinte forma entre as principais correntes políticas da época⁴⁴:

	Tarefas	Sujeito social	Sujeito político
Trotsky	Democráticas e socialistas	Proletariado	-
Mencheviques	Democráticas	Burguesia	-
Bolcheviques	Democráticas	Operários e camponeses	Partido revolucionário

Foi por conta de posições como essas que Trotsky permaneceu de certa forma mais ou menos independente em relação aos principais agrupamentos políticos da Rússia, até sua adesão ao bolchevismo em julho/agosto de 1917 – Lenin, para horror dos “velhos bolcheviques”, aproximou-se das teses trotskyanas a partir de abril de 1917. O caráter “heterodoxo” das ideias de Trotsky, quando confrontadas com o clima da Segunda Internacional e do marxismo russo dominante é tão significativo que Burawoy defendeu a tese que ele, do ponto de vista metodológico, desenvolveu um “*programa de pesquisa heurístico progressivo*” em relação à teoria marxista, já que a

“(…) saúde e a vitalidade de um programa de pesquisa dependem não do encobrimento, ofuscação e negação de anomalias, mas de sua articulação clara e proliferação disciplinada. O diálogo contínuo entre teoria e dados por meio da falsificação de hipóteses antigas e do desenvolvimento de novas com a previsão de fatos inéditos é a essência de um programa de pesquisa progressivo. Todos os poderes proféticos de Trotsky originaram-se de, mesmo não sendo determinados por, seu comprometimento com o marxismo – do reconhecimento de suas anomalias e da necessidade de resolvê-las de maneira original” (Burawoy, 2014, p.226).

Com essas ideias e noções conquistadas a partir de *Balanço e perspectivas*, e principalmente a partir das experiências de vitória, insulamento e degenerescência da revolução de outubro de 1917, das análises sobre a revolução alemã de 1918-23 e da derrota da revolução chinesa em meados da década de 1920, Trotsky generalizará a teoria – que até então utilizara para a Rússia – com o livro *A revolução permanente*⁴⁵. As três características da teoria da revolução permanente – orgânica e dialeticamente articuladas nas totalidades nacional e internacional/mundial – são assim sumariadas:

“Para dissipar a confusão criada em relação à teoria da revolução permanente, é preciso distinguir três categorias de ideias que se unem e se fundem nela. De início,

⁴⁴ A tabela a seguir foi tirada de Bianchi (2001, p.109).

⁴⁵ “Foi somente em fins de 1929, já no seu exílio, que ele afirmou que tal teoria deveria ser apresentada “em ligação com o caráter, os laços internos e os métodos da evolução internacional em geral” e, mais especificamente, “para os países de desenvolvimento burguês retardatário (...) coloniais e semicoloniais” (Bianchi, 2001, p.110).

compreende o problema da passagem da revolução democrática à revolução socialista. (...) Em seu segundo aspecto, a teoria da revolução permanente caracteriza a própria revolução socialista. Durante um período, cuja duração é indeterminada, todas as relações sociais se transformam no transcurso de uma luta interior contínua. A sociedade não faz senão mudar de pele, sem cessar. (...) As profundas transformações na economia, na técnica, na ciência, na família, nos hábitos e nos costumes, completando-se formam combinações e relações recíprocas de tal modo complexas que a sociedade não pode chegar a um estágio de equilíbrio. Nisso se revela o caráter permanente da própria revolução socialista. Em seu terceiro aspecto, a teoria da revolução permanente implica o caráter internacional da revolução socialista que resulta do estado da economia e da estrutura social da humanidade. (...) A revolução socialista começa no âmbito nacional, mas nele não pode permanecer. A revolução proletária não pode ser mantida em limites nacionais senão sob a forma de um regime transitório, mesmo que este dure muito tempo, como o demonstra o exemplo da União Soviética. (...) A revolução internacional, a despeito de seus recuos e reflexos provisórios, representa um processo permanente” (Trotsky, 2007, p.63-65).

A teoria da revolução permanente está ligada à do desenvolvimento desigual e combinado e é incompreensível sem ela. Tal ferramenta metodológica e analítica, todavia, que se transforma em uma determinada práxis política a ela vinculada, está por sua vez articulada a uma concepção da evolução da história moderna. A teoria da revolução permanente não é apenas um conjunto específico de ideias; é a tentativa de reprodução teórica do movimento efetivo do desenvolvimento histórico que vai se estruturando com a própria consolidação *trans-histórica* – e não supra ou a-histórica – contraditória do capital.

Os países e nações dependentes apenas podem cumprir as tarefas democráticas através da revolução socialista. Mas mesmo as nações dominantes não “completam” nunca as promessas contidas nas revoluções burguesas “clássicas”, especialmente a francesa⁴⁶, com os seus ideais de igualdade jurídico-formal e de oportunidades.

A revolução burguesa ou, sendo mais específico, o movimento contraditório da modernidade do capital, é uma dinâmica que não pode jamais efetivar os “universais” que mobilizou (liberdade, igualdade, fraternidade, justiça, democracia, ética, etc.), uma vez que eles são sempre bloqueados/contraditados pela base material da desigualdade. Podemos ler nas páginas de um livro de referência sobre a revolução francesa que

“Desde 1789, os contra-revolucionários não deixavam de advertir a burguesia que, contestando as vantagens do nascimento para abolir os privilégios nobiliários, ela não tardaria em ver o argumento voltar-se contra si própria: alegar-se-ia que, por herança de fortuna, o nascimento também lhe assegurava um privilégio de fato” (...). Alarmados pelo progresso dos democratas, e pela agitação operária, os triúmviros

⁴⁶ A interpretação da revolução francesa como uma revolução “burguesa” merece explicações: “(...) as revoluções “burguesas”, da parte da burguesia, ao começarem, jamais ultrapassaram o nível da exigência de reformas políticas que dessem à burguesia uma melhor representação de seus interesses específicos no interior do *Ancien Régime*. (...) A transformação em larga escala foi mais o produto da intervenção contingente de outros atores do que um desiderato especificamente burguês. Na Revolução Francesa, a iniciativa revolucionária foi tomada desde cedo pela pequena burguesia jacobina; com o esgotamento político desta, a burguesia tomou o poder, mas a revolução não havia sido “burguesa” senão *ex post* (...)” (Mendonça, 2014, p.70).

[Du Port, Lameth e Barnave], por sua vez, queriam fazer *parar* a Revolução” (Lefebvre, 1989, p.170-171).

De modo aproximado, entendemos que é assim que se torna inteligível a unidade dinâmica do pensamento de Trotski. Sua obra em seus mais diferentes aspectos, das iniciais análises sobre o capitalismo na Rússia, o balanço da revolução de 1905, as visões sobre o processo concreto das lutas de classes tanto na URSS como na China e nos países europeus do entre guerras (Inglaterra, Alemanha, França, Espanha), a preocupação com o modo de vida e o impacto do período pós-revolucionário na família, costumes, cultura, política e economia soviéticos, a busca pela reconstrução de uma práxis internacionalista, a investigação da natureza social da URSS, todos enfim, estão referidos em algum grau ou nível à universalidade das noções de desenvolvimento desigual e combinado e revolução permanente.

A teoria da revolução permanente é uma teoria da transição para uma sociedade mundial socialista em seus vários e diferentes aspectos. A concepção de transição é também e finalmente multifacetada: transição da democracia ao socialismo, principalmente, mas não apenas, nos países periféricos; transição do nacional ao internacional/mundial; transição de uma dada dimensão ou “esfera” da vida social para outra; transição dos microprocessos sociais às mais abrangentes “leis da história”; transição de uma época histórica em sua inteireza para outra. O marxismo de Trotski é um marxismo da transição socialista por excelência.

Todos os seus mais importantes comentadores destacam a *centralidade* ou a “*autonomização*” da política como um dos traços distintivos de seu pensamento⁴⁷. Mas mesmo essa centralidade só se estrutura quando entendida a partir da totalidade do desenvolvimento desigual do capitalismo mundial a partir de sua época imperialista, que para Trotski colocava a atualidade da transição socialista. É com a avaliação da “maturidade” da revolução e da transição socialistas – quando pensadas em um âmbito internacional/mundial e de época – que a centralidade da política pode ser entendida em sua obra⁴⁸. As contradições e

⁴⁷ É o caso de Coggiola, Mandel, Mendonça e Bianchi, por exemplo: “(...) o teórico que reduziu todos os problemas objetivos da revolução à crise da *subjetividade* revolucionária (...)” (Coggiola, 1990, p.42); “(...) um marxista severamente crítico do fatalismo político da Segunda Internacional e que atribuía ao fator subjetivo da história um papel decisivo no drama de nosso século” (Mandel, 1995, p.224); “(...) elemento mais característico do marxismo de Trotsky: a sua *autonomização do político* (...)” (Mendonça, 2014, p.209); “(...) o internacionalismo metodológico e a centralidade da política nos processos revolucionários são importantes aspectos do marxismo de Trotsky e constituem elementos de unificação de seu pensamento social e político” (Bianchi, 2007, p.94). Bem, “política” e “subjetividade” não são conceitos sinônimos. Mas quando os comentadores acima usam “subjetividade” estão fundamentalmente se referindo à “política”. Mas há ocasiões na obra trotskiana em que a subjetividade não pode ser ligada apenas ou diretamente à “política”.

⁴⁸ Não se pode confundir a avaliação de *época* da atualidade para a transição socialista com a ofensiva política permanente ou ininterrupta em quaisquer situações e países. Não se trata de aguardar uma situação de crise revolucionária mundial simultânea, nem de exportar artificialmente a revolução para todos os continentes. A

oposições violentas do mercado mundial e da ordem imperialista colocariam na ordem do dia dos diferentes países do capitalismo internacional a possibilidade de rupturas revolucionárias, que deveriam ser aproveitadas. A época imperialista é uma época de instabilidade política e econômica por sua própria natureza. Além disso, as rupturas em algumas partes do sistema teriam como consequência o aumento da instabilidade e de dificuldades para o equilíbrio do todo.

Trotsky não eliminou a possibilidade de uma estabilização mais duradoura para o capitalismo mundial⁴⁹. Mas sua visão da maturação das condições objetivas para a revolução e transição internacionais, com a continuação do processo de ruptura mundial iniciado com a revolução russa – no interior do período em que viveu os momentos mais decisivos de sua vida, ou seja, entre as duas guerras mundiais (1914-1945) –, se contavam em anos e não em décadas. Para ele, o elemento decisivo seriam as lutas de classes, e o resultado não podia ser previamente determinado. É por isso que Claudín, mesmo discordando de sua análise da maturidade objetiva (em sentido amplo) para a revolução mundial⁵⁰, afirma que

“não significa, absolutamente, que entre as duas guerras mundiais – e ao final da segunda – não se tenham apresentado conjunturas propícias a um “golpe de audácia” (em várias ocasiões, Lenin qualificou assim o assalto de Outubro) do partido revolucionário, apto a pôr termo à lógica monstruosa do desenvolvimento capitalista em um ou outro país industrial” (Claudín, 1985, p.92).

O revolucionário russo ainda estava ciente que a ruptura política e a construção do socialismo eram momentos interligados de um mesmo processo, mas que não se confundiam. Como não podia ser diferente, o último desses momentos estava subordinado à dimensão mundial. Em *A revolução permanente*, ele diz, por exemplo:

“Mas, realmente acreditais que a Rússia já esteja madura para uma revolução socialista? – objetaram-se muitas vezes os Stalin, Rikov e outros Molotov dos anos 1905-17. Sempre respondi: não, não creio. Contudo, a economia mundial e a economia europeia em particular estão perfeitamente maduras para essa revolução. A ditadura do proletariado na Rússia nos conduzirá ou não ao socialismo? Em que

teoria da revolução permanente não é um voluntarismo nem uma teoria do ataque permanente. Sobre isso, ver Mandel (1980, p.26-27).

⁴⁹ Ver Mandel (1980, p.35).

⁵⁰ Em 1937, Trotsky afirmou que “O erro de Marx e Engels a respeito dos prazos históricos decorria, de um lado, da subestimação das possibilidades posteriores inerentes ao capitalismo e, de outro, da superestimação da maturidade revolucionária do proletariado. A revolução de 1848 não se transformou em revolução socialista, como o *Manifesto* havia previsto, mas criou, para a Alemanha, a possibilidade de um formidável desenvolvimento. A Comuna de Paris demonstrou que o proletariado não pode arrancar o poder da burguesia sem ter à sua frente um partido revolucionário experiente. Ora, o longo período de desenvolvimento capitalista que se seguiu à Comuna conduziu não à educação de uma vanguarda revolucionária mas, contrariamente, à degenerescência burguesa da burocracia operária que se tornou, por sua vez, o principal obstáculo à vitória da revolução proletária. Esta “dialética” os autores do manifesto não podiam prever” (Trotsky, 2005, p.164). Aqui, a questão se coloca sobre as diferentes formas de proceder com a periodização histórica (épocas, etapas, conjunturas, etc.). Mas não podemos deixar de notar semelhanças entre “o erro de Marx e Engels a respeito dos prazos históricos” e o de Trotsky, quando somos confrontados com o quadro do capitalismo do pós-segunda guerra. De modo análogo, é bem provável que o próprio Trotsky não pudesse prever “esta dialética”.

ritmos e por quais etapas? Tudo isso dependerá do comportamento futuro do capitalismo europeu e mundial” (Trotsky, 2007, p.60-61).

A mesma ideia é retomada em outra passagem:

“Significará o que se disse acima que todos os países do mundo estejam, atualmente, mais ou menos maduros para a revolução socialista? Não; (...) Indiscutivelmente, em seu conjunto, a economia mundial está madura para o socialismo. Isso, porém, não significa, de modo algum, que todo o país, considerado isoladamente, esteja na mesma situação. Como instituir, então, a ditadura do proletariado em vários países atrasados, como a China, a Índia, etc.? Respondemos: a história não se faz por encomenda. Um país pode estar “maduro” para a ditadura do proletariado e, contudo, não o estar ainda para a construção independente do socialismo, ou mesmo para grandes medidas de socialização. É preciso não tomar, nunca, como ponto de partida, a harmonia preestabelecida da evolução social. (...) a lei do desenvolvimento desigual ainda existe, manifestando sua força tanto nas relações entre países quanto na correlação das diferentes séries de fenômenos dentro de um mesmo país. A conciliação do desenvolvimento desigual da economia e da política só pode ser obtida na escala mundial” (Trotsky, 2007, p.180-181).

A centralidade da política, portanto, se liga organicamente à moldura mais geral de suas ideias. Não se pode reduzir a particularidade de uma situação nacional à totalidade da época imperialista. A análise concreta de uma situação concreta continua evidentemente em vigência. A época como um todo – numa escala de tempo mais prolongada – coloca as balizas históricas fundamentais para a transição e em certo sentido põe em concordância a atualidade da revolução e da transição e os sentidos fundamentais do tempo histórico. Daí a importância da política para seu pensamento: tanto nos processos e crises revolucionárias nacionais como na transição internacional e na construção de uma época histórica para além do capitalismo.

Essas ideias se materializaram com a revolução russa de outubro de 1917. As vicissitudes e ironias da história, todavia, resolvido o problema da ruptura política, colocaram a questão da construção de uma nova sociedade. Como ele disse acima: “a história não se faz por encomenda”. Vejamos brevemente os dilemas da construção socialista na Rússia pós-revolucionária e as posições de Trotski sobre eles.

3.2. Trotski e os dilemas da transição a partir da revolução russa

Em 1905, jornadas revolucionárias sacudiram o império czarista da Rússia. E. H. Carr associa três tendências simultâneas:

“A primeira Revolução Russa de 1905 teve um caráter misto. Foi uma revolta dos liberais e constitucionalistas burgueses contra uma autocracia arbitrária e antiquada. Foi uma revolta dos trabalhadores, inflamada pela atrocidade do “Domingo Sangrento”, e que levou à eleição do primeiro Soviete dos Deputados dos Trabalhadores, de Petersburgo. Foi uma revolta generalizada dos camponeses, espontânea e descoordenada, com frequência muito amarga e violenta. Essas três tendências não se combinaram nunca, e a revolução foi facilmente sufocada ao preço de algumas concessões constitucionais, em grande parte irreais” (Carr, 1981, p.12).

Todavia, a aparição histórica do *soviete* e seu papel não passaram despercebidos por Trotski. De forma mais ou menos análoga a Marx, quando este saudou a Comuna de Paris, conforme já visto, como “a forma política enfim descoberta para se levar a efeito a emancipação econômica do trabalho” (Marx, 2011, p.59), Trotski, em 1907, no texto *O soviete de 1905 e a revolução*, avaliou o *soviete* – uma invenção das massas populares – como um “órgão de autoridade pública”, “embrião do governo revolucionário”, “poder organizado da massa sobre vários setores dela própria”, “a verdadeira, genuína democracia, sem sistema bicameral, sem burocracia profissional, com o direito de os eleitores, a qualquer momento, substituírem seu deputado por outro”, cujo significado objetivo tinha sido a “criação de condições para desorganizar o Estado (...)” (Trotski, 2005, p.203-7). Ele também previu o ressurgimento dos *soviets* nos futuros levantamentos revolucionários dos proletários, soldados e camponeses, agora em escala nacional, e antecipou grande parte do programa que seria defendido na revolução de outubro de 1917. Mas aqui, para Trotski, os *soviets* ainda não eram parte de uma nova forma de Estado de classe (dos trabalhadores), contraposto à estrutura estatal burocrático-czarista⁵¹.

A estrutura de funcionamento dos *soviets* é apresentada por Reed em *Os soviets em ação* (1918). Ele mostra que os *soviets* tinham como base direta “(...) os operários nas fábricas e os camponeses no campo. (...) Os soldados das guarnições tiveram um certo número de delegados por regimento (...)” (Reed, 2007, p.136). Além desses novos órgãos de governo, “Os trabalhadores da Rússia também criaram, a partir de suas necessidades e das exigências da vida, uma organização econômica que está evoluindo rumo à verdadeira democracia industrial” (Reed, 2007, p.135).

Não havia mandato fixo para os delegados e eles podiam ser substituídos a qualquer hora. A proporcionalidade ou a regra para a eleição de cada delegado variava “com a necessidade e a população das várias localidades” (Reed, 2007, p.136). Os *soviets* eram

⁵¹ A noção de Estado em Trotski é ambivalente. Em *Balanço e perspectivas* ele o trata como um *instrumento*: “O Estado não tem um fim em si mesmo. É simplesmente um instrumento de trabalho nas mãos da força social dominante” (Trotski, 2011, p.71). Dantas afirma que para “Trotsky em seu balanço de 1905, o novo poder é a ditadura do proletariado – a partir dos soviets ou das fábricas – tomando em suas mãos o **velho** Estado e pondo-o a serviço da classe revolucionária. A imediata destruição do velho Estado e a instauração de um **novo**, Estado dos conselhos dos trabalhadores, não é, ainda, seu cálculo” (Dantas, 2009, p.49). Apesar disso, Bianchi lembra que “Embora o conceito de Estado mobilizado por Trotsky neste momento apresente limitações, sua abordagem não deixa de ser sutil e mesmo criativa em vários aspectos. (...) Os cuidados tomados lhe permitem analisar de modo inovador o Estado absolutista russo” (Bianchi, 2007, p.88-9). Na obra *O que é e para onde vai a URSS – A revolução traída* (1936), Trotski abordará teoricamente o Estado e dessa vez levará em conta *O Estado e a revolução* (1917), de Lenin.

integrados por representantes políticos e da esfera laboral ao mesmo tempo. Seu funcionamento era assim resumido:

“O Soviete de Delegados de Operários e Soldados de Petrogrado” era composto de cerca de 1.200 deputados (...) havia uma sessão plenária a cada duas semanas (...) ele elegeu os 110 integrantes do Comitê Central Executivo com base na proporcionalidade dos partidos e (...) convidou a integrá-lo delegados dos comitês centrais de todos os partidos políticos, dos comitês centrais dos sindicatos profissionais, dos comitês de fábrica e de outras organizações democráticas” (Reed, 2007, p.137).

As eleições para cada Congresso dos Sovietes podiam ter períodos variados. Esses Congressos podiam ser convocados extraordinariamente pelo Comitê Central Executivo de Toda a Rússia “ou por exigência de soviets que representem um terço da população votante do país” (Reed, 2007, p.138). Não havia parlamento à moda da democracia liberal-formal atual: “Esse Comitê Central Executivo ampliado dos soviets russos é o parlamento da república russa. (...) elege, dentre seus integrantes, onze comissários que, no lugar dos ministros, serão presidentes dos comitês encarregados dos diversos ramos do governo” (Reed, 2007, p.139). Todo o debate sobre autonomia local e a centralização nacional, que gera tantas polêmicas para a ciência e a teoria políticas, era assim equacionado: “(...) os soviets locais criam o governo central; não é o governo central que cria os soviets locais. Contudo, apesar da autonomia local, os decretos do Comitê Central Executivo e as ordens dos comissários são válidos no país inteiro (...)” (Reed, 2007, p.139).

Na esfera da produção, os operários tiveram que aprender a administrar as indústrias por si mesmos. E, muitas vezes, contratar ou coagir os “especialistas”. Mas havia a busca de coordenação para o controle da produção em âmbito nacional.

“A entidade com a qual o Estado controla a indústria, tanto a mão de obra quanto a produção, chama-se Conselho de Controle dos Operários. Esse organismo central, sediado na capital, compõe-se de delegados eleitos pelos Conselhos de Controle dos Operários locais, formados por membros dos comitês de fábrica, diretores de sindicatos profissionais, técnicos e especialistas. Um comitê central executivo encarrega-se dos problemas de cada localidade, composto de trabalhadores comuns, mas a maioria é composta de *trabalhadores de outros distritos*, de modo que suas decisões não sejam influenciadas por interesses setoriais. Os conselhos locais recomendam ao Conselho de toda a Rússia o confisco de fábricas, comunicam a necessidade de combustível, matéria-prima, meios de transporte e mão de obra em seus distritos e auxiliam os trabalhadores a aprender a administrar as várias indústrias. O Conselho de toda a Rússia tem poder para confiscar fábricas e equilibrar os recursos econômicos das diferentes localidades” (Reed, 2007, p.147).

De fato, os acontecimentos não apenas seguiram de modo aproximado os prognósticos trotskianos. Chegaram a ultrapassá-los. Lenin, em *O Estado e a revolução* (1917), tinha concebido o novo Estado – transicional – dos trabalhadores como um “semi-Estado”, um “Estado burguês sem burguesia”, e buscou compilar os ensinamentos de Marx e

Engels sobre o Estado e sua superação a partir principalmente do exemplo da Comuna de Paris. As observações de Lenin podem ser assim resumidas: (a) é necessário “quebrar” a máquina burocrático-militar-administrativa do Estado burguês; (b) o proletariado tem necessidade de criar uma nova máquina estatal em *definhamento*, um “semi-Estado”, já que haveria a supressão do exército como um corpo permanente separado e a instituição do armamento geral do povo; os funcionários e magistrados seriam eleitos, removíveis a qualquer tempo e receberiam um “salário operário”; o parlamento e os corpos legislativos seriam substituídos por “assembleias de trabalho”, ao mesmo tempo legislativas e executivas; a democracia, assim modificada pela sua radicalização e aprofundamento, de sua modalidade formal para a real, sofreria até certo ponto um regresso à sua modalidade mais “antiga”, o que ele chamou de “democratismo primitivo”, enfatizando o aspecto direto que ela adquiriria no interior da ditadura do proletariado ou da democracia socialista.

Além de outros aspectos tratados por Lenin – o debate sobre república federalista ou república una e indivisível; a relação entre o fim da democracia e o comunismo; a impossibilidade de supressão da subordinação e autoridade no começo do processo de transição, a polêmica com os anarquistas, etc. – há algumas dimensões que merecem atenção: (1) a ideia de que o capitalismo, com os trustes e o desenvolvimento monopólico, de certa forma facilitou e simplificou as funções de administração e fiscalização, que estariam agora mais acessíveis a todos, e cujos métodos deveriam ser utilizados pelo Estado pós-revolucionário: “Organizemos a grande indústria segundo os modelos que o capitalismo oferece” (Lenin, 1983, p.61); (2) no começo da transição, a necessária utilização de funcionários especializados na administração estatal – mesmo pela coação – a serviço de todo o povo: “reduzamos os funcionários ao papel de simples executores de nossa vontade, (...) conservando, evidentemente, os técnicos e especialistas de toda espécie e categoria” (Lenin, 1983, p.61-2); (3) o caráter *automático* do definhamento do Estado a partir da implementação de todos os preceitos acima: “Esse programa, aplicado na base da grande produção, acarreta por si mesmo o definhamento progressivo de todo o funcionalismo (...)” (Lenin, 1983, p.61-2). Um resumo notável da visão transicional leniniana:

“Ora, o desenvolvimento do capitalismo cria as *premissas* necessárias para que “*todos* possam, de fato, tomar parte na gestão do Estado”. Essas premissas são, entre outras, a instrução universal, já realizada na maior parte dos países capitalistas avançados, e, depois, “a educação e a disciplina” de milhões de operários pelo imenso aparelho, complicado e já socializado, do correio, das estradas de ferro, das grandes fábricas, do grande comércio, dos Bancos, etc., etc.

Com tais premissas *econômicas*, é totalmente impossível derrubar, de um dia para o outro, os capitalistas e os funcionários, e substituí-los, no *controle* da produção e repartição, no recenseamento do trabalho e dos produtos, pelos operários armados, pelo povo inteiro em armas (é preciso não confundir a questão do controle e do

recenseamento com a questão do pessoal técnico, engenheiros, agrônomos, etc.: esses senhores trabalham hoje sob ordens dos capitalistas; trabalharão melhor ainda sob as ordens dos operários armados).

Recenseamento e controle, eis as *principais* condições necessárias ao funcionamento regular da sociedade comunista *na sua primeira fase*. Todos os cidadãos se transformam em empregados assalariados do Estado, personificado, por sua vez, pelos operários armados. Todos os cidadãos se tornam empregados e operários de *um só* truste universal de Estado. Trata-se apenas de obter que eles trabalhem uniformemente, que observem a mesma medida de trabalho e recebam um salário uniforme. Essas operações de recenseamento e de controle foram antecipadamente *simplificadas* em extremo pelo capitalismo, que as reduziu a formalidades de fiscalização e de inscrição, a operações de aritmética e à entrega de recibos, que são, todas, coisas acessíveis a quem quer que saiba ler e escrever.

Quando a *maioria* do povo efetuar, por si mesma e em toda a parte, esse recenseamento e esse controle dos capitalistas (transformados em empregados) e dos senhores intelectuais que conservarem ainda ares de capitalistas, esse controle tornar-se-á verdadeiramente universal, geral, nacional, e ninguém saberá mais “onde meter-se”, para escapar a ele.

A sociedade inteira não será mais do que um grande escritório e uma grande fábrica, com igualdade de trabalho e igualdade de salário.

Mas essa disciplina de “oficina” (...) não é absolutamente o nosso ideal nem o nosso objetivo final; ela é apenas a *transição* necessária (...). Quanto mais democrático for o Estado, constituído por operários armados e deixando, por isso mesmo, de ser “o Estado no sentido próprio da palavra”, tanto mais rápida será também a extinção de *qualquer* Estado” (Lenin, 1983, p.124-6).

Provavelmente foi com ideias norteadoras como essas que os bolcheviques tomaram o poder. No que diz respeito a Trotski, todavia, a melhor maneira de entender sua visão sobre tão importante elemento para uma teoria de transição – o Estado e seu definhamento – talvez seja perceber a sua práxis por meio dos problemas concretos que a Rússia pós-revolucionária apresentou e, a partir deles, extrair suas concepções levando em conta os constrangimentos materiais e históricos efetivos que teve que encarar e a forma como os interpretou.

3.2.1

A partir de outubro de 1917, o duplo poder (em competição) representado por um lado pela estrutura, agora nacional, dos *soviets*, em contraposição ao Estado “burguês” – ou governo provisório –, por outro, surgido com a revolução de fevereiro de 1917, resultou na tomada do Palácio de Inverno em favor do primeiro⁵². O Segundo Congresso dos *Soviets* de Trabalhadores e Soldados de Todas as Rússias tomou as seguintes medidas imediatas: (a) “a proposta do estabelecimento de uma paz justa e democrática a todos os países beligerantes, sem anexações ou indenizações”; (b) “abolição da propriedade privada da terra e entrega em caráter de uso a todos os que desejassem cultivá-la, com a proibição do emprego de trabalho contratado, compra, arrendamento e venda”, e; (c) “criação de um Conselho dos Comissários

⁵² Não entraremos no debate sobre o “golpe de outubro” aqui. Sobre isso, ver, por exemplo, Coggiola (1998, p. 217-219).

do Povo para administrar o país sob a autoridade do Congresso dos *Soviets* de Todas as Rússias até a reunião da Assembleia Constituinte”⁵³ (Carr, 1981, p.15-16).

Note-se que não há decreto em relação à nacionalização/estatização das grandes indústrias ou empresas dos capitalistas privados (“expropriação dos expropriadores”). O duplo poder, todavia, também tinha adentrado nas indústrias, com os trabalhadores constituindo comissões de fábricas e buscando (ou já exercendo) o controle da produção, enquanto muitos capitalistas boicotavam, emperravam ou abandonavam as fábricas⁵⁴. Foi apenas em junho/1918 que o governo dos *soviets* nacionalizou as indústrias. E isso em consequência do início da guerra civil. Não era essa a intenção original dos bolcheviques. Imaginavam a coexistência durante um tempo não determinado entre um setor “socialista” e outro capitalista. Deutscher diz que

“No curso de 1917, porém, passou a predominar espontaneamente um estado de coisas no qual os donos das fábricas já estavam mais do que meio expropriados. (...) também nas fábricas e minas os comitês de trabalhadores eleitos se apropriaram da maioria dos direitos e privilégios de donos e diretores, antes mesmo de terem sido expropriados ou afastados. A dualidade de poder que, de fevereiro a outubro, se fazia sentir no sistema de governo da Rússia, estava presente também na indústria russa, até mesmo antes de outubro. (...) Esse estado de coisas forçou os bolcheviques. O governo revolucionário, que tomara o poder em nome da classe trabalhadora, não podia restabelecer a autoridade dos velhos industriais, mesmo que as razões econômicas o levassem a desejar tal medida. Foi obrigado a por fim ao processo dual na indústria, da mesma forma em que o eliminou em todos os outros setores – destruindo o poder antigo. Só depois disso poderia tentar vencer as tendências centrífugas na economia do país. A burguesia semi-expropriada, sabendo que nada podia esperar da revolução, não deixaria de defender-se pelo único meio a sua disposição: resistência e sabotagem econômicas. Isso também levou os bolcheviques a levar a expropriação até o fim. Quando a luta econômica e política culminou na guerra civil, todas essas tendências se focalizaram na súbita e prematura nacionalização de toda a indústria, decretada em junho de 1918” (Deutscher, 1968, p.338-9).

A guerra civil, contudo, que duraria de junho/1918 a novembro/1920, teria efeitos devastadores não apenas para a economia, a sociedade e as classes sociais do país. O próprio processo de transição socialista, que mal começara, não apenas regrediu, mas não seria exagero afirmar que ficou mesmo impossibilitado por um período indeterminado, uma vez que, com as próprias bases materiais de uma moderna sociedade industrial destruídas – bases que a Rússia da época nem mesmo possuía –, a conciliação entre a reconstrução da sociedade e da economia devastadas e a restauração e/ou aprofundamento dos mecanismos de

⁵³ A dissolução da Assembleia Constituinte em janeiro/1918 é outro episódio bastante utilizado contra a “ditadura bolchevique”. Para a contextualização da medida, ver Trotski (2007, p.106-108), Coggiola (1998, p.236-238), Carr (1981, p.16) e Deutscher (1968, p.340-343).

⁵⁴ Segundo Reed, “(...) na indústria, mais importante do que tudo, as máquinas e o próprio funcionamento das fábricas foram sabotados, os meios de transporte foram ainda mais destruídos e as minas de carvão, as de minérios metálicos e as fontes de matérias-primas foram danificadas ao extremo” (Reed, 2007, p.143).

autoadministração social pelas massas trabalhadoras mostraram-se objetivamente inconciliáveis por um período não previsível. Lenin, Trotski e os bolcheviques, seja como for, tentaram de todas as formas sair desse dilema. E suas derrotas podem ser entendidas como a impossibilidade de resolvê-lo internamente, em escala nacional e apenas com as forças russas, debaixo daquelas novas circunstâncias dramáticas.

Em maio/1918, antes do início da guerra civil, portanto, e da política do “comunismo de guerra”, Lenin caracterizou a Rússia como um regime de transição em que conviviam “elementos, partículas, fragmentos *tanto* do capitalismo *como* do socialismo”, e que na formação-social russa coexistiam diferentes “estruturas socioeconômicas” com predomínio da produção pequeno-burguesa camponesa: 1) Patriarcal, quer dizer, uma economia camponesa natural em grau considerável; 2) Pequena produção mercantil (...); 3) Capitalismo privado; 4) Capitalismo de Estado; 5) Socialismo” (Lenin apud Rodrigues e De Fiori, 1978, p.12).

A visão leniniana sobre a transição socialista variou conforme as circunstâncias, mas manteve uma concepção de fundo mais geral – criar as condições materiais e econômicas para o trânsito socialista (inexistentes na Rússia) impedindo, da forma mais determinada possível, a perda da dominação política do proletariado – e se desenvolveu mais ou menos assim: (1) antes da tomada do poder e da guerra civil, a transição para o socialismo seria lenta e haveria a coexistência entre um segmento econômico estatal-monopolista e outro burguês privado: “Lenin propunha, de imediato, a criação de um Estado democrático-revolucionário, uma ditadura da democracia dirigida pelo proletariado, que instaurasse o capitalismo monopolista de Estado⁵⁵, tanto como meio de combater a catástrofe iminente, como para se aproximar do socialismo, para se criar as condições da transição” (Del Roio, 2007, p.73); (2) durante a guerra civil e o “comunismo de guerra”, chega-se a cogitar a “transição direta” ao socialismo; (3) com a adoção da NEP (Nova Política Econômica), retorna-se à tentativa de consolidação de um capitalismo de Estado como via para o socialismo, aliado a medidas relacionadas a uma “revolução cultural”.

Lenin, em abril/1918, ou seja, no período imediatamente posterior à tomada do poder (outubro/1917) e ao tratado de paz de Brest-Litovski com a Alemanha (março/1918) – que gerou poucos meses depois a cisão com os Socialistas Revolucionários (SR’s) de Esquerda, isolando os bolcheviques como o único partido no governo –, escreve *As tarefas imediatas do poder soviético*. Esse texto é representativo de sua visão, que busca incansavelmente as

⁵⁵ Capitalismo de Estado para Lenin era “(...) um laço intermediário entre a pequena produção e o socialismo, como um meio, um caminho e um método de incrementar as forças produtivas” (Lenin apud Rodrigues e De Fiori, 1978, p.28).

formas de conciliar as temporalidades de curto e longo prazo na construção socialista. Tendo passado pelas dificuldades da guerra mundial, e às vésperas do início da guerra civil, o proletariado deveria conjugar as dimensões de uma estrita e rigorosa disciplina – “ditadura de indivíduos” – com uma autêntica e mais profunda democracia “de baixo”, caso quisesse manter e consolidar seu poder.

“É precisamente esta proximidade dos Sovietes do “povo” dos trabalhadores que cria formas especiais de revogação e de outro controlo a partir de baixo que devem agora ser desenvolvidas com particular zelo. Por exemplo os Sovietes de Instrução Pública, como conferências periódicas dos eleitores soviéticos e dos seus delegados para discutir e controlar a actividade das autoridades soviéticas neste domínio, merecem a maior simpatia e apoio. Nada existe de mais tolo que transformar os Sovietes em algo de fossilizado e auto-suficiente. Quanto maior for a decisão com que hoje devamos defender um poder firme e implacável, a ditadura de indivíduos *para determinados processos de trabalho*, em determinados momentos de funções *puramente executivas*, tanto mais variadas terão de ser as formas e os métodos de controlo a partir de baixo, para paralisar qualquer sombra de possibilidade de deturpação do Poder Soviético, para arrancar repetida e infatigavelmente a erva daninha do burocratismo” (Lenin, 2011, s/p).

Enquanto a revolução socialista nos países centrais (ou “avançados”) do sistema não viesse⁵⁶, os russos deveriam “manobrar, esperar e recuar”. Conciliar uma “implacável ditadura pessoal” com uma “democracia de novo tipo, mais avançada” não é tarefa simples⁵⁷. Em condições de uma guerra civil, então, é quase impossível. Na verdade, apesar das considerações de Lenin, talvez não se trate de uma conciliação realizável, mas de uma *antinomia*. Como uma classe que luta pela sua emancipação com uma democracia de base a

⁵⁶ Mais de um estudioso afirma que a hipótese de se verem isolados na sua empresa revolucionária era inconcebível para os bolcheviques. (1) Deutscher: “O que estava errado em suas expectativas não era simplesmente o calendário dos acontecimentos revolucionários, mas a suposição fundamental de que o capitalismo europeu estava no fim de sua carreira. Subestimaram, grosseiramente, o poder de adaptação do capitalismo e a atração que tinha sobre as classes trabalhadoras. (...) A tragédia histórica do bolchevismo, no período heroico, foi a recusa não só de aceitar esse fato, como também em levá-lo em conta. (...) Esse quadro do mundo resultou de algo mais do que um erro de julgamento político. Refletiu a incapacidade psicológica do bolchevismo inicial em aceitar seu próprio isolamento no mundo, incapacidade comum a todos os líderes da Revolução, mas que em Trotski era mais acentuada e total do que em qualquer outro” (Deutscher, 1968, p.479); (2) Carr: “Os fundadores do Comintern acreditavam firmemente que os trabalhadores dos países ocidentais, que haviam atravessado o morticínio fratricida da guerra (...), abandonariam rapidamente os partidos socialdemocratas e trabalhistas de seus respectivos países, que os haviam levado ao holocausto, e cerrariam fileiras em torno da causa da unidade internacional dos trabalhadores do mundo, proclamada pelo Comintern” (Carr, 1981, p.23); (3) Claudín cita Lenin em 1919: “A união dos comunistas cresce em todo o mundo. Dentro de pouco tempo assistiremos à vitória do comunismo em todo o mundo, veremos a fundação da República Federativa Mundial dos Sovietes” (Lenin apud Claudín, 1985, p.96). Todavia, no fim da vida, Lenin muda o prognóstico. De novo, Claudín: “Nos últimos trabalhos de Lenin, particularmente no seu artigo derradeiro (fevereiro de 1923), transparece a dúvida (...). A perspectiva do triunfo da revolução mundial se esfumaça numa nebulosa distância” (Claudín, 1985, p.67).

⁵⁷ Em outra passagem seminal, Lenin diz: “É preciso consolidar o que nós próprios conquistamos, o que nós próprios decretamos, legalizamos, discutimos e projetamos, consolidar em formas estáveis de uma *disciplina do trabalho diária*. Esta é a tarefa mais difícil, mas também a mais grata, pois só a sua resolução nos dará a ordem socialista. É preciso aprender a conjugar o democratismo dos comícios das massas trabalhadoras, tempestuoso, que corre como a cheia primaveril, que transpõe todas as margens, com a disciplina *férrea* durante o trabalho, com a *obediência sem reservas* à vontade de uma só pessoa, do dirigente soviético (...)” (Lenin, 2011, s/p).

mais avançada que tinha até então surgido pode democraticamente eleger um ditador sobre si mesma – e exatamente na esfera da produção? Ou seja, uma situação na qual o “proletariado volta sua ditadura contra si mesmo” e não apenas contra a burguesia? Nenhum dos bolcheviques parecia vislumbrar a questão por esse ângulo. E quando ela se pôs objetivamente, o partido foi colocado como a única instituição que encarnava a defesa dos ideais e interesses gerais do proletariado, mesmo que uma parte considerável dele – ou mesmo a sua grande maioria – não entendesse e/ou não buscasse a efetivação desses interesses gerais. Esses são alguns dos dilemas da construção do socialismo na Rússia da época. Voltaremos a eles.

O próprio Lenin já tinha dito que “a revolução socialista nos países avançados não pode começar tão facilmente como na Rússia, país de Nicolau e Rasputin [...]. Num país como esse, começar a revolução era tão fácil como levantar uma pena”. E prosseguia afirmando que é “evidente que na Europa é incomensuravelmente mais difícil começar a revolução, enquanto na Rússia é incomensuravelmente mais fácil iniciá-la, mas será mais difícil continuá-la” (Lenin apud Boron, 2003, p.219). No âmago do próprio povo trabalhador russo estavam inscritas contradições fundamentais da história e da sociedade da época, que o célebre historiador polonês chamou de “a mais grave de todas as graves contradições que a revolução teve que enfrentar”:

“A classe trabalhadora russa de 1917 foi uma das maravilhas da História. Pequena, jovem, inexperiente, sem instrução, era rica de paixão política, generosidade, idealismo, e qualidades heroicas raras. Tinha o dom de sonhar grandes sonhos sobre o futuro e de morrer morte estoica em combate. Com seus pensamentos semi-analfabetos, abraçou a ideia da república dos filósofos, não em sua versão platônica que serve à oligarquia para governar o rebanho, mas a ideia de uma república próspera e bastante sábia para fazer de todo cidadão um filósofo e um trabalhador. Das profundezas de sua miséria, a classe operária russa empenhou-se em construir tal república.

Mas lado a lado com o sonhador e o herói, vivia no trabalhador russo o escravo, preguiçoso, praguejador, esquálido, trazendo o estigma do passado. Os líderes da Revolução falavam ao sonhador e herói, mas o escravo lhes fazia sentir, rudemente, a sua presença. Durante a guerra civil, e mais ainda depois dela, Trotski em seus discursos militares queixou-se repetidamente de que o comunista russo e o soldado do Exército Vermelho sacrificariam sua vida pela Revolução, mas seriam incapazes de limpar seu fuzil ou engraxar suas botas. Esse paradoxo refletia a falta, no povo russo, daqueles inumeráveis pequenos hábitos de disciplina e vida civilizada, em que o socialismo esperava basear-se. Era esse o material humano com o qual os bolcheviques começaram a construir seu novo Estado, a democracia proletária, na qual “todo cozinheiro” devia ser capaz de realizar as tarefas de governo. E foi talvez essa a mais grave de todas as graves contradições que a Revolução teve de enfrentar” (Deutscher, 1968, p.343).

Com a chegada da inevitável guerra civil (junho/1918), a ação principal consistiu em impedir a contrarrevolução das antigas classes dominantes – secundadas pelo apoio das nações imperialistas – pela força “de ferro” da ditadura do proletariado contra os

exploradores. As medidas disciplinárias, draconianas e coativas foram adotadas em vários segmentos da vida social russa: no campo, no exército, na indústria, na moral, na política, etc. A guerra civil contribuiu enormemente para demolir as bases da democracia soviética – mas também da aliança operário-camponesa – tanto na esfera política como na esfera da produção. Se o processo de revolução social que se desdobrou durante o ano de 1917 iniciou as tarefas destrutivas do regime provisório e do aparelho estatal herdado do czarismo, as construtivas, de uma sociedade que buscasse a emancipação do trabalho através de uma efetiva coesão nacional das classes exploradas – operários e camponeses –, não chegaram nem perto de se consolidar e de ter um desenvolvimento positivo. A guerra civil fê-las regredir e adiou-as *sine die*.

Algumas das medidas que atestam essa evolução, que a guerra civil não fez senão aprofundar:

“(...) o comissário do povo para o Trabalho falou de “sabotagem” e de medidas de coação necessárias. Lenin tinha muito que dizer sobre o trabalho por tarefa e o “taylorismo” – um sistema norte-americano da moda para melhorar a eficiência do trabalho, que ele próprio havia denunciado no passado como “a escravização do homem à máquina”. Mais tarde, ele apoiou uma campanha para a adoção do que chamou de “administração de um homem” na indústria – a antítese direta do “controle dos trabalhadores”. O congresso do partido, de março de 1918, que aprovou a ratificação do Tratado de Brest-Litovski também exigia “medidas draconianas para melhorar a autodisciplina e disciplina dos trabalhadores e camponeses” (Carr, 1981, p.31-2).

Aliadas a elas, requisições forçadas de cereais aos camponeses; reconstrução da hierarquia e da disciplina militar tradicional, também com nomeações de antigos oficiais czaristas no exército; recrutamento de especialistas e gerentes nas fábricas expropriadas⁵⁸, com benefícios materiais acima dos trabalhadores médios; regime de trabalho forçado em “campos de concentração” para os contrarrevolucionários, etc. Mas, “Sem essa combinação de dura coação e entusiasmo espontâneo a guerra civil não poderia ter sido vencida” (Carr, 1981, p.33).

⁵⁸ Evidentemente, a eliminação imediata de especialistas é absolutamente impossível no período inicial da transição e só pode ser completada com a etapa superior de construção da sociedade socialista. Esse problema se liga à questão vital da divisão social do trabalho, que deve contemplar a distinção entre suas modalidades *sócio-hierárquica* e *funcional*. Martorano, que não parece trabalhar com a distinção anterior, coloca todavia importantes reflexões: “É difícil imaginar, e aqui generalizamos a análise, que a revolução socialista consiga afastar imediatamente todos os antigos funcionários do Estado burguês, substituindo-os por novos, oriundos dos trabalhadores ou comprometidos com eles. (...) o novo Estado não poderá dispensar a atividade de funcionários que, mesmo provisoriamente, lhe sejam indispensáveis, caso queira evitar a paralisia de parte de seu funcionamento. Por isso, o problema da relação com eles é tão importante. (...) impõe-se a aplicação incondicional da eleição e da revogabilidade para todos os antigos funcionários para mantê-los sob permanente controle” (Martorano, 2002, p.125).

3.2.2

Em inícios de 1921, Lenin após a devastadora guerra civil⁵⁹ fez a seguinte caracterização do Estado pós-revolucionário russo: “(...) O que eu deveria ter dito era: “Um Estado Operário é uma abstração. O que nós realmente temos é um Estado Operário com esta peculiaridade: primeiro, não é a classe operária mas a população camponesa que predomina no país e, segundo, é um Estado Operário com deformações burocráticas” (Lenin apud Rodrigues e De Fiori, 1978, p.37).

Ora, se as ações do governo revolucionário citadas no subtópico anterior originaram-se e buscaram se justificar pela desorganização e falta de unidade social e econômica nacional – algumas existentes mesmo antes da guerra civil e que foram aprofundadas e levadas a um patamar *qualitativamente* diferente com o “comunismo de guerra”⁶⁰ –, a partir do resultado dessa mesma guerra, a consolidação do cenário de destruição, declínio e mesmo regressão social e histórica da Rússia fez com que a eliminação progressiva das medidas disciplinares,

⁵⁹ Alguns elementos sobre a situação da Rússia pós-guerra civil: “No outono de 1920, quando a luta terminou, toda a economia estava quase paralisada. Nada, na teoria ou na prática do comunismo de guerra, oferecia qualquer chave para o reinício dos processos de produção e troca que se haviam imobilizado. O ponto nodal, como sempre na economia russa, era o cereal. A política de requisições, que funcionara de certo modo durante a guerra civil, estava falida. O camponês recuara para uma economia de subsistência e não tinha incentivos para produzir excedentes que seriam confiscados pelas autoridades. Desordens camponesas generalizadas ocorreram na Rússia central durante o inverno de 1920-21. Bandos de soldados desmobilizados percorriam o interior, em busca de alimentos, e viviam pelo banditismo” (Carr, 1981, p.37). Sobre a situação nos centros urbanos e a “desintegração” do proletariado: “O enfraquecimento numérico do proletariado, seguido de um declínio das forças produtivas e o colapso da indústria destruída pela guerra civil; o enfraquecimento qualitativo do proletariado pela perda de suas melhores forças para o Exército Vermelho e para o aparato do Estado soviético; a forte mudança na motivação dos trabalhadores, a concentração de seus interesses em necessidades imediatas do dia-a-dia, em continuar com a vida, achar comida, e assim por diante, tudo isto como consequência da pressão exercida pela fome e miséria; da desilusão crescente causada pela ausência de vitória revolucionária no exterior que trouxesse uma melhora rápida de suas próprias condições; e um nível cultural inadequado, o que limitava a possibilidade do exercício direto do poder pelos soviets. (...) A classe proletária havia encolhido a 35% de seu tamanho em 1917. Até mesmo o ex-líder da Oposição Operária, o operário bolchevique Alexander Shliapnikov, disse a Lenin, meio irônico, meio sério: “*Eu vos parablenizo, camarada Lenin, pelo exercício da ditadura do proletariado em nome de um proletariado inexistente*” (Mandel, 1995, p.117). Martorano exemplifica com alguns dados: “De fato, dos 3.024.000 operários industriais da Rússia de 1917, sobraram apenas 1.243.000 entre 1921 e 1922, para uma população de 136 milhões de habitantes. Em Petrogrado, a capital da Revolução, a redução foi ainda mais drástica: de 400.000 operários em outubro de 1917 para 71.575 operários empregados em abril de 1918” (Martorano, 2002, p.126).

⁶⁰ Segundo Carr, havia dois elementos principais no comunismo de guerra, “(...) de um lado, a concentração da autoridade econômica e do poder, inclusive o controle e administração centralizados, a substituição das pequenas unidades de produção pelas grandes e uma certa planificação unificada. Do outro, um distanciamento das formas comercial e monetária de distribuição e a introdução da oferta de bens e serviços básicos a preços fixos, racionamento, pagamento em mercadorias e a produção para uso direto, e não para um mercado hipotético. (...) Os processos de concentração e centralização, embora florescessem muito bem na estufa do comunismo de guerra, eram uma continuação de processos já postos em movimento no primeiro período da revolução, e na verdade, durante a guerra europeia” (Carr, 1981, p.36).

autoritárias e heterônomas na administração política e econômica não se efetivasse. Os *soviets* já não eram o que tinham sido⁶¹.

Os burgueses ou proprietários privados continuavam expropriados, mas os trabalhadores ainda não controlavam nem administravam eles mesmos os destinos do país. As “deformações burocráticas” ganharam força e começaram a agir mais ou menos “espontaneamente” a partir da guerra civil. Mas continuaram com a adoção da NEP – Nova Política Econômica (março/1921), efetivada pelas insatisfações, os esforços e o cansaço do povo a partir do inverno de 1920/1921, que geraram uma série de revoltas camponesas e greves operárias como reflexo da necessidade imperiosa de alimentar a população, (re)construir os laços entre o campo e a cidade e proceder com a (re)edificação socioeconômica da nação. É quando Lenin reatualiza a teoria do capitalismo de Estado como meio para a criação de condições para a transição ao socialismo. O capitalismo de Estado na Rússia seria distinto e inédito diante dos clássicos capitalisms de Estado dos manuais de economia. Se nestes últimos o “poder estatal subordina diretamente as empresas capitalistas”, no antigo território dos czares “ninguém poderia prever que o proletariado pudesse conquistar

⁶¹ Até que ponto os bolcheviques colaboraram para a desestruturação dos *soviets*? Esse é um ponto fundamental para o problema estatal e da transição. As posições são muito variadas. Segundo Coggiola, “(...) o funcionamento dos *soviets* se esvaziara durante a guerra civil (...)” (Coggiola, 2012, p.13). Um crítico anarquista diz que “Os *soviets* teriam podido desempenhar na Rússia o mesmo papel das seções durante a Revolução Francesa; mas, uma vez que foram despojados de sua autonomia pelo poder central, que só deixou subsistir deles o nome, eles perderam infalivelmente toda influência fecunda no curso da Revolução. Só lhes restou arrastar a existência inútil e vegetativa dos órgãos subordinados ao Estado” (Rocker, 2007, p.44). Um célebre trotskista: “Contrariamente às lendas espalhadas pela União Soviética, os anos de 1918 e 1919 foram pontos altos da atividade independente da classe trabalhadora soviética, mais até do que o ano de 1917” (Mandel, 1995, p.115). O mais importante biógrafo de Trotski: “Somente em 1921 o governo de Lenin tomou medidas para proibir toda oposição organizada dentro dos *Soviets*. Durante toda a guerra civil, os bolcheviques já haviam criado dificuldades aos mencheviques e aos socialistas revolucionários, ora colocando-os fora da lei, ora permitindo-lhes agir livremente, para voltar novamente a proibir essa atividade. As atitudes de tolerância e intransigência eram ditadas pelas circunstâncias e pelas vacilações dos partidos nos quais certos grupos se inclinavam para os bolcheviques e outros para os guardas brancos. A ideia, porém, de que esses partidos deveriam ser eliminados em princípio não deitara raízes antes do fim da guerra civil. Mesmo durante as fases de repressão, os grupos de oposição que não concitavam abertamente à resistência armada contra os bolcheviques, ainda continuavam realizando todas as suas atividades, às claras ou clandestinamente. (...) Foi através do mecanismo dos *Soviets* que o governo de Lenin organizou a guerra civil; e com esse mecanismo não estava preparado para tolerar elementos hostis ou neutros. Mas o governo ainda esperava o fim das hostilidades, quando poderia respeitar as regras do constitucionalismo soviético e readmitir a oposição regular. Os bolcheviques julgavam impossível fazer isso, agora. Todos os partidos da oposição saudaram o levante de Kronstadt e os bolcheviques sabiam o que esperar deles” (Deutscher, 1968, p.551). E ainda: “As pessoas ouviam com uma simpatia cada vez maior os agitadores anarquistas que denunciavam o regime bolchevique. Se este permitisse, naquele momento, eleições livres para os *soviets*, seria quase certamente afastado do poder. (...) Mas se existisse outro partido igualmente dedicado e igualmente vigoroso em sua ação, esse partido poderia, em consequência de uma eleição, ter afastado o governo de Lenin sem convulsionar o jovem Estado. Mas não existia. A volta dos mencheviques e social-revolucionários teria representado a anulação da Revolução de Outubro. Teria, no mínimo, estimulado os Guardas Brancos a tentar novamente a sorte e levantar-se em armas. (...) Os anarquistas e anarco-sindicalistas (...) não pretendiam, de forma alguma, o poder. Fortes na crítica, não tinham um programa político positivo, uma organização séria, nacional ou mesmo local, nem desejavam realmente governar um país enorme. (...) O partido de Lenin recusou-se a permitir que o país faminto e emocionalmente transtornado o afastasse do poder, através de eleições, mergulhando assim num caos sangrento” (Deutscher, 1968, p.537-9).

o Poder num dos países menos desenvolvidos do mundo e devesse primeiramente procurar organizar a produção e a distribuição em larga escala para o campesinato, e então, descobrindo que não poderia fazer isso em razão do baixo padrão cultural, devesse buscar os serviços do capitalismo. (...) Nosso capitalismo de Estado difere de outros (...) no sentido literal do termo pelo fato de que o nosso Estado proletário possui não só a terra como também os ramos vitais da indústria” (Lenin apud Rodrigues e De Fiori, 1978, p.29-31).

E quando levamos em conta a relação do capitalismo de Estado específico da Rússia com o problema da transição socialista, questão nunca abandonada por Lenin, aquele é considerado uma “estação intermediária” entre o capitalismo – ou o “pré-capitalismo” surgido após a guerra civil – e o socialismo. Segundo ele, “o capitalismo pequeno-burguês prevalece na Rússia e uma *única e mesma via* o conduz tanto para o grande capitalismo de Estado como para o socialismo através de uma *única e mesma* estação intermediária chamada contabilidade nacional e controle da produção e distribuição” (Lenin apud Rodrigues e De Fiori, 1978, p.29). A coerência e *continuidade* de pensamento com o Lenin de *O Estado e a revolução* parece evidente⁶².

O capitalismo de Estado russo se materializaria através de quatro modalidades principais: (a) concessão; (b) arrendamento; (c) cooperativa, e; (d) comissão. Na primeira, o Estado proletário concederia o direito de exploração de alguns empreendimentos no interior da grande indústria mecanizada a alguns empresários, que teriam liberdade para obter lucros em troca da transferência ao Estado de um valor (ou taxa) estabelecido por contrato. Era destinado principalmente a capitalistas estrangeiros. Modalidade parecida com a do arrendamento, na qual o capitalista pagaria uma renda ao Estado pelo direito de explorar uma dada área – principalmente rural – do território russo. As cooperativas, destinadas especialmente aos pequenos produtores camponeses, são vistas por ele como uma espécie de “capitalismo cooperativo” sob o poder soviético, “útil e vantajosa no presente momento e em certa medida”. Por fim, o regime de comissão regulava a relação entre o Estado e os comerciantes, que ficariam com a incumbência de vender a produção estatal e recolher os produtos do pequeno produtor em troca de uma determinada porcentagem como comissão pelas vendas efetuadas (Lenin apud Rodrigues e De Fiori, 1978, p.22-25).

⁶² É por isso também que Del Roio em comentário ao livro de Antonio Roberto Bertelli – *Capitalismo de Estado e Socialismo: o tempo de Lenin (1917-1927)*, São Paulo, IPSO/IAP, 1999 –, afirma que “(..) esses escritos de Lenin, *O Estado e a revolução* em particular, não são produtos de um deslize como quer Bertelli, mas de uma preocupação da maior importância para a refundação comunista no momento que a revolução socialista internacional germinava em meio às ruínas geradas pela guerra imperialista” (Del Roio, 2000, p.24).

Em resumo, a fórmula de Lenin pode ser assim apresentada: sem um desenvolvimento elevado das forças produtivas nenhuma transição para o socialismo é possível. Na Rússia, especialmente pós-guerra civil, trata-se de criar as condições para essa transição através de incentivos ao desenvolvimento do capital *sob controle* do Estado proletário, e é aqui que reside sua distinção em relação ao capitalismo de Estado burguês tradicional. Se, em geral, nas sociedades “avançadas” do ocidente a relação entre política e economia passava por modificações com o advento de uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, com o predomínio dos trustes e monopólios, e mostrava cada vez mais a importância da primeira (política) para o desenvolvimento da segunda (economia), a distinção russa estaria no caráter de classe proletário do Estado, que se viu obrigado a promover o desenvolvimento das forças produtivas através de métodos capitalistas, ainda que sem abrir mão do controle político do processo.

Todavia, com o atraso técnico e “civilizatório” do povo russo em relação às grandes nações do ocidente, tratava-se simultaneamente de desencadear uma “revolução cultural”⁶³ que produzisse condições do próprio povo desenvolver e combater as tendências capitalistas⁶⁴. Ao mesmo tempo, tudo isso, não se pode esquecer, estava ligado à necessidade

⁶³ Neste contexto, “revolução cultural” para Lenin não pode ser confundida nem com o que seria feito na China de Mao Zedong da década de 1960 nem com a produção de uma “cultura proletária” – mais um elemento de sua incompatibilidade com o stalinismo –, mas com “um amplo esforço educacional, técnico e científico, a fim de difundir, entre a massa da população, o que existia de mais avançado na cultura burguesa” (Rodrigues e De Fiori, 1978, p.54). É interessante notar paralelos entre as preocupações de Lenin com uma “revolução cultural” e as de Trotski em período semelhante com as “questões do modo de vida” do povo: “Após a tomada do poder e a sua consolidação passada a guerra civil, as nossas tarefas fundamentais deslocaram-se para o domínio da construção econômica e cultural. Tornaram-se mais complexas, parcelaram-se, adquiriram um caráter mais detalhado e, ao que parece, mais “prosaico”. Mas, ao mesmo tempo, as nossas lutas anteriores, com o seu cortejo de esforços e de sacrifícios, não se verão justificadas senão à medida que consigamos enunciar corretamente e resolver as tarefas particulares do dia a dia, aquelas que dependem do “militantismo cultural” (Trotsky, 2009, p.7). Mesmo neste texto, *Questões do modo de vida*, já é possível perceber as preocupações de Trotski com uma “planificação social mais ampla”, tanto nas pequenas como nas grandes coisas.

⁶⁴ Lenin evidentemente era bastante consciente das contradições da NEP: “Todo mundo vê a grande virada operada pelo governo soviético e pelo Partido Comunista com a passagem à Nova Política Econômica, que contém essencialmente mais elementos antigos do que nossa economia política precedente. É o imposto *in natura* que doravante substitui a requisição. A distribuição de concessões aos capitalistas estrangeiros e aos fazendeiros capitalistas é, em certa medida, uma restauração do capitalismo. Trata-se apenas de saber quem o campesinato seguirá: o proletariado, que se esforça para construir a sociedade socialista, ou o capitalismo (a vida capitalista), que é em si mais fácil. Nesse combate, o governo proletário deve buscar uma melhora econômica do nível de vida da população e apoiar-se sobre o proletariado, que crê, paralelamente, na restauração da indústria. Assim se coloca a questão: conseguirão os capitalistas se organizar mais cedo e renunciarão os comunistas, ou o governo proletário, apoiado sobre o campesinato, mostrar-se-á capaz de manter os capitalistas à distância conveniente, criando, assim, um capitalismo submetido ao Estado e a seu serviço? Esse combate será mais duro, mais impiedoso do que aquele contra Koltchak e Denikin, pois agora o inimigo não se mostra com o rosto descoberto, mas se mantém invisível em nossas próprias fileiras. Para vencer, devemos organizar os pequenos camponeses, desenvolver suas forças produtivas e protegê-los com todo o nosso poder; caso contrário, os capitalistas os colocarão sob sua dependência. É disso que depende o resultado desse combate. Num país empobrecido como o nosso, o combate entre o socialismo nascente e o desenvolvimento capitalista é uma questão de vida ou de morte, na qual todo sentimentalismo é proibido. Os capitalistas russos, os concessionários

de “esperar e manobrar” até o desencadeamento da revolução socialista nos demais países, que diminuiria as dificuldades e alteraria o ritmo e o grau da tarefa nacional russa em relação à transição socialista. Assim,

“Apenas a firme ditadura democrática do poder soviético poderia dirigir a transição e, por isso, Lenin se preocupou tanto com a reorganização da estrutura estatal, pois aquela que se tinha em mãos era, em medida exagerada, herdada do velho poder czarista. Era preciso construir não só as bases materiais do socialismo, por meio do capitalismo monopolista de Estado, como também construir um novo Estado que fosse a condensação do poder operário e camponês” (Del Roio, 2000, p.27).

Trotsky permaneceu no interior desse horizonte e por isso podemos chegar à conclusão que neste momento (1921/1922) ele não possuía concepções e tarefas exatamente divergentes das que estavam se efetivando na Rússia de Lenin⁶⁵. Percebeu mesmo a NEP como uma inevitabilidade – na verdade já tinha proposto política econômica semelhante um ano antes de sua efetivação, durante o “comunismo de guerra”⁶⁶ –, mas estava de olho nas condições que possibilitassem um controle maior das tendências mercadológicas em ascensão, um fortalecimento do “setor estatal”, de um planejamento abrangente e a necessidade de uma industrialização que criasse condições para a “reconstrução” do proletariado. Em suma, é possível que entendesse já ali que as contradições econômicas da NEP deveriam ser acompanhadas de perto e que as tendências proletárias deveriam se desenvolver, tanto para a defesa da revolução em futuros confrontos com os imperialismos, como para a minimização e o combate mais efetivo das dificuldades que o desenvolvimento do capital incentivado pela Nova Política Econômica acarretaria tanto para seus novos representantes que estavam sendo criados – “homens-nep” e *kulaks* (camponeses abastados) – como para evitar uma restauração

estrangeiros e seus fazendeiros vão agora embolsar ganhos de 100%. Deixai-os enriquecer, mas aprendei com eles a economia, pois não construireis de outra forma uma república comunista viável. O tempo de aprendizagem é duro e difícil; contudo, não há outra saída, pois a técnica dos grandes industriais é superiormente poderosa. O tempo dos decretos e dos manifestos passou. Agora devemos adquirir experiência política e trabalhar na prática. Ou as conquistas políticas do poder soviético estão condenadas a desaparecer, ou então devemos assegurar-lhes uma base econômica segura. Devemos igualmente alcançar um certo nível de formação para poder lutar com sucesso contra esses dois males tradicionais na Rússia: a burocracia e a corrupção. Temos três inimigos principais a combater: a suficiência comunista, aquela crença na possibilidade de tudo poder regular pela simples publicação de decretos, sem que nunca seu conteúdo seja realizado na vida prática; a ignorância; e a corrupção” (Lenin apud Rocker, 2007, p.102-3).

⁶⁵ “Sabe-se que depois do X Congresso do partido a NEP foi instituída. Em novembro de 1922, Lenin escreveu: “Eu remeto aqueles que não compreenderam suficientemente nossa NEP ao discurso do camarada Trotsky e ao meu sobre essa questão no IV Congresso da Internacional Comunista”. Dez dias mais tarde, Vladimir Ilitch se dirigia a Trotsky: “Eu li suas teses sobre a NEP e as considero de modo geral muito boas; algumas formulações são muito bem elaboradas, alguns poucos pontos me parecem discutíveis. Minha vontade, agora, seria publicá-las nos jornais e depois rapidamente reimprimi-las em brochura”. Parece-me que essa brochura nunca foi realizada” (Billik, 1994, p.57).

⁶⁶ “O senhor sabe que já um ano antes da revolta de Kronstadt, que foi de fato o movimento final em direção à NEP, Trotsky – só, no *bureau* político – havia proposto renunciar à política do comunismo de guerra a favor da questão do abastecimento? Mas ele não encontrou, na época, o apoio necessário. Trotsky pensava que era preciso substituir o sistema de apropriação do excedente por uma taxa progressiva *in natura* (...)” (Billik, 1994, p.57).

completa do capitalismo. Esse será o grande debate econômico que se desenrolará durante todo o restante da década de 1920⁶⁷. Será apenas mais tarde que ele, a partir das análises iniciais sobre as “deformações burocráticas”, produzirá uma caracterização social da natureza da URSS que, ademais, naquele momento ainda não estava consolidada.

Este é aproximadamente o pano de fundo dos dilemas da construção socialista na Rússia da guerra civil à NEP. Da tomada do poder até sua manifestação pública mais concreta contra o processo de burocratização do partido e do Estado pós-revolucionário, com o seu *O novo curso* (dezembro/1923), Trotski havia estado no epicentro de praticamente todos os principais acontecimentos do período: (a) as negociações de paz de Brest-Litovski⁶⁸; (b) a organização do Exército Vermelho para defesa da revolução⁶⁹; (c) a invasão da Polônia e a expansão da revolução pela conquista⁷⁰; (d) os debates econômicos sobre o “comunismo de guerra” e a NEP⁷¹; (e) a questão da “militarização do trabalho” e da relação entre os

⁶⁷ Para uma apreciação das posições econômicas de Trotski em relação à NEP, ver Deutscher (1968b, p.50-8 e p.111-4) e Mandel (1995, p.89-105).

⁶⁸ “Em fevereiro de 1918 foram iniciadas negociações nesse sentido em Brest-Litovski. Trotski, que chefiava a delegação soviética, abandonou experimentalmente as práticas tradicionais da diplomacia, fazendo apelos aos povos beligerantes por sobre os seus governos, realizando uma propaganda antimilitar aberta entre os soldados alemães e confundindo a delegação alemã ao insistir na “paz sem anexações ou indenizações”, que a Alemanha, em suas negociações com os Aliados ocidentais, parecera aceitar. Mas a intransigência e a superioridade das armas alemãs criavam um dilema inevitável. Trotski não podia conciliar com seus princípios revolucionários a assinatura de um tratado humilhante com uma potência imperialista – decisão que Lenin chegara a considerar inevitável. Por outro lado, seu senso de realidade não lhe permitia apoiar as exigências de Bukharin, e outros “comunistas de esquerda”, de uma renovação da “guerra revolucionária”. Ele imaginou a fórmula do “Nem paz, nem guerra”. Quando, porém, os alemães, sem se impressionarem com essa excentricidade pouco diplomática, reiniciaram seu avanço, o mesmo dilema voltou a ocorrer, agora de forma ainda mais premente. Trotski deu seu voto, com relutância, junto com Lenin, àquilo que este último chamava de paz “vergonhosa”, compreendendo o abandono da Ucrânia, e de outras grandes áreas do antigo território russo, e renunciou ao seu cargo de comissário do povo para Negócios Estrangeiros. O tratado foi firmado em 3 de março de 1918 (...)” (Carr, 1981, p.19).

⁶⁹ “Mas no esquema de Trotski, os aspectos políticos determinavam o curso da ação militar” (Deutscher, 1968, p.435); “Apesar de toda a sua insistência sobre a necessidade de empregar os velhos oficiais, mostrou grande vigor e iniciativa na educação dos oficiais não-comissionados e dos trabalhadores comuns, para constituírem um novo corpo de oficiais. (...) Em fins da guerra civil, os oficiais “tzaristas” constituíam apenas um terço dos corpos de comando – dois terços foram promovidos das fileiras e entre estes estavam muitos dos futuros marechais da Segunda Guerra Mundial” (Deutscher, 1968, p.440-1). “Em dezembro de 1919, no VII Congresso dos Sovietes, (...) Traçou, em seguida, as perspectivas da abolição do Exército permanente e de sua transformação numa milícia democrática, inspirada pelo ideal socialista, sonhado outrora por Jaurès” (Deutscher, 1968, p.474); “Após 1922-1923, Trotsky propôs uma reorganização do Exército Vermelho com base num sistema territorial de milícia. (...) Durante a guerra civil, Trotsky tinha defendido um exército centralizado e liderado por ex-oficiais czaristas. Agora, ele era o principal defensor de uma milícia proletária. (...) No Exército Vermelho, os quadros de comando eram nomeados, não eleitos; agora Trotsky defendia uma volta aos princípios eletivos para a milícia” (Mandel, 1995, p.181-2).

⁷⁰ Trotski fica isolado contra a “exportação” militar da revolução: “Lenin parece ter-se impressionado mais com um relatório de Lapinski, ligado a uma ala mais patriótica do socialismo polonês, e que exagerava muito a força do comunismo em seu país. Tomado de otimismo, acreditando que o avanço do Exército Vermelho seria um sinal para a revolução na Polônia, Lenin convenceu o *Politbureau*. Até mesmo Stalin, que sobriamente fora contra a ideia de uma marcha sobre Varsóvia, mudou de pensar. Trotski ficou sozinho na oposição” (Deutscher, 1968, p.494-5).

⁷¹ “O historiador de Leningrado, Vladimir Billik, por exemplo, ressalta que foi Trotsky quem primeiro defendeu a introdução da NEP e rejeitou qualquer extensão do comunismo de guerra. Leonid Radzikhovsky admitiu que

sindicatos e o Estado⁷²; (e) o esmagamento da revolta de Kronstadt⁷³; (f) a supressão das facções internas do partido no seu 10º Congresso de março/1921⁷⁴. Nelas, podemos percebê-lo envolvido na tentativa difícil de conjugar as dimensões disciplinária e libertária. Todavia, mesmo quando suas atitudes se inclinavam para a primeira delas, em decorrência das circunstâncias, a segunda não era jamais completamente apagada.

“Somos surpreendidos pela modificação que ocorreu no próprio Trotski, em cerca de um ano. Na primeira metade de 1922 ele falava principalmente como disciplinário bolchevique; na segunda, já estava em conflito com os disciplinários. (...) Na verdade, estava às voltas, durante todo esse tempo, com um dilema que ocupava o partido como um todo – apenas ele o percebia com mais intensidade do que os

Trotsky, em sua luta contra o grupo da NEP e os *kulaks* por um lado, e a burocracia por outro, desenvolveu um programa para a reorganização da União Soviética baseado nos pilares gêmeos da autogestão democrática (administração) e mercado” (Mandel, 1995, p.90).

⁷² Deutscher afirma que na polêmica sindical de março/1921, “O Estado de Trotski era implicitamente monolítico” (Deutscher, 1968, p.544). Mandel, por sua vez, diz que “Para prevenir o desemprego em massa [com a desmobilização do Exército Vermelho após a guerra civil], que enfraqueceria a classe trabalhadora na sociedade soviética, Trotski propôs que uma porção significativa das tropas fosse transformada em um “exército de trabalho”. Este seria usado principalmente para restaurar as estradas de ferro completamente destruídas e o sistema viário de transportes. A proposta, descrita na polêmica que dela deriva como a “militarização do trabalho”, foi unanimemente aceita pelo 9º Congresso do partido, e apoiada pelos futuros membros da Oposição Operária, reunida ao redor de Kollontai e Shliapnikov, e também por Lenin. (...) Não apenas os novos mitificadores, mas também críticos amigáveis como Isaac Deutscher e Tony Cliff desconsideram o fato de que um dos motivos que explicam a atitude de Trotski no debate sindical era a sua preocupação com o abismo crescente entre os trabalhadores comuns e o aparato administrativo, além de seu desejo de preparar os trabalhadores para assumirem a posição chave na administração das fábricas” (Mandel, 1995, p.179-80). Mendonça complementa: “A proposta resumia-se no seguinte: manter os corpos de tropa excedentes *mobilizados*, mas em vez de conservá-los em regime de “ordem unida”, em atividades especificamente militares, dever-se-ia desviá-los para atividades propriamente *civis*, como cavar canais, colher trigo, derrubar árvores, etc. Os soldados continuariam com as armas, mas seu manejo seria apenas uma parte do serviço cotidiano: tratava-se de um serviço militar “misto”, tanto armado quanto desarmado, e que só seria “militar” quando obrigatório. (...) Trotski, aproveitando-se de um período de paz mais ou menos prolongado que se anunciava na época em que escreveu suas teses, queria tentar uma reforma militar que rompesse com as exigências weberianas de uma dominação meramente burocrático-legal – a da exclusividade do porte de armas restrito aos militares e policiais profissionais – para experimentar uma reforma de cunho-democrático radical: armar cidadãos *enquanto tais*. (...) Ele queria borrar os limites entre as Forças Armadas e a sociedade civil organizada” (Mendonça, 2010, p.66-7).

⁷³ João Bernardo diz que “Já depois de ter sido extraditado da União Soviética, a propósito da polêmica sobre a repressão a Kronstadt, Serge escreveu que os marinheiros e operários daquela base naval em revolta contra o poder bolchevista tinham sem dúvida razão no que reivindicavam e propunham – inteira razão. Mas se conseguissem derrotar o Estado soviético não seriam capazes de resistir ao assalto das tropas brancas – será que os politicamente correctos irão protestar aqui também, ou já não importa que brancas seja sinônimo de czaristas? – e por isso seria preferível ajudar os bolchevistas a esmagar a revolta de Kronstadt do que abrir o caminho para que os czaristas esmagassem os bolchevistas. Este, explicou Serge, fora o raciocínio não só dele mas de todos os demais anarquistas que haviam somado as suas forças às do Partido Comunista (...)” (Bernardo, 2013, s/p).

⁷⁴ Carr informa que “O congresso aprovou (...) uma resolução geral “Sobre a unidade do partido”. Esta última exigia “a completa abolição de todo fracionalismo” – as questões controversas podiam ser discutidas por todos os membros do partido, mas a formação de grupos com “plataformas” própria era proibida. Uma vez tomada uma decisão, a obediência incondicional a ela era de rigor. A infração dessa regra poderia levar à expulsão do partido. (...) Essas determinações, destinadas a assegurar a fidelidade e uniformidade de opinião no partido, pareciam necessárias e razoáveis, na época. Como disse Lenin, “durante uma retirada, a disciplina é cem vezes mais necessária”. Mas a atribuição do que era praticamente um monopólio do poder à organização central do partido teria consequências de longo alcance” (Carr, 1981, p.39). E Mendonça completa: “O propósito de Lenin, quando instituiu a proibição de facções, não era suprimir o debate no interior do partido ou realizar expurgos, mas disciplinar o debate de maneira a assegurar o trabalho frutífero entre os camaradas. Mas os motivos de desacordo ideológico real eram tão grandes que qualquer espécie de cooperação concreta tinha de ser assegurada, em última análise, mecanicamente, pela coerção pura e simples (...)” (Mendonça, 2010, p.102).

outros – o dilema entre a autoridade e a liberdade. Trotski era quase que igualmente sensível às reivindicações de ambas. Enquanto a revolução lutava pela sua simples sobrevivência, ele colocava a autoridade em primeiro lugar. Centralizou o Exército Vermelho, militarizou o trabalho, lutou para absorver os sindicatos no Estado, pregou a necessidade de uma burocracia forte, mas civilizada, ignorou a democracia proletária e ajudou a dominar a oposição no Partido. Mesmo nessa fase, porém, o “libertário” socialista estava vivo e acordado nele e em meios às suas rígidas exigências de disciplina ecoava, como um contraponto, uma poderosa nota de liberdade socialista. Em seus atos mais impiedosos e em suas palavras mais severas, ainda brilhava uma cálida humanidade que o distinguia da maioria dos outros disciplinários. Na primeira fase da Revolução já apontava um dedo acusador contra o “novo burocrata”, sem instrução, desconfiado e arrogante que era um peso inútil e uma verdadeira ameaça à causa da Revolução comunista”, causa que só se justificaria plenamente quando todo trabalhador sentir que sua vida se tornou mais fácil, mais livre, mais limpa e mais digna” (Deustcher, 1968b, p.61-2).

Mas nem ele nem Lenin na ocasião parecem ter percebido os problemas mais “telúricos” advindos do solo mesmo da nova formação social russa que surgiam com a fusão do aparelho de Estado com as esferas partidárias e com a inexistente e a insuficiente transformação desse mesmo aparelho em um “semi-Estado”, como o próprio Lenin teorizara, a partir de uma verdadeira modificação nas condições materiais de administração da vida social por parte das massas proletárias. Aqui são necessários esclarecimentos para não se cair em impropriedades e descontextualizações, como aquelas que buscam e exigem de uma sociedade destruída e devastada, e que tinha a tarefa urgente e inadiável de reconstrução – isolada e em um ambiente internacional hostil – o fenecimento milagroso e efetivamente impossível do Estado.

Quando Lenin iniciou sua “última luta” contra as “deformações burocráticas” de um Estado que não se diferenciava fundamentalmente do antigo aparelho estatal czarista⁷⁵ e que já estava ele mesmo separado e acima das massas trabalhadoras, alienadas da possibilidade de um efetivo controle social, Estado esse que ele mesmo tinha sido obrigado a fomentar, Trotski foi aquele que continuou sua (de Lenin) “última luta”, ainda que com um atraso de quase um ano.

Todavia, em Lenin – mas também em Trotski –, não encontramos uma percepção mais apurada da categoria “forças produtivas”⁷⁶, por exemplo. Elas eram apreendidas muito mais no seu aspecto técnico, sendo fortemente negligenciadas suas dimensões sociais e

⁷⁵ Segundo Lenin, em fins de 1922, “(...) agora temos que ter a consciência de admitir (...) que aquilo que chamamos de nosso aparelho nos é inteiramente estranho; trata-se de uma salada burguesa e czarista, da qual não conseguimos nos livrar nos últimos cinco anos sem a ajuda de outros países porque estivemos “ocupados” com a guerra civil e a luta contra a fome” (Lenin apud Rodrigues e De Fiori, 1978, p. 48).

⁷⁶ Apesar de não parecer, este é um problema crucial, pois a categoria de *forças produtivas* (com suas inseparáveis relações de produção) se liga à *divisão social do trabalho*, fundamental para a luta pela igualdade substantiva e para a transição. E sem um entendimento dialético da primeira torna-se impossível a abordagem adequada da segunda.

históricas. Em suma, eram tidas basicamente como neutras, subestimando aquelas dimensões, que são as decisivas. Mészáros afirma que

“(…) Marx sabia muito bem que “na utilização capitalista, não apenas as máquinas, mas também os ‘métodos’, as técnicas organizacionais, etc. são incorporadas ao capital e confrontam o trabalhador *como capital*: como uma ‘racionalidade’ *externa*”. Como resultado, todo o sistema é “abstrato e parcial, passível de ser utilizado apenas em um tipo *hierárquico* de organização”. Marx jamais poderia considerar neutras as *forças* produtivas, em virtude de seus elos orgânicos com as *relações* de produção; por isso, uma mudança radical nestas últimas, nas sociedades que querem extirpar o capital de sua posição dominante, exige uma reconstrução fundamental e um caminho qualitativamente novo de incorporação das forças produtivas nas relações socialistas de produção” (Mészáros, 2007, p.519).

Lenin então acreditava que com a abertura econômica proporcionada pela NEP, o Estado pós-revolucionário apenas poderia se manter com uma dominação política inquestionável e inquebrantável do proletariado. Mas o proletariado havia “desaparecido”. Seus órgãos de controle social, político e econômico – *soviets* urbanos e rurais, conselhos de fábricas, sindicatos, etc. –, estavam mais ou menos destroçados. Restava o partido. O partido – que havia dirigido a revolução de outubro de 1917; que tinha organizado o Exército Vermelho necessário para a vitória na guerra civil a despeito de todos os demais; que representava os interesses gerais do proletariado – tinha o “direito histórico” de levar o povo a “acreditar pela força”⁷⁷. Contudo, Lenin não questionou (nem Trotski) a “preeminência histórica do partido” – mesmo que fosse praticamente inexistente uma interação recíproca com o proletariado –, na impossibilidade de agir de forma distinta naquelas circunstâncias. Tal preeminência chegou efetivamente a ser politicamente justificada.

⁷⁷ Coggiola mostra como Karl Radek resumiu o paradoxo histórico em que viu enredado o bolchevismo em 1921: “O partido é a vanguarda consciente da classe operária. Chegou o momento em que o grosso das massas operárias está cansado, receoso de seguir uma vanguarda que continua arrastando-as pelo caminho das lutas e dos sacrifícios. Devemos ceder a trabalhadores no limite de suas forças físicas e da sua paciência, menos esclarecidos do que nós sobre seus próprios interesses gerais? Seu estado de espírito se torna por momentos claramente reacionário. O partido estima que não pode ceder, que deve impor sua vontade de vencer aos trabalhadores cansados, dispostos a ceder” (Radek apud Coggiola, 2012, p.18-9). E Deutscher põe cores ainda mais dramáticas: “Os bolcheviques não estavam mentalmente preparados para essa estranha sequência de sua vitória. Já consideravam como certo que a maioria da classe operária, tendo apoiado o partido bolchevique na Revolução, continuaria a apoiá-lo sem oscilação, até que tivesse realizado todo o programa do socialismo. Por mais ingênua que fosse, tal suposição nascia da noção de que o socialismo era a ideia proletária por excelência e que o proletariado, tendo aderido a ela, não a abandonaria. (...) Na vasta literatura política produzida (...), a questão do que deveriam fazer os socialistas no poder, se perdessem a confiança dos trabalhadores, não chegou sequer a ser examinada. Jamais ocorreu aos marxistas pensar se seria possível, ou admissível, tentar estabelecer o socialismo a despeito da vontade da classe operária. Simplesmente julgavam que tal vontade existiria sempre. (...) A Revolução chegara agora a uma encruzilhada, bem conhecida de Maquiavel, em que via a impossibilidade de fixar no povo a convicção revolucionária e era levada “a tomar medidas que, quando o povo não acreditasse mais, permitisse levá-lo a acreditar pela força”. Para o partido bolchevique isso representava um choque de fidelidades, sob certos aspectos mais profundo do que tudo o que conhecera até então, um conflito que tinha em si as sementes de todas as agitadas controvérsias e expurgos sombrios das décadas seguintes” (Deutscher, 1968, p.539-540).

Ou seja, liberdade econômica para o desenvolvimento do capital como uma inevitabilidade histórica para a reconstrução econômica do país e como condição para a transição socialista – com suas relações de separação/alienação dos trabalhadores dos meios de produção e do controle sobre suas condições de existência (consolidação e não eliminação paulatina da *divisão social-hierárquica do trabalho*), e que não foram objeto de análise crítica por parte dele –, aliada às tendências anti-igualitárias com o recrutamento de especialistas, gerentes e burocratas do antigo regime, às consequências hierárquicas da organização do exército e da administração da indústria por um só homem, à ampliação do princípio disciplinário “para dentro” do já então único partido no governo, e que ele não evitou (nem problematizou, na impossibilidade de evitar) que fosse fundido⁷⁸ com um aparelho de Estado que se reproduzia independentemente de sua vontade e que não se diferenciava na sua essência do velho aparelho estatal. Um fechamento ainda maior na esfera política e uma liberação, com seu inevitável despotismo no local de trabalho a partir dos métodos produtivistas do capitalismo avançado, na esfera da economia. Debaixo daquelas condições históricas, era virtualmente impossível sair desse dilema.

Essa é a avaliação, por exemplo, de Moshe Lewin, historiador e especialista sobre o “sistema soviético”. É possível, dentre as inúmeras considerações de sua obra, recolher ao menos duas ideias importantes: (1) a conjuntura histórica desfavorável e limitada para soluções democráticas após a revolução de Outubro e a guerra civil.

“A guerra civil de 1918-1920 provocou uma dramática inflexão no desenvolvimento do país. No início da Nova Política Econômica, em 1921, não somente a economia soviética estava tomada pelo caos, mas as cidades se haviam despovoadas, a burguesia fora destruída, e, com ela, se perdera boa parte do talento profissional, administrativo, cultural e intelectual da nação. Ainda mais grave, do ponto de vista do regime, foi o intenso enfraquecimento da classe operária, se se considera o fato de que a morte, as mobilizações, as promoções e a marginalização haviam devorado quase metade da força de trabalho industrial especializada. Ainda hoje os estudiosos não captaram plenamente os resultados desses ruinosos abalos. Foi como se grande parte do desenvolvimento social e econômico experimentado pela Rússia depois de 1861 tivesse sido varrida, e a sua cultura – espiritual e política – houvesse regredido a uma fase anterior, primitiva, difícil de definir e datar” (Lewin, 1988, p.217).

⁷⁸ Lenin, Trotski e a fusão do partido com o Estado: (1) “No (...) X Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da Rússia, ele [Lenin] reconhece que “todos nós sabíamos que, como partido governante, não podíamos deixar de fundir as ‘altas esferas’ do partido com as dos Sovietes – elas estão fundidas e continuarão estando” (Lenin apud Martorano, 2002, p.131); (2) “Notável a leitura que faz Bertelli dos derradeiros escritos de Lenin, sugerindo que o grande revolucionário, apesar de bastante debilitado, conseguiu ainda influenciar as decisões do XII congresso do PCR(b) de 1923, no sentido de estimular a fusão entre partido, governo e Estado (...)” (Del Roio, 2000, p.27); (3) “(...) é fato que em suas afirmações durante o período de 1920-1921, e em seu livro *Terrorismo e Comunismo* (certamente seu pior livro), Trotsky justificou e defendeu a prática do substitucionismo sem considerar suas consequências sociais e políticas. Não havia mais qualquer referência ao papel independente dos soviets ou sobre a separação entre Estado e partido” (Mandel, 1995, p.118).

Com isso, “Não se vê, para aquela época, nenhuma possibilidade de uma solução democrática, ainda que Lenin se esforçasse por buscá-la. Aliás, não se percebem tampouco soluções de tipo socialista” (Lewin, 1988, p.237); (2) o resgate histórico de vários aspectos do velho regime imperial absolutista czarista (símbolos, ideologia, estrutura estatal, etc.) como funcionais e necessários para a consolidação do novo “absolutismo burocrático”⁷⁹.

O caráter e a grandeza notável da obra e da práxis de Lenin residem no fato dele ter buscado conciliar, sob as situações históricas dramáticas que o confrontavam, a defesa e a manutenção desesperada da revolução com a conservação de posições em favor da independência (política) dos trabalhadores⁸⁰, por menores que pudessem ser naquele momento, e que possibilitassem – com a alteração das condições especialmente internacionais – que a transição entrasse em outro patamar. Segundo Mendonça, Lenin e Trotski diante daquele período concreto – 1921-22 – buscaram resolver assim os paradoxos da situação, e que dizem respeito também à dialética entre autoritarismo e democracia⁸¹:

⁷⁹ “O termo “absolutismo burocrático”, que nos parece apto para caracterizar o sistema soviético, é emprestado de uma análise da monarquia burocrática prussiana do século XVIII, em que o monarca era de fato dependente da burocracia, embora fosse seu cérebro. No caso soviético, os chefes do partido, supostos mestres do Estado, na verdade perderam qualquer poder sobre “sua” burocracia” (Lewin, 2007, p.45).

⁸⁰ No debate sobre os sindicatos no 10º Congresso do partido (março/1921), a posição de Lenin é assim definida: “Embora o regime frequentemente tivesse recorrido à coação, alegava Lenin, esta deveria ser o seu último recurso e a persuasão, o primeiro. Os sindicatos não deviam, portanto, ser transformados em apêndices do Estado. Deviam conservar certa autonomia, deviam falar pelos trabalhadores, se necessário contra o governo, e deviam tornar-se as escolas, e não os campos de treinamento, do comunismo. (...) Era inútil dizer aos operários que eles não deviam opor-se ao Estado dos trabalhadores. Tal Estado era uma abstração. (...) O Estado, como Lenin o via, tinha de levar em conta uma variedade de interesses e de influências” (Deutscher, 1968, p.543-4). Sobre as cooperativas, Rodrigues e De Fiori afirmam que “Mais tarde Lenin iria considerar o sistema cooperativo como uma forma socialista, se os camponeses fossem mais cultos: “Dada a propriedade social dos meios de produção, dada a vitória de classe do proletariado sobre a burguesia, o sistema de cooperativistas é o sistema do socialismo” (Lenin apud Rodrigues e De Fiori, 1978, p.24). E o célebre problema das nacionalidades e sua autonomia: “Como se sabe, o desacordo final entre Lenin e Stalin consolidou-se em torno de uma questão aparentemente paroquial de política de nacionalidades (...). Stalin, como comissário de nacionalidades, apresentara uma proposta geral segundo a qual as repúblicas não russas seriam incorporadas à União Soviética como “repúblicas autônomas”, isto é, como entes subnacionais do Estado soviético russo, com autonomia limitada – proposta que Lenin acabou por rejeitar por ser para ele um produto do “chauvinismo da nação dominante”. Que tenha sido em torno dessa questão que Lenin se aproximou politicamente de Trotski e se opôs a Stalin, sobre o pano de fundo de uma série de lutas partidárias confusas (situação que acabaria por levá-lo à afasia e à incapacitação política), diz muito: Lenin parecia ter em mente preservar alguma espécie de centro de atividade política alternativa ao monopólio da corporação burocrática da cúpula do Partido” (Mendonça, 2010, p.48).

⁸¹ Trotski propôs a subordinação dos sindicatos ao Estado, que para ele respondia em última instância à necessidade de “(...) começar com o básico – pão e combustível. Precisamos abastecer as fábricas com madeira e carvão. Precisamos alimentar os trabalhadores” (Trotski apud Mendonça, 2010, p.73). Assim, “(...) os sindicatos passariam a ter funções basicamente de organizações sociais (educativas e mobilizadoras), e a defesa dos interesses específicos dos trabalhadores (salários e condições de trabalho) seria de competência do aparato nacional” (Mendonça, 2010, p.77). Ou seja, quando Deutscher em nota de rodapé acima afirma que “O Estado [dos trabalhadores] de Trotski era implicitamente monolítico”, isso quer dizer que para o líder do Exército Vermelho, era mais ou menos inconcebível que segmentos (ou *partes*) de trabalhadores se voltassem contra os interesses gerais de “seu” próprio Estado. E que na existência de tal fenômeno o Estado proletário tinha o direito e o dever de impor sua vontade de modo legítimo a qualquer uma de suas partes. Por isso, ele certa vez afirmou que “Nenhum socialista sério negará ao Estado operário o direito de agir sobre o trabalhador que se recusa a

“A saída proposta por Trotski era a de, num primeiro momento, empregar esse necessário impulso autoritário para a resolução de tarefas econômicas mais urgentes e, subsequentemente, num clima materialmente mais propício, retomar o debate político de forma mais livre. A solução temporária de Lenin ao debate impunha uma forma política autoritária antes que qualquer tarefa econômica relevante fosse resolvida – o que colocava todo o sistema político soviético sobre o fio da navalha da escassez econômica generalizada, forçando a perpetuação de um estado de exceção constante. A gestão econômica ineficiente e o autoritarismo político acabavam assim, por perpetuar-se mutuamente, num círculo vicioso: residia aí a raiz dos futuros morticínios stalinistas” (Mendonça, 2010, p.84-5).

A URSS provavelmente estava em trânsito não ao socialismo, mas a uma nova forma societária de exploração do trabalho. Ao mesmo tempo, não é possível dizer que o resultado já estivesse previamente definido durante sua vida (de Lenin), ainda que o seu andamento já estivesse bem acelerado⁸². A “contrarrevolução burocrática” – como materialização dos imperativos de expansão do capital em uma sociedade que está impossibilitada de avançar ao socialismo – apenas pôde vencer e se consolidar definitivamente entre o final da década de 1920 e meados da de 1930, e para isso teve que destruir o “partido de Lenin”, deturpar, descaracterizar e esmagar todas as mediações ligadas aos interesses autênticos dos trabalhadores por insuficientes que fossem e eliminar fisicamente todos aqueles que tinham vínculos históricos e políticos com o surgimento e defesa da revolução de Outubro.

O que Lenin não considerou é que o aumento das forças produtivas por meios e métodos capitalistas não levaria necessariamente a sociedade russa para mais perto da transição socialista. Coisa que ele supunha com sua concepção de capitalismo de Estado como estação intermediária entre o capitalismo e o socialismo. Que um Estado pós-revolucionário

cumprir o seu dever (...)” (Trotski apud Mendonça, 2010, p.76). A questão é que a frase de Trotski foi à época corretamente questionada por Lenin, quando este afirmou que o Estado operário de Trotski era uma abstração, pois o que havia na Rússia de 1921 era um Estado operário com deformações burocráticas e com uma população majoritariamente camponesa. Uma coisa é ser forçado a tomar determinados cursos de ação indesejados e, no limite, incompatíveis com o projeto de libertação do trabalho. Como agir para a emancipação dos trabalhadores atuando não apenas em seus nomes, mas no lugar e na “inexistência” deles? Outra, bem distinta, é entender que tais cursos de ação, mesmo que indesejados, estavam de acordo com o movimento pela efetiva construção socialista. Ou seja, que o Estado era a *via* para o avanço socialista, mesmo com a “desagregação” do proletariado, como vimos acima.

⁸² Alexander Podtchekoldin mostra que em 1922 deu-se o “nascimento da partidocracia”: “O processo de concentração de “poder ilimitado” nas mãos de Stalin, de seus aliados temporários e funcionários pessoalmente fiéis, manifestava-se em várias direções em 1922: (1) crescimento do aparato do partido e dos soviets, que passou a ser a mesma coisa; (2) criação de um mecanismo rígido de submissão ao centro, não ao comitê central nem ao bureau de organização, mas diretamente ao secretariado do comitê central; (3) aumento dos poderes e privilégios do aparato e, por conseguinte, a transformação burocrática de sua maioria” (Podtchekoldin, 1994, p.121-2). Ou ainda: “A luta interna do partido entre 1922 e 1924 é uma das páginas mais dramáticas da sua história e do Estado, sendo o fim de 1923 um dos “pontos críticos” mais graves do desenvolvimento histórico. Foi, na minha opinião, precisamente nesse momento que se revelaram as principais tendências das ulteriores deformações do socialismo que estava por nascer. É evidente que as raízes do sistema de comando administrativo do stalinismo penetram muito mais profundamente: no “comunismo de guerra”, nas tradições da Rússia pré-revolucionária (pode-se mesmo remontar a Pedro IV, Ivan, o terrível, ou até mesmo ao domínio tártaro). Mas eu acho que é entre 1922 e 1924 que foram lançadas as bases da evolução da sociedade e do partido rumo ao “modelo stalinista de socialismo”, que desempenhou um papel tão trágico na história, tanto nacional quanto internacional” (Podtchekoldin, 1994b, p.66-7).

que seguisse essa via, mesmo tendo expropriado os capitalistas privados – mas que ao mesmo tempo os chamava de volta⁸³ e mantinha a alienação dos trabalhadores tanto na esfera econômica quanto na política, e que se via impossibilitado de superar a divisão mesma entre elas –, colaborava para a criação de uma nova submissão, já que ele não podia controlar, mas tinha de ser controlado pela dinâmica incontrolável do capital (e de uma formação social que exigia que o Estado assumisse um papel diverso na extração do trabalho excedente, papel este que não podia ter nas formações sociais capitalistas tradicionais). Que o Estado pós-revolucionário tinha, ainda mais quando não conseguisse atuar como um Estado em desaparecimento ou definhamento, uma localização não apenas “superestrutural”, mas de integração na própria estrutura de reprodução das condições alienadas da vida social. E isso por uma necessidade “orgânica”. Ou seja, não se pode ter ao mesmo tempo uma estrutura material que mantém ou intensifica a perda dos trabalhadores do controle de suas condições de trabalho e existência, e um Estado que supostamente é “deles”, uma vez que o Estado não pode ser entendido como uma via para a emancipação.

Um Estado desse tipo é um Estado que não pode deixar de ter um caráter funcional à reprodução ampliada do capital. Ou seja, política e economia não estavam e nem podiam estar, como as propostas de Lenin pareciam indicar, em uma relação de subordinação ou de controle da segunda pela primeira, mas faziam parte de uma nova totalidade orgânica estrutural em gestação, que as colocava em uma integração/vinculação qualitativamente distinta.

Lenin acabava agindo involuntariamente contra os seus próprios objetivos socialistas. E isso não era um problema dele, mas de qualquer um que estivesse envolvido em tal contradição. A sua grandeza e o seu papel duradouro para a causa e a história de emancipação do proletariado está em ter lutado por todos os meios para sair de um dilema que a história tornou insolúvel naquelas circunstâncias adversas. Aqui, Engels nos apresenta uma reflexão que acaba por tragicamente servir para ele e os bolcheviques:

“A pior coisa que pode ocorrer a um líder de um partido radical é ser obrigado a tomar o governo numa época em que o movimento ainda não está maduro para o domínio da classe que representa e para a realização das medidas que esse domínio implica (...) Ele necessariamente se encontra em um dilema. O que ele pode fazer contrasta com todas as suas ações anteriores, com todos os seus princípios e com os

⁸³ “Herdamos o velho aparato de Estado e isso foi nossa infelicidade. Muito frequentemente, essa máquina estatal trabalha contra nós. Em 1917, depois de termos tomado o poder, os funcionários começaram a nos sabotar. Ficamos muito assustados e pedimos: “Por favor, voltem a seus postos”. Eles voltaram mas isso foi nossa desgraça. Temos agora um enorme exército de funcionários mas nos faltam pessoas instruídas para exercer um efetivo controle sobre eles. Na prática, acontece frequentemente que, na cúpula, onde temos o poder político, a máquina funciona de algum modo; porém, embaixo, os funcionários tem o completo controle e o exercem de tal maneira que anulam nossas decisões” (Lenin apud Rodrigues e De Fiori, 1978, p.42-3).

interesses presentes do seu partido; o que ele deve fazer não pode ser realizado (...) Quem se coloca nessa posição difícil está irrevogavelmente perdido” (Engels apud Deutscher, 1968, p.420).

Isso em nada diminui o seu papel na história⁸⁴. Ao contrário. Ainda que o empreendimento emancipatório bolchevique não tenha triunfado historicamente, a tentativa de transição socialista a partir da revolução russa permanecerá como um evento ímpar e universal na história humana. Rosa Luxemburgo – que não era bolchevique, mas ao mesmo tempo não deixou de se mostrar solidária com o destino da revolução e da luta do proletariado internacional – em seu ensaio *Sobre a Revolução Russa* (1918), e em palavras que ainda não pereceram, disse em uma passagem seminal:

“Uma revolução proletária exemplar e perfeita num país isolado, esgotado pela guerra mundial, estrangulado pelo imperialismo, traído pelo proletariado internacional, seria um milagre. O que importa é distinguir, na política dos bolcheviques, o essencial do acessório, a substância da contingência. Neste último período, em que lutas finais decisivas são iminentes no mundo inteiro, o problema mais importante do socialismo, a questão candente da atualidade, era, e é, não este ou aquele detalhe da tática, e sim a capacidade de ação do proletariado, a energia revolucionária das massas, a vontade do socialismo de chegar ao poder. Nesse sentido, Lenin, Trotski e seus amigos foram os *primeiros* a dar o exemplo ao proletariado mundial, e até agora continuam sendo os *únicos* que, como Hutten, podem exclamar: eu usei!” (Luxemburgo, 2010, p.130).

Pode ser que os bolcheviques tenham feito o que era possível naquelas circunstâncias difíceis. Ainda assim, a teorização de seus principais líderes, Trotski entre eles, não vislumbrava que suas atitudes se voltavam contra suas próprias intenções e se tornavam muitas vezes o oposto do que buscavam. O estranhamento na produção da vida social ganhava contornos até então desconhecidos historicamente. Uma nova criatura se efetivava contra as intenções de seus próprios criadores. A “alienação burocrática” não tinha base fundamental na “esfera estatal” – ainda que sem esta, aquela não teria sido possível –, mas nas relações socioeconômicas e materiais da Rússia pós-revolucionária, com sua inédita combinação entre política e economia. Parece que foi isso que permaneceu ausente do horizonte teórico e político dos bolcheviques.

Provavelmente foi Mészáros aquele que mostrou de modo mais fundo os elementos que compõem essa ausência – e que estão ligados em “última análise” à necessidade de

⁸⁴ Mészáros vê assim os paradoxos – ou a tragédia – da situação em que se encontrava Lenin: “(...) é patético ver Lenin, um gênio da estratégia realista, comportar-se como um utópico desesperado, de 1923 até o momento de sua morte: propondo insistentemente esquemas impossíveis – como a sugestão de criar uma maioria no Comitê central com quadros da classe trabalhadora, a fim de neutralizar os burocratas do Partido – na esperança de reverter esta tendência perigosa, então já muito avançada. A grande tragédia de Lenin foi que a sua incomparável, instrumentalmente concreta e intensamente prática estratégia o derrotou no final. No último ano de sua vida, então já não havia mais saída para seu isolamento total. Os desenvolvimentos que ele mesmo, mais que qualquer outro, ajudou a dinamizar fizeram-no historicamente supérfluo. A forma específica como ele viveu a unidade de teoria e prática acabou por ser o limite de sua grandeza” (Mészáros, 2002, p.1022-23).

superação da “autoalienação do trabalho” ou à ultrapassagem histórica positiva da divisão social-hierárquica do trabalho:

(a) o aspecto social e histórico inerentemente *problemático* das formações de classe, mesmo da classe do trabalho, foi mais ou menos negligenciado pelos bolcheviques: minimização dos efeitos devastadores da contradição (dominação) da classe em relação aos indivíduos que a compõem, e não apenas da contradição (dominação) de uma classe em relação à outra⁸⁵. Pois “uma vez vencida e expropriada a classe capitalista, a contradição estrutural objetiva entre classe e indivíduo é ativada na sua máxima intensidade, sempre que o fator dos antagonismos interclasses é efetivamente removido ou, pelo menos, transferido para o plano internacional” (Mészáros, 2002, p.1026). “(...) a classe é, *paradoxalmente*, tanto o veículo necessário quanto o *agente ativo* da tarefa histórica da emancipação socialista e, ao mesmo tempo, *também um obstáculo fundamental* à sua realização” (Mészáros, 2002, p.1036). Assim, “(...) a hierarquia – assim como a dominação e a repressão que acompanham a hierarquia imposta – constitui uma determinação *estrutural* fundamental da existência da classe como tal (...)” (Mészáros, 2002, p.1038);

(b) o Estado pós-revolucionário passa a ter funções econômicas reguladoras distintas do Estado burguês tradicional: “(...) o Estado pós-revolucionário combina, como *norma*, a função do controle do processo político geral com a do controle do processo de vida material da sociedade. É a interação íntima entre os dois processos que produz dificuldades aparentemente insuperáveis para a dissidência e a oposição” (Mészáros, 2002, p.1028);

(c) por não levar em conta esses fatores, Lenin (e os bolcheviques), “simplesmente não pôde visualizar a possibilidade de uma contradição objetiva entre a ditadura do proletariado e o próprio proletariado” (Mészáros, 2002, p.1019).

Quando esses elementos se ligam a uma situação histórica em que o início da revolução no “elo mais fraco” não é seguida de revoluções nos demais elos, especialmente nos mais fortes do sistema, a transição iniciada se vê paralisada, bloqueada e enredada em dificuldades estruturais virtualmente proibitivas.

Assim, vimos que Lenin foi o primeiro a chamar a atenção para as “deformações burocráticas” do novo Estado pós-revolucionário. Para ele, a burocracia podia ser entendida tanto como sinônimo de ineficiência ou excesso de *procedimentos*, quanto como um *grupo social*, um corpo de funcionários. Ele buscou lutar contra a burocracia em suas duas acepções

⁸⁵ Ou seja, “(...) as classes são dominadas não apenas pelas pessoas da outra classe, mas também pelos imperativos estruturais objetivos do sistema de produção e da divisão do trabalho historicamente dados” (Mészáros, 2002, p.1038).

de várias maneiras: reduzir fortemente o número de membros do partido que havia aumentado indiscriminadamente desde a guerra civil, dissolver órgãos governamentais, punir funcionários negligentes e ineficientes, incorporar novos quadros operários na estrutura do partido, etc. E não é improvável que tenha mesmo percebido que a *burocracia* como um corpo de funcionários com interesses próprios – a maior parte recrutada e convocada da antiga estrutura estatal czarista – estava não apenas se enraizando no novo Estado, e que ele considerou que não tinha se modificado essencialmente em relação ao antigo, mas que os próprios militantes comunistas estavam se burocratizando (nos dois sentidos). Portanto, Lenin entendeu a burocracia como um grupo social, mas também como um *processo*, um movimento de burocratização.

E aqui podemos perceber alguns elementos contraditórios existentes no interior da própria teoria leniniana de transição socialista: a convivência tensa e no limite incompatível entre, por um lado, a tese de centralização, eficiência, cópia dos métodos mais avançados capitalistas na esfera da produção e seu correspondente “desenvolvimento das forças produtivas”, tarefa que a tudo antecedia como forma de construir uma base econômico-material para o socialismo, com empresas estatais grandes, eficientes e mais ou menos aproximadas aos grandes monopólios do ocidente, sem um processo mesmo que marginal de aumento de espaços socioeconômicos ou políticos proletários⁸⁶; e, por outro lado, a menção ao processo de *fenecimento* do Estado socialista, ou do “semi-Estado”, que ele mesmo já tinha teorizado em *O Estado e a revolução* como sendo o objetivo dos marxistas.

Assim, as medidas leninianas de combate à burocracia nas suas duas acepções (conjunto de procedimentos e agrupamento social) não continham as vias, mesmo que limitadas a princípio por conta das circunstâncias brutalmente desfavoráveis, para o processo

⁸⁶ Segundo Mészáros, “Lenin, (...) preferindo “ações” a “palavras”, estava demasiado ocupado em tentar espremer a última gota de possibilidade socialista prática do aparato instrumental objetivo de sua situação (...). Quando Lenin começou a concentrar-se nos terríveis perigos de uma crescente dominação dos ideais do socialismo pelas “instituições da necessidade”, já era muito tarde – não só para ele, pessoalmente, mas historicamente muito tarde – para reverter o curso dos acontecimentos. O ideal da ação autônoma da classe trabalhadora foi substituído pela defesa da “maior centralização possível”. Segundo as palavras de Lenin: “requer e pressupõe a *maior centralização possível* de produção em larga escala através do país. Ao comando central de toda a Rússia, portanto, deveria ser dado definitivamente o *controle direto de todas* as empresas de dado ramo da indústria. Os centros regionais definem suas funções na dependência das condições locais de vida etc., de acordo com as diretrizes gerais de produção e com as *decisões do centro*”. Qualquer outra ideia aquém dessa centralização era condenada como “anarcossindicalismo” regional. Tanto os soviets como os conselhos de fábrica foram destituídos de qualquer poder efetivo e, no decorrer do debate sindical, qualquer tentativa de assegurar mesmo um grau bem limitado de autodeterminação para a base da classe trabalhadora era descartada como “tolice sindicalista” ou como um “desvio em direção ao sindicalismo e ao anarquismo”, vista como uma ameaça direta à ditadura do proletariado. A ironia cruel de tudo isso é que o próprio Lenin, totalmente dedicado à causa da revolução socialista, contribuiu para paralisar as mesmíssimas forças da base da classe trabalhadora às quais, mais tarde, voltaria pedindo ajuda, uma vez percebidos por ele os perigos dos desenvolvimentos que, na Rússia, iriam culminar no stalinismo” (Mészáros, 2002, p.1022).

de “desestatização socialista”, que precisavam ser consideradas desde aquele momento por mais insuficientes que fossem. Se o novo aparelho de Estado não estava se mostrando diferente do aparelho de Estado czarista; se os comunistas estavam eles mesmos se burocratizando; se o crescimento do Estado estava se dando de modo espontâneo; então, como pensar e agir para o *definhamento* do “Estado dos trabalhadores”? As medidas de Lenin ficaram restritas ao âmbito da própria nova máquina estatal – que já era uma espécie de fusão do partido com o Estado – em processo de “burocratização”. Por isso, é possível afirmar que Lenin buscou “lutar burocraticamente contra a burocracia” (Rodrigues e De Fiori, 1978, p.61), ou que “Não há, portanto, em Lenin a indicação sobre as *formas práticas do processo de desestatização socialista*, como concretização e desenvolvimento do caráter semi-estatal da ditadura do proletariado (...)” (Martorano, 2002, p.138).

Desenvolvimento das forças produtivas – quando isso não é reduzido a, nem sinônimo de crescimento técnico – e definhamento do Estado não são necessariamente antinômicos. Na verdade, são dois aspectos do mesmo processo de transição socialista, quando dizem respeito a um crescente controle e administração das condições de trabalho e existência – produção e reprodução da vida social – pelos trabalhadores.

Mas, nas condições russas do pós-guerra civil, como compatibilizar essas duas dimensões se a primeira delas implicava cada vez mais a separação e a alienação social dos proletários e necessariamente a produção concomitante de um poder político separado deles e em crescimento? Como compatibilizar o inevitável crescimento da máquina do Estado proletário, que buscava de cima controlar o movimento do capital através do processo mencionado de desenvolvimento das forças produtivas, e seu concomitante definhamento?

Em suma, por que Lenin não deu as indicações das “formas práticas do processo de desestatização socialista”? Algumas alternativas são possíveis: (1) ou o *fenecimento* do Estado em Lenin ficou restrito à sua dimensão meramente teórica em *O Estado e a revolução* sem vinculação com suas ações à frente do “Estado pós-revolucionário” já que a “força das circunstâncias” não permitiu tal vinculação – o que é mais ou menos indefensável, pois ele mesmo produziu uma teorização sobre o capitalismo de Estado como integrante do processo de transição; (2) o processo de criação de bases materiais e econômicas para a transição – como “estação intermediária” – não é ele mesmo parte do processo de transição, sendo este último um momento futuro. O que nos leva a uma dissociação, tanto cronológica como lógica, entre os dois processos. O que poderíamos chamar de *etapismo transicional*; (3) ou, por fim, há um caráter *automático* na passagem do primeiro ao segundo. O primeiro processo é a produção da base *técnica e produtiva* neutra (indiferente), ele mesmo uma “estação

intermediária” para o segundo, mas já parte dele. Assim – e aqui se localiza a *tensão* ou a *antinomia* –, em Lenin o processo transição socialista estaria se dando não *apesar*, mas exata e justamente *por causa* do incremento das forças produtivas por meio do capitalismo de Estado – o que de certa forma é antagônico ao definhamento do Estado, já que o que ocorre é o seu fortalecimento – como forma da construção da “infraestrutura necessária” para a transição socialista. Das três alternativas, a terceira aparece como a mais inteligível e de acordo com suas elaborações.

É por isso que Mészáros – comentando uma famosa passagem de Lenin em *O Estado e a revolução*: “A revolução de 25 de outubro deslocou o problema levantado neste panfleto da esfera da teoria para a esfera da prática. Este problema deve ser resolvido com atos e não com palavras” –, afirma que “(...) ele [Lenin] não disse como poderiam os atos por si mesmos resolver o dilema relativo às graves dificuldades de construir a necessária “base material” que constitui o pré-requisito de uma transformação socialista bem sucedida sem as “palavras” – isto é, sem uma teoria coerente que avaliasse sobriamente os enormes perigos potenciais aí contidos e indicasse, ao mesmo tempo, se possível, as possibilidades de sua solução” (Mészáros, 2002, p.1019).

Mas e Leon Trotski? Como ele se relaciona com o conjunto dessas problemáticas? Tinha um entendimento parecido com o de Vladimir Ilitch? Manteve a continuidade com a “última luta de Lenin” contra as “deformações burocráticas” até seu assassinato em 1940? Desenvolveu paulatinamente reflexões que o fizeram *superar* a visão transicional leniniana? Enfim, como se processa a dialética entre continuidade e descontinuidade do pensamento de Trotski sobre a transição socialista após Lenin? É o que tentaremos mostrar na última parte deste capítulo, quando ele se defrontou com o “enigma do stalinismo” e da natureza social da URSS.

3.3 Trotski e a caracterização da natureza social da URSS

Em meados de 1923, Trotski parece contemplar o mesmo esquema leniniano para a transição. No seu exemplar *Questões do modo de vida*, escrito por volta de julho/1923, com Lenin já incapacitado, ele se mostra preocupado e vigilante com a evolução *total* – no sentido de civilizatório – da vida soviética sob a NEP. Busca lidar com o problema da “revolução cultural” e sua importância para o problema da construção socialista num período de desenvolvimento de um capitalismo de Estado *sui generis* (Lenin) em uma nação extremamente “atrasada” e com um “Estado operário” que já resistia a medidas e remédios

antiburocráticos⁸⁷. Existem algumas passagens nesta importante brochura que nos dão indicadores de sua visão de construção socialista. São nelas que podemos perceber a aproximação fundamental entre ambos.

A ideia de uma base social que se constitui como a “armadura” (ou o “esqueleto”) da revolução é apresentada – e não será jamais abandonada por ele – apesar de suas modificações/adaptações. Tal “armadura” foi o resultado do processo revolucionário e qualquer “aperfeiçoamento” nas diferentes esferas sociais é necessariamente um passo à frente na construção socialista, desde que tal base seja mantida. Quais são os elementos constitutivos dessa base?

- “(1) A ditadura do proletariado (por intermédio de um Estado operário e camponês dirigido pelo partido comunista);
- (2) O Exército Vermelho, como apoio material da ditadura do proletariado⁸⁸;
- (3) A nacionalização dos principais meios de produção, sem a qual a ditadura do proletariado seria uma forma vazia, sem conteúdo;
- (4) O monopólio do comércio externo, condição necessária à construção socialista perante um cerco capitalista.

Esses quatro elementos, cuja conquista é definitiva, constituem a armadura de aço de todo o nosso trabalho. Graças a isso, graças a essa armadura, cada um dos nossos êxitos no domínio econômico ou cultural – quando êxito real e não imaginário – tornou-se necessariamente um elemento constitutivo da construção socialista” (Trotsky, 2009, p.8).

Mas é interessante notar que uma vez formada essa armadura, a construção do socialismo (ou seu avanço) se dá objetivamente, quer os cidadãos do Estado pós-revolucionário estejam conscientes – tenham planejado – ou não. Aqui, Trotsky faz uma homologia infeliz entre a construção “inconsciente” da sociedade burguesa e a construção “inconsciente” de uma sociedade socialista, quando esta última tem assegurados aqueles elementos, ou seja, sua armadura – o que parece indicar que ele entende, pelo menos neste momento, a construção socialista mais ou menos como análoga à construção e o

⁸⁷ Neste momento, apesar dos dois terem basicamente a mesma percepção da construção socialista e das vias para realizá-la, Trotsky parece possuir uma compreensão mais abrangente de “revolução cultural”. Nela, a atenção deve se localizar não apenas no aspecto educacional e técnico estrito senso, mas no “modo de vida”, no cotidiano, em uma “nova espontaneidade”, com sua mistura de hábitos e sentidos, enfim, na maneira de apreensão do mundo, que deve ser tomada como um dos indicadores do avanço da construção de uma nova sociedade, de uma nova civilização e de um novo homem. Em Trotsky, isso apenas se torna inteligível quando temos em conta sua concepção mais geral de revolução permanente e sua terceira característica acima mencionada – a revolução de todas as relações ou “esferas” sociais. Como vimos, em ambos (Lenin e Trotsky) não há espaço para o desenvolvimento de uma “cultura proletária”.

⁸⁸ Em nota de rodapé acima, vimos que Trotsky trabalhou com a ideia da remodelação do Exército Vermelho e sua substituição por um sistema popular de milícias. Ele explica: “O objetivo era criar um exército “tanto quanto possível sem casernas, isto é, em condições próximas das da classe operária no trabalho”. Com o passar do tempo, as diversas unidades deveriam corresponder territorialmente às fábricas, às minas, às vilas, às comunas agrícolas e a outras formações orgânicas, “providas de um comando e de reservas locais de armamento e abastecimento”. A coesão regional, escolar, industrial e esportiva da juventude devia substituir vantajosamente o espírito militar inculcado pela caserna e implantar uma disciplina consciente sem recorrer a um corpo de oficiais de carreira dominando o exército” (Trotsky, 2005b, p.200).

aperfeiçoamento da sociedade burguesa. Certo automatismo na construção socialista e ausência de um questionamento da natureza das relações que estruturam a “armadura” ou o “esqueleto” que, como no último Lenin, é uma máquina, um aparelho de Estado que já está mais ou menos fundido com o partido e cujas relações com os próprios trabalhadores é apenas de delegação/representação. A “armadura” do Estado proletário “pertence” aos trabalhadores, mas é administrada em última instância não por eles mesmos, mas pelo partido, a partir do seu “mandato histórico”: “Em política e em economia, a classe operária age como um todo. É por isso que coloca a sua vanguarda – o partido comunista – na primeira fila e através dela realiza as suas tarefas históricas” (Trotsky, 2009, p.40). A noção de representação entre classe e partido não é um problema em si. A questão é que aqui não há a superação desse quadro conceitual no sentido de um processo de autoadministração pelos trabalhadores, ou para além da esfera estatal proletária. Ainda:

“Por outro lado, os êxitos no âmbito do modo de vida, mesmo os mais ínfimos, que permitam elevar o nível cultural do operário e da operária, alargam imediatamente as possibilidades de uma racionalização da economia e, portanto, de uma acumulação socialista mais rápida; este último ponto oferece, por sua vez, possibilidades de novas conquistas no domínio da coletivização do modo de vida. A dependência aqui é dialética: o fator histórico principal é a economia, mas nós, Partido Comunista, Estado operário, nós não podemos agir sobre ela a não ser por intermédio da classe operária, continuamente elevando a qualificação técnica e cultural dos seus elementos constitutivos. O militantismo cultural, em um Estado operário, serve ao socialismo, e o socialismo significa a expansão da cultura, de uma verdadeira cultura sem classes, de uma cultura humana e humanitária” (Trotsky, 2009, p.34).

Um déficit dialético entre a construção e reconstrução/remodelação da “armadura” e a consolidação de outras relações sociais em interação mútua. Como vimos, coisa parecida é perceptível na visão de Lenin, cujo questionamento da natureza das forças produtivas está ausente e o definhamento do Estado se dá mais ou menos automaticamente com a elevação do nível cultural e econômico do Estado e da sociedade pós-revolucionários. Trotski diz:

“Quanto mais fácil foi (relativamente, entenda-se) ao proletariado russo fazer a revolução, tanto mais lhe será difícil realizar a construção socialista. Em compensação, a armadura de nossa sociedade, forjada pela revolução e caracterizada pelos quatro elementos fundamentais citados no início deste capítulo, imprime um caráter objetivamente socialista a todos os esforços conscientes e nacionais no âmbito da economia e da cultura. O operário, no regime burguês, sem o querer e nem mesmo o saber, enriquece a burguesia e a enriquece tanto mais quanto melhor trabalha. No Estado soviético, o operário consciente, mesmo sem nisso pensar nem com tal se preocupar (se é sem partido e apolítico) realiza um trabalho socialista, aumento os meios da classe operária. Eis precisamente todo o sentido da Revolução de Outubro, que a NEP em nada modificou. (...) Cada um deles como já dissemos, realiza um trabalho socialista, mesmo que não tenha fixado isso como objetivo” (Trotsky, 2009, p.12-3).

Não é lugar para realizar uma análise mais abrangente dos ricos aspectos tratados por Lev Davidovitch nesse escrito – e eles são vários. Mencionaremos de passagem apenas que

Trotsky está preocupado com o que os cidadãos russos fazem (leem, veem, apreendem, sentem, acreditam), mas também na maneira como fazem e no sentido que atribuem ao que fazem. Por isso, sua preocupação e sua atenção são “totais” (globais) e se dirigem aos mais variados aspectos da vida social e das formas necessárias para a produção de uma nova sociedade, de um novo “modo de vida”: hábitos privados familiares, jornal, cinema, religião, linguagem, símbolos, ritos, alimentação, bebida (alcoolismo), etc. Todos se relacionam entre si em uma totalidade aparentemente caótica, mas inteligível, e que reflete as profundezas da esfera pública “proletária”.

Todos esses elementos tratados por Trotsky se vinculam à sua concepção global de *revolução permanente*. Nela, as diferentes dimensões sociais estão inter-relacionadas mutuamente – mantidas suas especificidade e autonomia, não podem ser reduzidas umas às outras –, à sua concepção dinâmica (mutável) de totalidade. Ainda que entenda que o momento em que a sociedade pós-revolucionária se encontra não permite o desenvolvimento adequado de um processo de transição, e que o partido bolchevique tem não apenas a necessidade, mas mesmo a legitimidade, de seguir em frente como a instituição autenticamente representante dos interesses dos trabalhadores (e este escrito é fortemente calcado na convicção dessa legitimidade), suas preocupações se deslocam da esfera meramente estatal para o âmbito e o terreno da sociedade civil “proletária” pós-revolucionária. O fundamental é que é a esta sociedade civil pós-revolucionária – que deve construir uma nova forma de viver, um novo “modo de vida”, produzido de forma consciente⁸⁹ para que seja possível a progressiva consolidação de uma “nova espontaneidade” –, que a construção do socialismo deve ser referida e considerada.

⁸⁹ Em todo o texto, como um elemento de fundo, percebemos a ideia e a ênfase que Trotsky dá à necessidade de uma planificação geral (e minuciosa) como sinônimo de construção coletiva consciente de uma sociedade socialista. Neste momento, essa planificação é ainda dinamizada e dirigida pelo partido: “Mas o que interessa a nós, Partido Comunista, é que esses operário-produtores tenham uma consciência clara da ligação existente entre sua produção particular cotidiana e os fins da construção socialista no seu conjunto. Os interesses do socialismo estarão assim melhor garantidos e esses produtores individuais retirarão disso uma satisfação moral muito maior” (Trotsky, 2009, p.13). Mas não é exagero afirmar que essa preocupação com a construção consciente da nova sociedade é um dos traços característicos da concepção transicional de Trotsky. Ela se afirma de modo basilar no âmbito do Estado e da economia, daí sua posição crítica (vigilante) em relação à NEP e ao planejamento econômico, mas é estendida como um princípio orientador, para os demais âmbitos da vida social: “A construção socialista é uma construção planejada de grande envergadura. Através do fluxo e refluxo, dos erros e viragens, dos meandros da NEP, o partido persegue seu (sic) plano, ensina cada um a ligar sua atividade particular à obra geral, que exige hoje que se cosam botões com cuidado e que amanhã pedirá que se morra corajosamente sob a bandeira do comunismo. Devemos exigir, e exigimos, da parte de nossa juventude, uma especialização superior e aprofundada; deverá, pois, se libertar do principal defeito de nossa geração, que se gaba de tudo conhecer e de tudo saber fazer; mas se tratará de uma especialização ao serviço do plano geral, pensado e aceito por cada um em particular” (Trotsky, 2009, p.9). Como fica claro, o plano vem “de cima”, do partido e, portanto, da esfera do Estado em direção à sociedade civil pós-revolucionária, e este é ainda um dos problemas de fundo com essa concepção de planejamento, em geral de caráter central para uma construção socialista.

“É o problema do modo de vida que nos mostra, mais claramente do que qualquer outra coisa, em que medida um indivíduo isolado se mostra o objeto dos acontecimentos e não o seu sujeito. O modo de vida, isto é, o meio ambiente e os hábitos cotidianos, elabora-se, mais ainda do que a economia, “nas costas das pessoas” (Marx). A criação consciente no domínio do modo de vida ocupou um lugar insignificante na história da humanidade. O modo de vida é a soma das experiências desorganizadas dos indivíduos; transforma-se de maneira de todo espontânea sob a influência da técnica ou das lutas revolucionárias e, no total, reflete muito mais o passado da sociedade do que seu presente” (Trotsky, 2009, p.29).

Seu eixo de análise é então modificado para a esfera pública pós-revolucionária. Isso mostra que mesmo nessas condições adversas, Trotski tem consciência da necessidade do fenecimento do Estado e mesmo do partido, ainda que não indique as vias desse processo e que não o transfira para o universo social “externo” à esfera do partido e do Estado. Todavia, mesmo envolvido com os problemas imediatos da miséria russa, sua visão não deixa de levar em conta o objetivo de uma efetiva “comunidade”.

“A organização comunista é um partido político no sentido amplo, histórico, ou, se preferir, filosófico do termo. Os outros partidos atuais são políticos unicamente no sentido em que fazem (pequena) política. Se o nosso partido transfere a sua atenção para a *cultura*, isso de modo nenhum significa que enfraquece o seu papel *político*. O papel dirigente (isto é, político) do partido historicamente manifesta-se no momento desse deslocamento lógico da sua atenção para o domínio cultural. Só após longos anos de atividade socialista, conduzida com êxito no interior e garantida no exterior, é que o partido poderá libertar-se pouco a pouco de sua forma partidária para se confundir com a comunidade socialista” (Trotsky, 2009, p.11).

A realidade social e os elementos com os quais Trotski está se defrontando são ainda os mesmos que vimos com o “último Lenin”: a revolução russa após a guerra civil foi levada à abertura capitalista da NEP como via de reconstrução social; a revolução mundial não se desenvolveu, e um período maior de isolamento é vislumbrado como inevitável; a classe social proletária está mais ou menos “desintegrada” e “dizimada”; os camponeses estão em desenvolvimento e diferenciação; o partido e o Estado estão fundidos e seus aparelhos não dão mostras de diminuição e de alteração qualitativas em relação aos aparelhos anteriores; o substitucionismo político da classe pelo partido está em operação, e as condições materiais para a construção do socialismo ainda são inexistentes.

Contudo, em dezembro/1923 com o seu panfleto *O novo curso*, Trotski dará um passo adiante, crucial e irreversível, e iniciará sua crítica mais substantiva da formação social pós-revolucionária. Se até este momento o partido e conseqüentemente o Estado pós-revolucionário eram tidos como os elementos dinamizadores do processo de construção socialista – e para ele ainda continuaram a ser por certo período, aproximadamente até 1933 –, com este texto serão feitos os movimentos iniciais no sentido de uma crítica mais fundamental dessas mesmas instituições e de suas “perversões/deformações” – do fato de estarem deixando

de ser “meios” para a mudança social substantiva almejada⁹⁰ para se transformarem paulatinamente em obstáculos a ela.

Trotsky propõe uma alteração na própria estrutura interna do partido, e no seu modo de funcionamento, buscando democratizá-lo⁹¹: “O instrumento organizacional para o estrangulamento da democracia interna do partido era o sistema de indicação, partindo de cima, dos funcionários do partido, ao invés de serem democraticamente eleitos pelos membros do partido” (Mandel, 1995, p.121). Ao fazer isso, continua na trilha das medidas propostas por Lenin em seus textos finais, mas abre o caminho para ir além delas. Essa mudança é tida como “ponte” para outras progressivas na própria sociedade soviética: “A reforma que Trotsky defendera dentro do partido podia ser considerada como o primeiro ato no estabelecimento das instituições soviéticas livres que a organização buscava criar em 1917, como o início de um retorno à democracia dos trabalhadores e do dismantelamento gradual do sistema monopartidário. Essa ideia não estava longe da mente de Trotsky” (Deutscher, 1968b, p.141). Ele ainda se movimenta no interior do âmbito político ou estatal, mas seus desdobramentos quando seguidos às últimas consequências necessariamente terão de levá-lo além desses limites.

As visões transicionais de Lenin e de Trotsky não deixaram nunca de contemplar o fenecimento do Estado como requisito fundamental para a construção de uma sociedade emancipada. O que complicou a teorização dos dois revolucionários foi a inesperada questão do isolamento e da regressão social soviética no início mesmo de seu processo de ultrapassagem da ordem social capitalista. Em suma, o seu esquema não estava preparado para esse inédito desdobramento dos acontecimentos. Assim, quando submetido aos

⁹⁰ O que procuraremos observar é se Trotsky vai além da ideia do Estado pós-revolucionário como *meio* de emancipação, ou seja, como entende as vias da desestatização socialista e até que ponto e de que forma a observação de Engels é apreendida por ele: “(...) Enquanto o proletariado *ainda usa* o Estado, não o faz no interesse da liberdade (...)” (Engels apud Lenin, 1983, p.80). Talvez seja importante mencionar que a ideia de utilização do Estado apenas pode ser entendida no seu nível “político” e no âmbito da dimensão da “classe contra classe”, uma vez que num nível socioeconômico fundamental ele “não pode ser usado” para a emancipação.

⁹¹ A estipulação do interior das fronteiras do partido para a luta antiburocrática foi assim justificada: “Eles tinham ainda mais receio de apelar, por cima das cabeças da liderança do partido, aos trabalhadores fora dele. Este foi um passo tomado apenas posteriormente. (...) Ele se baseava em uma avaliação fundamentalmente pessimista do nível de autoatividade da classe trabalhadora soviética. Sua avaliação, em outras palavras, era de que a Revolução Russa havia entrado em uma fase de retração. Sob tais circunstâncias, o estímulo para um retorno da democracia operária (democracia soviética) deveria partir do partido. Apenas o partido podia criar as condições para uma revitalização da democracia soviética” (Mandel, 1995, p.120-1). E ainda: “O objetivo de Trotsky não era criticar, *à la* Foucault, o poder em si, mas criticar internamente *um* determinado poder – o dos bolcheviques – menos quanto à sua substância e mais quanto ao modo de sua constituição e aplicação. No caso específico considerado – o do regime interno do Partido –, não estava em pauta a validade da proibição das facções, mas sim o modo como a questão era posta: “a decisão do X Congresso de proibir facções só pode ter um caráter auxiliar, pois em si mesma não oferece a chave para a solução de toda e qualquer dificuldade interna” (Mendonça, 2010, p.92).

imperativos objetivos da situação prática russa do pós-guerra civil, vimos como em Lenin sua teorização se enredou em tensões irresolutas e que complicaram internamente a dinâmica de sua visão transicional. Do ponto de vista político, ele tentou manobrar dentro dos limites da situação em que se encontrava, mas não chegou a questionar naquele momento o papel determinante do partido (e da esfera estatal). Pode-se argumentar que agir de modo diferente seria uma falta de realismo político grave, uma vez que a classe trabalhadora estava “desintegrada” e as condições externas eram hostis.

Seja como for, nem em suas ações, que se deram no âmbito do próprio aparelho de Estado, com suas propostas antiburocráticas restritas à própria máquina partidário-burocrática, nem em suas reflexões finais, conseguimos perceber por onde se daria o caminho da transição. Como vimos, não encontramos, para além (e provavelmente por conta) das circunstâncias desfavoráveis, indicações da “desestatização socialista”.

Como Trotski compartilhava do mesmo diagnóstico do seu tempo e das condições desfavoráveis da Rússia pós-revolucionária, não havia como levar adiante um curso de ação que desconsiderasse, minimizasse ou alterasse o eixo de atuação a partir do “Estado operário com deformações burocráticas em uma sociedade com maioria camponesa”. Assim, tanto em *Questões do modo de vida* como em *O novo curso* – Lenin iria falecer cerca de um mês após a redação do segundo –, ele segue de perto a estratégia que também era a de Ilitch: ações de reforma e modificações tem seu centro de gravidade no Estado (ou seja, no partido), ainda que não possam se restringir a ele. Para ambos, até que as condições se alterassem favoravelmente – no caso de Trotski isso estava ligado à necessidade de “reconstruir” o proletariado russo, e a industrialização almejada tinha também essa função social fundamental –, o sujeito social e político da mudança revolucionária era o partido bolchevique. Nenhum dos dois ainda tinha ido mais fundo no questionamento das bases desse substitucionismo. Como pudemos ver, de alguma forma eles colaboraram para a produção mesma de tal substitucionismo⁹².

⁹² Uma passagem antológica sobre o drama e a tragédia de Lenin em sua “última luta”: “As modificações ocorridas nas opiniões de Lenin que o levaram a inverter tantas de suas políticas cruciais, podem parecer ainda mais espantosamente súbitas do que a modificação ocorrida em Trotski, em 1921 e 1922. Também ela resultou de um conflito intenso entre o sonho e o poder da Revolução, um conflito que se estava processando na mente de Lenin e não apenas nela. Em seu sonho, o Partido Bolchevique via-se como um grupo dedicado, disciplinado e interiormente livre, de revolucionários, imunes à corrupção pelo poder. Via-se comprometido a observar a democracia proletária e a respeitar a liberdade das pequenas nações, pois sem isso não podia haver progresso autêntico na direção do socialismo. Na busca de seu sonho, os bolcheviques haviam construído uma imensa e centralizada máquina do poder, a qual foram sacrificando uma parte cada vez maior de seu sonho: a democracia proletária, os direitos das pequenas nações e finalmente a sua própria liberdade. Não podiam passar sem o poder, se queriam lutar pela realização de seus ideais; mas agora seu poder passava a oprimir e obscurecer esses ideais. Surgiram os mais graves dilemas e também uma profunda distância entre os que se apegavam ao sonho e os que preferiam o poder. A distância não era bem definida, porque sonho e poder eram, até certo ponto, inseparáveis. Foi pelo seu apego à Revolução que os bolcheviques montaram e fizeram funcionar a máquina do poder que

Será com *O novo curso* que Trotski iniciará o percurso de crítica desse quadro conceitual e que será seguido até o final de sua vida. Ele ocorrerá em várias etapas e de modo concomitante com a transformação/consolidação do stalinismo e da natureza contrarrevolucionária do regime soviético. Se houve algum momento em que o bloqueio ou a construção de contratendências ao processo de “burocratização” do Estado soviético – que implicava a criação de uma nova camada social com interesses específicos e com vinculações meramente instrumentais com a classe operária (as novas “personificações pós-capitalistas do capital”, segundo Mészáros) – se tornou mais favorável, ele se deu em algum lugar entre 1922-23. Lenin e Trotski buscaram construir essas contratendências, mas apenas no âmbito político. Essa pode ter sido a deficiência fundamental de suas posições. Ou seja, não trabalharam – ou não puderam trabalhar – para a superação do substitucionismo. Na verdade, o que havia ali já era a substituição da massa do partido pelo comitê central e pelo secretariado⁹³. Trotski buscava reverter o grau mais elevado desse substitucionismo, ou seja,

agora operava de acordo com leis próprias e dentro do seu próprio impulso e que exigia de todos eles a maior dedicação. Consequentemente, os que se mantinham fiéis ao sonho não tinham muita tendência a esmagar a máquina do poder e os que se identificavam com o poder não abandonavam totalmente o sonho. Os mesmos homens que num momento eram a favor de um aspecto do bolchevismo, no momento seguinte corriam a abraçar o seu aspecto oposto. Ninguém fora, em 1920-21, mais longe do que Trotski na exigência de que todos os interesses e aspirações se subordinassem totalmente à “ditadura de ferro”. Não obstante, ele foi o primeiro dos chefes bolcheviques a voltar-se contra a máquina dessa ditadura quando ela começou a devorar o sonho. Quando, subsequentemente, Trotski deixou-se envolver na luta pela sucessão de Lenin, muitos dos que o ouviam invocar os ideais da Revolução duvidavam de sua sinceridade e desconfiavam se ele não os estaria usando meramente como pretextos na luta pelo poder. Lenin estava acima dessas suspeitas. Era o líder indiscutido do Partido e não tinha, nem podia ter, nenhum outro motivo, quando, nas últimas semanas de sua atividade, confessou, com um sentimento de culpa, que não resistira suficientemente à nova opressão do fraco pelo forte e quando usou suas últimas energias para desfechar um golpe contra a supercentralizada máquina do poder. Invocou o objetivo da Revolução por si mesmo, devido à sua profunda, desinteressada e integral dedicação a ela. E quando finalmente, agonizando, a mente em fogo, procurou eliminar esses estorvos à Revolução, foi para Trotski que se voltou como aliado” (Deutscher, 1968b, p.84-5).

⁹³ O que ironicamente se aproximava do que já havia sido vislumbrado pelo próprio Trotski em 1904 com o seu *Nossas Tarefas Políticas* – quando ele ainda não era bolchevique –, numa crítica ao “modelo de partido” de Lenin que seria depois usada contra ele e que mais tarde ele mesmo entenderia como equivocada: “Os métodos de Lenin podem levar ao seguinte: a organização do partido [sua liderança] coloca-se a princípio no lugar do partido como um todo; em seguida, o Comitê Central coloca-se no lugar da liderança; finalmente um único “ditador” coloca-se no lugar do Comitê Central (...)” (Trotski apud Deutscher, 1968, p.102). Ver Neto (2009) e Benoit (1998) para uma crítica adequada à suposta existência de um único “modelo leninista de organização”. O próprio Mészáros não tem dúvidas da imensa importância da dimensão organizacional: “A negação revolucionária do sistema do capital é concebível apenas por meio de uma intervenção organizacional estrategicamente sustentada e consciente. Embora a recusa tendenciosamente unilateral da “espontaneidade” pela presunção vanguardista sectária deva ser tratada com a crítica que merece, não é menos prejudicial menosprezar a importância da consciência revolucionária e das exigências organizacionais de seu êxito. O fracasso histórico de grandes partidos da Terceira Internacional, que uma vez professou objetivos leninistas e revolucionários, como os partidos comunista italiano e francês acima discutidos, não deve desviar nossa atenção da importância de recriar, sobre um fundamento muito seguro, as organizações políticas pelas quais a transformação socialista vital de nossas sociedades pode realizar-se no futuro. (...) O que já é plenamente claro é que a descida desintegradora desses partidos na ladeira escorregadia da armadilha parlamentar proporciona uma importante lição para o futuro” (Mészáros, 2007b, p.292).

fazer renascer o processo de democracia interna de base no partido que tinha sido usurpado pela cúpula.

“A massa dos comunistas está de fato dizendo a seus líderes: “Vocês, camaradas, tem a experiência de antes de Outubro, que nós não temos; mas sob sua liderança nós mesmos adquirimos, depois de Outubro, uma grande experiência. (...) E nós não queremos apenas ser guiados por vocês, mas participar também da liderança de classe. Queremos não apenas porque é nosso direito, mas porque tal é absolutamente necessário à classe operária como um todo” (Trotsky apud Mendonça, 2010, p.90).

Assim, o sentido de *O novo curso* para Trotsky residia em “(...) quebrar o consenso hegemônico, ou cravando uma cunha entre a cúpula e a base ou por meio de uma cisão na cúpula” (Mendonça, 2010, p.93). A tentativa falhou, e dado aquele cenário talvez estivesse fadada ao fracasso. Após a publicação desse texto, Trotsky sofrerá uma campanha difamatória, nacional e internacionalmente que paulatinamente irá desacreditá-lo dentro e fora da URSS. Ele será inicialmente expulso da executiva da Internacional Comunista (setembro/1927), do comitê central do partido (outubro/1927), do próprio partido (novembro/1927), deportado para Alma-Ata (janeiro/1928) – atual Cazaquistão – e finalmente banido do território soviético (fevereiro/1929).

Pelo menos desde os últimos anos de Lenin, 1922-24, as “deformações burocráticas” conseguiram pouco a pouco transformar a natureza do Estado e do partido russos, num processo que o próprio Trotsky qualificou em seu tempo de “Termidor stalinista”. Quando começou esse Termidor? Segundo Mandel, “A resposta seria: 1923”⁹⁴ (Mandel, 1995, p.79). Trotsky nesse período crucial pode ter cometido erros irremediáveis. Em fins de 1922, aproximando-se dele em questões relacionadas ao monopólio do comércio exterior, ao planejamento econômico e à necessidade de combate aos “abusos burocráticos” no partido, Lenin escreve entre 23 e 25 de dezembro/1922 o que ficou conhecido como o seu “testamento político”, dedicado aos rumos da liderança partidária. Em 04 de janeiro/1923, envia um pós-escrito ao “testamento político” e propõe o afastamento de Stalin do cargo de secretário-geral. Em 05 de março/1923 pediu a Trotsky que defendesse na sessão seguinte do comitê central do partido os representantes políticos da Geórgia contra a “atitude quase imperialista para com as nações oprimidas” (Deutscher, 1968b, p.84), levada a cabo por Stalin e Dzerzinski e que “não demonstrasse fraqueza ou vacilação, não confiasse em nenhum “acordo podre” que Stalin pudesse propor e – o que não era menos importante – não desse a Stalin e seus partidários advertência alguma do ataque” (Deustcher, 1968b, p.103). Trotsky não segue esses conselhos,

⁹⁴ Trotsky dá a mesma resposta: “Exatamente quantos bolcheviques foram expulsos, detidos, deportados, exterminados, a partir de 1923, o ano do começo da era bonapartista, só saberemos no dia em que forem abertos os arquivos da polícia política de Stalin” (Trotsky, 2005b, p.248).

faz o “acordo podre” e mesmo no XII Congresso do PCUS em abril/1923 adota uma posição silenciosa⁹⁵ e concentrada nas questões de política e planejamento econômicos.

Qual a importância desses fatos para o futuro da revolução e porque Trotski agiu dessa forma? As respostas são variadas. Deutscher lembra que o próprio Trotski anos mais tarde – em *Minha vida* – mencionou que “se tivesse falado no XII Congresso firmado na autoridade de Lenin, provavelmente teria derrotado Stalin naquele momento, mas a longo prazo, este poderia ter vencido, ainda assim. A verdade é que Trotski absteve-se de atacar Stalin porque se sentia seguro. Nenhum contemporâneo e ele menos do que todos, via no Stalin de 1923 a figura ameaçadora e preponderante que ele viria a ser” (Deutscher, 1968b, p.106). Moshe Lewin afirma que Trotski “estava no ponto mais baixo de sua vigilância política em 1923 [quando] uma coalizão leninista, ou uma maioria em torno das posições de Lenin ainda era possível” (Lewin apud Mendonça, 2010, p.53). Mandel, por sua vez, diz:

“Em outras palavras, malgrado a sua autoridade incontestável, a “bomba” que Lenin lançou sobre o XII Congresso, mesmo que apoiada por Trotsky, não teria, dadas as relações sociais de poder na época, obtido sucesso em enfraquecer o aparato burocrático do partido liderado por Stalin e o Politburo “secreto”. A viúva de Lenin resumiu muito bem a situação em 1926 quando disse: “*Se Lenin ainda estivesse vivo hoje, estaria na cadeia*”. Não se deve interpretar esta frase de maneira muito fatalista. Ainda continua em aberto se uma maior intervenção de Trotsky no XII Congresso teria tido algum efeito no desenvolvimento futuro” (Mandel, 1995, p.61).

E Mendonça coloca que “seria inútil, naquele momento, apelar para a sociedade civil, para as bases do proletariado organizado, por serem inexistentes. A classe operária soviética encontrava-se dizimada e desorganizada, e qualquer tentativa de preservar um mínimo de debate político livre dependia da existência de uma cisão no interior da própria burocracia, que oporia uma instância burocrática a outra” (Mendonça, 2010, p.48). Assim, a atitude de Trotski, que ainda esperava por uma recuperação de Lenin, teria buscado preservar a unidade do partido para que seus membros entendessem “que se tratava de uma luta de Lenin e Trotski pelo futuro do Partido, e não uma luta de Trotski pelo lugar de Lenin”. Pois uma luta fracionária, àquela altura, “desmoralizaria nossas fileiras a tal ponto que teríamos que pagar um preço muito alto, mesmo em caso de vitória” (Trotski apud Mendonça, 2010, p.51). Não sabemos o que poderia ter sucedido se ele tivesse agido de modo diferente.

⁹⁵ “Trotski seguia os acontecimentos impassivelmente ou se ausentava. Observou escrupulosamente os termos de seu compromisso com os triúnviro e o princípio da “solidariedade do Gabinete”, determinado pelo Politburô. Esse princípio não impediu Zinoviev de dar alfinetadas em Trotski sobre sua “obsessão com o planejamento”. Trotski não reagiu. Continuou impassível frente aos oradores da Oposição dos Trabalhadores, quando estes exigiram a dissolução do triunvirato e atacaram a Secretaria Geral. Não fez sequer um aceno de cabeça que pudesse estimular os desanimados georgianos e quando o debate sobre as nacionalidades foi iniciado, deixou o recinto, alegando necessidade de preparar seu próprio relatório ao Congresso” (Deutscher, 1968b, p.111).

Então a deriva burocrático-autocrática da revolução era inevitável naquelas condições? Sobre esse ponto começam enormes divergências. As posições variam desde aqueles que entendem que os bolcheviques tiveram sempre um projeto autocrático e monopólico de poder, camuflado por declarações socialistas e libertárias, e aqui se encontram vários liberais, anarquistas e ex-comunistas, até aqueles que chegam à conclusão que todas as medidas bolcheviques – principalmente as mais indesejadas por eles próprios – foram sobredeterminadas pelas condições materiais que os constrangiam. Entre esses últimos, há aqueles que acabam por “transformar necessidade em virtude”.

Sem um levantamento autônomo de outros povos que pudesse colaborar para impedir o isolamento e a catástrofe russos; sem a existência de uma classe trabalhadora em mobilização, dizimada e desorganizada durante sete anos de guerra ininterruptos; com uma população hegemonicamente camponesa, atomizada e dominada por interesses mais imediatos e particularistas, que na maior parte dos casos ia ao encontro das tendências mediadoras do capital, e; com a utilização de métodos tipicamente do capitalismo mais avançado da época para a inadiável tarefa de reconstrução social, Lenin, Trotski, os bolcheviques ou quem quer que fosse muito pouco podia fazer para modificar o quadro social mais amplo. A inevitabilidade mostrou-se efetiva apenas *ex post* e não como uma determinação histórica mais profunda, como se a revolução estivesse fadada ao fracasso desde sempre. Nada disso anula ou afasta a originalidade da revolução de outubro de 1917.

Mas não será apenas hoje que podemos saber que ocupar o comando político em situação histórica como essa – em que a totalidade das relações e contradições do sistema em nível mundial e nacional não produzia contratendências positivas de desenvolvimento, mas reforçava as tendências regressivas como uma necessidade estrutural – não possibilitava imediatamente a produção de alternativas efetivas para a emancipação socialista? Condições transicionais mais amplas para o socialismo não podem ser produzidas por nenhum partido, mesmo que ele seja o mais autenticamente revolucionário. Naquele momento, tanto interna como externamente à Rússia, essas condições se mostraram muito reduzidas e desfavoráveis. E quando brechas e novas rupturas começaram a se tornar possíveis – China⁹⁶, Alemanha⁹⁷,

⁹⁶ A concepção teórica da revolução chinesa vigente na IC “(...) se reduzia, essencialmente, à dogmatização operada por Stalin da teoria lenineana (versão 1905) da revolução democrático-burguesa; era a transposição da receita ao cenário chinês, como depois será levada ao espanhol, acrescida de um novo ingrediente que constituiria a particularidade da revolução democrático-burguesa chinesa em face do modelo russo: o anti-imperialismo. Esta particularidade servirá a Stalin para justificar a aliança com o Kuomintang (e a forma desta aliança) até a derrota de 1927. Segundo Stalin, o caráter anti-imperialista da revolução chinesa tinha por consequência a possibilidade de a burguesia nacional chinesa assumir, mais profunda e prolongadamente que a burguesia liberal russa, um papel progressista e, inclusive, revolucionário. Daí a legitimidade do “bloco de quatro classes”. E também a divisão da revolução em três etapas (em lugar de duas como na russa), unidas pelo

França⁹⁸, Espanha⁹⁹, etc. –, o desenvolvimento regressivo proporcionado pelo poder de Estado burocrático-autocrático, com a Internacional Comunista também já instrumentalmente subordinada aos interesses da facção stalinista¹⁰⁰, acabou por impedir um mútuo reforçamento

denominador comum do anti-imperialismo, mas diferenciadas pelo conteúdo social, o papel das diversas classes, etc.” (Claudín, 1985, p.247-8).

⁹⁷ “Todo o processo político da Alemanha, desde os primeiros meses de 1930 – quando a ameaça fascista se revela em toda a sua magnitude –, permite supor que se, a partir daquele momento, a IC e os comunistas alemães, corrigindo a política anterior, aplicassem uma tática flexível de unidade antifascista, o curso dos acontecimentos poderia ter sido alterado radicalmente” (Claudín, 1985, p.153).

⁹⁸ “O partido põe em circulação o seguinte lema: “A Frente Popular não é a Revolução”. E, de fato, era outra coisa: na França de junho de 1936, era o freio da revolução (...)” (Claudín, 1985, p.183) e “Em suma, o Partido Comunista francês fez tudo o que podia para colaborar com o proletariado espanhol, menos aquilo que inclinaria decisivamente a balança em favor da revolução espanhola: *uma política revolucionária na França*” (Claudín, 1985, p.188).

⁹⁹ “Na última hora, o PCE tentou reagir, deixando de lado os cuidados com os aliados burgueses e reformistas e a preocupação com o capitalismo “democrático”. Mas era tarde. Todo o sacrifício e o heroísmo de três anos se perdiam junto com uma política que, desde o primeiro dia da guerra civil, voltara as costas aos imperativos essenciais da realidade revolucionária da Espanha para se ajustar aos imperativos da estratégia internacional de Stalin” (Claudín, 1985, p.210).

¹⁰⁰ Mesmo após a Segunda Guerra Mundial, a IC – já há muito instrumentalizada e submetida aos interesses de Estado da URSS – colaborou direta ou indiretamente para que novas rupturas políticas revolucionárias fossem inviabilizadas. E as que ocorreram surgiram *apesar* da IC e/ou do Kremlin. Foram os casos das “revoluções frustradas” – França e Itália – e das “revoluções sem permissão” – Iugoslávia, Grécia e China. “Mas, em 1944-1945, quem deteve “a meio caminho” o impulso revolucionário do proletariado francês e italiano? (...) Numa palavra, *apenas os partidos comunistas podiam, em 1944-1945, travar o impulso revolucionário*. E, de fato, travaram-no” (Claudín, 1986, p.338-9). Iugoslávia: “Esta política do Partido Comunista da Iugoslávia foi, logicamente e desde o primeiro momento, um elemento perturbador da “grande aliança” – e, por isto, encontrou a decidida oposição de Stalin” (Claudín, 1986, p.391); “Outra forma de pressão utilizada por Moscou consistiu em responder negativamente aos pedidos de armas e munições feitos pelos combatentes iugoslavos. (...) no mesmo período em que negavam armas e munições ao exército de libertação, os chefes soviéticos ofereciam ajuda material aos *tchetniks* e o envio de uma missão militar ao quartel-general de Mikhailovitch” (Claudín, 1986, p.392). Ou ainda: “Por volta dos primeiros meses de 1949, as democracias populares, seguindo o exemplo soviético, praticamente haviam suspenso todo o comércio com a Iugoslávia. À revolução iugoslava só restou um caminho, aquele trilhado pela Revolução de Outubro quando se encontrou isolada e cercada pelo mundo capitalista: comerciar com este, buscar empréstimo e ajuda técnica” (Claudín, 1986, p.539). Grécia: “Na reunião de 10 de fevereiro, Stalin afirmou enfaticamente que a luta armada na Grécia não tinha nenhum futuro e que os iugoslavos deveriam suspender a ajuda aos comunistas gregos. Evidentemente, dados os meios militares que o imperialismo estava empregando na Grécia, as forças revolucionárias não podiam vencer sem uma assistência militar soviética adequada, mas Stalin não queria nenhum compromisso neste terreno (sobre isto, o informe de Zhdanov na reunião do Centro de Informações dos Partidos Comunistas é suficientemente significativo). Em troca, a inclusão da Grécia no projeto de federação balcânica equivalia a proclamar publicamente que o movimento comunista estava disposto a intensificar a ajuda aos combatentes gregos. Era um desafio a Washington incompatível com a estratégia staliniana” (Claudín, 1986, p.522). Ou ainda: “Por outro lado, a resolução do Centro de Informações dos Partidos Comunistas teve efeitos catastróficos no Partido Comunista grego e no exército guerrilheiro. Muitos de seus quadros – inclusive o general Markos, chefe do governo revolucionário instalado nas montanhas do Norte – não aceitaram a condenação do partido iugoslavo e foram vítimas de um grande expurgo, organizado por Zachariades, secretário-geral do partido, e por outros elementos partidários do Centro de Informações dos Partidos Comunistas, que conseguiram se impor na direção do Partido Comunista grego” (Claudín, 1986, p.542). China: “A vitória da União Soviética sobre a Alemanha hitleriana fora já um dos fatores decisivos na criação das condições internacionais que possibilitaram o triunfo da revolução chinesa – e não só pelo peso que tivera na derrota do Japão, mas porque, no término da guerra, o poderio militar da União Soviética, por si só, constituía um freio considerável à intervenção americana na China. No entanto, a possibilidade de contar com a assistência soviética na etapa que se abria apresentava-se aos dirigentes comunistas chineses como hipotecada a graves condicionantes. A “guerra fria” desencadeada por Stalin contra a revolução que ousara preservar a sua autonomia e a sua originalidade e os métodos que ele utilizava para uniformizar e controlar as demais democracias populares mostravam dramaticamente à nova China a alternativa que o Kremlin poderia obrigá-la: ou vassalo ou inimigo” (Claudín, 1986, p.587). E, também: “Em conversações

progressivo entre a emancipação dos trabalhadores da URSS e a dos demais segmentos internacionais do proletariado. Numa interpretação mais abrangente do período histórico em questão e das possibilidades de transição, além de influenciada pelas elaborações de István Mészáros, um já mencionado estudioso brasileiro afirma que

“Antes que se instaurasse a crise estrutural do capital, em meados da década de 1970, o centro das explicações de uma sequência tão impressionante de derrotas revolucionárias era ocupado, sempre, pelos erros cometidos pelos outros (dependendo da corrente política, pelos leninistas, ou pelos trotskistas, ou pelos maoístas, ou pelos albaneses, ou pelos stalinistas, ou pelos anarquistas, ou pelos autonomistas, e assim sucessivamente). Em todas as revoluções os erros são cometidos e logo evidenciam todas as suas mazelas. O fato de que todas as revoluções, sem exceção, foram derrotadas já era um indício, contudo, de que algo a mais do que erros particulares desta ou daquela corrente ou concepção revolucionária estava em ação. Tratava-se de uma tendência histórica de fundo. Em poucas palavras, a impossibilidade de se iniciar a transição ao comunismo na primeira metade do século XX era tão insuperável quanto a própria eclosão das revoluções. O imperialismo gerava contradições que colocavam as revoluções na ordem do dia. O sistema do capital, contudo, ainda possibilitava o desenvolvimento das forças produtivas em escala nacional, local, de países atrasados que rompessem revolucionariamente com os constrangimentos de suas arcaicas relações de produção. A alternativa termidoriana era, ainda, uma possibilidade inscrita no real. Com a colaboração do stalinismo e da socialdemocracia, Claudín o demonstra de modo cabal, as revoluções foram contidas nas fronteiras nacionais – mas o stalinismo e a socialdemocracia apenas puderam cumprir a tarefa de coveiros das revoluções porque a ausência da crise estrutural do capital ainda possibilitava que ideologias armadas de aparatos políticos e repressivos como o stalinismo e a socialdemocracia jogassem tal papel. Uma vez contidas nas fronteiras nacionais, as revoluções, mais rápido do que lento, encontraram suas vias peculiares de exploração dos trabalhadores e as forças produtivas assim desenvolvidas amorteceram a pulsão revolucionária, integrando os países no concerto das nações pela via do mercado” (Lessa, 2013, p.184).

É possível interpretar tal abordagem como “objetivista” – o próprio autor o faz – e, além disso, de que a vitória do stalinismo e a deriva burocrática seriam mais ou menos *inevitáveis* segundo tal análise. O que está em jogo é o debate sobre a época e as condições para a transição¹⁰¹. O isolamento da URSS se ligava a um momento histórico em que as forças do trabalho, mesmo com algumas outras rupturas revolucionárias, não se mostravam aptas a sair de uma posição *defensiva* no nível global em relação ao capital.

Atualmente, parece difícil não aceitar esse argumento, mas é necessário acrescentar:

(a) a época global desfavorável para a transição socialista em nível histórico-mundial não

com Hurley (15 de abril de 1945) e com Hopkins (28 de maio), Stalin reafirma que o objetivo soviético é a reunificação da China sob a liderança de Chiang” (Claudín, 1986, p.593).

¹⁰¹ O próprio Mészáros está longe de secundarizar os chamados “fatores subjetivos” para o processo transicional: “Na visão de Marx, não é suficiente dizer que não pode haver “auto-extinção” sem a maturação das condições objetivas. Tem de se acrescentar também que as próprias condições objetivas não podem atingir sua maturidade total sem o desenvolvimento da *autoconsciência* como consciência da necessidade de desalienação. Assim, o fator “subjetivo” adquire uma importância *crucial* como *precondição necessária* de sucesso nesse estágio altamente avançado do desenvolvimento humano, quando a questão em pauta é a extinção – a *auto-extinção* – das condições de desumanização (podemos ver, novamente, o significado de uma abordagem dialética, sem a qual inevitavelmente se acaba em “antinomias” e “dicotomias” irreconciliáveis)” (Mészáros, 2008, p.63-4).

anulava *a priori* a possibilidade de vitórias revolucionárias em nível particular, ou seja, rupturas com o sistema capitalista não estavam fadadas ao fracasso em todas as partes. O todo não determina as partes de modo fatal (foi o que o próprio Claudín admitiu, como vimos acima); (b) essas mesmas vitórias ou rupturas em subpartes do sistema retornariam e influenciariam a dinâmica do todo, dotando-o de um movimento distinto daquele que efetivamente teve, potencializando ainda mais a ativação de suas contradições gerais e restringindo as saídas que por ventura pôde utilizar (como os “trinta gloriosos”, por exemplo). Assim, a história continua aberta, mesmo em direção ao passado. O próprio Mészáros, que por vezes é considerado erroneamente um “objetivista” (como sinônimo de determinista), afirma: “Paradoxalmente, em alguns períodos do século XX, “a realidade estava compelindo ao pensamento”, para empregar a expressão de Marx, mas o “pensamento” – como deveria incorporar-se em estratégias sociais e políticas viáveis da requerida transformação radical, juntamente com suas articulações organizacionais correspondentes – não estava à altura do desafio” (Mészáros, 2007b, p.314).

Durante a década de 1920, a estratégia de Trotski, sempre balizada pela totalidade do sistema em nível mundial, buscou manobrar e assegurar posições internas à sociedade soviética que possibilitassem o aproveitamento de contradições internacionais em prol do desenvolvimento do socialismo e da transição. Assim, as tarefas internas na URSS deveriam se ligar a um acompanhamento rigoroso da NEP e a uma ofensiva paulatina contra os elementos de mercado em ascensão possibilitados pela mesma política econômica que os bolcheviques foram forçados a adotar. Trotski demandava uma luta planejada, incessante e crescente entre o “setor estatal” (ou “setor socialista”, como ele era chamado) e o setor privado capitalista, com vistas a eliminar gradualmente as relações mercantis, reconstruir a classe trabalhadora e intensificar os mecanismos de democracia soviética.

A luta socialista na URSS, com seus desafios e dilemas, se debateu entre essas questões e especificamente sobre a relação entre o campo e a cidade e os imperativos de superação do atraso social e econômico até mesmo como forma de se contrapor a uma possível ameaça “vinda de fora”. Trotski enfatizou a necessidade de um maior planejamento desde os primeiros anos da década de 1920. No XII Congresso do PCUS em abril/1923, quando ele estava voluntariamente sob o “acordo podre” com Stalin e o *politburo*, suas atenções se voltaram para a política econômica em sentido mais amplo. Aqui podemos ver mais ou menos como ele pensava a construção socialista naquelas condições. Deutscher diz:

“Ele não defendia como mais tarde afirmaram seus adversários, o abandono da NEP em favor do planejamento. Insistiu com o Partido para que passasse de uma “retirada” para uma ofensiva socialista, dentro da estrutura da NEP. “A Nova

Política Econômica”, disse ele, “é a arena por nós mesmos preparada para a luta entre nós e o capital privado. Nós a instituímos, legalizamos e dentro dela pretendemos empreender seriamente a luta e por um longo tempo”. Lenin dissera que a NEP fora concebida “seriamente e para um longo tempo”. E os adversários do planejamento citavam com frequência tal afirmação. “Sim, seriamente, e por longo tempo”, retrucava Trotski, “mas não para sempre. Adotamos a NEP a fim de derrotá-la em seu próprio terreno e em grande parte pelos seus próprios métodos. De que forma? Usando de forma eficiente as leis da economia...e também interferindo, pela indústria de propriedade estatal, no funcionamento dessas leis e ampliando sistematicamente o âmbito do planejamento. Finalmente, estenderemos o planejamento a todo mercado, absorvendo e abolindo, com isso, o próprio mercado”. (...) Na concepção de Trotski, a NEP estava destinada não apenas a apaziguar a propriedade privada. Criara uma estrutura para cooperação, concorrência e luta, a longo prazo, entre os setores socialista e privado da economia. A cooperação e a luta lhe pareciam aspectos dialeticamente opostos de um mesmo processo. Conseqüentemente, convocou o Partido para proteger e expandir o setor socialista, mesmo quando este conciliava e ajudava a desenvolver o setor privado. O planejamento socialista não substituiria a NEP, de um golpe, certo dia. O planejamento deveria desenvolver-se dentro da economia mista até que o setor socialista tivesse, pela crescente preponderância, absorvido, transformado ou eliminado gradualmente o setor privado e ultrapassado os limites da NEP. Não havia, assim, no esquema de Trotski lugar para qualquer “abolição” súbita da NEP, para a proibição do comércio privado por decreto e para a violenta destruição da agricultura privada, tal como não havia lugar para qualquer proclamação administrativa da “transição para o socialismo”. Esta diferença entre a abordagem de Trotski e a de Stalin se tornaria notável no fim da década. Imediatamente, porém, devido à sua insistência na necessidade de uma política socialista ofensiva, Trotski parecia a muitas pessoas basicamente contrário a NEP” (Deutscher, 1968b, p.112-3).

Veremos mais à frente que aqui se concentram as forças e fraquezas da posição de Trotski – como forças e fraquezas daqueles que buscaram desenvolver tendências socialistas em uma sociedade que impedia através de inúmeras relações sociais o seu florescimento –, pois, por um lado, dependia da manutenção do monopólio (fechamento) político de um partido bolchevique em processo acelerado de separação de seus vínculos de classe (ou sua “autonomização” burocrática) e, ao mesmo tempo, não implicava a transferência para órgãos materiais de controle socioeconômico para o proletariado – já que essa alternativa estava mais ou menos bloqueada, ainda que não estivesse ausente da perspectiva de Trotski, pois, como vimos, ele entendia que ela passava inicialmente pela transformação e democratização internas ao próprio partido.

Trotski se movimentou na esfera do Estado e do partido, pois naquele momento entendia que não havia outra com peso suficiente na sociedade civil ou esfera pública proletária em que pudesse se apoiar. Por isso não recorreu ainda à mobilização externa dos trabalhadores, atitude que realizaria – com resultados infrutíferos – em 1927, por conta das comemorações oficiais dos dez anos da revolução de Outubro e quando já era tarde (ou cedo) demais.

Ele ainda receberá críticas por ter supostamente identificado estatização e nacionalização com socialização dos meios de produção, de ter se limitado à consideração das

formas (jurídicas) de propriedade e não às efetivas *relações sociais de produção* da sociedade pós-revolucionária, de separar as esferas da produção e da distribuição em sua análise, dando ênfase à segunda, e de permanecer no nível *político*, por isso mesmo tornando insuficiente sua avaliação da natureza da sociedade soviética. Voltaremos a esse ponto quando da apresentação de suas considerações em *O que é e para onde vai a URSS – A revolução traída* (1936) e dos ataques teóricos a elas.

As propostas de Trotski para a construção socialista na URSS (e para sociedades de transição) da década de 1920 até suas elaborações finais guardam alguns elementos comuns que Mandel assim enumera:

“1. É impossível completar a construção do socialismo, de uma sociedade sem classes, em um único país. Enquanto a revolução socialista não se espalhar, pelo menos às principais nações industrializadas do planeta, a economia não-capitalista e a sociedade da URSS continuam ameaçadas tanto militarmente como através da pressão do mercado mundial. (...)”

3. Política externa e econômica a longo prazo, assim como a construção a longo prazo de instituições públicas, devem ser direcionadas com o objetivo de *aumentar o peso social da classe operária tanto na sociedade soviética como no mundo*. Isto requer uma mudança gradual nas relações entre cidade e campo, entre operários e camponeses, entre indústria e agricultura, entre produtores diretos na indústria e agricultura e os administradores de Estado e sociedade. Seria necessária uma rápida redução do desemprego, bem como uma reestruturação gradual das relações de produção nas empresas no sentido de aumentar a participação do trabalhador na direção da empresa. A democracia social deve ser promovida e desenvolvida porque sem ela toda a estratégia falhará. Isto pressupõe a redução, e não a intensificação, de conflitos e tensões sociais em geral. Isto mais uma vez requer a consolidação da *smychka*, a aliança entre operários e camponeses. Seria necessário interromper a crescente polarização no campo entre camponeses mais pobres e mais ricos (*kulaks*) e reverter a situação atual de concentração dos excedentes da agricultura nas mãos dos mais ricos” (Mandel, 1995, p.90-1).

Trotski trabalhava então com o seguinte esquema: fortalecimento do setor estatal, industrialização do país, planejamento econômico e gradual abertura para a democracia dos trabalhadores¹⁰² contra o desenvolvimento do setor privado capitalista e as relações sociais de mercado produtoras de novas classes e categorias sociais (*homens-nep* e *kulaks*) que não poderiam ser abolidas administrativamente. A construção socialista na Rússia não poderia ser *completada* nacionalmente e era parte dependente da totalidade do sistema (revolução permanente versus “socialismo num só país”), daí sua preocupação, durante o isolamento

¹⁰² No seu *A economia soviética corre perigo* (1932) ele afirma: “Só se pode imprimir uma orientação correta à economia da etapa de transição por meio da inter-relação de três elementos: a planificação estatal, o mercado e a democracia soviética. Só desta maneira se poderá garantir, não a superação total das contradições e desproporções em uns poucos anos (isso é utópico), mas seu enfraquecimento e, em consequência, o fortalecimento das bases materiais da ditadura do proletariado até o momento em que uma nova e vitoriosa revolução amplie a perspectiva da planificação socialista e reconstrua o sistema” (Trotski apud Mandel, 1995, p.99).

russo, com as perspectivas de rupturas em outras regiões do mundo, especialmente na Europa¹⁰³.

São desse período – segunda metade da década de 1920 e primeira da década de 1930, aproximadamente – várias análises sociais e políticas de sociedades do velho continente (Inglaterra, Alemanha, França, Espanha) que passavam por sérias turbulências econômicas e sociais e por situações no mínimo pré-revolucionárias. Esses escritos mostram a maneira como Trotski aborda as diferentes realidades sociais de países “avançados” e em até que ponto seu marxismo tinha capacidade para dar conta da luta política socialista em sociedades distintas da formação social russa, ou “orientais”. Mendonça diz que o autor de *Para onde vai a Grã-Bretanha?* (1925) “chega “independentemente a uma expressão rudimentar do conceito gramsciano de hegemonia” (Mendonça, 2012, p.52). Segundo o comentarista em questão, a unidade dos textos conjunturais de Trotski sobre os países europeus mostram

“(…) que a política operária nas democracias liberais burguesas tem uma base material: as ilhas de democracia proletária (sindicatos, associações, etc.) no interior da democracia burguesa, as quais não são simplesmente um prolongamento das velhas instituições parlamentares, mas também o seu oposto, uma clareira no meio da floresta, onde a floresta continua, mas de uma forma *transformada*, oposta à sua dinâmica própria. (...) Se as “ilhas” não forem preservadas e ampliadas, a floresta retomará todo o espaço. O que todas as apreciações de Trotsky à respeito das lutas políticas da esquerda na Europa Ocidental do entre guerras tem em comum está precisamente no *exercício da democracia direta* – sob a direção do proletariado organizado – *no interior da democracia burguesa “representativa”*, de dar um conteúdo real ao invólucro democrático formal, dentro das possibilidades concretas oferecidas por cada situação específica. (...) trata-se de realizar uma *tarefa originalmente burguesa* – a emancipação política humana – *sob a liderança política do proletariado*. É precisamente na capacidade da classe operária de estender-se politicamente para além das suas “ilhas” (...) que se realiza a irrupção do discursivo dentro de uma concepção materialista da História” (Mendonça, 2012, p.185-86).

O seu texto *Europa e América* (1926) é particularmente importante, pois além de se debruçar sobre as tendências mundiais de desenvolvimento do sistema, com a ascensão irreversível e absoluta dos Estados Unidos como nova potência mundial e o declínio relativo da Europa, jogada à segunda divisão na geopolítica mundial – aliadas às contradições

¹⁰³ Essa perspectiva mostra por um lado a necessidade da complementaridade entre diferentes países para a transição, um dos aspectos fundamentais da *revolução permanente*, e por outro o equívoco de Trotski em relação à dinâmica temporal efetiva desse processo – seu diagnóstico falhado sobre o período: “Quando Trotski afirmava: “somos soldados em marcha. Temos um dia de descanso. Nosso presente (...) trabalho cultural é apenas uma tentativa de estabelecer certa ordem entre duas batalhas e duas marchas”, na verdade sugeria uma rápida sucessão de grandes “batalhas” da revolução internacional, que teria encurtado, radicalmente, a era da ditadura do proletariado e a transição para o socialismo. Essa expectativa estava sempre presente em suas previsões políticas e também na forma pela qual expôs sua concepção da Revolução Permanente, embora não seja essencial à concepção em si. Não obstante, o “dia do descanso” entre o ataque bolchevique de 1917-20 e a próxima grande “batalha” da revolução duraria nada menos do que um quarto de século. O marxista bem pode indagar quanto tempo durará o “dia de descanso” que se seguiu à Revolução Chinesa. Trotski subestimou, sem dúvida, a duração da ditadura do proletariado e consequentemente as proporções em que essa ditadura tomaria um caráter burocrático” (Deutscher, 1968b, p.216).

potencialmente explosivas daí decorrentes –, evidencia por onde seguia para ele o caminho da revolução internacional e “da luta de classes global”: da Europa para o Oriente e, com essa união, fazendo frente aos Estados Unidos. É notável a distinção entre essa perspectiva e a da facção stalinista no poder, com a sua defesa virulenta do “socialismo num só país”.

Nós, povos da Rússia czarista, nos sustentamos durante os anos do bloqueio e da guerra. Padecemos fome, miséria, epidemias, mas resistimos. Nosso estado de atraso constituiu para nós – nestas circunstâncias – uma superioridade. A revolução soube manter-se apoiando-se em sua retaguarda, representada pela classe camponesa. Faminta e assolada pelas epidemias, soube resistir bem, no entanto. Mas a questão coloca-se de outro modo para a Europa industrializada, e especialmente para a Inglaterra. Uma Europa fragmentada não poderia, nem mesmo sob a ditadura do proletariado, resistir economicamente conservando seu fracionamento. A revolução proletária implica a unificação da Europa. Atualmente, os economistas, os pacifistas, os homens de negócio, e até simplesmente os charlatães burgueses falam constantemente dos Estados Unidos da Europa. Mas esta obra é superior às forças da burguesia europeia, roída por seus antagonismos. Só o proletariado vitorioso poderá realizar a união da Europa. Onde quer que estoure a revolução e qualquer que seja o ritmo de seu desenvolvimento, a união econômica da Europa é a condição prévia de sua reconstrução socialista. (...) A Europa revolucionária encontrará o caminho que conduz às matérias-primas, aos produtos alimentícios; saberá fazer-se ajudar pela classe camponesa. Por outro lado, nós nos fortalecemos consideravelmente e poderemos, nos meses difíceis, ajudar em algo a Europa revolucionária. (...) Os Estados Unidos da Europa, com nossa União Soviética, constituirão um poderoso centro de atração para os povos da Ásia, que tentarão estabelecer estreitas relações econômicas e políticas com a Europa proletária. (...) O bloco dos povos da Eurásia será inquebrantável e, sobretudo, impermeável aos golpes dos EUA. Não desconhecemos o poder destes últimos. Em nossas perspectivas revolucionárias, partimos de uma clara apreciação dos fatos tais como são. Mais ainda: consideraremos que esse poder – tal é a dialética – é atualmente a alavanca por excelência da revolução europeia. Não ignoramos que, política e militarmente, esta alavanca se voltará contra ela quando a revolução europeia estourar. Quando se achar em jogo a sua pele, o capital americano empreenderá a luta com uma energia feroz. O que os livros e a nossa própria experiência ensinaram-nos a respeito da luta das classes privilegiadas para conservar sua dominação empalidecerá seguramente frente às violências que o capital americano fará sofrer a Europa revolucionária. Mas graças à sua colaboração revolucionária com os povos da Ásia, a Europa unificada será infinitamente mais poderosa que os EUA. Por mediação da União Soviética, os trabalhadores da Europa e Ásia se acharão indissolivelmente unidos. Aliado ao Oriente sublevado, o proletariado revolucionário europeu arrancará do capital americano o controle da economia mundial e assentará os fundamentos da federação dos povos socialistas do mundo inteiro” (Trotsky, 2008b, p.136-7).

Esse escrito é incrível tanto pela perspectiva geral que o anima quanto pelos equívocos nos prognósticos¹⁰⁴. Essa atenção voltada de modo mais ou menos contínuo durante toda a sua vida para os países mais industrializados da Europa (como um horizonte

¹⁰⁴ Deutscher contextualiza: “(...) tanto Trotski como Lenin falaram em favor dos Estados Unidos da Europa Socialista já no início da Primeira Guerra Mundial. Essa palavra de ordem estava ainda incluída no manifesto do V Congresso do Comintern que Trotski redigiu em 1924. Dentro em pouco, porém, a palavra de ordem e a ideia dos Estados Unidos da Europa Socialista foram abandonadas pelo Comintern como um sonho trotskista (Deutscher, 1968b, p.235). E ainda: “Trotski, porém, fez suas previsões nos primeiros anos da Paz de Versalhes, quando a Alemanha ainda estava prostrada, quando Hitler era apenas um obscuro aventureiro de província e o poder militar da Alemanha era incapaz de afirmar-se. Ocorrera apenas um leve prelúdio do conflito dos dois blocos que só se faria sentir depois da Segunda Guerra Mundial. Desse prelúdio Trotski percebeu as linhas mestras, a trama e o tema do verdadeiro drama (Deutscher, 1968b, p.235-6).

mais geral de sua visão) – que não desconsiderava possibilidades de irrupções em outras regiões, como foi o caso da China entre 1925-7 – marca uma das características fundamentais de seu marxismo, que Deutscher irá chamar de “clássico” e em contradição com uma época global “não clássica”, explicação última para a sua tragédia colossal. Ou seja, Trotski representava a incompatibilidade entre o desenvolvimento e consolidação de uma sociedade socialista no interior do atraso russo e os fracassos da revolução socialista no Ocidente.

Mas quando voltamos para os problemas da construção socialista na URSS durante a década de 1920, as contradições da Nova Política Econômica colocam em lados distintos algumas facções do partido bolchevique, cujas diferentes posições se ligam a diversas visões sobre os sentidos do socialismo e as maneiras de se proceder com o objetivo de aproximá-lo. Trotski diferencia três campos políticos no interior do partido: a direita bucharinista, o “centro” stalinista e a esquerda, cujo maior representante no âmbito econômico era Preobrazhenski.

Para ele, enquanto Bukharin representava interesses não-proletários no aparelho partidário, particularmente dos *kulaks* e *homens-nep* – “Enriquecei, *kulaks!*” e “Construiremos o socialismo a passos de lesma!”, dizia aquele – colocando uma restauração capitalista como possibilidade objetiva, Stalin oscilava entre a direita e a esquerda, ao mesmo tempo em que concentrava cada vez mais o poder político em suas mãos. Trotski e Preobrazhenski não tinham exatamente a mesma visão, ainda que estivessem ligados à mesma fração política. Isso ficará mais claro através da conciliação do último com a facção stalinista quando do “giro à esquerda” na política econômica no final da década de 1920 realizado por Stalin. Esse é um ponto que merece atenção, pois evidencia um dos elementos cruciais da visão trotskiana da transição: a necessidade imperiosa de colocar em “proporção”¹⁰⁵ – em vinculação recíproca e em mútuo aperfeiçoamento –, a base “socialista” da economia soviética com a esfera político-estatal de dominação da ditadura do proletariado, ou seja, com o desenvolvimento de uma autêntica democracia dos trabalhadores.

“(…) quando Trotski falou da acumulação socialista primitiva, Krasin perguntou se isso significava a exploração do camponês, tendo ele se levantado para negá-lo. Preobrazhenski formulava agora a mesma pergunta e a respondia na afirmativa. (...)”

¹⁰⁵ Algumas das mais notórias críticas a Trotski estavam assentadas no entendimento de que basicamente a partir da consolidação do stalinismo passou a haver uma “desproporção” entre a “base econômica” e a “superestrutura social” (Trotsky, 2005b, p.201) ou entre o conteúdo social e a forma política de dominação. Alguns afirmaram a existência de uma nova formação social pós-capitalista denominada “coletivismo burocrático” (Bruno Rizzi, James Burnham). Outros negaram o vínculo, mesmo que remotamente socialista da URSS – a perda e a reversão da revolução de Outubro –, e a classificaram como “capitalismo de Estado” (Charles Bettelheim, Tony Cliff). Todavia, ao que me consta, foi Mészáros que alterando os parâmetros e o terreno do debate – com sua original concepção de *sistema sociometabólico do capital* e a consequente caracterização de *sociedade pós-capitalista do capital* –, deu uma resposta mais consistente, superando as diferentes insuficiências das várias análises.

Nem defendia Trotski um ritmo de industrialização tão forçado quanto o pretendia Preobrazhenski. Havia diferenças ainda mais profundas entre eles. Preobrazhenski, apesar de todas as referências à revolução internacional, construiu seu teorema de modo a deixar implícito que a acumulação socialista primitiva poderia ser conseguida pela União Soviética sozinha, ou talvez por ela em associação com outras nações subdesenvolvidas. Essa perspectiva parecia irreal a Trotski que não via como a União Soviética poderia, sozinha, elevar-se até as culminâncias industriais alcançadas pelo Ocidente, o que criava uma possibilidade de reconciliação intelectual com o “socialismo num único país”. Nem poderia Trotski concordar com Preobrazhenski sobre a força “objetiva” ou lógica da acumulação primitiva que se imporia aos líderes do Partido e faria deles seus agentes, a despeito do que pensassem ou pretendessem” (Deutscher, 1968b, p.257).

Ou seja, para Preobrazhenski, com o “giro à esquerda” de Stalin rumo à industrialização acelerada e à coletivização forçada, a URSS estava avançando “objetivamente” ao socialismo, independentemente do que pensassem ou quisessem os membros do partido. O stalinismo era – apesar de si mesmo – uma corrente “socialista”. Foi com essa questão que Trotski teve que se defrontar na caracterização da natureza social da URSS, e a resposta a que chegou – um regime transitório, nem capitalista nem socialista, com um caráter dual, progressivo e regressivo – fez com que ficasse basicamente isolado diante de todo o marxismo de sua época.

Dois episódios servem como parâmetro para o entendimento da posição de Trotski diante do “Termidor stalinista”¹⁰⁶. O primeiro diz respeito à possibilidade de tomada do poder pelo então líder respeitado do Exército Vermelho – em suma, usar métodos burocráticos com fins socialistas – através de um golpe militar entre 1923-24 quando do início do crescimento mais evidente da usurpação burocrática. Em 1935 ele responde:

“É inquestionável que teria sido possível dar um golpe de Estado militar contra a fração de Zinoviev, Kamenev, Stalin e companhia sem a menor dificuldade, sem sequer derramar sangue, mas isso só teria servido para acelerar o ritmo da burocratização e do bonapartismo contra os quais lutava a Oposição de Esquerda. Por sua essência, a tarefa dos bolcheviques-leninistas não era a de se apoiar na burocracia militar contra a burocracia partidária, e sim, a de se apoiar na vanguarda proletária e por seu intermédio nas massas populares, para dominar a burocracia de conjunto, livrá-la de elementos estranhos e submetê-la à vigilância e controle dos operários e recolocar sua política no caminho do internacionalismo revolucionário (...)” (Trotski apud Mandel, 1995, p.70).

¹⁰⁶ Trotski chegou a utilizar os termos “Termidor” e “Bonapartismo” para designar o fenômeno stalinista, conceitos derivados da revolução francesa. Mas aqui eles possuem sentido específico e interno à revolução russa. Sobre o *Termidor*: “Definimos *Termidor* soviético como a vitória da burocracia sobre as massas” (Trotsky, 2005b, p.118). “O significado do Termidor soviético começa a ficar claro diante de nós. A pobreza e a incultura das massas concretizam-se de novo sob as formas ameaçadoras do chefe armado com o poderoso cassetete nas mãos. Outrora recusada e difamada, a burocracia, de serva da sociedade, transformou-se em senhora. Ao sofrer essa transformação, afastou-se das massas, social e moralmente, e a tal ponto que já não pode admitir controle sobre os seus atos e sobre os seus rendimentos” (Trotsky, 2005b, p.124). “(...) o stalinismo não pode ser visto tal qual uma volta direta ao capitalismo, e o Termidor não pode ser exatamente considerado uma contrarrevolução (restauração)” (Mendonça, 2010, p.103). Sobre o bonapartismo stalinista: “O bonapartismo foi um dos instrumentos do regime capitalista nos seus períodos críticos. O stalinismo é uma variedade, mas sobre as bases de um Estado Operário, dilacerado pelo antagonismo entre a burocracia soviética organizada e armada e as massas laboriosas desarmadas” (Trotsky, 2005b, p.244).

O segundo, quando do isolamento político, teórico e pessoal que entendeu ser necessário suportar ao perceber com tristeza que a imensa maioria dos seus antigos camaradas – Radek, Preobrazhenski, Smilga, Smirnov, Rakovski, etc. – se somavam ao stalinismo em fins da década de 1920 e início da de 1930 com o “giro socialista à esquerda”¹⁰⁷. “(...) segundo Trotski, era a partir do interesse histórico da ditadura revolucionária que a coletivização devia ser considerada – “numa ditadura proletária, na qual (...) um poder de extensão sem precedentes é colocado nas mãos da liderança (...) a violação do espírito democrático torna-se o maior e pior dos males” (Trotski apud Mendonça, 2010, p.128). A democracia proletária ainda não significava “controle direto dos trabalhadores sobre a indústria (...) e a direção pelos comitês de fábrica só seria possível se, e quando, a massa dos produtores estivesse bem instruída e imbuída de um forte senso de responsabilidade social” (Deutscher, 1984, p.109). O historiador polonês complementa:

“Somente quando os trabalhadores tivessem liberdade de expressar suas exigências e criticar os que ocupavam o poder, argumentou ele, poderia sustar o crescimento dos

¹⁰⁷ A elaboração teórica e a luta política contra o stalinismo no interior da URSS foi obra de uma corrente política composta por milhares de militantes que continuou atuante em condições completamente adversas, mesmo em campos de trabalhos forçados (Coggiola, 2012, p.124-5). O “giro à esquerda” de Stalin foi seguido de um processo de eliminação física de opositores e antigos aliados numa autofagia permanente de uma máquina sangrenta que pode ser considerado um “dos crimes mais grotescos da história moderna” (Mandel, 1995, p.76). Este último comentador contextualiza: “Stalin estava consciente de que qualquer tentativa de chegar a um acordo com os Estados imperialistas da França ou da Alemanha seria recebida no interior do partido com hostilidade. Com o seu pragmatismo de sempre, Stalin chegou à conclusão de que não poderia alcançar os objetivos de sua cínica *realpolitik* com o partido da época. Fosse qual fosse o grau de burocratização, isto certamente não seria possível com o seu miolo de comunistas da época anterior a 1930. Ele teria de destruir o partido para consolidar seu poder de uma vez por todas. Um rio de sangue teria que separar o partido do socialismo e comunismo clássicos” (Mandel, 1995, p.75). Naquele momento, pouco depois de meados da década de 1930, enquanto muitas confissões ultrajantes eram arrancadas daqueles que tinham participado da revolução de Outubro, alguns militantes pereceram sem renegar suas ideias. Enquanto os países ocidentais atestavam a “falência da consciência moderna” “na meia noite do século” (Victor Serge) alguns não esqueceram esses militantes que salvaram a dignidade da luta emancipatória e do humanismo do socialismo. Paulo Leminski, em certo sentido, não deixou de homenageá-los: *para a liberdade e luta* – “me enterrem com os trotskistas | na cova comum dos idealistas | onde jazem aqueles | que o poder não corrompeu. | me enterrem com meu coração | na beira do rio | onde o joelho ferido | tocou a pedra da paixão” (Leminski, 2013, p.74). E Leopold Trepper, chefe da espionagem soviética durante a Segunda Guerra Mundial, lembrou: “A chama de Outubro extinguiu-se nos crepúsculos carcerários. A revolução degenerada havia dado nascença a um sistema de terror e horror, em que os ideais socialistas eram escarnecidos em nome de um dogma fossilizado, que os carrascos ainda tinham o desplante de chamar marxismo. E, no entanto, nós continuávamos, dilacerados, mas dóceis, triturados pela engrenagem que tínhamos posto em marcha com nossas próprias mãos. Rodas do aparelho, aterrorizados até a loucura, estávamos transformados no instrumento da nossa própria submissão. Todos quantos não se opuseram à máquina stalinista são responsáveis, coletivamente responsáveis. Eu próprio não escapo a este veredicto. Mas, quem é que protestava nessa época? Quem se ergueu para bradar a sua condenação? Os trotskistas podem reivindicar essa honra. Incitados por seu líder, que pagou a obstinação com a morte, eles combateram totalmente o stalinismo – e foram os únicos. Na época dos grandes expurgos, já não podiam gritar sua revolta senão nas imensidões geladas para onde os levaram a fim de melhor exterminá-los. Sua conduta foi digna e mesmo exemplar nos campos. Mas sua voz se perdeu na tundra. Hoje, os trotskistas tem o direito de acusar os que outrora uivavam à morte com os lobos. Mas que não esqueçam que eles tinham sobre nós a vantagem de possuir um sistema político coerente, suscetível de substituir o stalinismo, e do qual podiam lançar mão da angústia profunda da revolução traída. Eles não “confessaram”, porque sabiam que suas confissões não serviam ao partido nem ao socialismo” (Trepper apud Coggiola, 2012, p.123).

privilégios e, do ponto de vista do socialismo, a prova suprema “pela qual a situação econômica deveria ser julgada é o padrão de vida dos trabalhadores e o papel que desempenham no Estado”: Se nos anos da NEP ele afirmava que somente a força da democracia proletária poderia contrabalançar as forças combinadas dos homens da NEP, os *kulaks* e os burocratas conservadores, agora considerava aquela democracia como o único cenário político dentro do qual uma economia planificada poderia alcançar a plena eficiência. Para a URSS, portanto, era de interesse econômico vital, e não apenas político, que a democracia proletária fosse revista. (...) Assinalava que o processo de planejamento, para ser eficaz, deveria partir não de cima para baixo, mas também de baixo para cima. As metas de produção não deviam ser decretadas do alto da pirâmide administrativa (...)” (Deutscher, 1984, p.109-10).

A obra de síntese sobre a natureza social da URSS e o fenômeno do stalinismo é *O que é e para onde vai a URSS – A revolução traída* (1936)¹⁰⁸. Nela, Trotski faz um levantamento bastante rico da inter-relação das várias esferas da vida social soviética tendo como fio condutor o processo *termidoriano*, mostrando como ele deu forma às linhas fundamentais da formação social soviética. Mais uma oportunidade para se apreender o método dialético de Trotski em operação. Se em *Questões do modo de vida* já podíamos perceber sua preocupação com os vários segmentos da vida social russa pós-revolucionária, especialmente o “cultural”, em *O que é e para onde vai a URSS – A revolução traída*, vários desses segmentos reaparecem, mas agora articulados às dimensões econômica, política, jurídica e mesmo internacional numa obra verdadeiramente sintética e global, indispensável ainda hoje para estudos sobre a “vida social total” e os desafios enfrentados pela transição socialista na sociedade pós-revolucionária do antigo país dos czares. Trotski num exercício dialético complexo, não apenas esquadrinha a gênese e a formação soviética que se consolida nos anos de 1920, mas percebe o seu desenvolvimento imanente e realiza prognósticos sobre os seus desenvolvimentos futuros que em muito se concretizaram. Ou seja, busca apanhar as leis de funcionamento *específicas* da sociedade que de algum modo ajudou a forjar. Ao fazer isso, todavia – a partir de uma “análise concreta de uma situação concreta” –, ele consegue retirar elementos que permitem certa *generalização* para outras rupturas e transições socialistas. Por esse motivo, Deutscher diz que “Apesar do uso fortuito que dele foi feito, *A Revolução Traída* continua sendo um livro clássico da literatura marxista” (Deustcher, 1984, p.333).

¹⁰⁸ Sobre o impacto do livro para uma parte importante da geração combativa dos anos 60 Tariq Ali afirma: “Pensa, por exemplo, no título *O que é a União Soviética e para onde vai?* que foi mal traduzido como *A revolução traída*. É um livro soberbo. Ali ele dizia que, ou a União Soviética dava um passo adiante e se convertia numa democracia socialista, ou bem haveria uma regressão capitalista na qual boa parte dos burocratas de então iriam se converter nos milionários do futuro. Seus críticos diziam: “é uma loucura!”. Não havia ninguém que pudesse ir tão longe na análise. Trotski tinha uma mente muito fina, e creio que foi a combinação de suas qualidades como intelectual e como revolucionário que o tornou tão interessante para mim desde cedo, e também para muita gente que estava entrando na vida política nos anos 60” (Ali, 2010, s/p).

Sua relação com a obra global de Trotski é reveladora, pois com este escrito, aspectos e dimensões anteriores – trabalhados em brochuras e textos particulares – tem seus desenvolvimentos refletidos em seu grau máximo de consequências lógica e metodológica. Assim, a leitura de *O que é e para onde vai a URSS – A revolução traída* permite que a compreensão de textos anteriores se dê de modo mais ainda rico. O que estava implícito se torna visível. Todavia, para os fins aqui estabelecidos, concentrar-nos-emos no fenômeno que dinamiza, na visão de Trotski, a formação social pós-revolucionária russa.

Para ele, a revolução russa, especialmente após a guerra civil, mas com um marco temporal importante no ano de 1923, passou por um processo de “burocratização” que significou basicamente a usurpação paulatina do poder dos trabalhadores por uma nova camada social advinda de quadros, especialistas e membros da máquina do Estado anterior, mas também do próprio partido dirigente, que deu uma característica específica à vida social russa, nem aparentada com os países tradicionais de capitalismo ocidental nem com uma formação social em trânsito ao socialismo. Os motivos para esse processo de usurpação e expropriação dos trabalhadores se encontram na realidade social de devastação e miséria russa pós-guerra civil, em que as massas tinham perdido ímpeto combativo e em que a classe trabalhadora das cidades encontrava-se praticamente desintegrada, ao mesmo tempo em que suas instituições de exercício do poder estavam praticamente descaracterizados (*soviets*). Num cenário como esse, e com a “expropriação dos expropriadores” já realizada, uma camada social burocrática tomou as rédeas do poder, afastou e subordinou os trabalhadores e iniciou a consolidação de seu regime autocrático – assemelhado, mas com um conteúdo social bastante distinto dos totalitarismos fascistas – fazendo regredir uma série de conquistas sociais iniciadas a partir de outubro de 1917 sem, todavia, se identificar com objetivos restauradores (imediatos) capitalistas.

O caráter dual e paradoxal da sociedade russa pós-revolucionária estava no fato de que a propriedade dos meios fundamentais de produção era agora *estatal* e não mais dos capitalistas privados, mas simultaneamente os trabalhadores não exerciam a “ditadura do proletariado”, sendo eles mesmos dominados por um regime despótico. A sociedade soviética era, portanto, uma formação social no meio do caminho entre o capitalismo e o socialismo. O que explicava esse caráter dual da sociedade era o fato de que no nível das *formas de propriedade* tinha-se ultrapassado as balizas do capitalismo privado, ainda que no nível das *normas de distribuição*, as tendências burguesas – que não podem ser abolidas imediatamente, mas são obrigadas a fenecer com o aprofundamento das tendências socialistas – se fortaleciam cada vez mais com o monopólio de poder burocrático-autocrático. Essa

dualidade (e paradoxo) proporcionava uma alta instabilidade ao sistema social como um todo, e que teria que se ser resolvido no seu devido tempo: ou as formas de propriedade estatizadas, e por isso mesmo pós-capitalistas, desenvolveriam as tendências socialistas e estenderiam sua influência para as normas burguesas de distribuição, fazendo-as regredir e com isso expropriando a própria burocracia numa “segunda revolução”¹⁰⁹ – agora não mais social, mas política –, ou estas últimas normas de distribuição acabariam por invadir o terreno das formas de propriedade e restaurariam o capitalismo. Tal “desproporção” não poderia se dinamizar indefinidamente.

O programa de uma revolução “política” que Trotski passou a defender – que é um ponto crucial para o entendimento de sua teoria e política de transição socialista para a URSS – a partir de 1933 estava voltada apenas para a “superestrutura política” ou também para a “base socioeconômica” pós-revolucionária do regime autocrático da burocracia *termidoriana*? Mesmo entre trotskistas temos diferentes interpretações. Nahuel Moreno coloca que

“A expressão revolução política, desenvolvida por Trotski em seu livro *A revolução traída* (1936), onde analisa detalhadamente o fenômeno social da burocratização na

¹⁰⁹ Isaac Deutscher utiliza a expressão “segunda revolução” para caracterizar o processo de coletivização forçada de Stalin e da burocracia *termidoriana* no meio rural soviético e a industrialização acelerada no meio urbano de fins dos anos 1920 e início da década de 1930. Evidentemente, o sentido da expressão “segunda revolução” acima é diverso, pois na terminologia trotskiana implica a expropriação da própria burocracia *termidoriana*. A “segunda revolução” a que se refere Deutscher era a materialização mais grotesca da assim chamada “acumulação primitiva socialista” cuja brutalidade recaiu com toda a força sobre as classes trabalhadoras da cidade e do campo e cujos resultados mais imediatos foram responsáveis pelo decréscimo da produção nacional: “O produto bruto da agricultura caiu de 124 em 1928 (1913 = 100) para 101 em 1933 e foi de apenas 109 em 1936, enquanto na pecuária decaía de 137 em 1928 para 65 em 1933 e em seguida se elevava lentamente a 96 em 1936. Durante toda a década de 1930, as colheitas de cereais não excederam ao nível anterior a 1913, ou ficaram um pouco abaixo. (...) Os fornecimentos de açúcar, carne e gorduras caíram acentuadamente nos anos do primeiro plano. A produção de tecido de algodão declinou ou estacionou entre 1928 e 1935. (...) As novas construções não proporcionaram mais do que uma média de quatro metros quadrados de espaço por morador-urbano. (...) Assim, mesmo que o salário nominal “médio” se tenha duplicado, o salário real médio foi, em 1932, de apenas metade dos salários de 1928” (Deutscher, 1984, p.107-8). Márcio Naves (1998) elenca alguns dos aspectos dessa “ofensiva antioperária”: “Tentando evitar a persistência da prática de abandono do emprego pelos operários, visando conseguir melhores condições salariais e de trabalho em outra empresa, os dirigentes adotam uma série de medidas repressivas que culminam com a introdução do “passaporte interior” e, mais à frente, da “caderneta de trabalho” os quais permitem um controle estrito da atividade profissional do trabalhador e a sua vinculação mais estável a uma determinada empresa. É esta que decide se o operário pode ou não deixar o seu emprego, estando previstas diversas sanções àqueles que não seguem essas determinações. Essas sanções podem incluir desde a perda de direitos trabalhistas e sociais até medidas de *natureza penal*, como o *trabalho corretivo* executado na própria fábrica. Ao mesmo tempo, os dirigentes das empresas e dos órgãos econômicos são dotados de poderes para transferir compulsoriamente os trabalhadores qualificados e técnicos de uma empresa para outra, acarretando a recusa à adoção de sanções penais. (...) Quando o trabalho é interrompido, independentemente de o operário o ter provocado, o seu salário é reduzido à metade de seu valor, mesmo que ele tenha imediatamente comunicado o fato à direção da empresa, sendo que, se ele não tiver tomado esta providência, deixará de receber o salário e ainda será punido. A mesma arbitrariedade também é exercida no que tange às condições de trabalho. Assim, a jornada de trabalho é estendida sem que sejam respeitadas as normas legais a ela concernentes, e são suprimidos os dias de descanso. É comum que as horas de trabalho ultrapassem as 12 horas, chegando a 16 horas, mas a imprensa sindical soviética da época chega a noticiar casos em que a jornada alcança 20 e até mesmo 23 horas! (...) É suficiente que o operário se ausente do trabalho por um só dia para que ele seja demitido sem aviso prévio nem indenização, além de ser expulso de sua moradia (...)” (Naves, 1998, p.79-83).

União Soviética, faz alusão ao fato de que ali não é necessária uma revolução no sentido de arrancar o poder econômico das mãos de uma classe para que passe a outra, que denominamos classicamente de revolução social. Toda a análise da burocratização da União Soviética parte da demonstração categórica de que se mantém a base social do estado operário, a máxima conquista da Revolução de Outubro: a expropriação econômica da burguesia e do imperialismo, ou seja, que se mantém a conquista da revolução social de 1917-1918. O triunfo da contra-revolução burocrática encabeçada por Stálin significou a perda do controle democrático dos trabalhadores sobre suas instituições de poder, a perda de democracia operária que havia florescido nos primeiros anos da revolução. Para reconquistá-la, é necessário uma revolução, mas somente na superestrutura. Uma revolução no sentido da mobilização e do enfrentamento contra a casta burocrática que não está disposta a renunciar a seus privilégios. O que é preciso revolucionar são as instituições do novo regime contra-revolucionário e, por isso, dizemos revolução política. Porque a estrutura, a base econômica da sociedade, continua nas mãos da classe dominante no país, os trabalhadores, apesar de terem sido expropriados em seus direitos democráticos pela casta burocrática” (Moreno e Petit, 1989, p.11).

Ernest Mandel tem entendimento diverso:

“Isto não significa que Trotski não estava a par de tendências regressivas similares nas relações de produção. A repressão maciça a partir de 1930, dirigida contra operários e camponeses, teve ainda consequências catastróficas sobre o crescimento econômico. Isto também tinha que ser combatido. A concepção de Trotski de “revolução política” não era, neste sentido, puramente política, em outras palavras, direcionada apenas contra a superestrutura. Ela também continha numerosos elementos socioeconômicos. O termo “revolução política” se justificava apenas no sentido de que a “segunda revolução” que se aproximava, longe de substituir a nova base socioeconômica criada pela Revolução de Outubro, consolidaria historicamente de uma vez por todas e permitiria, pela primeira vez, que ela se desenvolvesse integralmente e de forma positiva” (Mandel, 1995, p.73).

Sobre isso, em palavras que podem ser consideradas como um programa político para a URSS de Stalin, o próprio Trotski diz:

“Suponhamos que a burocracia soviética seja derrubada do poder por um partido revolucionário reunindo todas as qualidades do velho bolchevismo e, além disso, enriquecido pela experiência mundial dos últimos anos. Esse partido começaria pelo restabelecimento da democracia nos sindicatos e nos Soviotes. Poderia e deveria restabelecer a liberdade dos partidos soviéticos. Com as massas e à frente delas, procederia a um expurgo impiedoso nos aparatos do Estado. Aboliria a hierarquia, as condecorações e todos os tipos de privilégios. Limitaria a desigualdade no pagamento do trabalho às necessidades da vida econômica e ao aparato estatal. Daria à juventude a possibilidade de pensar livremente, de aprender, de criticar e crescer. Introduziria profundas modificações na distribuição da renda nacional, de acordo com a vontade das massas operárias e camponesas. Não teria de recorrer a medidas revolucionárias na relação de propriedade. Continuaría e desenvolveria a fundo a experiência da economia planificada. Após a revolução política – isto é, após a derrubada da burocracia –, o proletariado teria que introduzir na economia uma série de reformas muito importantes, mas não teria de fazer uma nova revolução social” (Trotsky, 2005b, p.226).

O mais interessante é que, a partir da experiência concreta, Trotski percebe que tanto Lenin como ele não tinham trabalhado com tal possibilidade de desenvolvimento para a sociedade soviética, uma vez que a revolução russa era tida como o primeiro elo da cadeia da revolução socialista internacional; e o período mais longo de isolamento não estava em seus

planos. Assim, em sua visão, se Lenin tinha, por um lado, corretamente identificado o Estado operário pós-revolucionário como sendo em certo sentido um “Estado burguês sem burguesia” – já que “O direito burguês, em matéria de repartição dos artigos de consumo, supõe naturalmente o Estado burguês, pois o direito não é nada sem um aparelho de coação que impõe as suas normas. Surge-nos assim o direito burguês a subsistir durante certo tempo no seio do comunismo, e até mesmo o *Estado burguês* a subsistir sem burguesia!”¹¹⁰ –, por outro lado, não tinha podido perceber que “‘O Estado burguês sem burguesia’ mostrou-se incompatível com uma autêntica democracia soviética” (Trotsky, 2005b, p.80). Ou seja, a burocracia – entendida como uma camada social – do Estado operário soviético respondia a uma necessidade que era mais geral, válida a todos os Estados pós-revolucionários: a “inflexível necessidade de formar e de conservar uma minoria privilegiada enquanto não é possível assegurar a igualdade real” (Trotsky, 2005b, p.80). Lenin não teria tido tempo de deduzir (e de aprofundar) os mecanismos dessa “inflexível necessidade”¹¹¹ que se constituiria em certo sentido numa “lei histórico-social”. É por isso que ele diz:

“As tendências burocráticas que asfixiam o movimento operário dos países capitalistas deverão também se manifestar por todo o lado após a revolução proletária. Mas é perfeitamente evidente que, quanto mais pobre for a sociedade nascida da revolução, mais essa “lei” deve manifestar-se severamente, sem rodeios; mais o burocratismo revestirá formas brutais; mais pode tornar-se perigoso para o desenvolvimento do socialismo. Não são os “restos”, em si próprios impotentes, das classes outrora dirigentes que impedem o Estado soviético de desaparecer e mesmo de se libertar da burocracia parasitária, como declara a doutrina puramente policial de Stalin. São fatores infinitamente mais poderosos, tais como as necessidades materiais, a falta de cultura geral, a dominação do “direito burguês” no domínio que interessa mais direta e mais vivamente a qualquer ser humano: o da sua sobrevivência” (Trotsky, 2005b, p.80-1).

Assim, todas as sociedades pós-revolucionárias produzirão “tendências burocráticas” que poderão ser mais ou menos acentuadas dependendo das condições sociais mais gerais (internas) do país em questão e das circunstâncias internacionais, ligadas a um maior ou menor isolamento. O Estado proletário pós-revolucionário tem necessariamente um caráter dual, pois nele coexistem tendências “socialistas” e “burguesas” em permanente competição, em permanente luta: “O Estado adquire imediatamente um duplo caráter: socialista, uma vez que defende a propriedade coletiva dos meios de produção; burguês, já que a repartição dos bens tem lugar segundo padrões de valor capitalistas (...)” (Trotsky, 2005b, p.79).

¹¹⁰ Trotsky (2005b, p.79).

¹¹¹ “Procedendo unicamente da teoria marxista da ditadura do proletariado, Lenin não pôde, nem na sua obra capital sobre a questão, *O Estado e a revolução*, nem no programa do partido, fazer, no que diz respeito ao caráter do Estado, todas as deduções impostas pela condição de atraso e pelo isolamento do país” (Trotsky, 2005b, p.82).

Ou seja, o esquema teórico de Lenin contido em *O Estado e a revolução* colocava a necessidade de destruir o aparelho de Estado antigo e construir um novo. Mas este último já não seria um “Estado no velho sentido da palavra”, uma vez que “Com as armas, a força material passa diretamente, de imediato, para as organizações dos trabalhadores, tais como os Sovietes. O Estado, aparelho burocrático, começa a desaparecer desde o primeiro dia da ditadura do proletariado” exatamente porque, citando Lenin, ele mostra que também para Ilitch haveria a “passagem imediata a um estado de coisas no qual todos desempenharão funções de controle e vigilância, no qual todos serão momentaneamente ‘burocratas’, *ninguém* podendo, por isso mesmo, burocratizar-se” (Trotsky, 2005b, p.77).

O que há de novo no novo “aparelho de Estado proletário” se em todos eles é necessário “conservar uma minoria privilegiada enquanto não é possível assegurar a igualdade real”¹¹²? Para Trotski a resposta seria: a base econômica do Estado proletário é distinta da do Estado burguês tradicional (estatização dos meios de produção com a “expropriação dos expropriadores”); o fato do poder repressivo e do aparelho burocrático jurídico-político tradicional ter sido desmantelado e suas funções transferidas para a maioria trabalhadora do povo em armas, e; mesmo a burocracia sendo uma minoria privilegiada *socialmente*, ela está subordinada *política e economicamente* aos organismos dos trabalhadores, que detêm o poder de Estado em suas mãos.

Trotski, com isso, mantém-se no interior do esquema leniniano original, mas acrescenta a necessidade de existência de tal “minoria privilegiada” mesmo no Estado operário, que Lenin considerava como sendo passível de eliminação mais ou menos imediata após a tomada do poder estatal burguês. Qual é então a função dessa minoria privilegiada? A que necessidade social ela responde? Basicamente, à necessidade socioeconômica de manter (e elevar, especialmente em “países atrasados”) o nível de desenvolvimento das forças produtivas, pré-condição indispensável para o atingimento do socialismo. Nas condições sociais da Rússia pós-revolucionária, a burocracia, de minoria socialmente privilegiada, tinha se convertido em usurpadora do poder político do Estado proletário, ainda que não tivesse alterado as formas e relações de propriedades pós-revolucionárias.

E ela conseguiu usurpar/expropriar o poder estatal proletário exatamente pelo grau extremo de caos, miséria, atraso e devastação social e pela “desintegração” dos trabalhadores (e de suas instituições materiais de exercício de poder) em consequência dos primeiros anos

¹¹² Por seu lado, como visto, Mészáros observa a necessidade do “proletariado voltar a sua ditadura contra si mesmo” dada a continuação da divisão social-hierárquica do trabalho e a arbitragem entre diferentes segmentos e interesses parciais complexos de trabalhadores (Mészáros, 2002, p.1054-5). Ou seja, dado o fato de que funções tradicionais do Estado continuam em vigência mesmo após a tomada do poder político pelo proletariado.

pós-1917. Como a burocracia não tinha modificado e era de certa forma obrigada a manter a propriedade *estatal* dos meios de produção¹¹³ (de onde advinham os seus privilégios sociais), ela, para Lev Bronstein, cumpria uma função progressiva. Mas essa função progressiva – quando comparada com as formas de propriedade capitalistas “normais” –, era acompanhada de outra regressiva: a ampliação da desigualdade social em nível institucional multidimensional (exército, família, empresas, Estado, etc.), fazendo com que a sociedade soviética se aproximasse cada vez mais, por um lado, dos traços mais reacionários da Rússia czarista e, por outro, dos elementos, aspirações e ideologias burguesas das sociedades capitalistas ocidentais. Uma formação social inédita¹¹⁴.

Caso o proletariado, nacional ou internacional, não desse um passo à frente, a burocracia poderia acabar restaurando o capitalismo, dado o conflito das tendências fundamentais opostas – base social estatal “socialista” e normas de distribuição “burguesas”, e o crescimento das segundas. Em sua definição mais pormenorizada da natureza social da URSS, ele disse:

Definir o regime soviético como transitório, ou intermediário, é abandonar as categorias sociais acabadas como o *capitalismo* (incluído o “capitalismo de Estado”) e o *socialismo*. Mas esta definição é em si absolutamente insuficiente e é capaz de sugerir a ideia de que a única transição possível para o regime soviético atual é o socialismo. Na verdade, uma volta ao capitalismo é totalmente possível. Uma definição mais completa seria, necessariamente, mais complicada e ponderada. A União Soviética é uma sociedade contraditória no meio do caminho entre o capitalismo e o socialismo, na qual: a) as forças produtivas são ainda insuficientes para dar à propriedade de Estado um caráter socialista; b) a propensão para a acumulação primitiva, nascida da necessidade, manifesta-se por todos os poros da economia planificada; c) as normas de distribuição que preservam a natureza burguesa são a base da nova diferenciação social; d) o desenvolvimento econômico, melhorando lentamente a condição dos trabalhadores, contribui para a rápida formação de uma camada de privilegiados; e) a burocracia, explorando os

¹¹³ Trotski estava consciente da distinção entre propriedade *estatal* e propriedade *social* dos meios de produção. Entendia a primeira como um momento indispensável para a segunda: “A propriedade privada, para se tornar social, tem que passar inevitavelmente pela estatização, tal como a larva, para se tornar borboleta, tem de passar por crisálida. Mas a crisálida não é uma borboleta. Milhares de crisálidas morrem sem chegarem a ser borboletas. A propriedade do Estado só se torna a de “todo o povo” à medida que desapareçam os privilégios e as distinções sociais e, conseqüentemente, o Estado perca a sua razão de ser. Em outras palavras: a propriedade do Estado torna-se propriedade socialista à medida que vai deixando de ser propriedade do Estado. E o contrário é verdade: quanto mais o Estado soviético se elevar acima do povo, quanto mais se opuser a ele, como guardião da propriedade do povo e dilapidador dessa propriedade, mais obviamente testemunha contra o caráter socialista da propriedade estatal” (Trotsky, 2005b, 215).

¹¹⁴ Vários foram os marxistas que se debruçaram sobre a difícil tarefa de enfrentar o “enigma do stalinismo”. Para um resumo das principais, ver Salvadori (1988, p.285-337), que sumariza as análises de Kautski, Hilferding, Bauer, Trotski, Serge, Rosenberg, Souvarine, Rizzi, Burnham, Schachtman, Korsch, Pannekoek e Ruhle. Para o debate mais específico sobre a continuidade/descontinuidade entre leninismo e stalinismo, ver Lowy (1999) e Cerdeira (1999). Sobre este último ponto é iluminadora a observação do próprio Trotski descrita por Salvadori: “Contudo, se Trotski, por um lado negava a tese da continuidade, por outro lhe abria as portas. De fato, foi ele mesmo quem escreveu: uma vez que a democracia soviética fora suprimida em 1919, “diante da lei de um Estado de partido único”, abriu caminho “no Partido Bolchevique à tendência à centralização”, que foi “prenunciadora segura do totalitarismo”, tanto que “não é fácil agora traçar o limite histórico entre o centralismo democrático do Partido Bolchevique e o totalitarismo que dele derivou”” (Trotsky apud Salvadori, 1988, p.318).

antagonismos sociais, tornou-se uma casta incontrolável, estranha ao socialismo; f) a revolução social, traída pelo partido governante, ainda existe nas relações de propriedade e na consciência dos trabalhadores; g) a evolução das contradições acumuladas pode tanto levar ao socialismo como de volta para o capitalismo; h) no rumo do capitalismo, a contra-revolução deverá quebrar a resistência dos operários; i) no caminho para o socialismo, os trabalhadores terão que derrubar a burocracia. Em última instância, a questão será resolvida pela luta das duas forças sociais, tanto na arena nacional como na internacional (Trotsky, 2005b, p.227).

Em grandes traços foi mais ou menos essa a análise que Trotski fez do “Termidor stalinista” e de seu papel na consolidação do Estado operário burocratizado (transitório) soviético¹¹⁵. Várias críticas e análises alternativas surgiram à interpretação trotskiana¹¹⁶. As mais significativas talvez sejam especialmente aquelas oriundas de teóricos ligados ao maoísmo político, que entenderam que a sociedade surgida na URSS se organizava segundo um “capitalismo de Estado”.

Iniciemos por Charles Bettelheim. De acordo com ele, a URSS e os países do leste europeu foram sociedades capitalistas de Estado porque “o proletariado (...) *perdeu o poder político a favor de uma nova burguesia*, de modo que a direção revisionista do Partido Comunista da União Soviética é hoje o instrumento desta nova burguesia” (Bettelheim In Bettelheim e Sweezy, 1978, p.30). Para Bettelheim, o socialismo deve ser identificado com a ditadura do proletariado “(portanto, com o poder das massas trabalhadoras, com a dominação da ideologia marxista-leninista, com a prática de uma linha de massas pela direção

¹¹⁵ O caráter contrarrevolucionário da facção stalinista e o processo do “termidor soviético” não impediu que Trotski continuasse defendendo a URSS diante do imperialismo ocidental capitalista, fascista ou democrático. Esse fato também foi motivo para defecções no interior de suas próprias fileiras. Sobre tal defesa, ele se referiu – em *A URSS na guerra* (1939) – da seguinte forma: “O que defendemos na URSS? Não são aquelas coisas nas quais a URSS se parece com os países capitalistas, mas precisamente aquilo em que ela se diferencia destes. Na Alemanha, também defendemos uma insurreição contra a burocracia dirigente, porém só para derrotar imediatamente a propriedade capitalista. Na URSS, a derrota da burocracia é indispensável para a preservação da propriedade estatal. Estamos pela defesa da URSS somente neste sentido. (...) Sem dúvidas, Bruno R[izzi], de acordo com o fato de que o “coletivismo burocrático” saiu vitorioso em todas as frentes, nos assegura que nada ameaça a propriedade estatal, porque Hitler (e Chamberlain?) estão tão interessados quanto Stalin na sua manutenção (logo verá!). É triste dizer, mas as afirmações de Bruno R[izzi] são frívolas. Em caso de vitória, certamente Hitler começaria por defender a devolução de todas as propriedades que foram expropriadas aos capitalistas alemães; depois, asseguraria a mesma coisa aos capitalistas ingleses, franceses, belgas, uma vez que chegaria a um acordo com eles, às custas da URSS; por fim, faria da Alemanha o principal contratador das mais importantes empresas estatais da URSS, favorecendo os interesses da máquina militar alemã. Agora Hitler é um aliado e amigo de Stalin; porém, se com a ajuda de Stalin, Hitler conseguir sair vitorioso na frente Oeste, na manhã seguinte voltará seus canhões contra a URSS. E finalmente, também Chamberlain, em circunstâncias semelhantes, atuaria da mesma forma que Hitler” (Trotsky, s/d, p.30-1). E em abril/1940 – em *Balanço dos acontecimentos finlandeses* – ainda acerca da mesma questão: “Uma coisa é solidarizar-se com Stalin, defender sua política, assumir responsabilidade por ela (como faz a triplamente infame Internacional Comunista) e outra é explicar à classe trabalhadora mundial que apesar dos crimes de Stalin não podemos permitir que o imperialismo mundial esmague a União Soviética, restabeleça o capitalismo e converta a terra da Revolução de Outubro em uma colônia. É esta aplicação que proporciona bases para a nossa defesa da União Soviética” (Trotsky, s/d, p.202).

¹¹⁶ Coggiola (2012) apresenta algumas críticas à análise trotskiana exaradas por teóricos não mencionados por Salvadori (1988), como Castoriadis, Deutscher, Artous e Cliff.

revolucionária, etc.)”, e não com o desaparecimento das relações mercantis (Bettelheim In Bettelheim e Sweezy, 1978, p.37).

Esta linha de interpretação coloca a centralidade e o critério para o avanço do socialismo como

“a detenção crescente pelos produtores imediatos das suas condições de existência e, portanto, em primeiro lugar, dos seus meios de produção e dos seus produtos. Esta detenção não pode deixar de ser colectiva, e aquilo a que se chama “plano económico” é um dos meios desta detenção, mas só em condições politicamente determinadas, na falta das quais o plano não passa de um meio particular posto em prática por uma classe dominante, distinta dos produtores imediatos, que vivem do produto do seu trabalho, para assegurar a sua própria dominação sobre os meios de produção e sobre os produtos correntemente obtidos” (Bettelheim In Bettelheim e Sweezy, 1978, p.54).

O decisivo portanto “não é o modo de “*regulação*” da economia mas sim a natureza da *classe no poder*” (Bettelheim In Bettelheim e Sweezy, 1978, p.64). O poder é entendido como o comando de classe sobre o aparelho de Estado pós-revolucionário. Seguindo o raciocínio, é necessário então distinguir quando temos um aparelho de Estado proletário e quando ele deixa de existir. Diz Bettelheim: “O conteúdo fundamental da *diferença* entre um aparelho de Estado proletário e um aparelho de Estado burguês é a *não-separação* do aparelho de Estado proletário em relação às massas, a sua subordinação a estas, portanto, o desaparecimento daquilo a que Lenine chamava “um Estado no sentido próprio” e a sua substituição pelo proletariado organizado em classe dominante” (Bettelheim In Bettelheim e Sweezy, 1978, p.83).

A ênfase transicional do teórico francês recai de modo explícito nas esferas política e ideológica. E o partido político revolucionário (de vanguarda) tem claramente o papel dominante e condutor do processo “ainda que não possa (ou não deva) se separar das massas”. Ele o afirma em diversas passagens. Sobre o partido proletário na transição, assevera:

“(…) a ditadura do proletariado exige que o aparelho de Estado esteja *subordinado* ao partido proletário. (...) O *aparelho dominante* do poder proletário, portanto, é o *partido marxista-leninista*, e não o aparelho de Estado. O partido marxista-leninista é o verdadeiro instrumento da ditadura do proletariado e a forma essencial de organização do proletariado em classe dominante. O papel decisivo que cabe ao partido está relacionado com o *lugar dominante* ocupado pela *ideologia proletária* de que o partido está *imbuído* (...)” (Bettelheim In Bettelheim e Sweezy, 1978, p.90).

E ainda: “A única “*garantia*” do progresso na via socialista é a capacidade real do partido dirigente de não se separar das massas” (Bettelheim In Bettelheim e Sweezy, 1978, p.101). Sobre a ênfase nas dimensões política e ideológica para a transição, é colocado que “Com efeito, o carácter proletário de uma revolução tem muito mais a ver com o *papel dominante* desempenhado pela ideologia proletária e pelo partido portador dessa ideologia que com a amplitude “*numérica*” do proletariado. Por conseguinte, o papel dominante do

proletariado na revolução é, antes de mais, um papel ideológico e político” (Bettelheim In Bettelheim e Sweezy, 1978, p.97). Paul Sweezy, que participa do debate transcrito no livro em tela – e retirado das páginas da revista *Monthly Review* entre outubro/1968 e outubro/1971 –, acaba finalmente por concordar com os elementos principais da análise de Bettelheim. Para destacar ainda mais as características dessa análise, e mostrar os pontos centrais de suas observações críticas em relação à de Trotski, que é o que nos interessa aqui, apresentaremos ainda as considerações de Naves (1998), Gutierrez (2008) e Martorano (2002).

Marcio Naves pontua a insuficiência de interpretações sobre a natureza das sociedades pós-revolucionárias que ficam no terreno jurídico, das “figuras do direito, notadamente, da propriedade” (Naves, 1998, p.75). Para ele, é “somente com a “desmontagem” da organização capitalista do processo de trabalho, com a superação da divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e entre as tarefas de direção e execução que será possível à classe operária realizar a reapropriação das condições materiais da produção e a conseqüente extinção do processo de valorização” (Naves, 1998, p.76). A revolucionarização deve se dar tanto na natureza das relações de produção – ligada ao controle do processo de trabalho e à diminuição progressiva de sua divisão social e hierárquica –, como no antigo aparelho de Estado (com a modificação fundamental de seu núcleo repressivo) através do reforço das organizações de massa. De acordo com ele, essas condições não se efetivaram na URSS por conta de uma situação conjuntural extremamente grave, da débil penetração do bolchevismo nas massas operárias e camponesas, além das insuficiências teóricas da camada dirigente do partido. Com isso, a nova “burguesia de Estado” acabou por consolidar-se entre o fim dos anos 1920 e meados de 1930 e a revolução de Outubro foi revertida (Naves, 1998, p.77-8). Finalmente, “se existiam na União Soviética a forma valor, a forma salário, a forma moeda, etc., é porque continuavam a existir e a se reproduzir as relações de produção capitalistas” (Naves, 1998, p.86). Formas apenas ligadas ao *capitalismo* ou também ao *capital* (como sistema onibrangente)? Como poderiam ter deixado de operar essas categorias econômicas em uma sociedade que tinha bloqueado seu caminho à transição e em que a divisão social hierárquica do trabalho mantinha suas características essenciais (ainda que sob outra configuração)?

O comentário de Gutierrez ao livro *A revolução traída*, de Trotski, procura se colocar por fora do “marxismo das forças produtivas” e, portanto, dos “princípios da linha “oficial” stalinista no que tange à problemática de uma teoria de transição”, coisa que Lev Bronstein não teria conseguido fazer – apesar de sua crítica ao “Termidor soviético” –, uma vez que sua “(...) problemática de fundo permanece a mesma da linha “oficial”: indissolubilidade entre

socialismo e desenvolvimento das forças produtivas” (Gutierrez, 2008, p.153). A interpretação aqui apresentada afirma existir uma tensão no interior de *A revolução traída*: por um lado, na sua análise das classes sociais na URSS, Trotski formulava conceitos “intermediários” (“camadas sociais”, “regime transitório”, etc.), fugindo da rigidez teórica da época; por outro lado, mantinha-se preso à mesma rigidez, ao classificar o Estado soviético de “operário”, posicionando-se de uma “*perspectiva finalista*, um *dever* operário” (Gutierrez, 2008, p.151-2). Ele condena a classificação trotskiana (e leniniana) de “Estado burguês sem burguesia”¹¹⁷, pois parece decorrer da ideia “de que é possível a *existência de exploração sem a existência de classes*” (Gutierrez, 2008, p.150). As personificações pós-capitalistas do capital soviéticas (Mészáros) eram uma “classe social”, uma espécie de “burguesia de Estado”?

Numa incompreensão incrível da argumentação trotskiana, derivada da ideia de que para Trotski socialismo e desenvolvimento das forças produtivas seriam mais ou menos sinônimos – ou seja, que para Trotski a tarefa de qualquer sociedade socialista seria desenvolvê-las sem considerações por, ou apesar de, outros fatores, ligando-o ao mais mecânico economicismo –, e que já que a burocracia proporcionava esse crescimento na URSS, ela teria um caráter necessário e “progressivo”, o comentador se enreda em confusões notáveis. E, parecendo não conceber o dilema prático – cada vez mais agudo em condições sociais altamente desfavoráveis de “atraso” e miséria –, da sociedade de transição soviética entre a manutenção do sociometabolismo do capital inescapavelmente herdado da sociedade anterior – agora com o Estado adquirindo novas funções de produção, distribuição e extração da taxa de excedente – e a simultânea necessidade de restituição dos poderes sociais para as massas e para as organizações dos trabalhadores, caso quisesse transitar ao socialismo, operação que Trotski procurou desenvolver, o comentador vê uma antinomia na argumentação trotskiana:

“A saída proposta por Trotsky é que haja uma combinação entre a burocracia, baseada no imperativo do desenvolvimento das forças produtivas, e a participação popular por meio de *soviets*. Entretanto, é preciso atentar para a existência de *um conflito entre planificação econômica e controle democrático da produção e da sociedade*. Se é preciso que haja um crescimento das forças produtivas e esse crescimento se dá no plano técnico, como pode ele coexistir com a ideia de criação de uma “alavanca política” que permita a “(...) participação real das massas interessadas na direção”, formulada pelo autor? Seria possível conciliar a

¹¹⁷ Martorano faz o mesmo: “Ora, nem por sua estrutura, nem por suas funções (...) a ditadura do proletariado pode ser comparada a um Estado burguês sem burguesia. A permanência do direito burguês apenas na retribuição ao trabalho durante o socialismo, não implica na existência de uma estrutura e de funções constitutivas do Estado burguês. Por outro lado, a presença do burocratismo e da função atomizadora dos trabalhadores é indício de que se trata de um Estado burguês, independentemente de qualquer discurso sobre seu caráter de classe” (Martorano, 2002, p.102).

“necessária” deformação burocrática com a democracia dos *soviets*, como propõe Trotsky?” (Gutierrez, 2008, p.152-3).

Há uma série de imprecisões aqui¹¹⁸. Em 1936, Trotski já propunha a derrubada revolucionária da burocracia, e não a coexistência com ela, pois o processo de transição estava bloqueado (e em regressão) desde 1923, aproximadamente. Só podemos entender a posição de Trotski, que afirmava que a burocracia era “necessária” e desempenhava uma função “progressiva”, se temos em mente que isso se liga tanto a uma “necessidade em desaparecimento” – num nível mais imanente de análise que se vincula aos desdobramentos positivos da transição –, quanto ao fato de que o critério usado por ele em relação à burocracia é *negativo*: é apenas por estar conectada às novas formas estatais de propriedade pós-capitalistas e lutar em grande medida contra as formas anteriores capitalistas privadas que ela é “progressiva”. A burocracia enquanto tal não é progressiva porque “desenvolve as forças produtivas”¹¹⁹. Precisa ser superada, mas não pode ser “abolida”. Para Trotski, o problema não é a existência “em si” da burocracia, pois ela é até certo ponto inevitável durante o período de transição. É a sua transformação em uma camada social usurpadora e alheia ao controle social e político dos trabalhadores através de seus organismos (fenômeno da “burocratização do Estado”). Em outras palavras, o caráter “dual” do Estado pós-revolucionário é ineliminável, mas não a apropriação usurpadora e a alienação do poder estatal dos trabalhadores pela burocracia, que na URSS se deu por razões sociais específicas.

Todavia, o comentador não se equivoca quando evidencia o tratamento insuficientemente crítico da categoria “forças produtivas” por Trotski. A questão é que tanto Lenin quanto Trotski, apesar das vicissitudes históricas, parecem ter se mantido apegados à concepção fundamental marxiana de que “O comunismo (...) pressupõe o desenvolvimento universal da força produtiva e o intercâmbio mundial associado a esse desenvolvimento” (Marx e Engels, 2007, p.38-9). Será que o fato de terem entendido limitadamente o conceito de forças produtivas é suficiente para que rejeitemos a concepção marxiana? Digamos que ambos buscaram na URSS a melhor forma de materializar a “operação de manutenção” (Mészáros, 2002, p.790) no “elo mais fraco”. Procuraram sair do “dilema prático” acima, mas

¹¹⁸ Há ainda outros juízos duvidosos e até certo ponto incompatíveis com uma compreensão adequada das virtudes e limites do pensamento trotskiano. Além dos já mencionados – (a) “o conceito “Estado operário” (...) originava-se de uma perspectiva *finalista*, um *devir* operário” (Gutierrez, 2008, p.152); (b) haveria em *A revolução traída* a justificação histórica para a existência, necessidade e a progressividade da burocracia tendo como parâmetro o critério do “crescimento das forças produtivas” –, o comentador também chega a afirmar que para Trotski “a propriedade estatal jurídica era já a forma acabada de socialismo” (Gutierrez, 2008, p.151).

¹¹⁹ Ver Trotski (2005b, p.123-4).

não conseguiram. Pois, debaixo daquelas circunstâncias, a história demonstrou que não havia solução.

Martorano (2002) elaborou um importante trabalho sobre a burocracia na transição socialista. Nele, em certo sentido, podemos ver de modo mais desenvolvido, e com observações originais, as teses anteriormente esboçadas e que tem suas raízes nas concepções maoistas de Bettelheim – mas que incorpora contribuições de outros teóricos, como Etienne Balibar, por exemplo. Logo, reencontraremos bem estruturadas as “ideias-força” dessa perspectiva teórica: buscando fugir do economicismo e da tese de primazia das forças produtivas para a transição socialista, que teriam sido mal colocadas por Marx em seu prefácio à *Contribuição à crítica da economia política* (1859), e que de alguma forma contaminaram/hegemonizaram a tradição marxista até aproximadamente meados da década de 1960, o autor desenvolve os pressupostos de sua abordagem centrados nas categorias operacionais de “modo de produção”, “relações de produção”, “forças produtivas”, “base econômica”, “superestrutura”, etc. Não iremos nos deter mais demoradamente nos argumentos principais de tal abordagem maoista – primazia da superestrutura sobre a base econômica, das relações de produção sobre as forças produtivas, da política e da ideologia proletária na transição, etc. –, mas expor o que nos parece o elemento que pode contribuir para o desenvolvimento das reflexões sobre o tema: a noção da necessária *desestatização socialista através de uma via não-estatal*. Nela, Martorano coloca que há “uma função original do Estado proletário: a sua completa desestatização de natureza socialista” (Martorano, 2002, p.211). Essa formulação se liga à necessidade de dar continuidade à tese leniniana da ditadura do proletariado como uma formação “semi-estatal” e ao mesmo tempo indicar as vias efetivas do processo de fenecimento do Estado, que foi concebida de modo “automático” – e por isso insuficiente – pelo autor de *O Estado e a revolução*.

“A desestatização socialista é o processo de transferência das atividades dos funcionários para os trabalhadores enquanto tais, sem que se afastem da produção; qualitativamente diferente da participação dos trabalhadores nos aparelhos econômico e estatal na condição de funcionários, onde se tem o fortalecimento do aparelho e um processo de estatização da ação dos agentes sociais. A medida inicial da desestatização é a criação de condições que permitam ao trabalhador, além de desenvolver o trabalho produtivo normal, participar do trabalho estatal (...)” (Martorano, 2002, p.213).

Para o autor, a ditadura do proletariado, que não se resume à existência e ao funcionamento de um Estado, deve criar condições políticas (primeiramente), econômicas e sociais que favoreçam a absorção das tarefas estatais pelos trabalhadores, “não apenas enquanto funcionários, mas, sobretudo, enquanto produtores diretos”. O processo de desestatização, então, exige a produção do que ele chama de “organizações políticas de novo

tipo” atuando ao lado do aparelho de estatal e pressupõe uma via não-estatal de exercício de poder político dos trabalhadores (Martorano, 2002, p.213-4). Como a burocracia, entendida como um corpo de funcionários ligados ao aparelho do Estado proletário, não lutará pelo desaparecimento desse mesmo aparelho estatal, caberá aos trabalhadores com consciência socialista impulsioná-las (partidos podem ajudar a formá-las e mantê-las) e realizar o combate contra os representantes (funcionários) dos trabalhadores no aparelho de Estado. Elas não se confundem com sindicatos ou partidos políticos, nem com coletivos de luta por causas específicas. O objetivo dessas “organizações políticas de novo tipo” é “transferir as atividades administrativas em prejuízo da burocracia” (Martorano, 2002, p.214). Segundo o autor, os “clubes” de trabalhadores e de soldados na Comuna de Paris foram um primeiro embrião de “organizações políticas de novo tipo” e a experiência soviética não forneceu exemplos dessas organizações, “já que os Sovietes transformaram-se em órgãos estatais fazendo parte do aparelho, e os Conselhos de Fábricas estavam voltados quase exclusivamente para o interior das fábricas e logo foram esvaziadas” (Martorano, 2002, p.215). A noção de política do autor é distinta da de Marx, uma vez que ela subsiste e se amplia no comunismo (Martorano, 2002, p.198). Por fim, o critério para o avanço da transição está tanto na desestatização socialista como na alteração das relações de produção, que seriam dois lados de uma mesma moeda. Martorano ainda desenvolve outras reflexões importantes, como a que trata sobre o pluralismo socialista como regime político da ditadura do proletariado. A tentativa de dar respostas teóricas mais gerais sobre o processo de desestatização socialista através de uma via não-estatal parece abrir um caminho original, ausente de reflexões anteriores sobre a transição e passível de desenvolvimentos, mesmo que possamos questionar de modo mais fundamental os pressupostos dessa perspectiva¹²⁰.

Em linhas gerais, este tipo de abordagem entende-se centrada nas “relações de produção” e num “marxismo das lutas de classes” em detrimento de outra que orbitaria em torno da concepção de “forças produtivas”¹²¹ cujo defeito principal seria o de se prender a

¹²⁰ Um dos aspectos-chave desse questionamento se estrutura na maneira como o método dialético é compreendido e materializado. Os conceitos – “forças produtivas”, “relações de produção”, “base”, “superestrutura”, etc. – agem uns sobre os outros, mas sempre em sequência temporal, com um “antes” e um “depois”. A ideia de reciprocidade dialética parece limitada e a vinculação entre os conceitos não é concebida “organicamente”, mas de modo “exterior”. A noção crucial de “momento predominante” está portanto ausente. Isso não é perceptível apenas em Martorano, mas em todos os teóricos acima mencionados – em maior ou menor grau.

¹²¹ Cerdeira (1998) busca defender a análise trotskiana de algumas teses e críticas dessa abordagem. Em um dado momento, afirma que “Ao dizer que o principal obstáculo não se encontra “no nível de desenvolvimento das forças produtivas” Bettelheim ignora a relação dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Esses dois conceitos não podem ser separados mais que para efeitos analíticos. São inseparáveis na realidade concreta e em qualquer caracterização que busque aproximar-se o máximo possível

visões formalistas, jurídicas e/ou economicistas sobre a transição. Mas mesmo nas contradições dessa perspectiva¹²² – tese da URSS como um “capitalismo de Estado”; transição socialista nucleada a partir da política e da ideologia proletária, que se localiza na vanguarda (marxista-leninista!) da classe; minimização do momento da ruptura política anticapitalista e da “expropriação dos expropriadores”, ou seja, das novas condições em que tem que se dar o sociometabolismo e da nova configuração do Estado pós-revolucionário e suas novas funções reguladoras metabólicas totalizantes; etc. – há elementos que podem contribuir para avanços investigativos. A citação a seguir mostra que algumas dimensões que seriam desenvolvidas e remodeladas posteriormente por Mészáros – integradas de um modo específico em um novo *sistema* explicativo –, estão presentes mesmo que de modo não articulado: ênfase no controle das condições de produção e reprodução *material* pelos trabalhadores, ataques simultâneos aos micro e macrocosmos do capital, desestatização socialista por uma via não-estatal, etc.

Eu concluo que “socialismo” definido como uma sociedade em que os meios de produção são detidos pelo Estado e onde existe um planejamento generalizado não tem necessariamente de ser uma etapa de passagem do capitalismo para o comunismo. (...) Isto não significa que tenhamos de rejeitar a apropriação pelo Estado de todos os meios de produção e o planejamento generalizado. Sem eles, é obviamente impossível afastar o capitalismo e dar os primeiros passos nessa longa marcha. Só que esses dois factores não são suficientes para definir um socialismo viável, que seja imune à ameaça de retrocesso e capaz de avançar para o comunismo. (...) o que é necessário é, nas palavras de Bettelheim, “a detenção crescente pelos produtores imediatos das suas condições de existência e, portanto, em primeiro lugar, dos seus meios de produção, e dos seus produtos”. Contudo, a questão é: “o que é que isso significa e, talvez igualmente importante, o que isso *não* significa”? Não há nenhuma resposta pronta para isto, e, tanto quanto sei, existem muito poucos estudos a seu respeito. Este é, certamente, um dos problemas que mais necessitam duma investigação intensiva, em qualquer programa de estudos da transição para o socialismo.

Para começar, temos de ter cuidado em não confundir a formulação de Bettelheim com a tradicional concepção sindicalista do controlo dos trabalhadores. Com isto, não queremos dizer que os trabalhadores não devam ter qualquer participação no controlo e direção das empresas; queremos apenas significar que tal participação, que deve ser progressiva, tem de se realizar integrada no contexto dum sistema que, *como um todo, se afaste de qualquer espécie de estratificação (...)*” (Sweezy In Bettelheim e Sweezy, 1978, p.174).

desta” (Cerdeira, 1998, p.91). Mostra ainda que a vitalidade da análise do autor de *O que é e para onde vai a URSS – A revolução traída* também pode ser provada de modo mais evidente porque antecipou que “a burocracia stalinista teve de restaurar o capitalismo, e transformar-se finalmente em burguesia. E para isto teve de abolir previamente o monopólio e a planificação da economia e restaurar a propriedade privada. No entanto, este salto de qualidade se deu no fim da década de 80 e no começo dos anos 90, não 50 ou 60 anos antes como pensavam os teóricos do “capitalismo de Estado” (Cerdeira, 1998, p.95). Em sua própria defesa, todavia, Cerdeira não parece superar a concepção *técnica* das forças produtivas.

¹²² Tratamos em bloco as considerações de Bettelheim, Sweezy, Naves, Gutierrez e Martorano. Isso pode ser bastante inadequado, uma vez que não ilumina as diferenças que existem entre eles. Nem contempla a evolução de seus pensamentos. Esse expediente tem o objetivo de enfatizar os acordos e aproximações fundamentais de todos eles com as reflexões emanadas da matriz teórica do primeiro.

Existem ainda outras críticas interessantes à caracterização trotskiana da natureza social da URSS às quais nos referiremos *en passant* com a ajuda de um já mencionado professor trotskista. A de Tony Cliff coloca que Trotski considerou “a forma da propriedade independentemente das relações de produção [caindo numa] abstração metafísica” e num “formalismo conservador contraditório com a natureza do marxismo, que subordina sempre a forma ao conteúdo”¹²³ (Cliff apud Coggiola, 2012, p.120). Cliff depois romperia com a teoria trotskiana, defenderia a concepção de “capitalismo de Estado” e abandonaria a defesa da URSS, uma vez que num confronto com nações imperialistas ocidentais tratar-se-ia do choque de um tipo de capitalismo contra outro.

Mas Antoine Artous, por sua vez, utilizou-se de uma angulação que colabora para levar o problema para mais próximo de sua resolução. A maneira como suas colocações são feitas aproxima-o em alguma medida de Mészáros. É o que podemos verificar nas linhas a seguir:

“Em *O Estado e a revolução*, Lenin teria abordado a questão da extinção do Estado como resultado quase automático da estatização dos meios de produção, esquecendo “o despotismo de fábrica” (ou seja, a oposição entre “dirigentes e executantes no processo de produção”). Os *soviets* (representação direta dos produtores), base *política* do Estado operário, não resolveriam o problema que, no entanto, tinha sido registrado e analisado por Marx como uma componente orgânica e imprescindível da produção capitalista, sem, no entanto, tirar disso nenhuma conclusão política para a transição socialista. A degeneração do Estado operário não poderia ser explicada só, como proposto por Trotsky, pela formação, segundo suas palavras, de “uma poderosa casta de especialistas da *distribuição*, criada e fortalecida graças à operação em absoluto socialista consistente em tirar de dez pessoas para dar a uma só”, esquecendo, segundo Artous, o “despotismo de fábrica ou formas semelhantes reproduzidas pela revolução russa” (Artous se referiu à defesa por Lenin do sistema taylorista de disciplina do trabalho, como já o fizera Robert Linhart). Seria questionável, por isso, a definição trotskista da URSS como “Estado operário degenerado” (embora fosse correta a definição de Lenin, “Estado operário deformado” na década de 1920): “Depois da contra-revolução stalinista, esse Estado não é operário no plano político (partido e aparelho estatal) ou no plano das relações de produção”.

O poder stalinista, porém, não era burguês, pois o Estado capitalista se estrutura com base na distinção entre poder econômico e poder político, inexistente na URSS. Ao defini-lo como “operário”, porém, “Trotsky ficou preso a categorias operacionais do modo de produção capitalista e da burguesia, mal adaptadas à nova realidade social [da URSS stalinista]” (Artous apud Coggiola, 2012, p.111-112).

Apesar das suas críticas, tanto Cliff quanto Artous¹²⁴ consideraram a perspectiva trotskiana como “a melhor análise do problema [no período] anterior à Segunda Guerra

¹²³ Coggiola responde assim a Cliff: “Subordinar sempre a forma ao conteúdo talvez fosse parte do marxismo de Cliff, que não tinha, porém, o direito de transformar isso num dogma (oriundo de uma suposta “natureza do marxismo”), entre outras coisas, por ser perfeitamente falso (do ponto de vista marxista ou de qualquer teoria dotada de bom senso)” (Coggiola, 2012, p.120).

¹²⁴ De acordo com Coggiola, Artous falou em um “ponto cego da tradição marxista” (em relação à questão da divisão *técnica* do trabalho) que viria pelo menos desde Engels no Anti-Duhring. Este último escreveu: “O primeiro ato em que o Estado aparece realmente como representante de toda a sociedade – a posse dos meios de

Mundial” (Coggiola, 2012, p.112). Os motivos pelos quais a tese do “capitalismo de Estado” para a URSS não se sustenta – e que já tinham sido questionados por Trotski – foram assim expostos por Mészáros:

“O domínio do capital, fundado no atual sistema da divisão do trabalho (que não pode ser abolido apenas por um ato político, mesmo que radical e livre de “degeneração”), prevalece assim durante uma parte significativa do período de transição, embora deva exibir características de uma tendência decrescente, para que a transição possa ter qualquer êxito. Mas isso não significa que as sociedades pós-revolucionárias continuem “capitalistas”, da mesma forma que a sociedade feudal e as anteriores não podem ser corretamente caracterizadas como capitalistas em função do maior ou menor uso de capital monetário e da mais ou menos desenvolvida parcela nelas ocupada, como elemento subordinado, pela produção de mercadorias.

Capitalismo é aquela particular fase da produção de capital na qual:

1. a *produção para a troca* (e assim a mediação e dominação do valor de uso pelo valor de troca) é *dominante*;
2. a *força de trabalho* em si, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como *mercadoria*;
3. a *motivação do lucro* é a força reguladora fundamental da produção;
4. o mecanismo vital de extração *da mais-valia*, a separação radical entre meios de produção e produtores assume uma *forma inerentemente econômica*;
5. a *mais-valia* economicamente extraída é *apropriada privadamente* pelos membros da classe capitalista; e
6. de acordo com seus *imperativos econômicos* de crescimento e expansão, a produção do capital tende à *integração global*, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica.

Falar de capitalismo nas sociedades pós-revolucionárias, quando apenas uma destas essenciais características definitórias – a de número quatro – é mantida e, até mesmo esta, de forma radicalmente alterada, já que a extração de trabalho excedente é regulada política e não economicamente, implica o desprezo ou a confusão das condições objetivas do desenvolvimento, com sérias consequências para a possibilidade de penetrar-se na natureza real dos problemas em questão” (Mészáros, 2002, p.1029).

Em vista das observações acima, é possível dizer que Trotski não focalizou adequadamente a questão das relações sociais de produção – dado o seu entendimento limitado da categoria *forças produtivas*, que para ele (e para Lenin) era mais ou menos percebida em seu atributo técnico – e do radical combate da divisão social-hierárquica do trabalho. Em suma, o centro nervoso de seu programa de reestruturação da URSS, ainda que contemplasse medidas reformadoras no âmbito econômico, com a efetiva participação dos trabalhadores, estava na esfera política e social, com uma ligação (mas, de modo não “orgânico”) entre distribuição e produção. Tanto ele como Lenin ficaram presos à dimensão social da “classe contra classe” (Mészáros). O desaparecimento do Estado nunca deixou de

produção em nome de toda a sociedade – é ao mesmo tempo seu último ato como Estado (...). O governo das pessoas cede seu lugar à administração das coisas e à direção das operações de produção”: isto equivaleria a esquecer o (provável) despotismo na produção numa economia estatizada (Coggiola, 2012, p.111). Coisa muita parecida foi observada por Polese (2013), como visto anteriormente.

ser um objetivo para ele¹²⁵, nem para Lenin, mas não foram desenvolvidos os mecanismos institucionais não estatais necessários para a reabsorção pela sociedade das funções políticas do Estado. Permaneceu no mesmo horizonte político e teórico de Lenin, que colocava que o Estado dos trabalhadores iria fenecendo à medida que os mecanismos de controle e inspeção passassem cada vez mais para as mãos de todos os trabalhadores. Ou seja, a maior eficiência técnica e contábil do Estado dos trabalhadores iria se desenvolver tão fortemente – a partir do florescimento de uma autêntica democracia soviética evidentemente –, que essas funções transcenderiam os limites da dominação do Estado enquanto tal, de forma mais ou menos “automática”.

Se for aceitável o argumento de que Trotski continuou trabalhando com as “categorias do modo de produção capitalista” para uma sociedade não mais capitalista, como afirma Antoine Artous, e isso deve ser colocado com a ressalva de que o próprio Trotski buscou desenvolver conceitos complexos para a sociedade contraditória surgida da revolução de Outubro – como “regime social transitório dual”¹²⁶, “camada social”, “Estado burguês sem burguesia”, etc. – esse foi também o limite, e paradoxalmente talvez ainda maior, dos seus críticos maoistas, que, por um lado, se destacaram algumas lacunas da teoria trotskiana da transição e sua ênfase nas formas de propriedade (estatização dos meios de produção) e normas de distribuição, por outro lado, não conseguem explicar adequadamente a restauração capitalista que se operou nos países do leste, além de sua teoria da natureza social da URSS como um “capitalismo de Estado” trazer antinomias categoriais importantes. Entre as elaborações de Lenin em *O Estado e a revolução* e as visões sobre o Estado em Trotski, não pudemos identificar divergências significativas. É lícito entender que sua ação nesse terreno

¹²⁵ “Na economia nacionalizada, a *qualidade* supõe a democracia dos produtores e dos consumidores, a liberdade de crítica e de iniciativa, condições incompatíveis com o regime totalitário do medo, da mentira e da adulação. Por trás do problema da qualidade, há um problema maior e mais complexo, que pode se resumido no conceito “criação técnica e cultural independente”. Um filósofo da Antiguidade sustentava que o conflito é o pai de todas as coisas. Onde o choque das ideias é impossível, não poderá haver criação de novos valores. A ditadura revolucionária significa em seu estrito sentido limitação da liberdade. É precisamente por isso que as épocas revolucionárias nunca foram propícias à criação cultural: apenas abrem o caminho para isso. A ditadura do proletariado abre ao gênio humano um horizonte tanto mais vasto quanto mais deixar de ser uma ditadura. A cultura socialista só poderá florescer na proporção do desaparecimento do Estado. Nesta lei simples e inabalável está contida a sentença de morte do atual regime político da União Soviética. A democracia soviética não é uma reivindicação política abstrata ou moral. Tornou-se para o país uma questão de vida ou de morte” (Trotsky, 2005b, p.243).

¹²⁶ Trotski chegou a mencionar que o proletariado é uma classe dirigente e, ao mesmo tempo, oprimida: “Dizer que o proletariado *dominante* em um único país atrasado e isolado, continua ainda sendo uma classe *explorada*, tem todo o fundamento. O imperialismo mundial representa a fonte da opressão, a burocracia funciona como mecanismo de transmissão dessa opressão. Se há uma contradição entre os termos “classe dirigente e oprimida” esta contradição não surge dos erros do pensamento, mas sim de uma contradição na própria situação da URSS. É precisamente por isso que rejeitamos a teoria do socialismo em um só país” (Trotsky, s/d, p.236).

crucial desenvolveu até o fim uma perspectiva teórica à qual Lenin também se filiava, com suas virtudes e limites.

Trotsky teve uma percepção mais apurada das diferenças substantivas entre as sociedades de capitalismo ocidental e a sociedade pós-revolucionária soviética do que os seus críticos. Isso lhe deu uma vantagem política e o dotou da capacidade de realizar prognósticos históricos insuperáveis em seu tempo e inatingível para qualquer um de seus adversários.

“Somente levando-se em conta a necessária perspectiva histórica pode-se fazer um juízo correto sobre um problema como o da substituição de um regime social por outro. A alternativa histórica, levada até o fim, é a seguinte: ou o regime de Stalin é uma recaída detestável no processo de transformação da sociedade burguesa em uma sociedade socialista, ou o regime de Stalin é o primeiro estágio de uma nova sociedade exploradora. Se a segunda hipótese mostrar-se correta, então, logicamente, a burocracia se converterá em uma nova classe exploradora. Por mais custosa que seja a segunda perspectiva, se o proletariado se mostrasse realmente incapaz de cumprir a missão que lhe impõe o curso dos acontecimentos, restaria somente reconhecer que o programa socialista, baseado nas contradições internas da sociedade capitalista, acabou sendo uma utopia. E, por si só, estaria evidente que seria necessário um novo programa “mínimo” para a defesa dos interesses dos escravos da sociedade burocrática totalitária” (Trotsky, s/d, p.24).

Por colocações como essas, um analista observou a incomparável magnitude política e teórica de Lev Davidovitch:

É de grande interesse, porém, observar que Trotsky não recuou, num momento em que sua vida já estava chegando ao fim, diante do exame daquela hipótese, que teria significado a crise não apenas de sua batalha anti-stalinista, mas de toda a sua obra de revolucionário: a hipótese de que o totalitarismo soviético pudesse ter o caráter de fórmula estável e de que o proletariado não fosse capaz de realizar no Ocidente a revolução anticapitalista e, na URSS, a revolução anti-stalinista. Nesse caso, afirmava ele, não restaria outra solução além de concluir que o marxismo revolucionário havia sido relegado pela história ao reino da utopia. Trotsky afirmou, com todas as letras, que considerava que uma hipótese desse tipo permaneceria no plano das construções mentais; mas – e temos aqui um sinal de sua atormentada grandeza intelectual – não só não se recusou a tomá-la em consideração, como formulou também uma resposta precisa. Ao fazer isso, demonstrou ser um teórico de formidável estatura, um intelectual de coragem, já que nada era mais difícil para um político de sua dimensão do que pôr em discussão, diante do tribunal da história, todo o seu passado e o sentido desse mesmo passado” (Salvadori, 1988, p.320).

Apesar de alguns erros sobre as perspectivas de revolução no Ocidente e de insuficiências acerca de sua análise da URSS, qual foi aquele que conseguiu captar com tanta profundidade, em suas linhas fundamentais, o sentido do seu tempo histórico? Quem como ele conseguiu ir tão longe? Qual deles em sua época carregou as consequências de seu destino e de sua tragédia – do caráter de seu “marxismo clássico” em uma época “não clássica”¹²⁷ – com tanta estatura moral e presciência política e histórica? “O marxismo de Trotsky” – e ele

¹²⁷ “Deve mais uma vez ser enfatizado, que até o final, tanto a fraqueza como a força de Trotsky estavam enraizadas no marxismo clássico. Suas derrotas sintetizaram o predicamento básico pelo qual o marxismo clássico foi atacado como doutrina e movimento: a discrepância e o divórcio entre a visão marxista do desenvolvimento revolucionário e o curso real da luta de classes e da revolução” (Deutscher, 1984, p.527).

só conseguiu chegar tão fundo por conta da especificidade dialética de seu marxismo – não se encontra relegado a um passado acabado, mas transcende a época em que foi forjado porque muitos dos problemas com que então se defrontou são ainda os nossos próprios problemas. Por isso, ele nos fornece uma metodologia teórica e política para a luta pela transição ainda hoje necessária. As palavras de Perry Anderson apenas confirmam a necessidade e a atualidade de sua perspectiva:

“O preço pago pela tentativa de manter uma unidade marxista entre teoria e prática, mesmo nos casos a que a ela renunciaram pontualmente, foi extremamente elevado. Mas o que se ganhou em troca para o futuro do socialismo foi imenso. Hoje, esta herança teórico-política nos fornece um dos elementos fundamentais para qualquer renascimento do marxismo revolucionário a uma escala internacional” (Anderson apud Coggiola, 1990, p.40).

4 – Luta para além do capital e transição em István Mészáros

“O núcleo da concepção política de Marx – a asserção de que a política (com ênfase particular na versão associada ao Estado moderno) *usurpa* o poder social de decisão que ela *substitui* – é e permanece completamente inatacável, pois abandonar a ideia segundo a qual a política socialista deve se preocupar, em todos os passos, mesmo nos menores, com a tarefa de *restituir* ao corpo social os poderes usurpados inevitavelmente despoja a política de transição de sua orientação e sua legitimação estratégicas, e assim necessariamente *reproduz*, de uma nova forma, o substitucionismo burocrático” herdado, em vez de criá-lo novamente com base em algum místico “culto à personalidade”. Consequentemente, a política socialista ou segue o caminho aberto por Marx – *do substitucionismo à restituição* – ou deixa de ser política socialista e, ao invés de “abolir a si própria” no processo, transforma-se em autopetuação autoritária”.

Mészáros (2002, p.571).

István Mészáros, filósofo e intelectual húngaro, teve contato direto com Georg Lukács¹²⁸, um dos mais importantes pensadores marxistas do século 20. Nascido em 1930, aos 26 anos vivenciou a tentativa de uma reforma política em seu país. O Exército Vermelho esmagou o levante. Foi o ano das ilusões perdidas para ele¹²⁹. Mészáros, já a partir da década de 1970, começa um estudo de toda uma vida intelectual, com o objetivo de “a partir da análise da crítica da alienação de Marx” realizar um alentado estudo para a atualização d’*O capital*¹³⁰. O resultado é o seu livro “Para além do capital: rumo a uma teoria da transição”.

¹²⁸ Netto esclarece de maneira apropriada a relação de Mészáros com Lukács: “Mészáros é pensador de estirpe clássica, que mobiliza sólido acervo cultural no trato das expressões ideais que, no século XX, serviram, intencionalmente ou não, para legitimar o jugo do capital. Ele conduz esse tratamento, ao mesmo tempo, com artilharia pesada e esgrima florentina, num estilo de crítica haurido nos melhores escritos de Marx e Lukács. (...) A alusão a Marx e Lukács não é casual: Mészáros é legatário de ambos. Não é, jamais, um discípulo: é continuador, distingue o que é vivo do que é morto, serve-se da herança marxiano-lukacsiana para fazer avançar criadoramente a crítica revolucionária do presente” (Netto, 2007, s/p).

¹²⁹ “Tendo sentido diretamente o regime stalinista e a sangrenta repressão do levante de 1956 na Hungria pelo Exército Vermelho (aplaudida, para sua vergonha indelével, pelos partidos comunistas do Ocidente) para mim ficou muito claro que não apenas o proclamado fim da alienação no Leste era um conto de fadas, mas também que o sistema soviético existente absolutamente nada tinha em comum com o socialismo” (Mészáros, 2002, p.44).

¹³⁰ Segundo ele, são três os sentidos da expressão “Para além do capital”: “(1) O significado central da expressão “além do capital” pretendido pelo próprio Marx quando empreendeu a monumental tarefa de escrever seu *O capital*. Neste sentido, significa ir além do *capital em si* e não meramente *além do capitalismo*; (2) Além da versão *publicada* de *O capital* de Marx, inclusive seu segundo e terceiro volumes impressos postumamente, bem como o *Grundrisse* e as *Teorias da mais-valia*. Todo o projeto a que Marx dedicou sua vida não permaneceu apenas *inacabado*, mas – segundo o plano rapidamente esboçado pelo autor em suas cartas e seus prefácios – só foi completado em seus estágios iniciais; portanto, não poderia refletir adequadamente suas intenções registradas; (3) Além do projeto marxiano em si, como ele poderia ser articulado sob as circunstâncias da ascendência global da sociedade de mercado no século XIX, quando as possibilidades de adaptação do capital

“Lukács disse certa vez, enquanto elaborava sua última obra, a *Ontologia do ser social*, que gostaria de retomar o projeto de Marx e escrever *O capital* dos nossos dias. Investigar o mundo contemporâneo, a lógica que o presidia, os elementos novos de sua processualidade, objetivando com isso fazer, no último quartel do século XX, uma *atualização* dos nexos categoriais presentes em *O capital*. Lukács pôde indicar, mas não pôde sequer iniciar tal empreitada. Coube a István Mészáros, um dos mais destacados e importantes colaboradores de Lukács, essa significativa contribuição para a realização, em parte, desta monumental (e por certo coletiva) empreitada” (Antunes apud Mészáros, 2002, p.15).

As principais contribuições de Mészáros para uma teoria da transição socialista não se constituem como um objeto particular ou como mais um tópico/tema de sua já vasta obra. Não é uma subparte que pode ser mais ou menos tranquilamente acrescentada ou retirada do conjunto de sua produção. A relação de Mészáros com uma teoria da transição se explicita tanto como a culminação e conclusão de suas teorizações – ligadas e mobilizadas por uma profunda preocupação prática –, quanto como o elemento interno dinâmico (imaneente) de suas investigações uma vez que está vinculada à sua preocupação com a “superação positiva da autoalienação do trabalho”. Assim, os seus conceitos de *sistema sociometabólico do capital*, *crise estrutural do capital*, *limites relativos e limites absolutos do capital*, *mediações de primeira ordem e mediações de segunda ordem do capital*, *Estado como estrutura material de comando político do capital*, entre outros, se articulam à necessidade de transcender a totalidade dos mecanismos de controle sociometabólico alienados, que tem no sistema do capital o seu modo historicamente mais desenvolvido, impessoal, fetichista, incontrolável e oniabrangente da história humana.

Portanto, abordar o tema da transição em Mészáros é mais ou menos sinônimo de articular o conjunto de suas preocupações. Desse modo, consideremos os aspectos abaixo – necessariamente inter-relacionados e inseparáveis – como os basilares para a compreensão de sua obra e, também e conseqüentemente, para a questão da transição. São eles: (a) a distinção entre *capital* e *capitalismo*; (b) o caráter imanentemente *incontrolável* do sistema do capital; (c) a teorização sobre a entrada em uma época de *crise estrutural do capital*; (d) a reafirmação da necessidade radical do *fenecimento* do *Estado* em geral como condição para a superação do capital, para o socialismo e para a emancipação humana. Vejamos brevemente cada um deles.

como sistema de controle “híbrido” – que só se tornou plenamente visível no século XX – ainda estavam ocultas do exame teórico” (Mészáros, 2002, p.45-6).

4.1 A distinção entre capital e capitalismo

É adequado afirmar que sem a correta compreensão da distinção entre capital e capitalismo é efetivamente impossível apreender a teoria de transição em Mészáros. Pois essa distinção se liga à noção absolutamente nuclear de *sistema sociometabólico do capital*. É para a superação desse sistema que a tarefa de transição deve ser direcionada. O capitalismo é tanto uma *fase* como uma *variedade* – certamente a mais desenvolvida, mas não a única – do sistema de controle sociometabólico do capital. Portanto, tal distinção estrutura-se como fio condutor de toda a teoria de transição de Mészáros, uma vez que sem ela não é possível enfatizar adequadamente que uma coisa é superar o capitalismo e outra é ultrapassar o capital enquanto forma incontável de controle sociometabólico.

O capital é necessariamente hierárquico e alienante, subsiste antes e continua a existir mesmo depois do capitalismo. A explicação do capitalismo como uma fase ou variedade do *sistema sociometabólico do capital* já foi apresentada (Mészáros, 2002, p.1029) – ver o subcapítulo 3.3 acima. Já o capital “é uma *relação de propriedade* – o *meio de produção alienado incorporado na propriedade privada ou estatal* – historicamente criada (e historicamente transcendível) que é contraposta a cada produtor e governa a todos” (Mészáros, 2002, p.67). O capital é um “sistema orgânico” composto por partes que se interconectam e se reforçam mutuamente e que com seu desenvolvimento e consolidação torna-se fortemente impermeável a mudanças parciais ou localizadas. Assim, uma teoria de transição que busque ir além do capital e não apenas do capitalismo precisa alterar a totalidade do “sistema orgânico” e substituí-lo por outro sistema também “orgânico”: o modo socialista de controle sociometabólico.

As partes do “sistema orgânico” do capital, inseparavelmente entrelaçadas são:

- CAPITAL, representando não só as condições materiais alienadas de produção, mas, também – na qualidade de *personificação* dos imperativos materiais do capital, inclusive o imperativo-tempo discutido anteriormente –, a subjetividade que comanda e se opõe ao trabalho;
- TRABALHO, estruturalmente privado do controle das condições necessárias de produção, reproduzindo o capital em uma escala ampliada, ao mesmo tempo em que, como sujeito real da produção e *personificação* do trabalho, *confronta defensivamente* o capital; e
- ESTADO, como a estrutura global de comando político do sistema antagônico do capital que oferece a garantia final para a contenção dos antagonismos inconciliáveis e para a submissão do trabalho, já que o trabalho retém o poder potencialmente explosivo da resistência, apesar da compulsão econômica inigualável do sistema (Mészáros, 2002, p.917).

Antes de apresentarmos a motivação básica do sistema do capital e sua real força motriz, que lhe confere um caráter efetivamente *incontrolável*, e por consequência indiferente

a quaisquer outros critérios (humanos, ambientais, etc.) que não os ligados ao seu próprio imperativo de acumulação e expansão, faz-se necessário tratar, ainda que não exaustivamente, da origem/constituição do sistema e o seu próprio modo de consolidação, que de certa forma reúne e subsume a si, em uma combinação histórica específica, e através de um *redimensionamento qualitativo*, vários momentos e diversas formas de mediação existentes ao longo da história da humanidade.

“A constituição do sistema do capital e idêntica à emergência de sua segunda ordem de mediações” (Mészáros, 2002, p.188). As mediações de segunda ordem do capital podem ser entendidas como determinados tipos de relações sociais alienadas que se sobrepõem “à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles”¹³¹ (Mészáros, 2002, p.71). Com essa sobreposição, as mediações de segunda ordem do capital “anulam a devida consciência das relações primárias de mediação e se apresentam, em sua “eterna presença” (Hegel), como o ponto de partida necessário que é também, simultaneamente, o ponto final insuperável. Elas produzem realmente uma *inversão* completa da verdadeira relação, resultando em que a ordem primária é degradada e as mediações alienadas de segunda ordem usurpam seu lugar” (Mészáros, 2002, p.71). As mediações de segunda ordem do capital são:

- “a *família nuclear*, articulada como o “microcosmo” da sociedade que, além do papel de reproduzir a espécie, participa de todas as relações reprodutivas do “macrocosmo” social, inclusive da necessária mediação das leis do Estado para todos os indivíduos e, dessa forma, vital também para a reprodução do próprio Estado;

¹³¹ As funções primárias de mediação, inelimináveis em qualquer modo histórico de controle sociometabólico das condições de reprodução da vida humana, não são um “estado natural” ou uma “camada historicamente primária”. São “uma camada *estrutural* e, assim, devem ser sempre remodeladas segundo as especificidades sócio-históricas da ordem reprodutiva em que continuam a exercer suas funções – como determinações *trans-históricas* – dentro da objetiva dialética da “continuidade na descontinuidade” e vice-versa” (Mészáros, 2002, p.214). Elas são assim apresentadas:

- a regulação da atividade reprodutora biológica, mais ou menos espontânea e imprescindível, e o tamanho da população sustentável, em conjunto com os recursos disponíveis;
- a regulação do processo de trabalho, pelo qual o indispensável intercâmbio da comunidade com a natureza produz os bens necessários para gratificação do ser humano, além dos instrumentos de trabalho, empresas produtoras e conhecimentos pelos quais se pode manter e aperfeiçoar esse processo de reprodução;
- o estabelecimento de relações adequadas de troca, sob as quais as necessidades historicamente mutáveis dos seres humanos podem ser associadas para otimizar os recursos naturais e produtivos (inclusive os culturalmente produtivos);
- a organização, a coordenação e o controle das múltiplas atividades pelas quais se asseguram e se preservam os requisitos materiais e culturais para a realização de um processo bem-sucedido de reprodução sociometabólica das comunidades humanas cada vez mais complexas;
- a alocação racional dos recursos humanos e materiais disponíveis, combatendo a tirania da escassez pela utilização econômica (no sentido de economizadora) dos meios e formas de reprodução da sociedade, tão viável quanto possível com base no nível de produtividade atingido e dentro dos limites das estruturas socioeconômicas estabelecidas; e
- a promulgação e administração das normas e regulamentos do conjunto da sociedade, aliadas às outras funções e determinações da mediação primária” (Mészáros, 2002, p.212-3).

- os meios alienados de produção e suas “personificações”, pelos quais o capital adquire rigorosa “vontade férrea” e consciência inflexível para impor rigidamente a todos submissão às desumanizadoras exigências objetivas da ordem sociometabólica existente;
- o dinheiro, com suas inúmeras formas enganadoras e cada vez mais dominantes ao longo do desenvolvimento histórico – desde a adoração ao bezerro de ouro na época de Moisés e das tendas dos cambistas no templo de Jerusalém na época de Jesus (práticas muito reais, apesar de figurativamente descritas, castigadas com fúria pelo código moral da tradição judeu-cristã – embora considerando a evidência histórica, totalmente em vão), passando pelo baú do usurário e pelos empreendimentos necessariamente limitados do antigo capital mercantilista, até chegar à força opressora global do sistema monetário dos dias de hoje;
- os objetivos fetichistas da produção, submetendo de alguma forma a satisfação das necessidades humanas (e a atribuição conveniente dos valores de uso) aos cegos imperativos da expansão e acumulação do capital;
- o trabalho, estruturalmente separado da possibilidade de controle, tanto nas sociedades capitalistas, onde tem de funcionar como trabalho assalariado coagido e explorado pela compulsão econômica, como sob o capital pós-capitalista, onde assume a forma de força de trabalho politicamente dominada;
- as variedades de formação do Estado do capital no cenário global, onde se enfrentam (às vezes com os meios mais violentos, levando a humanidade à beira da autodestruição) como Estados nacionais autônomos... e
- ... o incontrolável mercado mundial, em cuja estrutura, protegidos por seus respectivos Estados nacionais no grau permitido pelas relações de poder prevalentes, os participantes devem se adaptar às precárias condições de coexistência econômica e ao mesmo tempo esforçar-se por obter para si as maiores vantagens possíveis, eliminando os rivais e propagando assim as sementes de conflitos cada vez mais destruidores” (Mészáros, 2002, p.180).

Ou seja, o objetivo da transformação socialista é superação/substituição do conjunto dessas mediações de segunda ordem alienadas e hierárquicas do capital. Todavia, o mais desafiador no caminho para a emancipação é o fato de que a constituição do sistema sociometabólico do capital com suas mediações de segunda ordem contempla diferentes conjuntos de determinações que permanecem incrustados à estrutura do sistema como camadas “geológicas” ou “arqueológicas” formadas em épocas históricas muito diversas (Mészáros, 2002, p.206). A noção aqui é a de que o sistema sociometabólico do capital incorpora diferentes relações sociais de dominação existentes em períodos históricos precedentes – em que ele (o sistema) nem mesmo estava historicamente em pauta. Mas essa incorporação altera, adapta e redimensiona essas relações sociais de dominação à estrutura global do sistema constituído, fazendo com que elas adquiram uma nova configuração, adequada e em conformidade com os imperativos *expansionistas* do sistema. Ele apresenta assim as diferentes camadas “geológicas” ou “arqueológicas”:

“Em termos históricos, podemos identificar três conjuntos de determinações que permanecem incorporadas à constituição estrutural do sistema do capital, como se fossem “camadas geológicas” ou “arqueológicas”. Cronologicamente, a mais recente pertence à fase *capitalista* do desenvolvimento, que se estendeu apenas pelos últimos quatrocentos anos. Em compensação, a camada intermediária abrange uma escala de tempo bem maior, cobrindo muitos séculos em que emergem e se consolidam algumas mediações particulares de segunda ordem do capital, como

acontece por exemplo com o primitivo capital monetário e comercial. Contudo, essas formas de mediação sociometabólica resumem-se apenas ao que Marx chama de “*subordinação formal* do trabalho ao capital” – em comparação com a sua *subordinação real* sob as condições históricas específicas do capitalismo (...). A fase mais antiga de desenvolvimento, importante para a compreensão da constituição histórica do capital, produz formas de dominação que absolutamente não são características do modo de funcionamento do sistema do capital, mas nele são posteriormente reproduzidas numa forma adequada à tendência geral de seu desenvolvimento. Assim, a *divisão* hierárquico-estrutural *do trabalho*, que, em seu devido momento, assume uma série de formas de *dominação de classes*, precede historicamente até as mais embrionárias manifestações do modo de controle do processo sociometabólico pelo capital. Contudo, através das mediações de segunda ordem do capital, a antiga divisão hierárquica do trabalho social assume uma forma historicamente específica, que pode explorar plenamente e de início utilizar para acumulação do capital a *subordinação formal* do trabalho ao capital – base em que o cada vez mais poderoso capital pode chegar à incomparavelmente mais produtiva e lucrativa *subordinação* do trabalho a si mesmo, resultando no triunfo global do sistema do capital plenamente desenvolvido, sob a forma da produção de mercadorias universalmente difundida. O mesmo acontece com todas as formas de dominação historicamente precedentes: elas se subordinam ou são incorporadas às mediações de segunda ordem específicas do sistema do capital, da família às estruturas de controle do processo de trabalho, e das variadas instituições de troca discriminadora até o quadro político de dominação de tipos muito diferentes de sociedades” (Mészáros, 2002, p.206-7).

O capital não existiu desde sempre na história humana. Mas o demorado (trans-histórico) processo *específico* de constituição das suas mediações de segunda ordem, faz com que alguns acabem afirmando que ele é “supra-histórico”¹³². A partir dessas considerações, talvez fique mais compreensível porque a meta da emancipação socialista deve ser a ultrapassagem da “pré-história da humanidade” (Marx), que tem no capital o seu estágio mais desenvolvido, e não apenas a superação de sua fase capitalista.

4.2 O caráter imanentemente incontrolável do sistema do capital

Tudo o que é posto para o capital como condição de sua existência e de seu movimento torna-se para ele seu próprio pressuposto, “resultado de seu próprio ser”. Mészáros, citando Marx, mostra essa sua característica crucial:

“o processo no qual dinheiro ou valor-para-si-mesmo originalmente se torna capital pressupõe a *acumulação primitiva* pelo proprietário do dinheiro ou das mercadorias, que ele alcançou ainda como um *não capitalista*, quer seja pela economia ou pelo seu próprio trabalho etc. Portanto, apesar de os pressupostos para a transformação do dinheiro em capital aparecerem como *pressupostos* dados e externos para a emergência do *capital*, tão logo se transforma em capital, o capital cria seus próprios pressupostos, a saber, a posse das condições reais para a criação de novos valores sem *troca* – pelo seu próprio processo de produção. Estes *pressupostos*, que

¹³² “A especificidade histórica da segunda ordem de mediações do capital só pode ser compreendida se sua dimensão *trans-histórica* (ou seja: a relativa continuidade de sua reprodução bem-sucedida pelos séculos afora) não for confundida com seus antecedentes históricos muito distantes, mas de substância socioeconômica bastante diferente” (Mészáros, 2002, p.190).

originalmente aparecem como pré-requisitos de seu devir, e que portanto não poderiam surgir de sua *ação* como *capital*, agora aparecem como resultados de sua própria realização, como realidade, como originados por ele, não como *condições de sua emergência*, mas como *resultados de seu próprio ser*” (Marx apud Mészáros, 2002, p.711).

Esse processo faz com que o capital se torne causa de si mesmo, *causa sui*, uma espécie de “poder circular autoconstituente”. Como é incapaz de *tratar as causas como causas*, as contradições que acumula no seu processo de expansão são vistas como efeitos deletérios superáveis (ou seja, o que é causa é tratado como efeito e vice-versa). Assim, não é possível controlar ou efetivamente regular sua lógica expansionista intrínseca. Essa incontrollabilidade é acompanhada já em seus momentos iniciais das consequências mais indesejáveis e, no seu devido tempo, da potencial destruição da humanidade. Portanto, é um sistema de controle sociometabólico completamente destrutivo e irracional, pois toda a sua racionalidade é autorreferenciada, ou seja, tudo o mais que não se insira dentro de seu ponto de vista é concebido como ilegítimo e inviável. Em outros termos, o capital é o seu próprio início e o seu próprio fim, um movimento/processo circular expansivo incontrollável. Mészáros resume:

A razão porque o capital é estruturalmente incapaz de tratar as causas como causas – em vez de tratar a todas as dificuldades e complicações emergentes como efeitos manipuláveis com maior ou menor sucesso – é que esta é a *sua própria fundamentação causal*: uma verdadeira *causa sui* perversa. Qualquer coisa que aspire à legitimidade e à viabilidade socioeconômicas deve ser adaptada ao seu quadro estrutural predeterminado. Na qualidade de modo de controle sociometabólico, o capital não pode tolerar a intrusão de qualquer princípio de regulação socioeconômica que venha restringir sua dinâmica voltada para a expansão. A expansão em si não é apenas uma *função* econômica *relativa* (mais ou menos louvável e livremente adotada sob esta luz em determinadas circunstâncias, e conscientemente rejeitada em outras), mas uma maneira *absolutamente necessária* de deslocar os problemas e contradições que emergem no sistema do capital, de acordo com o imperativo de evitar, como praga, as causas subjacentes (Mészáros, 2002, p.176).

Além dessas características, o capital é um sistema de controle sociometabólico *sem sujeito*, ou seja, as “determinações e os imperativos objetivos do capital sempre devem prevalecer contra os desejos subjetivos do *pessoal* controlador que é chamado a traduzir esses imperativos em diretrizes práticas” (Mészáros, 2002, p.125). Na relação entre controle e controladores, as “personificações do capital” – sejam os capitalistas privados, burocratas do partido, etc. – são necessárias ao capital para fazer a “mediação (e a imposição) de seus imperativos objetivos em ordens conscientemente exequíveis sobre o sujeito real”, já que “o capital é baseado na alienação do controle dos produtores” (Mészáros, 2002, p.126). Por outro ângulo, podemos perceber a alteração/inversão da relação sujeito/objeto e controle/controladores da reprodução social ampliada. E porque o alvo da emancipação do

“sujeito real da produção” não pode ser as “personificações do capital”, mas o próprio capital como modo sociometabólico de controle que, se não for abrangentemente deslocado, pode reconstituir e produzir outras personificações necessárias à materialização de seus imperativos.

Dada sua característica circular incontrolável, o capital “*em si é absolutamente incapaz de se impor limites*, não importando as consequências, nem mesmo a eliminação total da humanidade” (Mészáros, 2002, p.251). Assim é que, segundo Marx,

“O capital é o impulso infinito e ilimitado de ultrapassar as barreiras que o limitam. Qualquer limite (*Grenze*) é e tem de ser uma barreira (*Schranke*) para ele. Caso contrário, ele deixaria de ser capital – dinheiro que se autorreproduz. Se tivesse percebido algum limite não como uma barreira, mas se sentisse bem dentro dessa limitação, ele teria *renunciado ao valor de troca pelo valor de uso*, passando da forma geral de riqueza para um modo *tangível e específico* desta. O capital em si cria uma mais-valia específica porque não tem como criar uma infinita; ele é o *movimento constante para criar mais da mesma coisa*. Para ele, a *fronteira quantitativa* da mais-valia é uma simples barreira natural, uma carência que ele tenta constantemente violar, além da qual procura chegar. *A barreira se apresenta como um acidente a ser conquistado*” (Marx apud Mészáros, 2002, p.251).

Isso faz com que esse impulso ilimitado para a superação das barreiras que buscam restringi-lo seja realmente uma grande vantagem histórica – componente tanto de sua justificativa como de seu defeito estrutural mais grave – e um dos mais decisivos elementos para que ele pudesse ultrapassar, em seu devido tempo, outros modos de controle sociometabólicos concorrentes mais ou menos auto-suficientes¹³³. Como o “mais dinâmico e mais competente *extrator do trabalho excedente* em toda a história” (Mészáros, 2002, p.102), o capital é incapaz de se ligar a qualquer dimensão de planejamento abrangente, permanecendo sempre atado à temporalidade de curto prazo (Mészáros, 2002, p.176). Como tem que “manter o mais alto grau possível de extração do trabalho excedente, que constitui sua *raison d'être* histórica e seu real modo de funcionamento” (Mészáros, 2002, p.103), o sistema, “na maior oposição possível a formas anteriores de “microcosmos” reprodutivos socioeconômicos altamente autossuficientes – as unidades econômicas do sistema do capital

¹³³ Alguns obstáculos para o atingimento do seu caráter mais desenvolvido tiveram que ser removidos: “Ele não poderia tornar-se a força dominante do processo sociometabólico sem antes eliminar a proibição absoluta – e religiosamente santificada – da “usura” (contestada sob a categoria de “lucro sobre a alienação”, cujo significado real era: reter o controle sobre o capital financeiro/monetário da época no interesse do processo de acumulação e, ao mesmo tempo, assegurar o lucro por meio do empréstimo de dinheiro) e vencer a batalha em torno da “alienabilidade da terra” (mais uma vez, tema de proibição absoluta e religiosamente santificada no sistema feudal), sem a qual a emergência da agricultura capitalista – condição essencial para o triunfo do sistema do capital de modo geral – seria praticamente inconcebível”. Além disso, a modificação do “(...) provérbio medieval “*nulle terre sans maître*” (nenhuma terra sem senhor) para “*l'argent n'a pas de maître*” (o dinheiro não tem dono) representou um verdadeiro maremoto. Ela indica uma *reviravolta radical*, que encontra sua consumação final no sistema do capital plenamente desenvolvido” (Mészáros, 2002, p.100-101). Naturalmente, a mercantilização da força de trabalho foi também uma das condições mais cruciais para que o sistema pudesse alcançar sua forma mais elevada.

não necessitam nem são capazes de autossuficiência” –, chega num momento em seu próprio desdobramento histórico em que ele “*pode e deve se constituir – para atingir sua forma plenamente desenvolvida – num sistema global, demolindo todos os obstáculos que estiverem no caminho*” (Mészáros, 2002, p.102).

Mesmo com sua absoluta incapacidade de se impor (ou de reconhecer) limites, o capital possui seus próprios limites – ou é obrigado a ativar limites (absolutos) para si mesmo. Após o período de sua fase de ascendência histórica, em que os seus determinantes foram constituintes positivos da expansão dinâmica – quando, “*pelo dinamismo de sua irrefreabilidade, (...) assegurou imenso avanço produtivo e, dessa forma, dirigiu-se para a satisfação potencial das necessidades e aspirações humanas*” (Mészáros, 2002, p.221) –, o capital acaba por criar, pelo seguimento incontrolável de sua razão de ser e de seu modo de funcionamento mais profundo, limites que fazem com que ele entre em uma época de crise estrutural irreversível, onde a continuação de sua reprodução ampliada apenas pode significar cada vez mais destruição para as próprias condições futuras de sua reprodução e ao mesmo tempo para a continuidade/manutenção das condições necessárias de vida da humanidade. Como bem colocou uma comentadora de sua obra,

“É o que pode se chamar de disjunção radical entre produção genuína e auto-reprodução do capital”. As barreiras à produção capitalista são suplantadas sem se medir as “devastadoras implicações para o futuro”, com o único objetivo de assegurar sua reprodução, agora como auto-reprodução destrutiva em oposição antagônica à produção genuína”. A potencialidade positiva é suplantada pelo lado negativo da produção capitalista, que passa a dominar através dos processos destrutivos do capital. A partir daí, as contradições internas do sistema são explicitadas e, com a “concomitante perdularidade do seu modo de operação”, colocam em xeque a continuidade do dinamismo produtivo e expansionista sem limites do capital (Paniago, 2007, p.52).

4.3 A época de crise estrutural do capital

O fenômeno que acaba de ser descrito é mais ou menos a complexa passagem do que os defensores do sistema podiam chamar, em sua época histórica ascendente, de seu poder de “destruição produtiva” – Schumpeter é um deles – para a modalidade de “produção destrutiva” com suas consequências devastadoras. Esta última característica tende a ativar os limites absolutos do sistema e marca a consumação de sua ascensão histórica. Pinassi resume:

“(…) diante da impotência das políticas que até então garantiam a reprodução ampliada do capital, bem como a imperativa necessidade de manter a sua marcha incansável, o cenário vem apontando, pelo menos desde a década de 1970, para mudanças que parecem ativar o seu expansivo potencial de destruição (e só destruição), uma desmistificação da noção schumpeteriana de que o capitalismo é um sistema que funciona mediante a *destruição produtiva*” (Pinassi, 2009, p.91).

Uma vez que o necessário deslocamento das contradições do sistema não encontra “(...) outras possibilidades de invasão na escala requerida, o fator *destrutivo* dos “custos totais da produção” – a ser enfrentado dentro de limites progressivamente restritivos – torna-se cada vez mais *desproporcional* e em última análise *proibitivo*” (Mészáros, 2002, p.267). Os mecanismos efetivos que o capital se valeu para buscar transcender ou deslocar essas contradições, crescentes e amplamente visíveis no século 20, especialmente após a crise econômica de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, passaram em grande medida pela tentativa de desvincular produção de consumo – ou estabelecer novos nexos entre elas. Os principais foram o incremento da taxa de utilização decrescente das mercadorias¹³⁴ e a cada vez maior centralidade do complexo militar-industrial¹³⁵ como requisitos indispensáveis para o seu processo ampliado de reprodução. Ao mesmo tempo, aumentou a necessidade de uma participação mais direta de medidas/intervenções políticas (estatais) no sentido de garantir a ampliação do processo de valorização do valor.

“No curso do último século, particularmente no período do pós-guerra, a linha de menor resistência do capital foi forçosamente reconstituída de tal modo que a expansão dos contornos da circulação e o crescimento do valor de uso correspondente à necessidade humana não são mais requisitos necessários à reprodução ampliada. (...) Já que o capital, no que diz respeito a seus objetivos auto-expansivos de produção, é totalmente desprovido de um quadro de referência e de medida humanamente significativo, a passagem da produção orientada-para-o-consumo ao “consumo” pela destruição pode se dar sem qualquer dificuldade importante no campo da própria produção. Além do mais, o método de solucionar os problemas acumulados pela ativação dos mecanismos de destruição não é de modo algum algo radicalmente novo, que só aparece com o desenvolvimento recente do capitalismo. Pelo contrário, esta é precisamente a maneira pela qual o capital conseguiu se livrar, ao longo de sua história, das situações de crise: isto é, destruindo sem cerimônia unidades superproduzidas e não mais viáveis de capital, intensificando convenientemente tanto a concentração como a centralização do capital e reconstituindo a lucratividade do capital social total. A inovação do capitalismo “avançado” e de seu complexo militar-industrial é dada pela generalização da prática anterior – que atendia às exigências excepcionais e

¹³⁴ “Além de um certo ponto, entretanto, as mercadorias destinadas ao “alto consumo de massa” deixam de ser suficientes para manter longe da porta os lobos da crise de expansão da produção (devido à ausência de canais adequados à acumulação de capital). Torna-se, desse modo, necessário divisar meios que possam *reduzir* a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, *encurtando* deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera” (Mészáros, 2002, p.670).

¹³⁵ “(...) apesar da cinica prática da “obsolescência embutida”, assim como de todos os esforços manipulatórios de propaganda, que visam produzir a mesma “obsolescência prematura” por outras vias, não é muito fácil garantir – na escala necessária e com a consistência exigida para torná-la confiável do ponto de vista do capital orientado-para-a-expansão – a motivação para o descarte perdulário de bens perfeitamente utilizáveis, dadas as restrições econômicas dos consumidores individuais, mesmo nos países mais ricos, assim como as demandas conflitantes impostas sobre seus recursos. Desse modo, garantias muito mais seguras devem ser encontradas em escala suficientemente ampla, e numa forma diretamente institucionalizável, de modo que possa prosseguir sem obstáculos o incansável impulso do capital para a frente, combinado com sua tendência a reduzir a taxa de utilização. (...) essa garantia é proporcionada ao capital pela emergência e consolidação patrocinada pelo Estado do “complexo militar/industrial”, que *temporariamente* desloca várias das contradições mais importantes” (Mészáros, 2002, p.671).

emergenciais das crises –, que se torna então o *modelo de normalidade* para a vida cotidiana de todo o sistema orientado no sentido da produção para a destruição como procedimento corrente, em conformidade com a lei tendencial da taxa de utilização decrescente, capaz de se aproximar, teoricamente, do *índice zero*” (Mészáros, 2002, p.692-3).

Esses fatores indicam a tendência em direção à ativação dos limites absolutos do capital, que anuncia a entrada em uma época histórica de transição. A distinção entre os limites relativos e absolutos do sistema do capital é assim explicada por Mészáros:

“Os limites relativos do sistema são os que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital. Em contraste, a abordagem dos limites absolutos do capital inevitavelmente coloca em ação a própria estrutura causal. Consequentemente, ultrapassá-los exigiria a adoção de estratégias reprodutivas que, mais cedo ou mais tarde, enfraqueceriam inteiramente a viabilidade do sistema do capital em si” (Mészáros, 2002, p.175).

É importante deter-se mesmo que rapidamente na noção de limites absolutos, pois não são poucas as interpretações que tendem a atribuir um viés determinista à abordagem de Mészáros¹³⁶. A noção de limites absolutos não significa a chegada de um ponto onde o sistema torna-se incapaz de se reproduzir¹³⁷. Se a noção de limites relativos se aproxima da de crises cíclicas, a de ativação dos limites absolutos indica a emergência de uma crise estrutural¹³⁸. A maneira tradicional de abordar a questão dos limites peca, por um lado, ou por

¹³⁶ Esse parece ser o caso de Eurelino Coelho. Ele considera a teorização de Mészáros acerca da crise estrutural do capital como uma das variantes da “teoria do colapso”, mobilizada por uma “perspectiva não-dialética” das “condições objetivas”! (Coelho, 2006).

¹³⁷ Mészáros mostra a capacidade do capital de “*estender* os limites de sua própria utilidade histórica” (Mészáros, 2002, p.520) e de reestruturar “suas válvulas de escape segundo as exigências de uma *totalidade intensiva* quando forem alcançados os limites da sua *totalidade extensiva*. (...) Nesse sentido, o tamanho do “mundo redondo” poderá muito bem ser dobrado ou multiplicado por dez, dependendo de uma série de outras condições e circunstâncias – inclusive políticas. Similarmente, sob a pressão de sua própria dinâmica, assim como de vários outros fatores para além do seu controle, o capital pode assumir uma multiplicidade de formas “mistas” ou “híbridas” – e tudo isso ajuda a estender sua sobrevivência” (Mészáros, 2002, p.591).

¹³⁸ A novidade histórica da crise estrutural do capital pode ser assim colocada: “(1) seu *caráter* é *universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.); (2) seu *alcance* é verdadeiramente *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia” (Mészáros, 2002, p.796). Para Mészáros, nem as crises cíclicas são abolidas com a emergência da época de crise estrutural do capital nem as forças produtivas (cada vez mais “produtivamente destrutivas”) deixam de crescer. Como mostra outro comentador brasileiro, “Mészáros diz que, no contexto da auto-reprodução destrutiva do capital, as crises não são eliminadas, mas “administradas” (isto é, produzidas e manipuladas intencionalmente) e “estendidas”, “tanto no sentido *temporal*, como no que diz respeito à sua localização estrutural no conjunto global”. E complementa afirmando que, enquanto o capital e seu Estado tiverem sucesso na imposição de seus interesses, a tendência é de que “não haverá grandes tempestades [isto é, como a crise de

considerar que os limites intrínsecos para a reprodução ampliada do capital podem ser mais ou menos estendidos e sempre deslocados satisfatoriamente, ou, por outro lado, por entender que uma teoria do colapso automático do sistema é necessária quando ele atinge os seus limites fundamentais. Mészáros busca superar ambas as compreensões, motivo pelo qual um especialista brasileiro afirmou que o autor de *Para além do capital* “traça um autêntico *tertium datur* entre as concepções liberais e as concepções deterministas-reformistas” (Lessa, 1998, p.140).

Assim, segundo esse mesmo especialista, “(...) esses limites nem podem ser prefigurados antecipadamente, nem impõem uma alternativa única. (...) O deslocamento dos limites absolutos do capital não significa a inexistência deles, mas apenas uma reconfiguração do sistema global que os eleva a patamares superiores de sociabilidade – com a conseqüente agudização das contradições fundamentais da sociabilidade regida pelo capital” (Lessa, 1998, p.140).

Mészáros, numa das passagens mais diretas sobre a questão, afirma que

“Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que a expressão “limites absolutos” não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da “ordem econômica ampliada” dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do “não há alternativa”. Esses limites são absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico. Em segundo lugar (o que é bem menos tranquilizador), é preciso fazer a ressalva de que não devemos imaginar que o incansável impulso do capital de transcender seus limites deter-se-á de repente com a percepção racional de que agora o sistema atingiu seus limites absolutos. Ao contrário, o mais provável é que se tente tudo para lidar com as contradições que se intensificam, procurando ampliar a margem de manobra do sistema do capital em seus próprios limites estruturais. No entanto, como as fundamentações causais responsáveis pela ativação dos limites absolutos desse modo de controle não podem ser discutidas, e muito menos adequadamente resolvidas dentro de tais limites, a correção de alguns dos problemas mais explosivos do espinhoso processo sociometabólico tende a ser procurada de outras formas. Esta correção ocorrerá por meio da manipulação dos obstáculos encontrados, estendendo-se ao extremo as formas e os mecanismos do intercâmbio reprodutivo no plano de seus efeitos limitadores, hoje deplorados até pelos “capitães de indústria”. Diante do fato de que a mais problemática das contradições gerais do sistema do capital é a existente entre a impossibilidade de impor restrições internas a seus constituintes econômicos e a necessidade atualmente inevitável de introduzir grandes restrições, qualquer esperança de encontrar uma saída desse círculo vicioso, nas circunstâncias marcadas pela ativação dos limites absolutos do capital, deve ser investida na dimensão política do sistema. Com as recentes medidas legislativas que já apontam nessa direção, não pode haver dúvida de que o pleno poder do Estado será ativado para atender à meta de encerrar esse círculo vicioso do capital, ainda que isto signifique sujeitar quaisquer dissensões potenciais a restrições autoritárias extremas. Igualmente, não pode haver dúvida de que o sucesso ou não desta ação corretiva (ajustada aos limites estruturais do sistema

1929] a intervalos razoavelmente distantes, mas precipitações [isto é, crises cíclicas e periódicas] de frequência e intensidade crescentes por todo lugar” (Cherobini, 2015, s/p). Sobre o crescimento das forças produtivas na época de crise estrutural do capital, ele cita Mészáros: “O objetivo e o princípio orientador da produção vem a ser: como assegurar a *máxima* expansão possível (e a correspondente lucratividade) na base de uma taxa de uso *mínima*, que mantenha a *continuidade* da reprodução ampliada?” (Mészáros apud Cherobini, 2015, s/p).

global do capital), apesar de seu caráter evidentemente autoritário e de sua destrutividade, vai depender da capacidade ou incapacidade da classe trabalhadora de rearticular o movimento socialista como empreendimento verdadeiramente internacional” (Mészáros, 2002, p.220).

Segundo o autor húngaro existem quatro grupos de determinações interativas que acabam finalmente por ativar os limites absolutos, ainda que tenham sido “constituintes positivos da expansão dinâmica e do avanço histórico do capital” (Mészáros, 2002, p.226). Cada um deles é “o centro de um conjunto de grandes contradições” que “(...) demonstram ser insuperáveis precisamente porque, em conjunto, intensificam imensamente a força desintegradora de cada uma e a influência global desses conjuntos particulares tomados em seu todo” (Mészáros, 2002, p.222). Esses quatro grupos (ou conjuntos) de determinações interativas contraditórias e dinâmicas são: (1) o antagonismo estrutural entre o capital global e os Estados nacionais; (2) a eliminação das condições elementares de reprodução sociometabólica; (3) a incapacidade do estabelecimento de uma igualdade efetiva (substantiva) para as mulheres, e; (4) o agravamento do desemprego crônico.

O capital é uma “contradição viva” em movimento expansionista incontrolável. Uma totalidade cujas partes são interna, orgânica e centrifugamente estruturadas. Um “sistema de controle sociometabólico *estruturado de maneira mutuamente antagônica* (das menores células ou “microcosmos” que o constituem às mais abrangentes unidades globais de intercâmbio econômico e político) (...)” (Mészáros, 2002, p.217). Assim, a crise estrutural do capital emerge em seu devido tempo de seus próprios “defeitos estruturais”. Eles se ligam principalmente à contradição, fragmentação e falta de unidade entre: (a) produção e controle; (b) produção e consumo, e; (c) produção e circulação (Mészáros, 2002, p.105).

Em suma, com a crise estrutural, toda a trajetória ascendente do sistema do capital fica para trás e a permanência de sua autoexpansão só pode trazer mais e mais barbárie. Ela implica também uma maior dependência por parte do capital de medidas e ações políticas (“ajuda externa”) que garantam seus mecanismos de reprodução ampliada. Dependência especialmente do Estado, que se torna agora completamente indispensável para sua expansão destrutiva, principalmente através de sua ligação com o complexo militar-industrial. E assim, ele coloca que

“Apesar de todos os protestos em contrário, combinados com fantasias neoliberais relativas ao “reco das fronteiras do Estado”, o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado. (...) A questão remete ao reaparecimento maciço no século XX daquilo que Marx denominou de “ajuda externa”, termo já empregado por Henrique VIII e outros aos primeiros desenvolvimentos capitalistas, desde as políticas agrícolas comuns” e garantias de exportação até os imensos fundos de pesquisa financiados pelo Estado e o apetite insaciável do complexo industrial-militar – (O papel do nazifascismo na extensão da produção militarista é suficientemente óbvio, como também o é a prodigiosa (e

muito pródiga) “ajuda externa” oferecida ao capital das “democracias ocidentais” e em outras partes pelo complexo militar-industrial depois da Segunda Guerra Mundial. Uma espécie importante, ainda que ligeiramente diferente, de “ajuda externa” foi a oferecida ao capital por todas as variedades de keynesianismo nas décadas do pós-guerra). O que torna mais grave esse problema é a insuficiência da ajuda independentemente da quantidade oferecida. O capital, na fase atual de desenvolvimento histórico, tornou-se completamente dependente da oferta sempre crescente de “ajuda externa”. Contudo, também sob esse aspecto, estamos nos aproximando de um limite sistêmico, pois somos obrigados a enfrentar a insuficiência crônica de ajuda externa referente àquilo que o Estado tem condições de oferecer. Na verdade, a crise estrutural do capital é inseparável da insuficiência crônica dessa “ajuda externa”, sob condições em que os defeitos e as falhas desse sistema antagonístico de reprodução social exigem uma oferta ilimitada dela” (Mészáros, 2007, p.93).

A época de declínio do sistema coloca a atualidade histórica da ofensiva (e da transição) socialista, mas, como já deve ter sido esclarecido, não implica necessariamente sua efetivação. A transição socialista é necessária como alternativa histórica à potencial destruição das condições de reprodução sociometabólica de vida pela continuação dos imperativos expansivos do capital. Mas necessidade não é sinônimo de inevitabilidade.

4.4 O fenecimento do Estado em geral

A maioria das interpretações marxistas sobre a metáfora entre “a base e a superestrutura” – tiradas do *Prefácio* de 1859 da *Contribuição à crítica da economia política* de Marx –, localizam o Estado na superestrutura política e, portanto, como um elemento determinado e dependente (“em última instância”) da base socioeconômica da sociedade, mas agindo sobre ela e com autonomia relativa. Sobre esse ponto Mészáros elabora uma teorização original para a compreensão do Estado moderno – intrinsecamente ligada à sua crucial noção de sistema sociometabólico do capital –: ele é a estrutura de comando político do capital e parte da base material do sistema, possuindo, ele mesmo, sua própria “superestrutura legal e política”.

“Assim, seria completamente equivocado descrever o próprio Estado como uma superestrutura. Na qualidade de estrutura totalizadora de comando político do capital (o que é absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo o sistema), o Estado não pode ser reduzido ao *status* de superestrutura. Ou melhor, o Estado em si, como estrutura de comando abrangente, tem sua própria *superestrutura* – a que Marx se referiu apropriadamente como “superestrutura legal e política” – exatamente como as estruturas reprodutivas materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais (por exemplo, as teorias e práticas de “relações públicas”, de “relações industriais” ou as da chamada “administração científica”, se originaram na empresa capitalista de Frederick Winslow Taylor)” (Mészáros, 2002, p.119).

Por isso mesmo, as mudanças nas configurações e variedades da “superestrutura legal e política” do Estado devem estar de acordo com suas determinações e funções necessárias:

“Sua superestrutura legal e política pode assumir as formas parlamentarista, bonapartista ou até de tipo soviético pós-capitalista, além de muitas outras, conforme exijam as circunstâncias históricas específicas. Além disso, mesmo dentro da estrutura da mesma formação socioeconômica (por exemplo, capitalista), pode deixar de cumprir suas funções, digamos, em uma rede legal e política liberal-democrática e passar a adotar uma forma abertamente ditatorial de legislação e dominação política; e também neste aspecto pode avançar e recuar” (Mészáros, 2002, p.121).

O Estado não é produzido ou estruturado depois da formação das unidades socioeconômicas do sistema do capital, mas sim em simultaneidade e conjunção com elas, numa verdadeira interação dialética, ainda que o “momento predominante” esteja com a última (unidades socioeconômicas). Portanto, sem o Estado moderno como estrutura de comando político do capital, o próprio sistema não poderia ter se tornado historicamente dominante e não teria como ter conseguido afastar e ultrapassar os sistemas sociometabólicos concorrentes¹³⁹. Uma já citada estudiosa brasileira da obra do filósofo húngaro resume bem esse processo:

“No sistema feudal, o poder político “era essencialmente *local* em seu exercício”, e “tinha de deixar as funções de controle básicas do próprio processo de reprodução econômica para os produtores”. O Estado participava como “supervisor externo” do sistema reprodutivo dominante à época. Esse poder só poderia persistir até quando “as próprias unidades básicas do sistema permanecessem internamente coesas e restritas sob os dois aspectos mencionados”.

Com o sistema do capital ocorre, sempre segundo Mészáros, algo substantivamente diferente. Em primeiro lugar, o capital teve que conquistar sua dominância reprodutiva a partir de seu impulso irrefreável à acumulação ampliada e expansionista, tendo, para isso, que superar todos os limites intrínsecos à auto-suficiência das unidades reprodutivas feudais. As anteriores coesão e restrição internas das unidades metabólicas básicas do sistema feudal foram substituídas, de acordo com a evolução histórica do capital, pela separação entre a produção e controle (produtores separados dos meios de produção), produção e consumo (valor de uso subsumido ao valor de troca) e produção e circulação (trocas locais incompatíveis com o mercado mundial). Para dar conta das “deficiências estruturais de controle” decorrentes desse conjunto de determinações contraditórias e antagônicas, surge a necessidade do “estabelecimento de estruturas específicas de controle capazes de complementar – no nível apropriado de abrangência – os constituintes reprodutivos materiais, de acordo com a necessidade totalizadora e a cambiante dinâmica expansionista do sistema do capital”.

O poder de controle feudal, restrito a uma função de supervisão externa do metabolismo reprodutivo, tem de ser, assim, substituído por uma “estrutura de comando política abrangente do capital”, com uma função de sustentação da própria reprodução interna do sistema. O Estado moderno, segundo a análise de Mészáros,

¹³⁹ O fato de o Estado moderno ser a estrutura de comando político do capital, segundo Mészáros, não significa que ele seja idêntico à estrutura de comando do sistema do capital enquanto tal: “O que está em questão aqui é o fato de que o capital é *seu próprio* sistema de comando, de que é *parte integrante* a dimensão política, ainda que de modo algum parte *subordinada*. Mais uma vez, vemos aqui a manifestação prática de uma reciprocidade dialética. O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o *pré-requisito* necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*, e o *quadro geral* para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*. Neste sentido fundamental, o Estado – em razão de seu papel constitutivo permanentemente sustentador – deve ser entendido com parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto” (Mészáros, 2002, p.124-5).

torna-se, então, “parte da base material do sistema, tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas” (Paniago, 2007, p.96-7).

As funções remediadoras do Estado moderno, portanto, se ligam à necessidade de dar coesão e correção às unidades sociorreprodutivas do sistema, internamente fragmentadas e centrifugamente estruturadas. O seu princípio orientador é o de garantir e proteger as condições gerais para a extração do trabalho excedente sob as cambiantes circunstâncias. Os três defeitos estruturais do sistema (produção e controle¹⁴⁰, produção e consumo¹⁴¹ e produção e circulação¹⁴²) exigem uma estrutura de comando político em separado capaz de evitar que a fragmentação e a contradição (antagonismo) interna de cada uma delas paralise, questione ou ameace a reprodução ampliada do todo.

“A condição material necessária para afirmar com sucesso o imperativo estrutural expansionista do capital é a constante extração do trabalho excedente de uma forma ou de outra, de acordo com as mudanças das circunstâncias históricas. No entanto, devido à determinação *centrífuga* dos constituintes reprodutivos econômicos do capital, sem levar em conta seu maior ou menor tamanho (chegando até as gigantescas corporações transnacionais quase monopolistas), eles são incapazes de realizar por si sós o imperativo estrutural do capital, pelo fato de lhes faltar a determinação *coesiva* essencial para a constituição e o funcionamento sustentável de um sistema sociometabólico. (...) Na verdade, o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente” (Mészáros, 2002, p.120-121).

Assim, não há sentido em falar da autonomia do Estado em relação ao capital, já que “Como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis” (Mészáros, 2002, p.119). Vemos por outro lado porque o sistema do capital –

¹⁴⁰ No defeito estrutural *produção e controle*, o Estado moderno “protege legalmente a relação de forças estabelecida”, permitindo às diversas “personificações do capital” o domínio da força de trabalho submetida pela ilusão de um relacionamento livremente estabelecido entre iguais”, que é até “mesmo constitucionalmente ficcionada”. De acordo com Mészáros, “a estrutura jurídica do Estado moderno é uma necessidade absoluta para o exercício bem sucedido do despotismo da fábrica” (Paniago, 2007, p.102-3).

¹⁴¹ No defeito estrutural *produção e consumo*, o Estado moderno “deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. Além do mais, o Estado deve também assumir a importante função de comprador/consumidor direto em escala sempre crescente. Nessa função, cabe a ele prover algumas necessidades reais do conjunto social (da educação à saúde e da habitação e manutenção da chamada “infraestrutura” ao fornecimento de serviços de seguridade social) e também a satisfação de “apetites em sua maioria artificiais” (por exemplo, alimentar não apenas a vasta máquina burocrática de seu sistema administrativo e de imposição da lei, mas também o complexo militar-industrial, imensamente perdulário, ainda que diretamente benéfico para o capital) – atenuando assim, ainda que não para sempre, algumas das piores complicações e contradições que surgem da fragmentação da produção e do consumo” (Mészáros, 2002, p.110).

¹⁴² No defeito estrutural *produção e circulação*, o Estado moderno vai colaborar na “eliminação das barreiras locais ou regionais ao crescimento dos mercados [que] sempre foi um requisito básico do capitalismo, estando presente de forma mais imperativa em sua fase plenamente desenvolvida. Ocorre que “historicamente as estruturas corretiva global e de comando político do sistema do capital se articulam como *Estados nacionais*, embora como modo de reprodução e controle sociometabólico (com seu imperativo de circulação global), seja inconcebível que tal sistema se confine a esses limites” (Paniago, 2007, p.104).

formado pelo tripé *trabalho, Estado e capital* – tem que ser superado integralmente nos seus três componentes vitais, e porque o Estado moderno não pode ser veículo de emancipação.

A reciprocidade dialética entre o Estado como estrutura de comando político do capital e a estrutura socioeconômica de reprodução do sistema é para os socialistas uma “reciprocidade desafiadora e desconfortável”. Pois ela “põe em relevo o fato acautelador de que qualquer intervenção no campo político – mesmo quando visa a derrubada radical do Estado capitalista – terá influência muito limitada na realização do projeto socialista”. É essa reciprocidade dialética entre o Estado e a estrutura reprodutiva do sistema que deve ser o alvo da ação dos socialistas. Por isso, eles “jamais deverão esquecer ou ignorar – embora o esquecimento proposital deste fato tenha sido a razão da tragédia de setenta anos da experiência soviética – que não existe a possibilidade de superar a força do capital sem permanecer fiel à preocupação marxista com o “encolhimento” do Estado” (Mészáros 2002, p.125).

A estrutura de comando do capital enquanto tal contempla uma diferença de funções entre as suas dimensões política – o Estado moderno – e socioeconômica em complementaridade dialética, mas não a substituição de uma pela outra. Segundo Mészáros, a tentativa de substituição da estrutura de comando socioeconômica do capital pela sua estrutura de comando político (o Estado) nas sociedades pós-revolucionárias de tipo soviético foi um dos principais motivos de sua derrocada:

Uma das principais razões pelas quais o sistema soviético desmoronou foi o fato de a *estrutura de comando político de sua formação de Estado ter ultrapassado em muito seus limites*. Ela tentou em vão *substituir a si mesmo pela estrutura de comando socioeconômica* do sistema do capital pós-revolucionário em sua integridade, assumindo de modo voluntarista a *regulação política de todas as funções produtivas e distributivas*, para a qual estava absolutamente desaparelhada. Bem antes do fim da “perestroika” de Gorbachev e da catastrófica implosão do sistema soviético, argumentei o seguinte, em *O poder da ideologia*:

O Estado capitalista é absolutamente incapaz de assumir as funções reprodutivas substantivas das estruturas materiais reguladoras, a não ser em extensão mínima e em situação extrema de emergência. E nem se espera que o faça em circunstâncias normais. Diante de sua constituição intrínseca, o Estado não poderia controlar o processo de trabalho ainda que seus recursos fossem centuplicados, dada a *ubiquidade* das estruturas produtivas particulares que teriam de estar sujeitas a seu poder de controle necessariamente limitado. Tragicamente em relação a isso, o fracasso das sociedades pós-capitalistas deve ser atribuído em boa parte à tentativa de atribuir essas funções de controle metabólico a um Estado político central, embora, na realidade, o *Estado em si* não seja adequado à realização da tarefa que envolve, de um ou outro modo, as atividades da vida cotidiana de cada indivíduo (Mészáros, 2002, p.124).

Além das ricas reflexões sobre a localização do Estado moderno na base material do sistema sociometabólico do capital, Mészáros dá seguimento à interpretação marxiana que atribui uma ineliminável parcialidade ao Estado (e à política) em geral: “O domínio da

parcialidade sobre a sociedade como um todo é sempre sustentado pela política como o complemento necessário à iniquidade das relações materiais de poder estabelecidas. Isto explica a impossibilidade de a sociedade emancipar-se do domínio da parcialidade sem radicalmente transcender a política e o Estado” (Mészáros, 2002, p.568). Ou ainda:

“Em agudo contraste com o “falso positivismo” de Hegel, Marx nunca deixou de realçar o caráter essencialmente *negativo* da política. Detendo este caráter, a política é adequada para realizar as funções *destrutivas* da transformação social – tal como a “abolição da escravidão assalariada”, a expropriação dos capitalistas, a dissolução dos parlamentos burgueses etc., realizáveis todas por decreto –, mas não as tarefas positivas que devem resultar da própria reestruturação do sociometabolismo. Devido à sua parcialidade intrínseca (um outro modo de dizer “negativa”), a política não poderia deixar de ser o meio mais inadequado para servir à finalidade desejada” (Mészáros, 2002, p.571).

Essas palavras foram escritas por Mészáros em 1995. Mas já em 1970 em seu *A teoria da alienação em Marx*, que como vimos pode ser considerado a elaboração *in statu nascendi* do seu próprio sistema (Pinassi), a análise filosófica da autoalienação do trabalho ao longo da história e as condições para a sua libertação já estava preenchida de ideias semelhantes. É assim que então ele tratou dos aspectos políticos da alienação a partir dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Marx

“Quando o comunismo se transforma num “humanismo positivo que parte de si mesmo”, deixa necessariamente de ser política. A distinção marxiana crucial está entre o comunismo *movimento político* – o qual se encontra limitado a uma determinada fase histórica do desenvolvimento humano – e o comunismo como uma *prática social* abrangente. Esse segundo sentido é o que Marx tem em vista, quando escreve que “este comunismo é, enquanto naturalismo consumado = humanismo, e enquanto humanismo consumado = naturalismo”.

Toda política está ligada em maior ou menor medida à parcialidade. Isso está claramente implícito em Marx, quando ele diz que a emancipação da sociedade com relação à propriedade privada é expressa na forma *política* da *emancipação do trabalhador*. Esperar, portanto, que a *parcialidade* realize a *universalidade* da transcendência positiva seria, como atitude prática, no mínimo ingênuo e, do ponto de vista teórico, contraditório em si mesmo.

A transcendência positiva simplesmente não pode, portanto, ser vista como a “negação da negação”, isto é, em termos meramente políticos. Sua realização só pode ser concebida na universalidade da prática social como um todo. Ao mesmo tempo, contudo, devemos enfatizar que, como um elo intermediário necessário, o papel de uma política consciente de seus limites, bem como de suas funções estratégicas na totalidade da prática social, é decisivo para o êxito de uma transformação socialista da sociedade” (Mészáros, 2006, p.148).



Os quatro aspectos inter-relacionados da abordagem de Mészáros resumidamente apresentados acima contem os elementos fundamentais para a compreensão de sua visão sobre a transição, que é sinônimo do empreendimento de transcender o poder do capital. Ou

seja, sem a distinção entre capital e capitalismo, o consequente entendimento dos nexos fundamentais do sistema sociometabólico do capital, sua imanente incontrollabilidade, os sentidos e consequências de uma época de crise estrutural e, portanto, da atualidade da ofensiva socialista e da necessidade da transição, além dos limites de ações que buscam a emancipação, mas ficam presas na dimensão política (parcial) da tarefa, não é possível superar ou ir além do capital. O último subtópico deste capítulo buscará mostrar a maneira como Mészáros trabalhou esse conjunto de concepções tanto sobre o problema prático da transição durante o século 20 como dos princípios orientadores que devem ser perseguidos na tentativa de efetivá-la nas circunstâncias da crise estrutural do capital em desdobramento.

4.5 Mészáros e a luta para além do capital

Voltemos à carta de Marx a Engels datada de 08 de outubro de 1858 para a qual Mészáros está bastante atento. Sabe-se que a perspectiva original para a transição em Marx contemplava uma sequência mais ou menos próxima de rupturas revolucionárias nos principais países do capitalismo mais avançado de sua época (localizados na Europa) em um “futuro próximo e previsível”¹⁴³. A carta mencionada abria na perspectiva original de Marx uma hipótese temporal alternativa que seria então bastante destacada por Mészáros¹⁴⁴.

Essa perspectiva temporal, que permaneceu alternativa (marginal) no pensamento de Marx, é importante uma vez que mostra os dilemas para a transição ao socialismo quando o capital ainda tem capacidade para deslocar as suas contradições e assim seguir as vias de sua ascendência histórica. A relevância desse fato para a própria perspectiva de Mészáros é nuclear. É com base nesse raciocínio que o filósofo húngaro buscará elucidar as condições em que o sistema atinge seus limites absolutos, se torna historicamente descendente e antagônico à continuação de sobrevivência da humanidade, colaborando cada vez mais para a sua destruição tendencial. Assim, do ponto de vista metodológico, a perspectiva de Mészáros parte de Marx e se concentra nas condições objetivas de ascensão e declínio histórico do sistema considerado do ponto de vista histórico-mundial. Os demais parâmetros para a transição não são redutíveis a esse fator primordial, mas a ele devem ser referidos e a partir deles devem ser avaliados. É por isso que ele diz, por exemplo:

¹⁴³ As perspectivas temporais usadas por Marx para avaliar o “colapso” do capitalismo variaram durante sua trajetória. Mészáros afirma que “(...) na obra de Marx também se pode detectar um conflito de intensidade variável entre as escalas de temporalidade subjetiva e objetiva (muito mais intenso nas décadas de 1850 e 1860 do que após a derrota da Comuna de Paris) (...)” (Mészáros, 2002, p.590).

¹⁴⁴ Ver o início do subcapítulo 2.2.

“Portanto, a questão central é: sob quais condições pode o processo de expansão do capital atingir seu final em uma escala verdadeiramente global, trazendo com ele necessariamente o fim de revoluções esmagadas e deturpadas, abrindo assim a nova fase histórica de uma ofensiva socialista que não pode ser reprimida? Ou, para colocar de outro modo, quais são as modalidades viáveis – embora de modo algum inexauríveis – da revitalização do capital, tanto com respeito às suas válvulas de escape diretas como em relação ao seu poder de adquirir novas formas que significativamente estendam suas fronteiras no marco de suas determinações estruturais últimas e de seus limites históricos mais gerais?” (Mészáros, 2002, p. 591).

A investigação aprofundada dos elementos, mediações, dimensões, subpartes, antagonismos e suas relações internas recíprocas na constituição da totalidade histórica do sistema – sincrônica e diacrônica – era uma condição indispensável e fundamental para a tentativa de avançar pelas trilhas deixadas por Marx e perceber de onde vinham e como se articulavam os constituintes flexíveis, contraditórios e dinâmicos do sistema e que faziam com que as tentativas de transcendê-lo se mostrassem tão rotundamente fracassadas, além de vislumbrar os mecanismos pelos quais o capital poderia ser mais eficazmente atacado.

“O deslocamento das contradições internas do capital podia funcionar com facilidade relativa na fase da ascendência histórica do sistema. Sob tais condições, era possível tratar de muitos problemas varrendo-os para baixo do tapete das promessas não cumpridas, como a modernização no “Terceiro Mundo” e uma prosperidade bem maior nos países “metropolitanos”, afirmada com base na expectativa da produção de um bolo que cresceria infinitamente. Todavia, a consumação da ascendência histórica do capital altera radicalmente a situação. A esta altura, já não é mais plausível fazer novas séries de promessas vazias, mas as velhas promessas devem ser varridas da memória, e determinadas conquistas reais das classes trabalhadoras nos países capitalistas avançados devem ser “roladas”, no interesse da sobrevivência da ordem socioeconômica e política vigente. Estamos neste ponto” (Mészáros, 2002, p.92).

Evidentemente, a decepção e a percepção da incompatibilidade entre o sistema soviético e os componentes autenticamente emancipatórios advindos do socialismo tal como derivado das elaborações de Marx colaboraram para o seu empreendimento, aliada à sua já mencionada visão da necessidade de produção de uma obra que atualizasse *O capital* de Marx – projeto que como vimos seu grande professor, Gyorgy Lukács, afirmou ter vontade de levar adiante. Assim, a perspectiva da transição socialista perpassa o fundamental da obra de Mészáros como uma espécie de motivação implícita.

A maneira como ele trabalha sua perspectiva transicional já foi criticada por supostamente depreciar, reduzir ou subsumir os fatores subjetivos – especialmente por conta dos acontecimentos e das rupturas revolucionárias durante o século 20, que ele aparentemente minimizaria –, como se sua obra afirmasse que até a ativação dos limites absolutos e a consequente emergência da crise estrutural do capital, a transição socialista tivesse, uma vez

começada em algum país, necessariamente que fracassar¹⁴⁵. Há algumas passagens em sua obra que desautorizam essa interpretação. Ele é consciente da importância da contingência histórica. Em uma delas, Mészáros coloca que a revolução socialista na Europa do século 19 poderia ter bloqueado o desenvolvimento ascendente do sistema em nível global¹⁴⁶:

“(...) o fato de a revolução socialista não ter se realizado no “pequeno canto do mundo” que é a Europa – ao passo que seu sucesso potencial significaria bloquear o desenvolvimento da ordem burguesa no terreno incomparavelmente maior do resto do mundo – teve importantes consequências para a maturação das contradições internas do capital. Uma vez que, supostamente, o estabelecimento da nova ordem prevista só seria possível como a “ação ‘conjunta’ e simultânea dos povos dominantes”, a partir do “desenvolvimento universal das forças produtivas e do relacionamento mundial a elas vinculado”, a possibilidade de desenvolvimento das saídas produtivas do capital naqueles lugares onde a sociedade burguesa ainda estava em ascendência equivalia à possibilidade de *deslocar* as contradições internas do capital por todo o período de ascendência histórica. Isto é, até que o “relacionamento mundial” como um todo se tornasse saturado pela dinâmica da inexorável autoexpansão do capital, de modo a fazer estagnar todo o processo através de uma crise estrutural sempre mais profunda das “forças produtivas universalmente desenvolvidas”, em uma escala verdadeiramente global” (Mészáros, 2002, p.1043).

Em outra passagem, ele mostra como durante alguns momentos do século 20 houve alternativas viáveis de desenvolvimento para as sociedades pós-capitalistas:

“Não há dúvidas de que houve uma época na história em que a “quebra do elo mais fraco da corrente” – depois das revoluções russa e chinesa – abriu possibilidades para um tipo muito diferente de desenvolvimento, com uma perspectiva viável de desembaraçar as sociedades pós-capitalistas interessadas – por meio de um processo sustentado de reestruturação radical – das contradições do sistema do capital herdado. A mobilização potencial da força de trabalho para esse fim também foi inicialmente favorecida pela confrontação com as forças capitalistas de intervenção e pela tarefa imensa de reconstrução, depois de terem vencido as forças da intervenção capitalista estrangeira. A vasta expansão das oportunidades de emprego foi um corolário óbvio desses acontecimentos. Entretanto, com o passar do tempo, e com a reafirmação, sob nova forma, dos elementos autoritários do sistema do capital herdado, a força de trabalho se tornou progressivamente mais alienada da ordem política e social estabelecida, em vez de ter sido mobilizada com sucesso para a realização de um modo muito diferente de reprodução sociometabólica” (Mészáros, 2002, p.337).

Em ainda outro momento de sua obra, mesmo consciente das dificuldades de efetivação de um curso socialista a partir da Rússia czarista – quando levados em conta os parâmetros globais do sistema –, e em uma posição muito próxima de Rosa Luxemburgo, ele coloca que

¹⁴⁵ Como já vimos, um deles é Coelho (2006). No texto mencionado ele chega a dizer, por exemplo: “Seguindo uma tradição que não é estranha a alguns marxistas, Mészáros concebe em perspectiva não-dialética a “objetividade” das tais “condições objetivas” que perdem assim seu caráter humano e histórico” (Coelho, 2006, p.154). Na verdade, Coelho discorda da tese de Mészáros de que é apenas com a crise estrutural do capital que se abre um período de atualidade histórica para a transição socialista.

¹⁴⁶ Ele afirma que na época de meia-idade de Marx, em meados do século 19, “Dada a então prevalecente correlação de forças e a grande fluidez da situação sócio-histórica geral, a possibilidade do colapso estrutural do capital era *objetiva*” (Mészáros, 2002, p.586).

“O dilema que os líderes das forças revolucionárias tiveram que enfrentar referia-se à possibilidade de *iniciar* um ataque socialista sobre a ordem estabelecida, em uma época em que esta última parecia capaz de se expandir e consolidar suas posições pelo mundo inteiro, a despeito de seus antagonismos internos. Por isso, se as forças revolucionárias quisessem operar uma *ruptura* na direção de uma transformação socialista, tinham de explorar todas as oportunidades que surgissem das contradições da rivalidade imperialista. Ao mesmo tempo, não poderia haver garantia de que os processos postos em movimento pela tentativa de uma primeira ruptura conduzissem à realização dos objetivos socialistas desejados, visto que, sob a relação de forças prevalecente, muita coisa permanecia fora do controle do agente social revolucionário. A possibilidade de recaídas e até de derrotas importantes não podia ser afastada. Entretanto, sem procurar operar a necessária ruptura histórica, por mais desfavoráveis que fossem as circunstâncias, não se poderia esperar conduzir o projeto socialista nem um passo adiante, rumo à sua realização completa” (Mészáros, 2007, p.405-6).

O filósofo húngaro em análise retrospectiva entende tanto a necessidade de ter se operado o início da ruptura revolucionária russa (e efetivamente de tantas outras possíveis) quanto as dificuldades para sua ampliação e/ou generalização uma vez que a “ordem estabelecida [encontrava-se] em uma época em que (...) parecia capaz de se expandir e consolidar suas posições pelo mundo inteiro, a despeito de seus antagonismos internos” (Mészáros, 2007, p.405). Em Mészáros, o primado ou a ênfase fundamental de sua perspectiva se encontra na avaliação global dos limites, capacidades e impedimentos do sistema do capital em seus parâmetros estruturais. Isso não significa que estivesse indiferente ou menosprezasse possíveis rupturas políticas revolucionárias¹⁴⁷. Mas sempre procurava avaliá-las e relacioná-las ao desenvolvimento historicamente mais amplo da totalidade estrutural do sistema. Por isso, as várias derrotas revolucionárias que se sucederam após o início da ruptura internacional operada na Rússia deveriam para ele ser explicadas com referência a essa totalidade estrutural e não a uma continuação ininterrupta de insuficiências subjetivas ou falhas na dimensão da vontade.

Mészáros vai buscar as raízes históricas desse fracasso prolongado. E os localiza na própria alteração das modalidades de desenvolvimento do capital e nos rebatimentos desfavoráveis que eles trouxeram para o movimento internacional do trabalho. Portanto, é exemplar a forma como ele mobiliza os problemas complexos para os trabalhadores tanto no período após a *Crítica do programa de Gotha* (1875) de Marx – com o seu conseqüente *dixi*

¹⁴⁷ Ele afirmou em recente entrevista que sob as circunstâncias políticas do pós-segunda guerra, o poder poderia ter sido tomado na Itália, em um juízo próximo ao de Claudín (1986): “Togliatti queria fazer algo com mais independência. Nesse período – estamos falando de 1946 e 1947 –, os *partigiani* na Itália tinham ainda as armas e poderiam até tomar o poder, mas a ordem de Moscou não era apenas de não fazê-lo, mas também de desarmar os *partigiani*. E Togliatti obedeceu, provocando a desilusão em muitos militantes do Partido Comunista” (Mészáros, 2013, p.31). Ou seja, como já dito acima, mesmo em um período anterior à época de crise estrutural do capital, rupturas políticas fariam com que seus efeitos retornassem sobre a dinâmica abrangente da própria época trazendo a possibilidade de desenvolvimentos alternativos sobre o todo do sistema. Em Mészáros não é lícito se trabalhar com o “fechamento da história” – nem em direção ao futuro nem em direção ao passado –, ainda que isso ao mesmo tempo não signifique que “tudo era possível”.

et salvavi animam meam – quanto as polêmicas entre Lenin e Rosa Luxemburgo e seus impactos na esfera institucional, organizacional e estratégica do trabalho. Sobre o primeiro, alguns comentários já foram tecidos no capítulo 2.

Mas a polêmica entre Lenin e Rosa Luxemburgo expressa e resume a tragédia do movimento socialista da época, que de certa forma ainda não foi superada. O impacto da expansão imperial nos principais países capitalistas em fins do século 19 foi ambivalente: (1) “fortaleceu muito o poder do capital, adiando por um tempo considerável a maturação de suas contradições imanentes”; (2) fez com que “as organizações mais representativas da classe trabalhadora – partidos e sindicatos – se tornassem cada vez mais intimamente vinculadas ao Estado nacional imperialista” (Mészáros, 2007, p.368). Esse desenvolvimento influenciou decisivamente a Segunda Internacional, com o partido de massas alemão à frente. Na “periferia” do sistema Lenin desenvolvia a necessidade de formação de um partido de vanguarda, com uma percepção particular sobre a formação da consciência revolucionária, que não poderia surgir “espontaneamente” no interior das práticas sindicais ou lutas econômicas cotidianas. Para além das diferenças entre as duas tendências (reformista e revolucionária), Mészáros chama a atenção para o que ele considera o aspecto *comum* de ambas:

“O que foi comum às duas tendências desde sua origem, apesar de sua total diferença no plano da ação política, foi o fato de que, em *ambas*, foi relegada a segundo plano a exigência marxiana original de subordinação estrita de qualquer movimento político, como um *meio*, ao objetivo central da *emancipação econômica* das classes trabalhadoras, a qual seria levada a cabo com a transformação radical da divisão do trabalho historicamente estabelecida” (Mészáros, 2007, p.374).

Os desenvolvimentos do capital imperialista monopolista em fins do século 19 fez com que as chances de uma “ruptura socialista precoce no mundo ocidental” sofresse um “recoo histórico trágico”. Assim, “a reprodução constante das duas perspectivas antagônicas de emancipação do trabalho se impôs como uma regra inapelável, (...) por tanto tempo quanto o sistema *global* do capital possa se sustentar sem atingir seu ponto de *saturação* e a *crise estrutural* implícita neste último” (Mészáros, 2007, p.388).

Em sua leitura, Rosa Luxemburgo tem uma posição específica e singular na disputa entre as duas grandes tendências, pois está ligada aos revolucionários num país de capitalismo avançado, mas ao mesmo tempo mantém a ligação com a perspectiva original da transformação socialista de Marx. O seu destino e a sua tragédia – para Mészáros a mais trágica dentre os três líderes dotados de uma “grandeza shakespeariana” (Lenin e Gramsci são os outros dois) – estaria no fato de que “ela chegou cedo demais e teve de sofrer as consequências de estar tão adiante de sua época (...)” (Mészáros, 2007, p.389).

Então, a interpretação de Mészáros nos mostra que as tragédias de Rosa¹⁴⁸ e de Lenin¹⁴⁹ de certa forma são manifestações da tragédia mais geral do movimento socialista emancipador, uma vez que evidenciam as condições históricas derivadas do desenvolvimento do capital no início do século 20 que conspiram para, e mesmo forçam, a produção dessas tragédias e ao mesmo tempo impedem a efetivação de uma síntese produtiva entre as perspectivas de ambos: Lenin – “maior habilidade e incomparável percepção das especificidades históricas e sociais e das possibilidades práticas imediatas que poderiam ser delas derivadas”; Rosa – orientação “para os marcos das tendências históricas mais amplas, frequentemente desafiando a realidade histórica corrente” (Mészáros, 2007, p.401-2). A tragédia do movimento socialista é assim apresentada: “(...) os interesses estratégicos globais e os caminhos taticamente viáveis das correntes revolucionárias não podiam ser conciliados sob as condições e relação de forças historicamente prevalecentes” (Mészáros, 2007, p.403).

Assim, o paradoxo do movimento socialista estava na contradição entre dimensões que deveriam estar necessariamente articuladas, mas que não podiam ser harmonizáveis devido à objetividade dominante do sistema à época: curto e longo prazos; meios e fins, e; concreto e geral. É por isso que Mészáros afirma que “Rosa Luxemburgo estava certa ao estar *errada* e Lenin estava errado ao estar *certo*” (Mészáros, 2007, p.405).

A possível saída para a continuada tragédia do movimento socialista se liga a duas ordens de fatores, elas mesmas vinculadas: (a) a capacidade do movimento socialista de *unificar* as perspectivas complementares de Lenin e Rosa Luxemburgo; (b) a maturação das contradições do desenvolvimento global do capital e seus reflexos na alteração da “relação histórica de forças, substituindo assim as “circunstâncias inevitáveis” há muito prevalecentes por circunstâncias mais favoráveis à realização do objetivo geral da emancipação socialista” (Mészáros, 2007, p.415).

A unificação das perspectivas dos dois deve se dar a partir da recuperação de “alguns componentes vitais da concepção marxiana original – bem resumidos na proposição segundo

¹⁴⁸ “A tragédia foi que, nas circunstâncias históricas prevalecentes, apesar da clareza da visão de Rosa Luxemburgo e da profundidade de seu compromisso socialista revolucionário, o curso de ação que ela defendeu com coerência exemplar por toda a vida não pôde ser concluído com êxito. Nesse sentido, pode-se observar na situação de Luxemburgo “a trágica colisão entre o postulado *historicamente necessário* e a *impossibilidade prática* de o levar a efeito” (Mészáros, 2007, p.394).

¹⁴⁹ “A cruel ironia em seu destino foi que ele, totalmente dedicado à causa da revolução socialista, ajudou a paralisar as mesmas forças de base da classe trabalhadora para as quais tentou se voltar em busca de ajuda no fim da vida, quando percebeu o perigo terrível representado pelas mudanças ocorridas na Rússia que iriam culminar no stalinismo. (...) Sua grande tragédia foi que, no fim, sua estratégia incomparável, instrumentalmente concreta e intensamente prática, acabou por derrotá-lo. (...) Os desenvolvimentos que ele, mais do que ninguém, ajudou a colocar em movimento, tornaram-no historicamente supérfluo. A forma específica pela qual viveu a unidade da teoria e da prática provou ser o inevitável limite de sua própria grandeza” (Mészáros, 2007, p.389).

a qual “a *emancipação econômica* das classes trabalhadoras é o grande fim a que todo *movimento político* deve estar subordinado como um *meio*” (Mészáros, 2007, p.412), que foram perdidos pela cisão entre as alas reformista e revolucionária, consequência do período de ascensão dos desenvolvimentos imperialistas e monopolistas do capital, e a partir do critério: “esta medida contribui (e em que extensão) para a superação final da *divisão social do trabalho* ou, ao contrário, contém as sementes de novas contradições que reproduzem, ainda que sob uma forma nova, as hierarquias estruturais de domínio e subordinação e a concomitante passividade e alienação das grandes massas populares?” (Mészáros, 2007, p.413).

A abordagem transicional de Mészáros vai se desdobrando: a unificação dessas perspectivas e a utilização desse critério se ligam à necessidade de um combate fundamental contra o poder abrangente de comando do capital – não apenas ao aspecto político desse comando, localizado no Estado moderno –, mas como a produção de mecanismos institucionais que alterem e desloquem o controle sociometabólico das forças impessoais do capital. Tal abordagem se liga necessariamente às noções de *crise estrutural* do capital e *ofensiva* socialista, que justamente busca combater a totalidade desse comando, sem restringir-se à sua esfera política.

A crise estrutural do capital crescentemente cria obstáculos às possibilidades positivas de ações políticas defensivas dos trabalhadores, que em circunstâncias anteriores puderam obter alguns benefícios e conquistas sociais parciais sem necessariamente atacar a estrutura de controle abrangente do capital. Todavia, “Devido à mudança da relação de forças e das circunstâncias, a atualidade histórica da ofensiva socialista corresponde, em primeiro lugar, ao desconfortável fato negativo de que algumas formas de ação anteriores (“as políticas de consenso”, “a estratégia de pleno emprego”, “a expansão do Estado de bem-estar social” etc.) estão objetivamente bloqueadas, o que impõe reajustes importantes na sociedade como um todo” (Mészáros, 2002, p.788).

A mudança de perspectiva para o movimento do trabalho, de posições defensivas para ofensivas, tende a se impor no longo prazo uma vez que está “sob a pressão de determinações históricas poderosas, empurrando a função social do trabalho na direção de uma ofensiva estratégica prolongada caso queira realizar não apenas os seus objetivos potencialmente globais, mas também seus objetivos mais limitados. O percurso à frente é provavelmente muito árduo e, certamente, não tem atalhos nem pode ser evitado” (Mészáros, 2002, p.858).

Quando Mészáros indica a necessária unificação do “braço político” com o “braço econômico” (industrial) do movimento do trabalho¹⁵⁰, tanto nas sociedades capitalistas do ocidente como nas pós-capitalistas do leste, é a essa ofensiva que se refere. Mas tal unificação está relacionada ela mesma à “característica definidora essencial do modo socialista de controle sociometabólico”: a “reconstituição da unidade das esferas de reprodução material e política” (Mészáros, 2002, p.849).

O capital como modo de controle sociometabólico operou e tem de continuar garantindo essa disjunção tanto porque ela é funcional e intrínseca ao seu mecanismo alienante de comando e funcionamento como é uma forma muito eficiente – absolutamente indispensável – de garantir a sua expansão permanente, mantendo a recalcitrância do trabalho sob controle hierárquico e autoritário. Sobre isso, já vimos a localização e a importância do Estado moderno – a estrutura material de comando político do capital – para o surgimento, manutenção e desenvolvimento do sistema. Em outras palavras:

“É característica singular do sistema do capital que, na sua normalidade, as funções materiais reprodutivas sejam executadas num compartimento separado, sob uma estrutura de comando substancialmente diferente da ampla estrutura de comando político do capital corporificada no Estado moderno. Essa separação e essa “disjunção”, constituídas ao longo da supremacia histórica do capital dirigida para a autoexpansão do valor de troca, de modo algum são desvantajosas para o próprio sistema. Ao contrário, as personificações econômico/gerenciais do capital podem exercer sua autoridade sobre as unidades reprodutivas particulares, antecipando um *feedback* do mercado a ser convertido no devido tempo em ação corretiva, e o Estado cumpre suas funções complementares, em parte na esfera internacional do mercado mundial (inclusive a garantia dos interesses do capital em guerras se necessário for), em parte diante de uma força de trabalho potencial ou realmente recalcitrante. Assim, nos dois casos, o antagonista estrutural do capital é firmemente mantido sob controle pela compartimentação e pela radical alienação dos produtores do poder de tomar decisões – em todas as esferas – num sistema ajustado às

¹⁵⁰ “Pois esses dois tipos de braços se apropriaram do direito exclusivo de tomada de decisão, o que já podia ser antevisto na setorialidade centralizada dos próprios movimentos sindicais. Esta atitude defensiva tornou-se ainda pior em razão do modo de operação adotado pelos partidos políticos, que obtinham algumas vantagens ao custo do afastamento do movimento socialista de seus objetivos originais. Pois, na estrutura parlamentar do capitalismo, a aceitação pelo capital da legitimidade dos partidos políticos operários foi conquistada em troca da declaração da completa ilegalidade do uso do “braço industrial” para fins políticos, o que representou uma severa restrição aceita pelos partidos trabalhistas, e que condenou à total impotência o imenso potencial combativo do trabalho produtivo materialmente enraizado e potencial e politicamente mais eficaz. Agir dessa forma era muito mais problemático, já que o capital, por meio da supremacia estruturalmente conquistada, continuou a ser a *força extraparlamentar par excellence*, em condições de dominar de fora, e a seu bel-prazer, o parlamento. Da mesma forma, não se podia considerar melhor a situação nas sociedades pós-capitalistas. Pois Stalin reduziu os sindicatos a serem o que ele chamava de “correias de transmissão” da propaganda oficial, ao mesmo tempo em que isentava de qualquer possibilidade de controle pela base da classe operária a forma política pós-capitalista de tomada de decisão autoritária. Portanto, é compreensível que, em face de nossa infeliz experiência histórica com os dois tipos principais de partido político, não exista mais esperança de rearticulação real do movimento socialista sem uma *combinação completa do braço industrial com o braço político do movimento trabalhista*: mediante, de um lado, a atribuição aos sindicatos de tomada de decisão significativa (incentivando-os a serem diretamente políticos) e, de outro, e pela transformação dos próprios partidos políticos em participantes desafiadoramente ativos nos conflitos industriais, como antagonistas incansáveis do capital, assumindo a responsabilidade pela luta *dentro e fora* do parlamento” (Mészáros, 2002, p.23).

necessidades da reprodução e da acumulação ampliada do capital” (Mészáros, 2002, p.849).

Portanto, o objetivo da luta socialista para além do capital é a substituição dessa estrutura abrangente de comando e controle sociometabólico, que só pode ser realizada com a unificação das esferas da política e da economia em um funcionamento completamente (substantivamente) democrático, dos micro aos macrocosmos sociais – devido à “maldição da interdependência”¹⁵¹ que é constitutiva do sistema –, em um movimento *permanente* de superação da divisão social hierárquica do trabalho e de restituição ao corpo social dos poderes sociais usurpados pelo capital. Mas Mészáros é consciente de que

“Como antagonista do capital, a grande dificuldade do trabalho é que, apesar de o único objetivo viável de sua luta transformadora ser o poder sociometabólico do capital – com seu controle estrutural/hierárquico, não simplesmente pessoal, mas objetivo, sobre a esfera produtiva material, do qual outras formas de “personificação” podem (e, sob as estratégias mal concebidas, com o tempo *devem*) nascer –, esse objetivo fundamental não pode ser alcançado sem a conquista do controle da esfera política. Além disso, essa dificuldade é intensificada pela tentação de se acreditar que, uma vez neutralizadas as instituições políticas do sistema capitalista herdado, o poder do capital estaria firmemente sob controle; uma crença fatal que só poderia acabar nas conhecidas derrotas históricas do passado” (Mészáros, 2002, p.847).

Por conseguinte, sem uma política radical e socialista, não se pode evidentemente ter nenhuma esperança de sucesso. Mas uma política radical e socialista só é efetivamente digna desse nome se consegue estender o seu próprio tempo de vigência indo “além de si mesma”, ou seja, se é capaz de criar progressivamente espaços substantivamente democráticos, simultaneamente políticos e econômicos, para a reestruturação do próprio sociometabolismo – superando a disjunção entre política e economia – e para o ataque à própria esfera material de reprodução do capital, não ficando restrita “à própria dimensão política”. Logo, a importância monumental da *política radical* na transição socialista para Mészáros. É o que podemos ver em outro contexto, quando ele acrescenta que “(...) é sempre bom acentuar que as resistências

¹⁵¹ “(...) o modo como o relacionamento entre as partes e o todo se articula objetivamente no quadro capitalista das indeterminações estruturais, reforça muito a perversa “racionalidade do real”. (...) as microestruturas (complexos parciais) da formação socioeconômica historicamente estabelecida atuam como um fator vital de *fortalecimento do sistema*. Em lugar algum esta correlação é mais importante do que no caso do sistema capitalista. Visto que, pela reciprocidade dos intercâmbios dialéticos, a macroestrutura se reflete nas microestruturas, por sua vez também refletidas na configuração mutante do complexo geral, quanto mais verdadeiramente abrangente e integrado se torna o sistema, tanto mais difícil será modificar sua estrutura com intervenções limitadas em algumas de suas partes constitutivas. Assim, a “maldição da interdependência”, que frustra as tentativas parciais de negação do poder de dominação do capital, provém de um dos aspectos mais dinâmicos deste sistema metabólico. É somente com o desdobramento do modo de produção do capital que o “global” se torna realmente global, planetário. Isto significa, por um lado, que a possibilidade de assumir um ponto de vista negativo *externo* contra esse modo de produção existe na prática; e, por outro lado, que a utilização das alavancas proporcionadas pelas manifestações parciais da crise capitalista em hipótese alguma assegura o sucesso em relação ao todo intimamente interligado e fortemente resistente” (Mészáros, 2007, p.504-5).

e os obstáculos a serem superados, no curso da realização de tal objetivo, estão limitados a permanecerem primariamente político-sociais por todo o período histórico de transição, cujo objetivo é ir para além do capital a fim de criar as estruturas socioeconômicas da “nova forma histórica” (Mészáros, 2002, p.1076). Podemos perceber por outro viés quão incompatível com a obra de Mészáros é o fatalismo ou o determinismo – de que é acusado por alguns analistas.

Em uma época de crise estrutural, “brechas” para a intervenção da política radical tendem a ser criadas em diferentes contextos, que exigem respostas a profundos problemas originados não na esfera política propriamente, mas na econômico-social. Se não quiser paradoxalmente diminuir a possibilidade de seguir em operação, com remédios que abreviam os efeitos de uma crise socioeconômica séria, mas conspiram para a reorganização do poder do capital, e conseqüentemente contra a possibilidade de sua continuação radical, a política ofensiva socialista deve buscar transformar-se numa operação “permanente”, colaborando de diferentes formas para a transferência do poder de decisão, de modo cada vez mais ampliado, dos problemas de administração social para o corpo social, ou seja, para diminuir progressivamente a tomada de decisões política (ou separada) – característica em que se baseia em última instância o fundamento do poder do Estado – a partir da superação da disjunção entre as esferas política e econômica.

“Por mais paradoxal que possa soar, somente uma autodeterminação radical da política pode prolongar o momento da política radical. Se não se deseja que este “momento” seja dissipado sob o peso da pressão econômica imediata, tem de ser encontrada uma maneira para estender sua influência para muito além do pico da própria crise (quando a política radical tende a afirmar sua efetividade como uma lei). E, desde que a duração temporal da crise como tal não pode ser prolongada à vontade (...), a solução só pode surgir de uma bem sucedida conversão de um “tempo transitório” a um “espaço permanente” por meio da reestruturação dos poderes de tomada de decisão”.

(...)

“A ofensiva socialista não pode ser levada à sua conclusão positiva, a menos que a política radical tenha êxito em prolongar seu momento, e seja capaz de implementar as políticas requeridas pela magnitude de suas tarefas. O único caminho, entretanto, no qual o momento histórico da política radical pode ser prolongado e estendido – sem, eis o ponto, recorrer a soluções ditatoriais, contra as intenções originais – é fundir o poder de tomada de decisão política com a base social da qual ele foi alienado durante tanto tempo, criando, por esse meio, um novo modo de ação política e uma nova estrutura – determinada genuinamente pela massa – de intercâmbios socioeconômicos e políticos. É por isso que uma “reestruturação da economia” socialista só pode processar-se na mais estreita conjugação com uma reestruturação política, orientada pela massa, como sua necessária precondição” (Mészáros, 2002, p.1077-8).

A ofensiva socialista é, portanto, uma espécie de “revolução permanente” como um movimento em direção à igualdade (e democracia) substantiva. É esse movimento que significa o “fenecimento do Estado”. As próprias formas institucionais ou organizacionais do movimento socialista do trabalho precisam incorporar essas mediações vitais positivas de

restituição para as massas dos poderes de decisão historicamente usurpados – o controle do sociometabolismo. É por isso que ele afirma em seu mais novo livro – *A montanha que devemos conquistar* (2015) – que

“A verdadeira questão não é a “democracia direta” ou a “democracia representativa”, mas a eficaz e autorrealizável regulação de seu modo de existência pelos indivíduos sob as condições de *democracia substantiva*, em contraste com o vazio legislativo político da “democracia representativa” facilmente corruptível. E a única maneira viável de construir a democracia substantiva – e não a “representativa” de uma forma mais remota, e ao mesmo tempo, claro, mais ou menos intensamente ressentida – é instituir uma forma de tomada de decisão da qual a *recalcitrância* está ausente, porque os indivíduos sociais *definem a lei para si mesmos* de modo a também serem capazes de *modificá-la de forma autônoma*, sempre que as circunstâncias de mudança de seus processos metabólicos sociais autodeterminados assim o exigirem. Mas isso só será factível se as condições gerais da sua existência forem materialmente fundamentadas sobre *células constitutivas qualitativamente diferentes* da ordem social do capital, porque a própria centrifugalidade antagônica terá sido relegada ao passado” (Mészáros, 2015, p.21-2).

Mas as experiências pós-capitalistas no século 20 não apenas não superaram o Estado como o fortaleceram. Mészáros não tem ilusões acerca das dificuldades do “fenecimento do Estado”. A “expropriação dos expropriadores” põe/impõe funções sociais qualitativamente distintas para o Estado pós-revolucionário, uma vez que a regulação econômica do sociometabolismo precisa continuar durante todo o processo de transição, mesmo sem as antigas “personificações do capital” e o sem o mercado capitalista (“mão invisível”). Assim, para minimizar os riscos e os efeitos de quando o proletariado “volta a sua ditadura contra si mesmo”, que estão associados à continuação das determinações advindas da divisão social do trabalho e das tarefas do sociometabolismo do capital que não podem ser abolidas imediatamente, as ações direcionadas para a igualdade substantiva resumidamente apresentada acima, são um dos remédios principais. Ou seja, uma vez que o poder de controle sociometabólico do capital se origina de condições objetivas encravadas nas relações sociais alienadas de reprodução *material*, o ataque aos aspectos *político-jurídicos* desse poder e o afastamento das “personificações do capital” (absolutamente necessário, mas ainda insuficiente), cria um vácuo para a operacionalização desse controle sociometabólico que – não podendo continuar como antes, ao mesmo tempo não é imediatamente eliminável –, precisa ser preenchido de alguma forma, na falta do seu totalizador: a “mão invisível” do mercado capitalista.

Portanto, esse vácuo tende a (e tem de) ser completado, na carência de um processo efetivo de restituição dos poderes substantivos de decisão para as massas, por outro “totalizador pós-capitalista”. Na sociedade pós-capitalista soviética do século 20, por exemplo, mas não apenas nela, esse vácuo (que representa uma função social indispensável)

passou a ser exercido pela “acumulação socialista” e pelo Estado pós-revolucionário *centralizado*. Ainda mais: dado que “nenhum sistema social pode funcionar sem sua forma específica de personificação”, “personificações pós-capitalistas” acabam por se tornar necessárias, uma vez que “O vazio criado pela indispensável intervenção jurídica – que não apenas elimina a propriedade privada dos meios de produção, mas ao mesmo tempo coloca de reserva o mercado capitalista e a autoridade anteriormente não questionada da “mão invisível” – tem de ser preenchido pela atuação *política* de “mãos visíveis” inadequadas à realização da tarefa *econômica* necessária” (Mészáros, 2007, p.510). Logo, “a burocratização é muito proeminente nas sociedades pós-revolucionárias” (Mészáros, 2007, p.511). Aqui ele parece realizar uma crítica implícita a Trotski e sua suposta explicação para a burocratização da sociedade pós-revolucionária soviética como consequência de uma “degeneração política”. Voltaremos a esse ponto no próximo capítulo.

A intervenção *político-jurídica* é indispensável, pois sem ela não se pode transitar ao socialismo, mas ao mesmo tempo cria necessidades estruturais de mediação e regulação sociometabólicas novas, nas ausências das personificações capitalistas do capital antigas e da “mão invisível” do mercado capitalista como totalizador – com suas respectivas estruturas autoritárias impessoais de comando e controle social tanto no âmbito mais global (com a tirania de mercado) como nos microcosmos do sistema (com o seu despotismo no local de trabalho), ambas em retroalimentação dialética. Essas estruturas são necessariamente herdadas pela sociedade pós-revolucionária a partir da expropriação dos expropriadores e, sem o já mencionado processo de restituição dos poderes de controle social para o corpo social, torna o Estado pós-revolucionário também inescapável e necessariamente autoritário, uma vez que é obrigado a manter o funcionamento do metabolismo social. Mészáros aponta então um dilema prático para o processo de transição, porque “(...) é bastante óbvio que a propriedade privada capitalista não pode ser abolida sem o poder de uma autoridade política centralizada”:

“(...) de um lado, requer uma intervenção política centralizada mais poderosa (tanto para eliminar as relações socioeconômicas exploradoras do antigo sistema de propriedade como para proteger a nova forma jurídica contra a subversão interna e externa), embora, de outro lado, preveja também o necessário fracasso do centralismo político em relação à tarefa muito mais difícil de *descentralizar* e reestruturar profundamente, de modo efetivo, os complexos instrumentais e institucionais de reprodução social em sua totalidade” (Mészáros, 2007, p.511).

Esse dilema é tanto mais aprofundado, criando fatores complicadores gigantescos, quanto mais desfavoráveis forem as condições sociais encontradas – mais ou menos o que se viu nos primeiros anos da revolução de Outubro. A maneira possível de saída para esse dilema está no “relacionamento reciprocamente sustentador entre as microestruturas e a

macroestrutura totalizadora” (Mészáros, 2007, p.536) através de uma “autoridade diretora autoconstituída dos próprios produtores associados” (Mészáros, 2007, p.529). O processo de produção capitalista – com sua reprodução cada vez mais socializada e cooperativa, ainda que necessariamente alienada e impessoal – exige uma autoridade diretora. No processo de “reestruturação da economia” (e, por conseguinte, de toda a sociedade), a transição para além do capital não pode funcionar sem essa autoridade diretora – que, bem entendido, não é apenas, nem fundamentalmente, política. Esta autoridade diretora, todavia, *pode*, e no caso de uma autêntica transição, *deve* adquirir uma forma específica diversa (produzida pela própria massa de produtores associados).

O “fenecimento do Estado” pós-revolucionário diz respeito a esses processos. Sobre ele, Mészáros cita uma metáfora que lhe é muito cara, e que se liga à tarefa de reconstrução do edifício social – a “(...) mudança de cima a baixo das condições de sua existência industrial e política, e consequentemente todo o seu modo de ser” (Marx) –, a partir de uma citação de Goethe:

“Em Frankfurt, como na maior parte das cidades velhas, existia a prática de ganhar espaço em prédios de madeira fazendo não apenas o primeiro, mas também os pisos mais altos, se projetarem sobre a rua, o que incidentalmente tornava as ruas, principalmente as estreitas, sombrias e depressivas. Finalmente foi feita uma lei permitindo que apenas o primeiro andar de uma casa nova se projetasse para fora do terreno, enquanto os andares superiores deveriam se manter nos limites do térreo. Para evitar perder o espaço que se projetava sobre a rua no segundo andar, meu pai *contornou esta lei*, como outros o tinham feito antes dele, escorando as partes mais elevadas da casa, tirando um andar depois do outro, da base para cima, enquanto ele *introduzia a nova estrutura*, de tal modo que, apesar de *ao fim nada da velha casa ter restado*, o prédio totalmente novo poderia ser considerado mera renovação” (Goethe apud Mészáros, 2002, p.515).

Como já visto, o Estado é estrutural e materialmente ligado ao capital – e ao trabalho subordinado, abstrato e estranhado – e não pode ser abolido. Por isso, o início do processo de transição, que herda as determinações antagônicas do modo de reprodução sociometabólica do capital, não pode prescindir do Estado. Logo, o Estado dos trabalhadores durante a transição é uma mediação inescapável. Mas para não se voltar contra o próprio objetivo da superação do capital, ele deve se converter em um “Estado em desaparecimento” ou “um Estado que já não é um Estado no sentido próprio do termo” (Lenin) e isso, segundo Mészáros, apenas pode ser conseguido por meio da “política radical” acima referida, que busca estender sua vigência “negando-se a si mesma”, no quadro global de uma “revolução permanente” abrangente como sinônimo da ofensiva socialista, já que busca criar órgãos mediadores materiais “exteriores” (orientados pela igualdade substantiva) ao Estado dos trabalhadores.

Como uma mediação estrutural do modo de controle social do capital e com suas funções indispensáveis de comando político, o Estado tende a ser perspectivado para a temporalidade de curto prazo, resistindo ao seu próprio “fenecimento” em uma escala temporal mais estendida, mesmo após a ruptura político-jurídica, que traz algumas dificuldades para o processo de reprodução pós-capitalista e coloca novas funções metabólicas totalizadoras para o “Estado proletário” – como já mencionado. Por isso, os trabalhadores, com suas formas institucionais e organizacionais renovadas e em conformidade com a ofensiva socialista, devem atuar “dentro” e “fora” do Estado pós-revolucionário, buscando criar estruturas de decisão “não-estatais” cada vez mais abrangentes para que elas possam absorver os poderes de controle sociometabólico herdados e engastados na estrutura estatal pós-revolucionária do capital. Para Mészáros, é apenas assim que se pode transcendê-lo e fazê-lo fenecer. Pois o fenecimento do Estado, do trabalho (abstrato) e do capital persistem ou caem juntos. Como ele diz,

“Nesse sentido, a radical transcendência do Estado é um lado da moeda, representando os horizontes *finais* de toda estratégia socialista. Como tal, deve ser complementada pelo outro lado, a saber, pelo projeto de *mediações* concretas pelas quais a estratégia final pode ser progressivamente traduzida em realidade. A questão é, portanto, como reconhecer, por um lado, as demandas da *temporalidade imediata* sem ser por elas aprisionado; e, por outro lado, como permanecer firmemente orientado para as perspectivas *históricas* últimas do projeto marxiano sem se afastar das determinações candentes do presente imediato.

Já que para o futuro previsível os horizontes da política como tal não podem ser transcendidos, isso significa simultaneamente “negar” o Estado e atuar no seu interior. Como órgão geral da ordem social estabelecida, o Estado é inevitavelmente predisposto a favorecer o presente imediato e resiste à realização das generosas perspectivas históricas da transformação socialista que postulam o “fenecimento” do Estado. Assim, a tarefa se define como um duplo desafio, visando:

- (1) instituir órgãos não estatais de controle social e crescente autoadministração que podem cada vez mais abarcar as áreas de maior importância da atividade social no curso da nossa “transição na transição”; e, conforme permitam as condições,
- (2) produzir um deslocamento consciente nos próprios órgãos estatais – em conjunção com (1) e através das mediações globais e internamente necessárias – de modo a tornar viável a realização das perspectivas históricas últimas do projeto socialista” (Mészáros, 2002, p.597).

A passagem de Goethe adquire assim ainda maior inteligibilidade, mesmo que, segundo ele, a tarefa seja mais difícil do que a expressa na metáfora, “Pois a estrutura de madeira em deterioração do prédio também deve ser substituída no curso de retirada da humanidade da perigosa moldura estrutural do sistema do capital” (Mészáros, 2002, p.599).

As dificuldades e os dilemas do processo (e de uma teoria) da transição já tinham sido percebidos por ele bem antes do lançamento de *Beyond Capital*. Um dos momentos importantes dessa percepção se conecta à “ditadura do proletariado que se volta contra o próprio proletariado”, a partir de sua análise do ensaio de 1919 de Lukács – como parte de sua

avaliação mais global da obra de seu grande professor – intitulado “O papel da moral na produção comunista” em que ela aparece originalmente¹⁵². O autor de *O poder da ideologia* (1989) reconhecerá portanto que

“É porque a ditadura do proletariado não pode remover as “contradições da sociedade civil” abolindo ambos os lados do antagonismo social, incluindo o trabalho – ao contrário, tem que visar o apropriação deste último em função da absolutamente necessária “base material” –, que “o proletariado volta sua ditadura contra si mesmo”. Ou, para ser mais preciso: para manter seu domínio sobre a sociedade como uma classe, o proletariado volta a sua ditadura contra todos os indivíduos que constituem a sociedade, inclusive os proletários” (Mészáros, 2002, p.1026).

Logo, “Quanto menos êxito a sociedade civil pós-revolucionária tiver em articular e salvaguardar institucionalmente os interesses objetivos de seus vários grupos de modo verdadeiramente cooperativo, tanto mais o poder executivo do Estado terá força e espaço para impor uma “autonomia política” do tipo stalinista” (Mészáros, 2002, p.1061).

Por fim, a concepção de transição em Mészáros é consequência e desenvolvimento imanente de sua nuclear teorização sobre o *sistema sociometabólico do capital*. Com ela, o autor de *O desafio e o fardo do tempo histórico* (2007) mudou o terreno em que vinha se dando o fundamental dos debates marxistas sobre o tema. Ao que nos parece, esta mudança de sítio teórico e categorial – com evidentes implicações políticas e estratégicas – constitui-se talvez como a maior conquista da teoria marxista do fim século passado sobre o assunto.

¹⁵² A passagem original está transcrita no seu *O conceito de dialética em Lukács* (1972) e diz o seguinte: “Está claro que os fenômenos mais opressivos do poder proletário – a saber, a escassez de bens e os preços elevados, de cujas consequências imediatas todo o proletário tem experiência pessoal – são consequências diretas do relaxamento da disciplina do trabalho e do declínio da produção. A criação de soluções para esses problemas e a consequente melhoria do padrão de vida do indivíduo só podem ser produzidas quando as causas desses fenômenos forem eliminadas. A solução surge de duas maneiras. Ou os indivíduos que constituem o proletariado *percebem* que só podem se ajudar gerando um fortalecimento voluntário da disciplina do trabalho e, consequentemente, um aumento da produção; ou, se forem incapazes disso, *criam instituições capazes de provocar esse necessário estado de coisas*. Nesse último caso, criam um sistema legal pelo qual o proletariado obriga os seus próprios membros, os proletários, a agir de uma maneira que corresponda a seus interesses de classe: *o proletariado volta a sua ditadura contra si mesmo*. Essa medida é necessária para a autopreservação do proletariado quando o reconhecimento correto dos interesses de classe e a ação voluntária nesses interesses não existem. Mas não devemos esquecer o fato de que *esse método contém em si mesmo grandes perigos para o futuro*. Quando o próprio proletariado é o criador da disciplina do trabalho, quando o sistema de trabalho do Estado proletário é constituído sobre uma base *moral*, então a compulsão externa da lei cessa *automaticamente* com a abolição da divisão de classes – ou seja, o Estado fenece – e essa liquidação da divisão de classes produz a partir de si mesma o início da verdadeira história da humanidade, que Marx profetizava e pela qual esperava. Se, pelo contrário, o proletariado segue outro caminho, ele deve criar um sistema legal que não pode ser abolido automaticamente pelo desenvolvimento histórico. O desenvolvimento, portanto, ocorreria em uma direção *que colocaria em risco o surgimento e a realização do objetivo maior*. Pois o sistema legal que o proletariado é forçado a criar dessa maneira *deve ser destruído* – e quem sabe que abalos e danos serão causados por uma transição que leva do reino da necessidade para o reino da liberdade por um tal *détour*? [...] Depende do proletariado que a história real da humanidade comece – ou seja, *o poder da moral sobre as instituições e a economia*” (Lukács apud Mészáros, 2013b, p.41-2). Mészáros inverterá a prevalência *moral e ideológica* contida na perspectiva de Lukács e a colocará sobre as mediações *materiais* das “instituições e (d) a economia”.

5 – Leon Trotski, István Mészáros e a transição

Não deve soar incompreensível o intento de estabelecer um “diálogo” entre os marxismos de Trotski e Mészáros. Por um lado, aquele foi um dos maiores responsáveis pelo surgimento e consolidação da URSS (e pela sua interpretação marxista) – principal tentativa histórica de transição no século 20. Por outro lado, o último é hoje o mais profundo e criativo herdeiro da perspectiva teórica inspirada em Marx e Lukács. Mas não apenas por isso. Como foi dito acima, a questão da transição não é um parte ou subtópico de suas teorias, mas se localiza e se relaciona com o núcleo estruturador de seus pensamentos, como o elemento que dá unidade fundamental (relativa, dialética) a suas obras, mesmo quando reflexões específicas são feitas, como ensaios/trabalhos metodológicos ou filosóficos no caso de Mészáros, e historiográficos ou culturais, no caso de Trotski.

Um conhecido teórico lukacsiano brasileiro faz um importante alerta: “A evolução do marxismo tornou muito difícil o debate entre tradições revolucionárias distintas. Não apenas porque as opções políticas na maior parte das vezes contribuíram para que as dificuldades teóricas se tornassem ainda maiores, mas fundamentalmente porque os pressupostos foram se tornando tão distintos que até o mero entendimento das posições se tornou problemático” (Lessa, 2007, p.146).

A dificuldade de diálogo entre diferentes marxismos deve evidentemente levar em conta fatores políticos e teóricos, mas pode também ser entendido como um desafio *histórico* em sentido ampliado. Como parte ou dimensão dos dilemas do próprio movimento socialista do tempo presente (e de sua fragmentação). Ou seja, como a continuação remodelada e intensificada de um quadro histórico-social que, por exemplo, separou as perspectivas *complementares* de Lenin e Luxemburgo – como nos mostrou Mészáros – e persiste em favorecer e (re)criar as condições para novas e duradouras separações (quando não, oposições). Um exemplo típico dessa dificuldade pode ser observado no texto de um professor trotskista do Departamento de Filosofia da Unicamp. Num comentário à obra máxima de Mészáros intitulado *Uma teoria de transição aquém de qualquer além?* (Benoit, 2003), o autor realiza uma leitura bastante infeliz do filósofo húngaro e por vezes mesmo insustentável, demonstrando não apenas incompreensão, mas nos levando a acreditar na possibilidade da existência de um preconceito teórico de fundo: o principal defeito da leitura parece o de querer ler um teórico pelas lentes e critérios da produção de outro; no caso em tela, interpretar Mészáros pelo grau de aproximação ou afastamento com as ideias de Trotski.

Em dado momento do comentário o autor chega a dizer que Mészáros entende a teoria de transição como um “*programa de governo revolucionário*”, ou seja, “um programa para, já no poder, transitar ao socialismo ou, como ele próprio diz, para ir além não só do capitalismo, mas sim, para transitar a uma região além do capital” (Benoit, 2003, p.165). É realmente incrível! Trata-se de uma enorme redução interpretativa e de uma evidente confusão entre níveis teórico-analíticos diversos (político e histórico, específico e geral, imediato e mediato, particular e universal, etc.).

Mas mesmo nesse infeliz comentário, alguns questionamentos feitos pelo professor de filosofia merecem atenção. Especialmente aquele que indaga sobre a maneira como Mészáros analisou as propostas de transição do fundador do Exército Vermelho, já que o autor de *A revolução desfigurada* representou o principal adversário teórico e político da experiência transicional (truncada) da URSS¹⁵³. Trotski não passou incólume a Mészáros. A maioria das referências a Lev Bronstein – são 5 (cinco) as diretas e várias as indiretas – estão no seu *Para além do capital*¹⁵⁴. A condenação de Mészáros ao stalinismo e à experiência soviética é bastante evidente e transversal ao texto, mas se encontra fundamentalmente em seu capítulo 17 – *Formas mutantes do controle do capital*¹⁵⁵. Contudo, suas críticas ao stalinismo

¹⁵³ Em um deles, ele diz: “(...) como examinar seriamente as experiências fracassadas de controlar o capital e, sobretudo a principal delas, que foi a soviética, sem tratar de maneira exaustiva os escritos e atos daquele que foi, inquestionavelmente, o principal opositor de Stalin e principal opositor à teoria do socialismo num só país?” (Benoit, 2003, p.163).

¹⁵⁴ As referências diretas, apontadas no índice onomástico (páginas 471, 743, 744, 745 e 762) são em geral menos importantes do que as indiretas (páginas 601, 602, 746, 747 e 1060, pelo menos). Há também algumas referências indiretas em *O poder da ideologia* (páginas 509, 510 e 511), que, contudo, podem não ser as únicas.

¹⁵⁵ Para Mészáros, os motivos do fracasso da URSS podem ser assim resumidos: “O fracasso das sociedades pós-capitalistas está no fato de terem se oposto à determinação centrífuga do sistema herdado *sobrepondo* aos seus elementos particulares conflitantes a *estrutura de comando extremamente centralizada* de um Estado político autoritário. Elas, ao contrário, deveriam ter atacado o problema crucial de como *solucionar* – por meio da reestruturação interna e da instituição do *controle democrático substantivo* – o caráter contraditório e o correspondente modo centrífugo de funcionamento das unidades reprodutivas e distributivas particulares. Portanto, a simples remoção das personificações privadas capitalistas do capital não poderia cumprir esse papel, nem mesmo como um *primeiro passo* a caminho da prometida transformação socialista, pois a natureza contraditória e centrífuga do sistema herdado foi de fato mantida pela imposição da política de controle centralizada em prejuízo do trabalho. O sistema sociometabólico tornou-se, assim, mais incontrolável do que antes, devido à incapacidade de substituir produtivamente a “mão invisível” da antiga ordem reprodutiva pelo autoritarismo voluntarista das novas personificações “visíveis” do capital pós-capitalista. Inevitavelmente, isso provocou a crescente hostilidade dos castigados sujeitos do trabalho excedente politicamente extraído contra a ordem pós-revolucionária. O fato de a força de trabalho ter sido submetida a um cruel controle político e, às vezes, até à desumana disciplina dos campos de trabalho de massas não significou que as personificações do capital de tipo soviético estivessem no controle do sistema. A incontrolabilidade do sistema reprodutivo pós-capitalista se manifestou pela incapacidade crônica de alcançar os objetivos econômicos, escarnecendo das decantadas vantagens da “economia planejada”. Isso selou seu destino, ao lhe privar de sua alegada legitimidade e fazer de seu colapso uma simples questão de tempo. Nos estágios finais de existência do sistema de tipo soviético, as personificações pós-revolucionárias do capital tentaram desesperadamente contrabandear a “mão invisível” para dentro de suas sociedades, rebatizando-a – para torná-la aceitável – de “socialismo de mercado”; isso apenas acentuou o fato de que, mesmo depois de sete décadas de “controle socialista”, o sistema pós-capitalista permanecia irremediavelmente incontrolável, e absolutamente incapaz de produzir um controle

não significam uma aproximação das proposições trotskianas. Mészáros mantém-se afastado de ambos. O motivo básico para isso parece ser o caráter limitado da crítica trotskiana (e da Oposição de Esquerda) ao sistema soviético (stalinismo) de acordo com sua avaliação. As principais passagens que suportam essa constatação são *indiretas*. Faremos quatro transcrições: as três primeiras tiradas de *Para além do capital* e a última de *O poder da ideologia*.

“Ou seja, na sequência da “expropriação dos expropriadores” e da instituição de um novo, mas igualmente separado, pessoal de controle, a autoridade do último deve ser politicamente estabelecida e imposta na ausência de um direito jurídico anterior para controlar as práticas produtiva e distributiva com base na posse da propriedade privada. Desse modo, o *fortalecimento* do Estado pós-revolucionário não ocorre simplesmente em relação ao mundo *exterior* – o qual, após a derrota das forças intervencionistas na Rússia, era de fato incapaz de exercer um impacto importante no curso dos acontecimentos *internos* –, mas sobre e contra a *força de trabalho*. E tendo em vista a máxima extração politicamente regulada do trabalho excedente, esse fortalecimento se transforma numa perversa necessidade estrutural, e não numa “degeneração burocrática” facilmente corrigível a ser retificada no plano político graças a uma nova “revolução política”. Como demonstrou a implosão do sistema soviético do capital, dado o poder estatal enormemente fortalecido no país, era muito mais fácil tramar *uma contrarrevolução política de cima* do que divisar realisticamente uma *revolução política de baixo* como forma de corrigir as contradições da ordem estabelecida” (Mészáros, 2002, p.601).

“Já que, contudo, a determinação antagônica em questão é inerente à *estrutura de comando material do capital*, que apenas é *complementada*, e não *fundada*, no Estado enquanto uma estrutura abrangente de comando político do sistema, o problema da auto-emancipação do trabalho não pode ser enfrentado apenas (nem principalmente) em termos políticos. Através da história moderna, as incontáveis “revoluções traídas” fornecem evidências dolorosamente abundantes a respeito” (Mészáros, 2002, p.602).

“Nos diagnósticos feitos por Rakovsky e seus amigos, depositou-se muita ênfase no impacto psicológico corruptor dos privilégios que levaram à burocratização, o que parece ser uma forma de evitar o problema. (...) Esta perspectiva, que atacava corretamente algumas das manifestações da doença social pós-revolucionária, mas não suas causas profundamente enraizadas, desejava desfazer o dano advogando o retorno a uma moralidade política genuinamente revolucionária por meio de uma mudança dos métodos – bem como, claro, do pessoal – da liderança política, associada à educação da classe trabalhadora, uma tarefa concebida no mesmo espírito. Tragicamente, as contradições eram muito mais profundas do que os problemas tratados por essas soluções. Elas surgiram da reprodução do caráter *conflituoso* e *hierárquico* da regra do capital numa nova forma pós-capitalista. (...) Para anular a psicologia da busca de privilégios – caracterizada como o “harém de motores” numa das referências de Rakovsky – é necessário superar a subordinação estrutural do trabalho ao capital por meio do princípio plenamente cooperativo advogado por Lenin em 1923, infelizmente em vão” (Mészáros, 2002, p.746-7).

democrático substantivo de suas unidades produtivas e distributivas” (Mészáros, 2002, p.848). Para ele, Stalin foi o pioneiro na *restauração* do capitalismo na URSS: “(...) a tendência para a instauração do capitalismo não iniciava com Krushev, mas com Stalin. Em seu último trabalho sobre a economia, ele falava da necessidade de introduzir alguns elementos do sistema de mercado e também declarava que a lei do valor sempre permanece. Afirmar que a lei do valor do capitalismo é eterna significa admitir a possibilidade de restauração do capitalismo, e naturalmente com Krushev, e muito mais claramente com Gorbachev, o capitalismo voltou de forma desastrosa” (Mészáros, 2013, p.23).

“A supressão legalmente instituída do direito jurídico à propriedade, antes exclusividade das “personificações do capital”, deixa sem resolver a questão do verdadeiro modo de existência do capital como força que exerce um domínio *material* e não apenas *jurídico* sobre o metabolismo social. Efetivamente, as restrições objetivas que impedem a abolição da divisão social tradicional do trabalho – em circunstâncias nas quais se torna necessário abolir as personificações anteriores do capital na “sociedade civil” por intermédio da atividade do Estado – criam um *vácuo* que em algum momento tem de ser preenchido.

Uma das mais inesperadas “ironias da história” é que a persistência das estruturas materiais herdadas nas sociedades pós-capitalistas, associada às alterações jurídicas e políticas violentamente realizadas, cria formas novas e extremamente problemáticas de “*personificação socialista*”. (...) Com frequência, este novo fenômeno de personificação é explicado – sob o termo “*burocratização*” – pelos críticos como uma “degeneração política” e, conseqüentemente, uma condição *politicamente corrigível* (Mészáros, 2007, p.509).

Mészáros entende que há uma incompreensão trotskiana tanto das causas objetivas para o processo de “burocratização” (manutenção da anterior divisão social do trabalho, nova função reguladora metabólica do Estado pós-revolucionário, “personificações socialistas”, etc.) quanto dos remédios a serem dados contra elas (necessidade de reestruturação *material* do sociometabolismo). Isso fez com que o adversário mais destacado de Stalin ficasse preso no mesmo terreno eminente e limitadamente *político* da questão. Não podemos deixar de perceber em seu juízo certo grau de unilateralidade. Não nos parece adequado entender a proposta de reestruturação trotskiana da sociedade pós-revolucionária soviética como voltada restritivamente para a esfera da política. Já fizemos menções a esse aspecto no capítulo sobre Trotski e nos parece lícito entender que a reestruturação proposta era multidirecional. Na verdade, estava orientada para uma alteração social abrangente da URSS, também em seus aspectos sociais e econômicos. O programa (não apenas político) trotskiano de reestruturação para a URSS pode ainda ser percebido aqui:

“O novo ascenso da revolução na URSS começará, sem dúvida alguma, sob a bandeira da *luta contra a desigualdade social e a opressão política*. Abaixo os privilégios da burocracia! Abaixo o stakhanovismo! Abaixo a aristocracia soviética com sua hierarquia e suas condecorações! Maior igualdade no salário, em todas as formas de trabalho!

A luta pela liberdade dos comitês de fábrica e dos sindicatos, pela liberdade de reunião e de imprensa, transformar-se-á em luta pelo renascimento e pelo desenvolvimento da democracia soviética. A burocracia substituiu os soviets, como órgãos de classe, pela ficção do sufrágio universal à maneira de Hitler-Goebbels. É necessário devolver aos soviets não apenas sua livre forma democrática, mas também seu conteúdo de classe. Assim como antigamente a burguesia e os kulaks (camponeses ricos) não eram admitidos nos soviets, também agora *a burocracia e a nova aristocracia devem ser expulsas dos soviets*. Nos soviets só existe lugar para os representantes dos operários, dos trabalhadores das fazendas coletivas, dos camponeses e dos soldados do Exército Vermelho.

A democratização dos soviets é inconcebível sem a *legalização dos partidos soviéticos*. Os próprios operários e camponeses, mediante votação livre, mostrarão quais partidos são soviéticos.

Revisão da economia planificada de alto a baixo, de acordo com os interesses dos produtores e dos consumidores! Os comitês de fábrica devem retomar o direito de

controle sobre a produção. As cooperativas de consumo, democraticamente organizadas, devem controlar a qualidade dos produtos e seus preços.

Reorganização das fazendas coletivas, de acordo com a vontade e o interesse dos trabalhadores deste setor.

A *política internacional* reacionária da burocracia deve ceder lugar à política do internacionalismo proletário. Toda a correspondência diplomática do Kremlin deve ser publicada. *Abaixo a diplomacia secreta!*

Todos os processos políticos montados pela burocracia termidoriana devem ser revistos mediante ampla publicidade e livre-exame. Somente o levante revolucionário vitorioso das massas oprimidas pode regenerar o regime soviético e assegurar seu futuro desenvolvimento em direção ao socialismo” (Trotsky, 2008, p.70-1).

O que tentamos fazer no capítulo a ele dedicado foi indagar a relação da “revolução antiburocrática” com sua visão transicional de fundo. Evidentemente, pudemos perceber alguns limites – no aspecto econômico-material, concentração (mas não exclusividade) nas relações de *distribuição*; certo automatismo para o “fencimento do Estado”, como em Lenin; compreensão limitada (técnica) da natureza das “forças produtivas”, etc. Todavia, esses limites nem restringem a “revolução antiburocrática” ao seu aspecto meramente político nem invalidam o “programa de transição” que ele propôs para a URSS.

Relacionada com a questão acima, todavia, há outra: tendo desenvolvido uma obra tão radicalmente profunda de apreensão e apresentação das determinações fundamentais do desenvolvimento do sistema do capital, tanto do ponto de vista das categorias teóricas quanto de sua evolução no século 20, quais as propostas políticas mediadoras específicas necessárias em nossa quadra histórica capazes de iniciar o combate efetivo à dominação do capital? Há um “programa de transição” em Mészáros? Uma estudiosa de sua obra faz os mesmos questionamentos e parece oferecer uma resposta em forma de pergunta:

“Diante da grandeza das questões abordadas por Mészáros, no entanto, notamos no final da leitura do livro uma certa insuficiência na orientação de uma ação concreta adequada à nossa época histórica, que possa integrar as questões parciais e imediatas aos alvos estratégicos indispensáveis à luta pela emancipação do trabalho, ou, até mesmo, na identificação de quais as mediações aptas a impulsionar adequadamente essa tarefa ofensiva, em um cenário de crise teórica do movimento dos trabalhadores e de crise estrutural do sistema do capital.

Não teria Mészáros se dedicado exaustivamente aos “delineamentos fundamentais e determinações básicas” do sistema do capital em sua fase de crise estrutural e produção destrutiva, atualizando a teoria marxiana para o enfrentamento dos desafios emancipatórios dos dias de hoje, e mesmo não considerando “as transformações e mediações parciais como de importância secundária”, como diz ter feito Marx ao visar as “contradições centrais do capital” presentes em “toda a fase histórica da formação social do capital”, não as teria deixado demasiadamente difusas e incapazes de orientar um “programa historicamente específico de ação”, constituído de mediações materiais tangíveis “realmente possíveis entre os constrangimentos do presente e as potencialidades do futuro?” (Paniago, 2002, p.122).

As observações acima nos parecem certas. Se há um ponto que merece ser desenvolvido é exatamente a produção de um “programa historicamente específico de ação”,

especialmente quando levamos em conta a intensificação da crise estrutural do capital, da produção destrutiva e a necessidade (e a atualidade histórica) de uma ofensiva socialista. Não há um programa de transição em Mészáros. O que temos é a recuperação e a atualização histórica original da crítica social de Marx ao capital e a partir dela a apresentação dos princípios orientadores¹⁵⁶ sobre os quais deve ser desenvolvida a luta transicional em geral, “para a elaboração de estratégias viáveis para nosso futuro próximo e mais distante” (Mészáros, 2007b, p.225). A obra de Mészáros é o ponto de partida atualmente mais solidamente construído para novos desdobramentos sobre a transição.

Mesmo sem um “programa historicamente específico de ação”, e sempre quando confrontado com os problemas políticos de nosso tempo, tanto no que tange à avaliação dos fenômenos como das respostas socialistas necessárias, Mészáros busca relacionar dialeticamente as dimensões de curto e longo prazo e das lutas parciais e totais, perspectivadas pelo critério da luta para além do capital e com uma metodologia/abordagem que em muito é aproximada com a que Trotski extrai de sua própria teoria da revolução permanente (e do desenvolvimento desigual e combinado). E em ambos, tal metodologia/abordagem é a contraface política e a mediação prática necessária que advém da própria contraditoriedade do desenvolvimento do sistema em um tempo histórico de transição. Para um tempo histórico de transição, uma mediação política revolucionária de transição. Isso pode ser considerado, por exemplo, quando o revolucionário russo afirma:

“É necessário no processo de lutas cotidianas, ajudar as massas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa socialista da revolução. Esta ponte deve incluir um *sistema de reivindicações transitórias*, que parta das condições atuais e da consciência atual de amplas camadas da classe operária e, conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.

A socialdemocracia clássica, que atuou numa época em que o capitalismo era progressista, dividia seu programa em duas partes, independentes uma da outra: o *programa mínimo*, que se limitava a reformas no quadro da sociedade, e o *programa máximo*, que prometia para um futuro indeterminado a substituição do capitalismo pelo socialismo. Entre o “programa mínimo” e o “programa máximo” não existia qualquer mediação. (...) não há mais lugar para reformas sociais sistemáticas nem para a elevação do nível de vida das massas; quando cada reivindicação séria do proletariado, e mesmo cada reivindicação progressiva da pequena burguesia, conduzem, invariavelmente para além dos limites da propriedade capitalista e do Estado burguês. (...) A IV Internacional não rejeita o programa das velhas reivindicações “mínimas”, na medida em que elas conservaram, ao menos em parte,

¹⁵⁶ Os “princípios orientadores” para a luta socialista atual – “*pontos arquimedianos* que sustentam a si mesmos e uns aos outros por meio de suas determinações recíprocas e implicações globais” (Mészáros, 2007b, p.225) – são assim elencados: (a) irreversibilidade – o imperativo de uma ordem alternativa historicamente sustentável; (b) participação – a progressiva transferência do poder de decisão aos “produtores associados”; (c) igualdade substantiva – a condição absoluta da sustentabilidade; (d) planejamento – a necessidade de superar o abuso do tempo cometido pelo capital; (e) crescimento qualitativo em utilização – a única economia viável; (f) o nacional e o internacional – sua complementaridade dialética; (g) a alternativa ao parlamentarismo – a unificação das esferas da reprodução material e política; (h) educação – o desenvolvimento contínuo da consciência socialista.

alguma força vital. Defende incansavelmente os direitos democráticos dos operários no quadro de uma perspectiva correta, real, ou seja, revolucionária. À medida que as velhas reivindicações parciais, “mínimas” das massas chocam-se com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente – e isto ocorre a cada passo – a IV Internacional levanta um sistema de reivindicações transitórias, cuja essência reside no fato de que, cada vez mais aberta e resolutamente, elas estarão dirigidas contra as próprias bases do sistema burguês. O velho “programa mínimo” é ultrapassado pelo programa de transição, cuja tarefa consiste na mobilização sistemática das massas em direção à revolução proletária” (Trotsky, 2008, p.16-18).

O filósofo húngaro, por sua vez, coloca que “as forças socialistas na sua confrontação com o capital” devem ter a capacidade de “(...) *combinar*, num todo coerente com implicações socialistas *em última análise* inevitáveis, uma grande variedade de demandas e estratégias parciais que, em si e por si, não precisam ter absolutamente nada de *especificamente socialista*” (Mészáros, 2002, p.818). Ou, em outra passagem: “(...) sob as condições presentes da crise estrutural do capital nada que não seja a *alternativa hegemônica abrangente* ao domínio do capital – decifrada como a complementaridade dialética das *demandas imediatas* particulares, *mas não-marginalizáveis*, e dos *objetivos abrangentes da transformação sistêmica* – pode constituir o programa válido do movimento organizado revolucionário consciente, por todo o mundo” (Mészáros, 2007b, p.293).

Os princípios orientadores e a abordagem/metodologia política de Mészáros buscam balizar os relacionamentos com experiências práticas de luta, como nos casos do Movimento Bolivariano e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), exemplos representativos ao longo de sua trajetória. No caso do primeiro, quando indagado sobre as experiências de Morales e Chávez, ele diz:

“Essas experiências não se esgotaram ainda. É preciso prestar atenção, de olhos e de cabeça abertos. Seria um erro afirmar que não conseguiram nada, porque, por exemplo, na Venezuela, há mais de dez mil comunas que possuem uma importante autonomia, ou seja, as pessoas que participam das comunas podem tomar decisões, algumas coisas foram realizadas, embora o sistema não tenha mudado, pois funciona prevalentemente em bases capitalistas, mas o quadro evidentemente mudou através de nacionalizações de algumas indústrias fundamentais e também através do controle outorgado a grupos operários na indústria do alumínio, do ferro, em suma, mudanças estão acontecendo. Isso, porém, não responde à questão fundamental, porque não podemos criar mitos em torno dos movimentos sociais” (Mészáros, 2013, p.26).

“(...) Lenin era a favor da reativação da tradição das comunas e nós devemos retomá-las. Por exemplo, na Venezuela muitas comunas funcionam como comunas de produção e de organização e de lei local, ou seja, tomam decisões em um sentido substancial, que quer dizer que não se trata de teoria abstrata, mas de uma forma de intervenção das pessoas para melhorar suas condições. Posso dar mais um exemplo, o que aconteceu recentemente na Venezuela: o Estado disponibilizou a essas comunas uma determinada verba estabelecendo que com isso era possível construir 16 casas; a comuna decidiu que não iria construir 16 habitações, mas cerca de 20. Como não houve aumento da verba, isso quer dizer que a usavam da melhor forma para construir as casas. Por exemplo, uma terrível enchente afetou a Venezuela, muita gente perdeu a casa e imediatamente Chávez ordenou que todos os edifícios públicos, de Estado, onde havia salas vazias, acolhessem as pessoas desabrigadas

como medida temporária e anunciou imediatamente a construção de 200 mil casas, 100 mil imediatamente e as outras 100 mil durante o ano seguinte, pondo à disposição dessas comunas” (Mészáros, 2013, p.35).

No que diz respeito ao MST, as observações de uma intelectual brasileira de certa forma expressam a tentativa de relacionar o geral com o específico dos princípios orientadores e da abordagem/metodologia política referida (e é representativa da perspectiva de Mészáros). Em 2009, ela colocou:

“A intenção é buscar elementos para discutir as dimensões anticapitalistas do MST não só em relação à negação da ordem, mas, e fundamentalmente, em relação à sua capacidade de construir a posituação de uma alternativa societária. Obviamente, não é nada fácil responder a tais questões de modo direto e à queima-roupa, mesmo porque todas elas tratam de um processo ainda a revelar-se plenamente. No máximo, é possível tracejar pontos para o debate já que o MST realiza uma práxis com poder de confronto *potencialmente* capaz de transformar a realidade existente. Isso vai depender das formas de conduzir os dilemas enfrentados em sua processualidade e, sobretudo, de basear-se no princípio orientador e operativo da *autocrítica* permanente. Tal processo se deve à necessidade de o movimento social de massa implantar, mediante sua práxis cotidiana, mudanças radicais na divisão social do trabalho e construir, num todo coerente, uma sociabilidade nova em direção à *igualdade substantiva* (Pinassi, 2009, p.79). (...) A objetivação do seu pendor revolucionário só pode se tornar realidade caso esse processo centrado na luta pela terra for considerado uma *mediação*, uma *transitoriedade* para a superação do sistema de funcionamento do capital, no qual o movimento social ainda se insere e, de alguma forma, é controlado por seus imperativos” (Pinassi, 2009, p.72).

As abordagens de Trotski e Mészáros guardam imensas semelhanças – dialética entre curto e longo prazo, demandas parciais e totais, “mínimas” e “máximas”, etc. –, mas com uma diferença importante: enquanto em Trotski a perspectiva fundamental das reivindicações transitórias se volta para o objetivo/alvo da *tomada de poder pelo proletariado*, em Mészáros, por sua vez, a orientação está na *superação do sistema do capital* em seu conjunto e é, portanto, calcada por outro nível estrutural de posição – nem contraditório nem antagônico com o anterior.

As abordagens também não podem ser desconectadas de suas perspectivas de “revolução permanente” (continuamente renovada) – elas mesmas muito aproximadas. Como vimos no capítulo sobre Trotski, a noção de *revolução permanente* tem três aspectos reciprocamente interligados: (a) a passagem da revolução democrática à revolução socialista; (b) as transformações de todas as relações sociais e de todas as esferas sociais em interação dialética; (c) a vinculação em um todo processual entre a revolução nacional e a revolução internacional.

Já para Mészáros, “onde todo microcosmo é também um macrocosmo”, a “revolução permanente” está vinculada à necessidade de estabelecer um “sistema orgânico” alternativo ao capital – sentido que ele busca resgatar do autor de *O capital*:

“Assim, a questão de se ir *para além do capital* depende da capacidade ou incapacidade de os produtores associados criarem um novo “sistema orgânico” – genuinamente socialista e sustentável: uma totalidade social coerente que não apenas quebre o círculo vicioso da totalidade orgânica autossustentada do capital mas que também coloque em seu lugar um desenvolvimento irreversivelmente aberto. A tragédia das sociedades pós-capitalistas de tipo soviético foi o fracasso na realização dessa difícil tarefa histórica, na medida em que seguiram a “linha de menor resistência” – ao propor o socialismo sem radicalmente superar os *pressupostos materiais* do sistema do capital. Pois, dado o poder restaurador ativo dos constituintes da “totalidade orgânica” anteriormente estabelecida, elementos que não foram objeto de mudanças, a adoção da “linha de menor resistência” faz com que se caia de volta, mais cedo ou mais tarde, nas determinações reprodutivas do “sistema orgânico” objetivamente constituído que se está tentando deixar para trás. Marginalizar os capitalistas privados como o tipo antigo de personificação do capital está muito longe de assegurar o sucesso da revolução socialista. Isto porque esta revolução não pode significar tão somente um ato político desesperado, mas uma “revolução social” constantemente renovada (ou “revolução permanente”) dos produtores associados que deve “subordinar todos os elementos da sociedade a ela”. Ao mesmo tempo deve criar, a partir do sistema orgânico herdado mas progressivamente reestruturado, “os órgãos de que ainda carece” – para ser capaz de se tornar seu próprio tipo qualitativamente diferente de totalidade orgânica e irreversível. Um novo sistema orgânico irreversível para o passado retrógrado, mas criativamente aberto para com o futuro. Este é o significado vital da distinção marxiana – explícita ou implícita – entre *capital* e *capitalismo* para o presente e para o futuro” (Mészáros, 2002, p.726).

Por fim, Trotski desenvolve uma perspectiva transicional – que também foi a de Lenin – aos seus últimos limites: supera a concepção de partido único, defende o pluralismo socialista, o florescimento da democracia soviética como ampliação de um autêntico poder proletário, a derrubada da burocracia, o aperfeiçoamento do planejamento socialista no nível macrossocial e uma maior participação operária também na esfera do processo de produção. Mas todos esses momentos têm o seu núcleo estruturador fundamental no Estado proletário, ou seja, é com a democratização do Estado pós-revolucionário e seus mecanismos institucionais, especialmente os soviets¹⁵⁷, que a transição seria levada a cabo – o Estado desapareceria através de seu próprio aperfeiçoamento democrático e socialista. Por isso, Trotski permanece no mesmo horizonte de Lenin, ainda que tenha atingido suas últimas fronteiras. Os críticos maoistas de Trotski – mesmo apontando alguns problemas com suas concepções e análises sobre a sociedade soviética e dando um passo adiante com a ideia da necessidade de um mecanismo operacional de “desestatização socialista” –, enfatizam de modo bastante curioso a “capacidade política e ideológica” do proletariado (especialmente de sua vanguarda) como os motores do processo de transição, minimizando e afastando para um plano completamente secundário as condições materiais que possibilitam suas produções e o papel que as próprias mediações materiais têm nela. Continuam no âmbito da “classe contra

¹⁵⁷ Os *soviets* são (ou foram) instâncias apenas políticas de poder? É uma resposta complexa. Todavia, não pudemos perceber entre os bolcheviques a compreensão dos *soviets* como organismos autônomos da classe ao mesmo tempo políticos e econômicos.

classe” e, ainda mais do que Trotski, seguem atados às categorias do “modo de produção capitalista” na análise das sociedades pós-revolucionárias. Esses podem ter sido alguns dos motivos que os tornaram incapazes de perceber as diferenças fundamentais entre o capitalismo (como variedade do sistema do capital) e as sociedades pós-capitalistas e porque permaneceram sem ter podido prever ou explicar o fenômeno da restauração capitalista no leste. Também, já que não parecem contemplar a noção de “autoalienação do trabalho”, não conseguem perceber a “contradição entre a ditadura do proletariado e o próprio proletariado”.

A perspectiva de Mészáros é distinta porque ele não trabalha apenas ou fundamentalmente com a ideia de uma democracia direta ou representativa (política) em progressão, por mais imprescindíveis que sejam. Muda o terreno para a noção de democracia substantiva, o que significa que ela se dá pela unificação da política com a economia como forma de controle das condições ampliadas da reprodução social e como fator específico, distinto e alternativo ao controle sociometabólico do capital. A política é tratada de modo radical porque “cria as condições para a sua própria extinção”, ou seja, não se abole a si mesma a partir de seu próprio “território”, mas põe as possibilidades para que outro “território” vá se ampliando e finalmente a supere. É o movimento da particularidade que se torna “universalidade autoconstituente”. O terreno da transição coloca-se então como obrigatória e decisivamente “extra-estatal”.



A tragédia de Lenin – em última análise ligada aos dilemas da transição na órbita da “revolução no elo mais fraco” – referida por Mészáros é semelhante à de Trotski, com a particularidade de que o último sobreviveu ainda por quase mais duas décadas e vivenciou em seus graus mais elevados (e regressivos) de desenvolvimento, características que na época de Lenin eram apenas iniciais, e que moldaram o destino global da história do período. Trotski é um clássico do século 20 porque conseguiu captar como nenhum outro seus determinantes fundamentais e suas linhas mestras contraditórias. Nesse sentido não deixa de ser decepcionante perceber a profundidade com que Mészáros trata “a tragédia de Lenin” e ao mesmo tempo omite a de Trotski, pois, ainda mais em ambos, “a verdade do processo social é também a verdade dos destinos individuais” (Lukács).

Mészáros é um clássico do século 21, pois demonstrou grandiosa e singular “capacidade de atualizar a teoria segundo os imperativos da história” (Pinassi In Jinkings e Nobile, 2011, p.102) ao mesmo tempo em que não a desconectou de um “humanismo

corajosamente radical e libertário” (Pinassi In Jinkings e Nobile, 2011, p.98), exatamente porque este humanismo e aquela capacidade são duas dimensões indissociáveis de uma teoria crítica e efetivamente revolucionária. Na dialética marxista, um clássico mais antigo não é anulado nem substituído por um mais recente. Nela, eles se combinam numa nova totalidade em desenvolvimento onde cada um possui seus próprios novos lugares e suas próprias novas relevâncias.

Referências

- ALI, T. Tariq Ali e os 70 anos do assassinato de Trotsky. **Agência Carta Maior**. São Paulo, 16 de setembro de 2010. Disponível em “http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16968”. Acesso em 16 de setembro de 2010.
- ANTUNES, R. Apresentação. In: MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002, p.15-20.
- ARCARY, V. As esquinas perigosas da teoria marxista das revoluções: resposta à resenha crítica de Sérgio Lessa. **Outubro**, São Paulo, n.18, p.221-246, 2009.
- BENOIT, H. Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista. **Outubro**, São Paulo, n.2, p.47-61, 1998.
- BENOIT, H. Uma teoria de transição aquém de qualquer além? **Crítica Marxista**, São Paulo, n.16, p.160-166, 2003.
- BENSAID, D. *Zur Judenfrage*, uma crítica da emancipação política. In: MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010, p.9-29.
- BERNARDO, J. A Comuna de Paris para além dos mitos. In: PINHEIRO, M. (Org). **140 anos da Comuna de Paris**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p.75-87.
- BERNARDO, J. **Excerto de uma mensagem que não enviei**. Disponível em “<http://passapalavra.info/?p=72230>”. Acesso em 05 de fevereiro de 2013.
- BETTELHEIM, C.; SWEEZY, P. **A transição para o socialismo**. Lisboa: Edições 70, 1978.
- BIANCHI, A. O primado da política: revolução permanente e transição. **Outubro**, São Paulo, n.5, p.101-115, 2001.
- BIANCHI, A. O marxismo de Leon Trotsky: notas para uma reconstrução teórica. **Ideias**, Campinas, 14(1/2), p.57-99, 2007.
- BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BILLIK, V. Acordos e divergências Lenin/Trotsky. In: COGGIOLA, O. (Org). **Trotsky hoje**. São Paulo: Editora Ensaio, 1994, p.49-61.
- BORON, A. **Filosofia política marxista**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BURAWOY, M. **Marxismo sociológico**. São Paulo: Alameda, 2014.
- CARR, E. H. **A revolução russa de Lenin a Stalin (1917-1929)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CERDEIRA, B. A natureza social da ex-União Soviética. Atualidade de uma polêmica. **Outubro**, São Paulo, n.1, p.81-99, 1998.

CERDEIRA, B. Bolchevismo e stalinismo: um velho debate. **Outubro**, São Paulo, n.3, p.63-72, 1999.

CHEROBINI, D. **Produção destrutiva e Estado capitalista, de István Mészáros**. Disponível em “<http://www.revistaovies.com/colaboradores/2015/05/producao-destrutiva-e-estado-capitalista-de-istvan-mezzaros/>”. Acesso em 25 de maio de 2015.

CLAUDÍN, F. **A crise do movimento comunista: a crise da Internacional Comunista**. São Paulo: Global, 1985.

CLAUDÍN, F. **A crise do movimento comunista: o apogeu do stalinismo**. São Paulo: Global, 1986.

COELHO, E. A crise estrutural segundo Mészáros: notas críticas. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.23, p.148-155, 2006.

COGGIOLA, O. **Trotsky ontem e hoje**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

COGGIOLA, O. A Revolução de Outubro (1917-1921). In: COGGIOLA, O. (Org). **História e revolução**. São Paulo: Xamã – FFLCH/USP, 1998, p.205-264.

COGGIOLA, O. Trotsky, Stalin e a burocracia da URSS. In: TROTSKY, L. **Stalin – Biografia**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012, p.7-196.

DANTAS, G. **Trotski, os soviets e a estratégia da revolução contemporânea**. Pará de Minas: Editora Virtualbooks, 2009.

DEL ROIO, M. Socialismo e capitalismo de Estado. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.5, n.9, p.21-32, 2000.

DEL ROIO, M. Lenin e a transição socialista. **Lutas & Resistências**, Londrina, n.3, v.2, p.67-82, 2007.

DEUTSCHER, I. **Trotski – O profeta armado (1879-1921)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DEUTSCHER, I. **Trotski – O profeta desarmado (1921-1929)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b.

DEUTSCHER, I. **Trotski – O profeta banido (1929-1940)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENDERLE, R. Apresentação. In: MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005, p.11-26.

ENGELS, F. Introdução à *A guerra civil na França*, de Karl Marx (1891). In: MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011, p.187-197.

- ENGELS, F. Prefácio ao *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, de Karl Marx (1895). In: MARX, K. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012, p.9-31.
- FERNANDES, F. Introdução. In: FERNANDES, F. (Org). **Marx/Engels – História**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.36. São Paulo: Editora Ática, 2001, p.9-144.
- FONTES, V. O imperialismo: de Lenin aos dias de hoje. **Outubro**, São Paulo, n.17, p.67-105, 2008.
- GONZÁLEZ, H. **A Comuna de Paris**: os assaltantes do céu. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GUTIERREZ, A. Estado e classes sociais em *A revolução traída*, de Leon Trotsky. **Crítica Marxista**, n.26, p.147-154, 2008.
- HOBBSBAWM, E. **A era do capital**: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOBBSBAWM, E. Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo. In: HOBBSBAWM, E (Org). **História do marxismo vol.1**: o marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.301-346.
- KRASSÓ, N.; MANDEL, E.; JOHNSTONE, M. **El marxismo de Trotski**. Buenos Aires: Ediciones Pasado y Presente, 1972.
- LEFEBVRE, G. **A revolução francesa**. 2ª edição. São Paulo: Ibrasa, 1989.
- LEMINSKI, P. **Toda poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Editora Hucitec, 1983.
- LENIN, V. I. **As tarefas imediatas do poder soviético**. Disponível em “<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/04/26.htm>”. Acesso em 03 de novembro de 2011.
- LESSA, S. Resenha de: MÉSZÁROS, I. *Beyond capital*. London, Merlin Press, 1995. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.6, p.139-148, 1998.
- LESSA, S. Revolução e contra-revolução, fator subjetivo e objetividade. **Outubro**, São Paulo, n.16, p.145-173, 2007.
- LESSA, S. Resenha de: CLAUDÍN, F. A crise do movimento comunista. São Paulo, Expressão Popular, 2013. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.37, p.183-185, 2013.
- LEWIN, M. Para uma conceituação do stalinismo. In: HOBBSBAWM, E. (Org). **História do marxismo vol.7**: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 203-240.
- LEWIN, M. O que foi o sistema soviético? **Margem Esquerda**, São Paulo, n.10, p.39-53, 2007.

- LOWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Outubro**, São Paulo, n.1, p.73-80, 1998.
- LOWY, M. Leon Trotsky, profeta da Revolução de Outubro. **Outubro**, São Paulo, n.3, p.53-61, 1999.
- LOWY, M. Prefácio. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010, p.9-21.
- LOWY, M. Primeira parte: política. In: RENAULT, E.; DUMÉNIL, G.; LOWY, M. **Ler Marx**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.11-102.
- LOWY, M. Prefácio à edição brasileira. In: MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012, p.9-13.
- LUXEMBURGO, R. Sobre a Revolução Russa. **Margem Esquerda**, São Paulo, n.14, p.121-130, 2010.
- LUXEMBURGO, R. O que quer a Liga Spartakus? In: LOUREIRO, I. (Org). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos – volume II (1914-1919)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.287-298.
- MANDEL, E. **Trotski: um estudo da dinâmica de seu pensamento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- MANDEL, E. **Trotsky como alternativa**. São Paulo: Xamã, 1995.
- MARTORANO, L. **A burocracia e os desafios da transição socialista**. São Paulo: Xamã – Anita Garibaldi, 2002.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução. In: MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005, p.145-156.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 2007.
- MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, K. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010.

- MENDONÇA, C. E. R. de. **Trotsky diante do socialismo real**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- MENDONÇA, C. E. R. de. **Trotsky e a revolução permanente**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- MENDONÇA, C. E. R. de. **Trotsky e Europa Ocidental do entre guerras: marxismo revolucionário, democracia burguesa e luta pela hegemonia**. Rio de Janeiro: Gramma/Faperj, 2012.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007b.
- MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, I. Entrevista – István Mészáros: filosofia e práxis política para superar o capital. **Novos Temas**, São Paulo, n.8, p.15-40, 2013.
- MÉSZÁROS, I. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MORENO, N.; PETIT, M. **Conceitos políticos básicos**. Caderno de formação n.7. São Paulo: ACS Editora, 1989.
- NAVES, M. Stalinismo e capitalismo: “a disciplina do açoite”. **Outubro**, São Paulo, n.2, p.75-87, 1998.
- NEGT, O. O marxismo e a teoria da revolução no último Engels. In: HOBBSAWM, E. (Org). **História do marxismo vol.2: o marxismo na época da Segunda Internacional (primeira parte)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.125-200.
- NETO, M. L. P. Trotsky, Rosa e o mito da “teoria leninista da organização”. **Contra a Corrente**, São Paulo, ano 1, n.2, p.43-50, 2009.
- NETTO, J. P. Marx: a propósito da *Crítica* de 1843. In: NETTO, J. P. **Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p.39-60.
- NETTO, J. P. Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Cortez, 1998, p.ix-lxxvi.

NETTO, J. P. Orelha de *O poder da ideologia* (2004). In: MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2007, s/p.

PANIAGO, M. C. S. Resenha de: MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo, Boitempo, 2002. **Outubro**, São Paulo, n.7, p.115-123, 2002.

PANIAGO, M. C. S. **Mészáros e a incontornabilidade do capital**. Maceió: Edufal, 2007.

PINASSI, M. O. Pressupostos ontológicos de uma síntese *in statu nascendi*. In: MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006, p.9-12.

PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do capital**: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINASSI, M. O. István Mészáros, um clássico do século XXI. In: JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Orgs). **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011, p.95-102.

PODTCHEKOLDIN, A. 1922: o nascimento da partidocracia. In: COGGIOLA, O. (Org). **Trotsky hoje**. São Paulo: Editora Ensaio, 1994, p.119-127.

PODTCHEKOLDIN, A. O novo curso: prólogo da tragédia. In: COGGIOLA, O. (Org). **Trotsky hoje**. São Paulo: Editora Ensaio, 1994, p.63-72.

POLESE, P. **Apropriação do poder político e superação do Estado na transição socialista: Engels e a posse dos meios de produção previamente centralizados no Estado**. Disponível em “<http://passapalavra.info/2013/11/88431>”. Acesso em 22 de novembro de 2013.

REED, J. Os soviets em ação. In: TROTSKI, L. **A Revolução de Outubro**. São Paulo: Boitempo, 2007, p.135-148.

ROCKER, R. **Os soviets traídos pelos bolcheviques**. São Paulo: Hedra, 2007.

RODRIGUES, L. M.; DE FIORI, O. **Lenin: capitalismo de Estado e burocracia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

SALVADORI, M. A crítica marxista ao stalinismo. In: HOBBSBAWM, E. (Org). **História do marxismo vol.7**: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.285-337.

TROTSKI, L. O soviets de 1905 e a revolução. **Margem Esquerda**, São Paulo, n.5, p.203-208, 2005.

TROTSKI, L. **A Revolução de Outubro**. São Paulo: Boitempo, 2007.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa vol.1**: a queda do tzarismo. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

TROTSKY, L. Noventa anos do Manifesto Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005, p.159-168.

TROTSKY, L. **A revolução traída – o que é e para onde vai a URSS**. São Paulo: Sundermann, 2005b.

TROTSKY, L. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TROTSKY, L. **Luxemburg and the Fourth International**. Disponível em “<https://www.marxists.org/archive/trotsky/1935/06/lux.htm>”. Acesso em 19 de abril de 2007(b).

TROTSKY, L. **O programa de transição para a revolução socialista**. São Paulo: Sundermann, 2008.

TROTSKY, L. **O imperialismo e a crise da economia mundial: textos sobre a crise de 1929**. São Paulo: Sundermann, 2008b.

TROTSKY, L. **Questões do modo de vida – A moral deles e a nossa**. São Paulo: Sundermann, 2009.

TROTSKY, L. **Teoria da revolução permanente**. São Paulo: Sundermann, 2011.

TROTSKY, L. **Em defesa do marxismo**. São Paulo: Proposta Editorial, s/d.